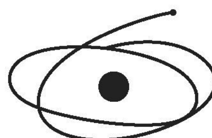
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

Ano XI | nº 41-42 | 1968



ISSN 0034-7329





INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revista Brasileira de Política Internacional
(Rio de Janeiro: 1958-1992; Brasília: 1993-)

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais

Sede: *Universidade de Brasília*
Pós-Graduação em História - ICC - Ala Norte
70910-900 Brasília DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4400
70919-970 Brasília - DF, Brasil
Fax: (55.61) 307 1655
E-mail: ibri@unb.br
http://www.ibri-rbpi.org.br
Site Brasileiro de Relações Internacionais:
http://www.relnet.com.br

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI, é uma organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o IBRI desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O IBRI atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos). O IBRI mantém um dinâmico programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI, Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais e livros sobre os mais diversos temas da agenda internacional contemporânea e de especial relevância para a formação de recursos humanos na área no país.

Projeto de Digitalização

Em 2004 o IBRI comemora cinquenta anos da sua fundação, com a convicção de que desempenhou, e continuará desempenhando, a sua missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Para marcar a data, o Instituto leva a público a digitalização da série histórica da Revista Brasileira de Política Internacional, editada no Rio de Janeiro entre 1958 e 1992, composta por exemplares que se tornaram raros e que podem ser acessados em formato impresso em poucas bibliotecas.

Equipe

Coordenador: *Antônio Carlos Moraes Lessa.*

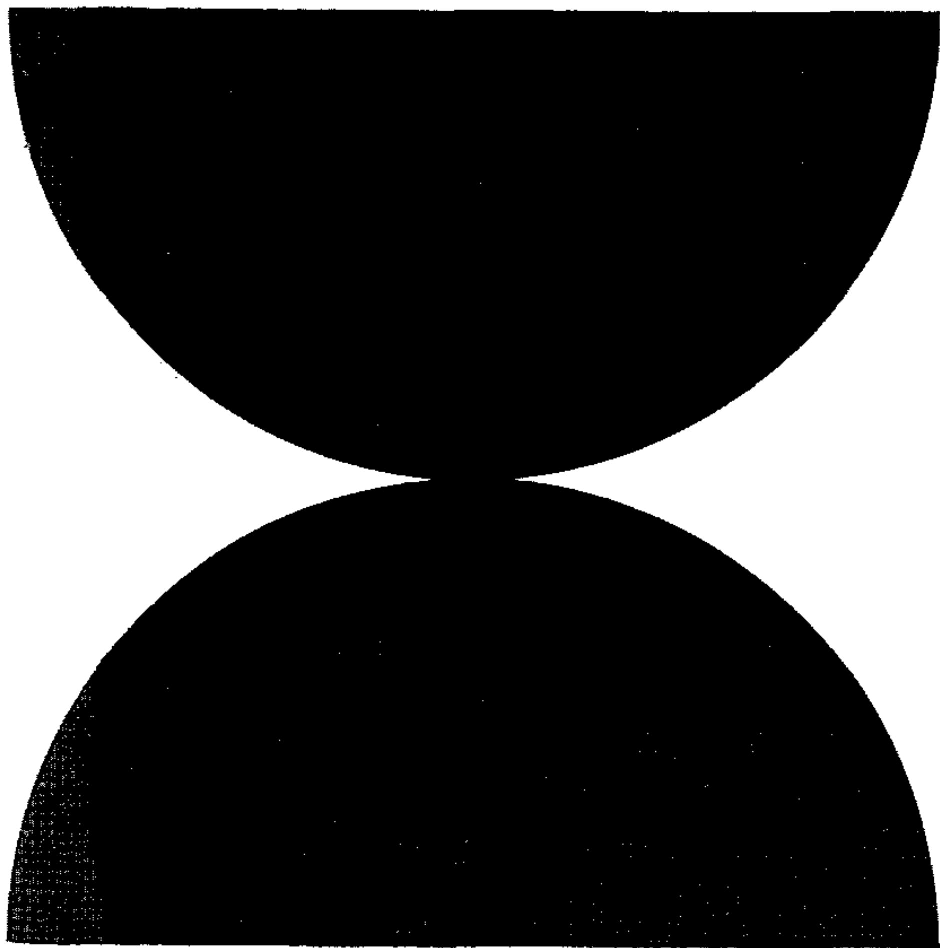
Apoio Técnico: Ednete Lessa.

Assistentes de Pesquisa: *Paula Nonaka, Felipe Bragança, Augusto Passalaqua, João Gabriel Leite, Rogério Farias, Carlos Augusto Rollemberg, Luiza Castello e Priscila Tanaami.*

RBPI

Ano XI n° 41-42 Março-Junho 1968

Revista Brasileira de Política Internacional



IBRI

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais

NESTE NÚMERO:

A AMAZÔNIA

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Fundado em 1954

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais é uma associação cultural independente, sem fins lucrativos, mantida por contribuições de seus associados, doações de entidades privadas e subvenções dos podêres públicos. É seu objetivo promover e estimular o estudo imparcial dos problemas internacionais, especialmente dos que interessam à política exterior do Brasil.

PRAIA DE BOTAFOGO, 186
RIO DE JANEIRO, GB — BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL

A **Revista Brasileira de Política Internacional**, editada trimestralmente pelo **Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, sob a orientação de seu Conselho Curador, não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidário. As opiniões expressas nos estudos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Diretor:

CLEANTHO DE PAIVA LEITE

Secretário:

CEZAR C. HAROUCHE

Direção e Administração:

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 — TEL.: 246-9542

Rio de Janeiro — GB, BRASIL

Assinatura anual — NCr$ 20,00. Para o exterior — US$ 12,00

Número avulso — NCr$ 5,00. Número duplo — NCr$ 10,00.

Revista Brasileira de Política Internacional

Ano XI — N.º 41/42 — Mar/Jun 1968 — págs. 1 a 214

SUMÁRIO

No próximo número, publicaremos o índice remissivo da Revista correspondente aos volumes de 6 a 10 N.º 24 a 39/40.

Revista Brasileira de Política Internacional

Ano XI — N.º 41/42 — Mar/Jun 1968 — págs. 1 a 214

SUMÁRIO

NEXT SPECIAL ISSUES: THE II-UNCTAD
THE RIVER PLATE BASIN

NOTA LIMINAR

Continuando a série de números especiais com documentação sôbre problemas de atualidade da política internacional, o *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais* publica êste volume correspondente ao primeiro semestre de 1968 (n.º 41/42), dedicado à Amazônia.

Um dos fatos importantes na história da política internacional contemporânea do Brasil é o interêsse despertado nos últimos três ou quatro anos pelo problema da Amazônia. O aparecimento de novos estados independentes na orla da Bacia Amazônica (Guiana, Suriname), os projetos de integração realizados pelos países limítrofes nas suas "regiões amazônicas", a política deliberada do Govêrno brasileiro no sentido de promover a ocupação física e demográfica das vastas e despovoadas zonas do Amazonas, Territórios e Mato Grosso, colocaram na ordem do dia os aspectos internacionais da Bacia Amazônica. Parece, em favor da Amazônia, ter diminuído aquela concentração quase exclusiva da atenção nacional sôbre os problemas da Bacia do Prata.

Dois temas específicos foram também objeto de controvérsias na imprensa e no Congresso: os relatórios do Instituto Hudson propondo a inundação de grandes áreas da Amazônias e a compra de grandes áreas de terra por estrangeiros naquela região e em Goiás, na Bahia e no Maranhão.

Êste número da *Revista* publica a tradução em português dos relatórios do Instituto Hudson e conferências a favor e contra os esquemas ali propostos. O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sôbre a compra de terras por estrangeiros também é incluído neste número.

Entre os documentos divulgados há um trabalho da Escola Superior de Guerra que focaliza o problema da Amazônia do ângulo da segurança nacional.

Continuamos neste número 41/42 a publicação de Resenhas de livros e de bibliografias de livros brasileiros e estrangeiros sôbre política internacional.

POR QUE A AMAZÔNIA DEVE SER BRASILEIRA

Professor Arthur Cezar Ferreira Reis.

Foi Joaquim Nabuco, homem de Estado e de espírito sabedor consciente do que éramos e de como fôramos elaborados como parcela social do mundo humano, quem escreveu a frase famosa: — "Nada nas conquistas de Portugal é maior que a conquista da Amazônia". Está certo. Lerroy Bolieu, na análise a que procedeu do processo colonial que começara no século XVI e encontrara, na presença de Portugal nos novos espaços e nas novas humanidades, reveladas e entregues a uma nova idade de razão, emitira frase, também famosa, de que Portugal se realizara efetivamente na aventuras dos mares e na emprêsa de empossamento de terras e gentes, que fôra descobrindo por uma obra-prima que o imortalizava e valia no *deve* e *haver* colonial, e essa obra-prima era o Brasil. Aquela de Nabuco, expressando um fato histórico que era sensacional e marcava, para sempre, a façanha gigantesca dos homens que chegavam da Europa, para promover o descobrimento e o domínio das Américas tropicais, completaria o pronunciamento de Lerroy.

Porque, bem pesada a conta do esfôrço português na formação de seu império, o que lhe assegurou grandeza efetiva foi a Amazônia que extraiu de soberania estranha, que êle próprio reconhecera, mas de que pouco se percebera, posteriormente, quando enfrentou o mundo botânico e fluvial que incorporou com uma velocidade quase incrível. A Amazônia, a essa altura, seria uma espécie de terceiro mundo. Sua economia, sua humanidade, sua estrutura política e cultural eram pobres, sem perspectivas maiores, realizadas sem a grandeza espetacular representada naquela superioridade que o branco europeu oferecia aos olhares aturdidos dos primitivos que encontrava e ia possuindo, no seu afã mercantil, muito próprio da época revolucionária que os descobrimentos e a formação de impérios marcavam.

A conquista do imenso espaço amazônico, como o domínio excercido impetuosamente valem como emprêsa valiosa, pelo que representou na hora da desventura, iniciada com a perda do Oriente das especiarias, que a

Amazônia foi substituindo com sua farta matéria-prima vegetal, identificada com a ciência do indígena local e motivo para a operação de descobrimento e de domínio que se seguiu. Ordens religiosas, fôrças militares, agentes do poder público, colonos de mãos dadas, vencendo as dificuldades criadas pelo mistério regional, executaram a política imperial que, nos séculos XIX e XX, os povos potentes do Velho Mundo iriam executar, em outros continentes, valendo-se da experiência de um passado não muito remoto, mas que servirá como lição admirável para tudo quanto se promoveu, de então em diante, até o momento histórico da descolonização, que é grande episódio de nossos dias.

A Amazônia abriu-se assim, ao mundo, por mãos de mercadores. Abriu-se ao mundo através de Lisboa que controlava a produção amazônica, impedindo, como em tôda parte então, o relacionamento comercial direto com outros mercados que não fôsse o intermediário, que era Lisboa. Durante dois séculos, a principiar em 1616 e a terminar em 1823, a Amazônia foi experiência consagradora da ação colonial de portuguêses ou de mestiços da sociedade que constituíram, com a mulher da terra, para a grande solução de posse e domínio do império que era a sua maior potencialidade face às outras nações européias.

A formação do espaço físico, se decorreu de uma política de Estado, decretada em Lisboa, vigiada e incentivada constantemente, como aliás ocorria em outros distritos do império de Portugal na Sul-América, foi, porém, façanha em que o gentio amansado e os mestiços que compunham a multidão se asseguravam a existência de um corpo social perfeitamente definido e capaz de tôdas as tarefas que significassem domínio de espaço, triunfo sôbre as fôrças negativas do meio hostil, tiveram a grande vitória e o papel de maior relêvo. Porque, realmente, êsse gentio e êsse mestiço, compondo uma sociedade definida, representou volume e qualidade quando se examina o processo de incorporação da imensidade territorial que construímos co ma nossa decisão e o nosso ímpeto criador.

Amazônic brasileira

Em 1823, imposta a saída do poder português, quisemos ser brasileiros. Vencíamos, agora, a tradição que nos amarrava a Lisboa. Desejávamos participar da nova experiência política como pares integrantes de um outro império, êste agora por nós fundado e mantido pela nossa decisão soberana. Criamo-nos desligados de um centro brasileiro, insistia-se na tese. Salvador e o Rio de Janeiro nada haviam siginificado para nós. Formávamos Estado à parte, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, com história própria, dissociada daquela que se escreveu nas outras partes do Brasil. Decidíamos agora viver como brasileiros, dentro do corpo político do Brasil. Era outra aventura que começava, mas desta vez promovida por nós próprios e com as dificuldades que a distância e a falta de tradição criavam. Daria

certo? Teríamos condições para mantermo-nos na nova posição? Seríamos, prazerosamente, aceitos na comunidade brasileira?

Os primeiros tempos representam uma experiência dolorosa. Parecíamos corpo estranho. Um historiador, João Ribeiro, entendeu que extremo Norte, como extremo Sul, o Rio Grande, compúnhamos qualquer coisa de realmente esquisito: quando o outro Brasil estava em paz, nós estávamos agitados ou criando problemas para a própria continuidade da Pátria. A experiência custou sangue. Fizemos a primeira página de uma história social, de armas na mão, no que se assentou chamar de Cabanagem. Lutamos contra outros brasileiros. Não para separarmos, promovendo a secessão. Ao contrário, repelimos, na conjuntura, a conversa desleal de um "comodoro" que nos propusera a separação do Império. Lutamos para criar condições melhores naquele episódio que um estrangeiro, Handelmam, compreendeu que era a guerra dos que não tinham conta os que tinham, luta de classes, portanto, de deserdados, caboclos, índios, escravos negros, contra propietários latifundiários, senhores impiedosos, que representavam ainda o passado, com o poder econômico, o poder político que haviam herdado de Portugal, e a independência não lhes tirara ainda.

Nas guerras do Prata, estivemos nos contingentes militares, a bordo ou em terra, que escreveram as páginas marciais de nossa história militar. No caso da abertura do Amazonas ao comércio mundial, sob a pressão norte-americana e um tanto inglêsa, ninguém ergueu a voz contra a política que o Império sustentava, alarmado com a pressão, a exigência afrontosa, desde que todos compreendiam o perigo que o barco de mercadores estrangeiros poderia importar para a desnacionalização regional. O negócio tentador, o dinheiro fácil, a sedução de um bem-estar imediato, conquanto sem dignidade porque alcançado com o estigma da traição à Pátria, constituíam realmente elementos negativos perigosos, que era preciso evitar a todo o custo. Talvez fôsse cedo demais para uma prova de fogo tão impiedosa. Os estadistas imperiais hesitavam ou receavam. E só quando entenderam que o perigo não existia tomaram a providência da liberdade de navegação. Fomos, no entanto, fiéis, como sempre, aos mais altos interêsses do Brasil.

A política imperial escrevia-se mais decididamente no tocante aos problemas que surgiam a todo instante no Prata. A Amazônia não constituía motivação maior para as preocupações dos estadistas que promoviam as soluções governamentais visando a melhor segurança na vida nacional. Não se tinha ainda visão da gravidade que poderia cercar aquêle mundo estranho, que fôra disputado por nações concorrentes de Portugal. A adoção das medidas acauteladoras, no momento que tiveram de enfrentar aquelas pressões externas para a liberdade de navegação, contituíra uma preocupação passageira, ou antes, rápida demais. A criação da Província do Amazonas, com o que se restaurava uma unidade constituída no período colonial, importava na outra providência oficial para a operação muito pouco veloz e que ainda não sensibilizava a alma e o espírito nacionais. A palavra de um Tavares Bastos e a iniciativa de um Irineu Evangelista de Souza eram, a

certos aspectos, gestos ou atitudes isoladas que não provocavam a emoção nacional, volta-se à tese.

A borracha

Um dia, os mercados do Exterior solicitaram, com sofreguidão, o leite da seringueira para sua industrialização. Vivia-se uma etapa gigantesca de desenvolvimento industrial. O século XIX marcava-se sensacionalmente como o de uma autêntica mobilização de recursos humanos e de capitais para industrialização e para o nôvo colonialismo. Voltavam-se as vistas dos grandes do Velho Mundo para os espaços livres da África e para as áreas, de possível alienação e conquista, que seriam mercados em potencial existentes da Ásia distante e sempre cercada por um halo de mistério. A emprêsa exigia decisões e impetuosidade. Tanto decisão como impetuosidade não faltavam, no entanto, aos homens que, no século, encerrada a fase agitada do napoleonismo e da instalação do sistema liberal nas nacionalidades que se recompunham ou se consolidavam, tinham em suas mãos o comando e o destino de povos e de empreendimentos de tôda espécie. E o espetáculo maior foi justamente aquêle da corrida aos novos impérios e às novidades mágicas da tecnologia que surgia e, nas usinas e nos laboratórios, assegurava novos caminhos e novas fórmulas de vida social em têrmos de uma nova economia.

Nessa oportunidade, fomos chamados novamente a contribuir para o bem-estar universal. A primeira fôra no momento em que supríramos Portugal, como intermediário para os mercados europeus, dos bens de consumo, as "drogas do sertão", que substituíam as especiarias orientais de que Portugal se vira despojado, pela interferência de outras potências ou pela incapacidade em manter o império de parte dos responsáveis por uma política realista, que nunca existira. Agora, membros de uma nação soberana, mas que não se apercebera do que valíamos como espaço e como empório de matérias-primas, dominada que ainda estava por um sistema de trabalho, o escravo, e por uma economia, a agrícola, representada principalmente pela cana, pelo café, que surgia com algum vigor, pelo tabaco, pelo algodão e, por pouco mais, suficiente até então ao processo de desenvolvimento nacional, processo lento e desambicioso, éramos levados para o nôvo suprimento de mercados externos.

Não nos apercebemos de que havia uma lição a adotar, em meio à estagnação da latinidade americana, de que éramos uma parte menos vagarosa, o que não significa que não fôssemos realmente pouco velozes também. E essa lição, representada pelos Estados Unidos, que já se disponham a representar o papel econômico, ditado pela grande indústria, criada pelo imigrante, que ajudara a engolir os espaços do Oeste e agora alimentava, como mão-de-obra, os estabelecimentos fabris que surgiram aqui e ali. Continuávamos a exportar matéria-prima para as nações que caminhavam na decisão industrial.

O "rush" da borracha completou o ciclo da formação territorial. O Acre constitui o capítulo final. Serviu, de outro lado, para desmentir as afirmações fáceis dos que advogavam abertamente, para servir a interêsses políticos de nações e ambições imperiais contra os trópicos. Éramos parte integrante dêsse trópico malsinado. E, no entanto, estávamos possuindo a certeza de que éramos capazes de dominá-los desde que não nos tirassem a possibilidade da iniciativa, a motivação econômica para a operação e não nos negassem os instrumentos que assegurassem o prosseguimento da emprêsa. Havia coragem, havia decisão e havia capacidade de resistência aos aspectos negativos que o meio físico poderia oferecer como embaraço. Vencíamos, portanto, o trópico, apesar de todo o seu rigorismo.

O "rush" da borracha, promovido sem coordenação oficial, realizado ao deus-dará, sem método, sem disciplina, no aventureirismo natural em empreendimentos dessa ordem e comum em todos os cantos da terra onde o homem experimentou a atração do pioneirismo, compôs espetáculo admirável. Nos descobrimentos do ouro, nas Gerais, na fase colonial, escrevera-se a mesma página de coragem e de ação criadora. O assalto à floresta, na montagem dos seringais, a abertura de caminhos líquidos pela navegação dos "gaiolas", a movimentação de recursos financeiros, o abastecimento em gêneros e homens dêsses mesmos seringais, a construção de uma nova infra-estrutura, de acôrdo com as necessidades impostas pelo momento histórico, a conjuntura que se formava com tamanha rapidez, a dignificação, na categoria de metrópoles, alcançadas por Belém e Manaus, onde formigava uma população que se beneficiava e funcionava como conseqüência da aventura da borracha, e essa como decorrência do apetite cada vez mais impetuoso dos mercados do Exterior, inglêses, franceses e norte-americanos, tudo isso compunha o fundo vivo do quadro que se elaborava. Elaborava apesar da ausência do Brasil como fôrça coordenadora ou garantia política.

Tôda a humanidade que promovia o grandioso espetáculo era brasileira. Os mestiços nordestinos e os caboclos amazônicos eram os braços, a mão-de-obra, a energia que se mobilizava sem cessar. Os obstáculos criados pela Natureza ou pelos próprios homens não haviam sido suficientes para impedir-lhes a atividade. "A Selva", que Ferreira de Castro escreveu, como o "Inferno Verde", de Alberto Rangel, constituem retratos, sem exageros, do social e do cultural, nas suas formas primárias, do episódio ruidoso.

Ora, a Amazônia formara-se e continuava a compor-se área do Brasil, teimosamente, como já se afirmou com acêrto, apesar de não ter constituído um motivo maior para as preocupações dos responsáveis pelos destinos do país. Era fruto da vontade brasileira, ou antes dos brasileiros ou ainda daqueles homens que não cediam no desejo e na decisão de ser brasileiros. Note-se não se ignorar que, na façanha, o capital, para a movimentação maior dos negócios viera de fora. Não se ignora que pela hinterlândia estivera presente o português, o sírio, o libanês, o israelita, êste vindo de Marrocos. Como não se ignora que estabelecimentos mercantis inglêses, alemães, franceses, em Belém e Manaus, haviam partcipado do negócio financeiro,

servindo ao relacionamento com os mercados de consumo, importando para a abastecimento regional o que aquêles mercados exportavam e se faziam pagar a preços compensadores, que valiam como sangrias, uma vez que retiravam da região, com as vendas que faziam, os recursos que lhe proporcionara no financiamento das operações de exploração dos seringais.

Por que brasileira?

A situação hoje é diametralmente diferente? Os capitais que fazem a Amazônia são essencialmente brasileiros? A população continua a mesma, brasileira, e sem qualquer gesto demonstrativo de desnacionalização?

A "Fôlha de São Paulo", no seu Suplemento Especial sôbre "Amazônia: um vazio cheio de riquezas", promoveu um balanço muito realístico, inventário objetivo do que é, no momento, o extremo Norte como área em estado de potencial e como área onde se iniciam operações governamentais com certa impetuosidade. E nesse inventário ou balanço realístico, a primeira conclusão foi aquela de que a situação não é tão diferente, que permita afirmar que os capitais nacionais já estão interferindo de maneira a impulsionar, a dinamizar a região. A população, no entanto, continua brasileira. As exceções, representadas pelos japonêses, não alteram o quadro, porque é uma contribuição, numèricamente, inexpressiva, que não perturba o processo étnico. Não há à vista qualquer demonstração de que os brasileiros da Amazônia perderam o sentimento de nacionalidade para acomodar-se a interêsses desnacionalizantes. Ao contrário: as manifestações que se verificam, quando se fala na perspectiva de fôrças estranhas tentarem a desnacionalização para um arremêdo, que seja, de internacionalização, mesmo que se lhe diga que a mudança traria progresso rápido, bem-estar, riqueza, ascensão cultural, dignificação humana, saúde no corpo e no espírito, mais elevada ou menos precária, são manifestações de fidelidade ao Brasil como fôrça de integração e de maioridade.

Cabe, então, agora, a pergunta, que é a razão de ser destas linhas — "Por que a Amazônia deve ser brasileira?" A resposta considerará apenas a motivação nacionalista de que a terra da Pátria, seja qual ela fôr, não se dá, não se arrenda, não se vende? Haverá alguma razão pragmática para que além dos motivos emocionais, possamos sustentar a tese de que a Amazônia deve permanecer brasileira? Face a circunstâncias universais, que se criaram para a humanidade, um espaço imenso e quase desértico, como a Amazônia, poderá permanecer vedado a essa mesma humanidade? Não será essa uma demonstração de egoísmo quase selvagem?

A Amazônia, será bom que não esqueçamos, não nos pertence integralmente. Numa superfície de cêrca de 6 milhões e meio de quilômetros quadrados, a parte que nos cabe representa 4 milhões e meio. Somos, evidentemente, os detentores da fatia maior, com a circunstância de que para o acesso fácil ou mais rápido ao interior, o caminho seguro é a calha central do rio a que tem entrada pela via atlântica. A via do Pacífico, por onde vieram

os descobridores iniciais, não assegura a mesma garantia de velocidade e de facilidade.

As razões sentimentais não podem ser ignoradas ou deixar de ser consideradas devidamente. Sei que há por aí os chamados pragmáticos, os realistas, que mais poderíamos denominar os vendidos, os alugados, os que se deixaram corromper e por isso fingem desprezar o passado, sem o qual nenhuma nação, em tempo algum, deixou de ter em vista, pela lição que representa, pelo alto conteúdo de experiência necessário à própria continuidade do processo de crescimento e de existência da Pátria. Êsses que são, graças a Deus, em número escasso, mas dispõem dos recursos financeiros para a propaganda, para a divulgação de uma falsa ciência ou de uma cínica proposição de idéias e de fatos mentirosos, ou distorcidamente propostos, insultam os que vivem os problemas nacionais, desejando, para êles, as soluções que sirvam realmente ao Brasil, e não aos interêsses dos países a que e alugaram, ou em cujo prato sujo comem diàriamente, falsos brasileiros, mesmo que tenham ascendido a postos ministeriais ou chefiado serviços de responsabilidade nas áreas governamentais.

As razões sentimentais não podem ser postas de lado, mas não será, na base delas, que falam muito, exprimem verdades muitas vêzes ásperas demais, que teremos de sustentar a tese de que a Amazônia foi e deve continuar a ser brasileira na parte em que a realizamos como empreendimento nosso, integrante do espaço físico, político, social, econômico e cultural do Brasil.

Não haverá quixotismo na afirmação, nem reserva a qualquer outra nação, poderosa ou não, que imagine dispor de motivos, sérios ou não, para competir conosco no domínio e no uso de um espaço sôbre que, há quatrocentos anos, exercemos o direito e o poder de soberania. Às razões referidas, devemos acrescentar as outras, mais imediatas e mais objetivas, aquelas que representam a nossa contribuição para que se acelere o processo de desenvolvimento do Brasil, cessem os desequilíbrios regionais e alcancemos, em futuro não remoto, aquela posição de liderança a que teremos de chegar, queiram ou não queiram as eternas cassandras que só nos concebem atrelados às disponibilidades das outras potências.

Somos a maior potência, do ponto de vista demográfico, de latinidade. Somos, nas Américas, excetuando os Estados Unidos, o maior centro de atividades industriais. Constituímos, igualmente, na área do mundo subdesenvolvido, área em franco distanciamento dos demais pela velocidade de nosso esfôrço progressista. Posuímos uma tradição pacifista das mais vivas. Conseguimos vencer as distâncias religiosas e raciais.

As perspectivas que se abrem, ao Brasil, levam a exigir uma meditação cautelosa acêrca do papel futuro que teremos de desempenhar. Faz-se necessário, portanto, vencer hesitações, desequilíbrios entre as regiões e formar uma elite capaz de atender ao chamado do país, na hora de sua intervenção mais impetuosa nos destinos universais. A projeção brasileira terá de come-

çar pela América, seguindo-se pela África, para culminar no mundo maior. A potencialidade brasileira é, hoje, objeto da consideração de ensaístas, geógrafos, economistas, sociólogos, emógrafos que nos acompanham no desenvolvimento, compreendendo e anunciando a proximidade dessa potencialidade. Leiam-se, a propósito, os livros brasileiros do general Mário Travassos (A Projeção Continental do Brasil), Pimentel Gomes (Porque não somos uma grande potência), (O Brasil entre as cinco maiores potências no fim dêste século). Leiam-se, mais, Charles Wagley ("A Revolução Brasileira") e Jean Chardonet ("Les grandes puissances. Étude economique"). A revista "Marches Tropicaux et Méditerranées", número de 1.º de junho de 1967, dedicou-o ao Brasil, que ali é chamado de "Une Nation ou un Monde?" Considere-se, nessa ordem de idéias, que: 1 — a *extensão* geográfica nos dá a condição de país-continente; 2 — o *clima* tropical não é contrário a habitabilidade; 3 — os *solos* não são pobres; os que não possuem o húmus que nos torne ricos podem, fàcilmente, ser dominados eenriquecidos; 4 — o *subsolo* é uma garantia de riqueza: todos os dias descobrimos minérios; 5 — a *rêde hidrográfica* é imensa e permitirá um plano de extensão para a circulação de homens e mercadorias; 6 — os *acidentes fisiográficos*, em nenhum momento ou região, constituem obstáculos à ação do homem; 7 — a *floresta* também não constitui obstáculo à instalação dos homens em qualquer ponto do território nacional e serve às atividades econômicas como matéria-prima de alto valor; 8 — *não há abalos* sísmicos, nem tufões, nem maremotos ou enchentes que sejam calamidade ou catástrofe; 9 — *o crescimento demográfico* vale como uma revolução; deve ser orientado para que haja melhor contribuição e ocupação racional e continuada do espaço; 10 — *na luta* contra a morte, há um sucesso admirável; as endemias estão sendo vencidas, a vida humana tem garantias efetivas para multiplicar-se no tempo; 11 — *não há xenofobia*, o que permite o recebimento de contingentes alienígenas que nos cheguem para participar serena e mansamente do processo de desenvolvimento; 12 — *o desenvolvimento*, no plano da cultura e da tecnologia, toma aspectos positivos de aceleramento, o que dá segurança, em futuro não remoto, à existência de uma elite elaboradora para o comando das grandes decisões nacionais.

A ascensão brasileira é uma conseqüência natural de todo êsse vasto conjunto de motivações, fáceis de compreender, e para a qual devemos estar devidamente preparados.

Amazônia e Brasil-potência

A Amazônia, nesse particular de sua participação na ascensão brasileira, tem um grande papel a exercer. É disponibilidade espacial, é área de recursos naturais, vegetais e minerais, necessários aos parques industriais que o país vem montando, no interêsse de sua prosperidade e de sua segurança. É experiência cheia de maior sucesso como resposta ao negativismo dos que acusavam os trópicos úmidos de impróprios a qualquer permanência huma-

na, capaz de criar alguma coisa que refletisse maturidade, civilização dignificadora da mesma espécie humana.

O inventário da realidade potencial amazônica faz-se continuadamente. E vem proporcionando surprêsas pelos achados e pela riqueza dos depósitos minerais ou das possibilidades para o criatório e para as lavouras de sustentação ou, ainda, pelo que a floresta representa como matéria-prima, capaz de assegurar a atividade econômica rentável e, mais que rentável, proporcionadora de enriquecimento pessoal e coletivo. Não há ufanismo no que estou escrevendo. Não gosto de ufanismo. Habituei-me, na vida, a viver realìsticamente. E, se afirmo, o que estou afirmando, é porque sei, por experiência própria, pelo que estou acompanhando com olhos de ver, bem abertos.

Não será suficiente lembrar o interêsse suspeito do "Hudson Institute" e de outros organismos estrangeiros pelas nossas frustradas ou pobres áreas amazônicas, que êles desejam "enriquecer com seus conhecimentos, com sua técnica, com seus capitais e com a proteção política?". Por acaso, alguém se lembraria de dar tudo isso a uma terra pobre e a um povo que jamais pudesse vislumbrar a esperança de melhores dias ou de progresso material, que se representasse em bem-estar e riqueza também material?

A Amazônia representa, como bem se registra no folheto de promoção destas edições da Fôlha de São Paulo, metade do território nacional, com a circunstância de ainda "não estar plenamente incorporada à economia e à vida da Nação". É importante geoeconômicamente em relação àquelas perspectivas de crescimento do Brasil. É campo aberto à pesquisa para a criação e aperfeiçoamento de novos padrões de tecnologia agrícola, visando à produção de alimentos. É potencial de recursos naturais, como já lembramos acima. Contitui um desafio técnico e científico. Assegura grandeza, não apenas territorial, mas econômica, cultural, política e social ao Brasil.

Deve, no entanto, como se deseja, singular e suspeitamente, na palavra dos que servem a outros e não a nós brasileiros, fiéis à Pátria, continuar como reserva do país? Os investidores paulistas, fluminenses, cariocas, mineiros, catarinenses, paranaenses e gaúchos, que visitaram a Amazônia na melhor de tôdas as promoções que se lhe podia fazer, — sob a efetiva coordenação da Confederação Nacional das Indústrias — encontraram, na Amazônia, as possibilidades de se renovarem na emprêsa de maior dinâmica para a economia nacional. Os capitais que produziram e permitiram a austera e sensacional página de trabalho e de construção, que é a lavoura e a indústria, de que o Sul se orgulha e, com êle, todo o país, encontrarão, na Amazônia, um nôvo campo de expansão e de garantia para sua maior potencialidade.

À posse física, que garantimos, deve suceder a posse mais efetiva da valorização, da integração pelo aproveitamento do solo e subsolo, de águas e de terras, de floresta e de espaço. O desafio está lançado. Não pode ser mais contido nem retardado. Os que decejam esperar pelo futuro desservem ao Brasil. São insensíveis ao passado, à realidade presente e às pers-

pectivas do futuro. A Amazônia deve ser preservada. Essa preservação exige ímpeto, decisão, velocidade, sentimento cívico, programação realística, presença do poder público e da iniciativa privada, em ação conjunta e em decisão solidária.

Quando um país esquece o poder soberano que exerce, ininterruptamente, sôbre o espaço, que é fundamental à sua existência física, seja o espaço total, seja o parcial, êsse país perdeu a consciência de que não se poderia despojar sem comprometer a segurança de seu futuro e portanto, de sua continuidade. Êsse país abandonou a maturidade que deveria possuir, comprometendo-se numa aventura desnacionalizante e despersonalizante. Êsse país entrou no período da decomposição. Não dispõe mais daquela fôrça, essencial à sua sobrevivência. Despojou-se de sua essencialidade física. Traiu o próprio passado. Deixou de ser Estado soberano. Incorporou-se ao mundo dos sem capacidade para dirigir-se. Entregou-se, assim, aos mais afortunados, aos mais fortes, aos mais decididos, aos que constituem, realmente, potência e, portanto, devem continuar existindo. Êsse país passou, nas relações universais, a compor uma parcela do mundo colonial.

O Brasil não vive êsse estado de imaturidade ou de envilecimento. Está estuando de seiva e vigor para credenciar-se na sua destinação de potência. A Amazônia é parte integrante dessa potencialidade que se constrói com o nosso sangue, a nossa inteligência, a nossa dinâmica, a nossa decisão. Não pode ser área para um futuro remoto. Como não pode nunca deixar de constituir parte integrante do Continente-Brasil.

AMAZÔNIA: DESAFIO E CONTRIBUIÇÃO

Armando Dias Mendes

1 — *Introdução*

O presente ensaio é mais uma meditação sôbre a Amazônia brasileira e seu futuro.

Sua possível originalidade repousa, sòmente, na prespectiva com a qual nos propomos a analisar o problema.

O enfoque habitual parte dos custos econômicos e sociais que um esfôrço coerente, continuado e eficaz, em prol do desenvolvimento da região, imporia a todo o País. É uma colocação negativa, que destaca as dificuldades e insuficiências da economia nacional, para concluir deferindo às calendas gregas qualquer tentativa séria em prol da região. Séria área-reserva do Brasil, a ser mantida em vida latente, em hibernação; até que todo o resto do País pudesse, já, ser considerado plenamente desenvolvido.

Uma segunda colocação ressalta a impossibilidade de guardar a Amazônia, em tal situação, ainda, por muito tempo. Ou porque, de um lado, exista a "cobiça internacional", expressão do poderio dos superdesenvolvidos, ou porque, por outro lado, a pressão dos subdesenvolvidos, mas superpovoados, se tornaria cada vez mais intensa, em busca de áreas desabitadas, porém econômicamente de grande potencialidade. Esta é, portanto, uma posição de mêdo que move os sentimentos nacionais e lhes inspira a ação.

Pretendemos contribuir para que a reflexão sôbre a Amazônia se faça a partir de uma ótica nacional, visualizando o que ela pode, se inteligentemente aproveitada, proporcionar ao Brasil como um todo.

Não trataremos, portanto, do que a Amazônia tem direito a exigir do Brasil, mas do que propõe a dar-lhe.

1.1 — A Amazônia como área regional periférica, é, geralmente, descrita como região subdesenvolvida.

Em algumas formulações, porém, costuma ser enfatizado um outro dos seus principais característicos, que é a extrema rarefação demográfica. A Amazônia é um deserto, um vazio, o maior vazio demográfico do mundo.

Na verdade, ela não é uma coisa nem outra: é as duas. Qualquer daquelas definições peca por insuficiência. Unidas, completam-se e compreendem, enfim, o todo a definir.

As densidades populacionais nas zonas fisiográficas e municípios da Amazônia iam, pelo Censo de 1960, de 0,02 a 51,59 habitantes por quilômetro quadrado.

Além disso, é sobejamente conhecido que essa população localiza-se ao longo da calha do Rio Amazonas e de alguns de seus afluentes, mas geralmente a pequena distância de seus desaguadouros naquele.

Há, portanto, um ecúmeno com manchas populacionais bem assinaladas, onde já se reúnem pré-investimentos, infra-estrutura e atividades econômicas de certa expressão, inclusive mercados. A êste propósito, recorde-se apenas que: 1° — a população da Amazônia, conquanto insignificante, perante o total brasileiro, equivale ou supera à de alguns países-membros da ALALC, aos quais o nosso País concede certas vantagens de tratamento com vistas a um mercado comum; 2.° — a renda "per capita" na Amazônia é. sensìvelmente, superior à de outras áreas, como o Nordeste.

Entremeando êsse ecúmeno exite, não o vazio ou um vazio, mas diversos bolsões de ausência humana, geralmente nos vales de entre-rios. Êstes desertos mesopotâmicos estendem-se, pràticamente, por tôda a área ao Norte do Rio-Mar, com exceção dos pequenos núcleos existentes no Amapá e em Roraima, e na maioria das áreas ao Sul do eixo do Amazonas, com as ressalvas já feitas a alguns dos seus principais tributários.

Para compreender o problema amazônico é preciso, portanto, ir além da conhecida dualidade básica dos países subdeesnvolvidos. Ela tem, em si mesma, e principalmente quando considerada dentro do contexto nacional, uma tríplice caracterização: região esenvolvida (ou em vias de desenvolvimento), região subdesenvolvida e região desértica, anecúmena.

1.2 — A configuração desta pluralidade econômico-social brasileira carrega consigo implicações que propõem, necessàriamente, soluções diversas das tìpicamente sugeridas para as áreas subdesenvolvidas.

No Brasil, h; cêrca de dez anos, motivado psicològicamente para a luta pelo soerguimento do Nordeste, a tendência tem sido reproduzir e, eventualmente, aperfeiçoar a legislação de benefícios e estímulos concedidos a esta última região. O modêlo nordestino está, hoje, presente em grande parte do que o Govêrno Federal destina ao extremo Norte, como é nítido na própria estruturação da atual Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em comparação com a da SUDENE, e no confronto da legislação de incentivos fiscais em favor das duas áreas.

O reconhecimento de que as similitudes entre a Amazônia e Nordeste são menores do que as suas dessemelhanças, proporcionaria inspiração para uma política de govêrno autônomo, a partir de um certo ponto, em benefício da primeira região. Ràpidamente, se compreenderia, assim, que os esti-

mulos fiscais operam, razoàvelmente, no ecúmeno amazônico, mas têm pouco ou reduzido efeito nas suas subáreas desérticas.

Além disso, fàcilmente e chegaria à conclusão de que os pré-investimentos e os investimentos em infra-estrutura podem ser, no centro ou zonas populosas, uma exigência dos investimentos dos diversos setores da economia, onde se faz sentir a presença da iniciativa privada. São investimentos *de acompanhamento.*

Mas não é o mesmo nas áreas subpovoadas ou despovoadas, onde elas deverão ter o caráter de *antecipação.* Êles é que criarão condições mínimas indispensáveis para a fixação do capital privado e, através dos empreendimentos implantadas, a fixação do homem.

1.3 — Reputamos utópicas, portanto, as soluções parciais que pretendem cosntruir a nova Amazônia começando pelo fim, isto é,, pela atração de novos habitantes em escala considerável. Em primeiro lugar, atente-se para a circunstância de que a simples igualização da taxa de densidade demográfica média do Brasil envolveria a necessidade de instalar na Amazônia "legal" mais de 50 milhões de indivíduos.

Em segundo lugar, considere-se a impossibilidade de provocar uma migração interna em tão larga escala, ou mesmo em proporções duas, cinco vêzes menores.

E a entrada de imigrantes estrangeiros nesta dimensão criaria, sem dúvida, alguns dos mais graves problemas que se pretende precisamente afastar.

Em terceiro lugar, e com maior importância, surge o fato de que a entrada de novas populações deveria necessàriamente ser precedida de obras de grande porte em capital social básico e outras facilidades.

Pela mesma razão, e por outras de natureza estritamente bélica, torna-se inviável a solução militar — a ocupação da Amazônia pelas Fôrças Armadas. O custo que as unidades militares teriam seria de tal ordem que, transferidos êsses recursos para atividades produtivas, chegar-se-ia, inexoràvelmente, a resultados muito mais representativos e permanentes.

1.4 — A nossa colocação preliminar é, portanto, a de que a Amazônia deve receber por parte do Govêrno um tratamento direto, maciço e continuado, expresso em investimentos públicos da mais variada natureza.

Êsses investimentos, acrescidos de estímulos ao setor privado nas áreas já demográficas e econômicamente ocupadas, permitiriam o surgimento ou ampliação de complexos industriais e atividades primárias, principalmente orientadas pelos mercados externos (compreendendo o extra-regional e o extranacional). Ao seu lado, porém, e sem qualquer possibilidade de trans-

ferir essa responsabilidade para a iniciativa privada ou para entidades estrangeiras, cumpriria ao Govêrno realizar a construção das estradas, dos aeroportos, dos portos, das usinas de energia, do saneamento básico, de telecomunicações, das pesquisas mesmo, que não só abririam novas frentes de penetração do território como as interligariam entre si, com o ecúmeno regional e com o resto do País.

Seria, portanto, uma programação de *desenvolvimento* para o ecúmeno, de *ocupação* do anecúmenos e de *integração* de ambas. Seria, também, para completar o conhecimento maior da realidade regional, um programa de *revelação*, através de estudos e pesquisas.

1.5 — Resta, agora, ver, não de que maneira o Brasil será capaz ou incapaz de promover e sustentar um tal esfôrço, mas, segundo a nossa posição, ver de que forma o Brasil se beneficiará, êle próprio, como um todo, dêsse esfôrço.

2 — *A taxa de investimento e o desenvolvimento do País*

Num trabalho desta natureza não caberia fazer longas digressões teóricas sôbre o papel que desempenha a taxa de investimento no processo de crescimento de qualquer economia.

Os manuais científicos estão cheios dessa demonstração e os autores calculam, inclusive, coeficientes "ótimos" de inversões, capazes de sustentar um ritmo de crescimento anual do Produto Interno Bruto e da Renda Nacional superior à taxa de incremento populacional. Em suma, o que se persegue é o aumento firme e prolongado da renda "per capita" e a sua melhor distribuição.

Quando êsse crescimento permite diminuir a distância que separa a economia em estudo, das outras já mais evoluídas, costuma-se dizer que está havendo, também, desenvolvimento. Êste conceito envolve, porém, outros aspectos, inclusive de ordem qualitativa, principalmente os que dizem respeito às mudanças estruturais que o processo compreende.

É imprescindível, portanto, investir em uma escala considerável, se se quer obter um aumento do produto superior ao aumento da população. A relação capital/produto e as formulações teóricas que se fazem a partir daí, com a manipulação de mecanismos de propagação, como o multiplicador e o acelerador, vão assim dizer-nos que uma taxa de investimento de 18% do produto de cada ano, permitirá crescer a renda "per capita" 6%, se o crescimento da população fôr 3%, e a relação capital/produto fôr 2 para 1.

2.1 — O processo de desenvolvimento econômico assinalado no Brasil, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, mas sobretudo na década

dos 50, é conhecido como a versão brasileira do modêlo de substituição de importações. Todos os investimentos privados e a grande parte dos investimentos públicos, realizados no País, tinham o mesmo escopo: substituir a importação de determinados bens (e serviços) até então adquiridos no estrangeiro, por produtos similares nacionais.

Não é êste o momento para analisar o conteúdo mais íntimo do modêlo. Existem estudos satisfatòriamente detalhados a respeito. Mas precisamos reter algumas de suas características, para bem compreendermos, a seguir, em que, como e em qual extensão o desenvolvimento programado da Amazônia pode desempenhar o mesmo papel nos anos vindouros.

Assim, cumpre recordar que a substituição fêz-se, inicialmente, na faixa dos bens finais de consumo. Depois, na de bens duráveis de consumo. E só mais recentemente, e de modo parcial, na de bens intermediários e bens de capital.

São, também, conhecidas certas distorções do modêlo, que era menos inspirado num desejo consciente de promover a transformação de uma economia voltada "para fora" em outra voltada "para dentro", do que motivada pelo crescimento pendular das facilidades ou dificuldades de adquirir bens no Exterior, em razão da piora ou melhora na capacidade de importar. Diz-se, por isso, que êsse processo de desenvolvimento foi um subproduto das épocas "difíceis" do comércio exterior brasileiro (na verdade, não só do comércio mas de tôdas as relações econômicas do Brasil com o Exterior).

2.2 — Os problemas do balanço de pagamentos do País, conquanto aliviados, por um lado, com a diminuição subseqüente das importações de determinados bens, foram agravados, por outro lado, com a pressão oriunda do próprio processo de desenvolvimento, expressa na maior procura de bens intermediários, não obtidos no País por insuficiência de matéria-prima ou de mercado, e na maior procura de bens de capital igualmente insuscetíveis de produção interna imediata, além dos compromissos financeiros assumido concomitantemente. Daí por que, na última fase, criaram-se igualmente condições para substituir importações dêsses bens.

Mas não só por isso. Também, porque, na maioria dos casos, a substituição de importações de bens industriais de consumo final havia esgotado as suas virtualidades. Quando o País só importa 5%, 1%, 0,3% da sua demanda efetiva em determinada linha de produtos, pode ser que êsse resíduo corresponda a itens mais refinados, de usos especiais ou que em razão de sua "conspicuidade" tem um mercado firme nas faixas populacionais de renda mais elevada. Assim, a continuação da taxa de investimentos atingida anteriormente, dependeria da criação de *novas oportunidades de investimento*, de vez que as anteriores haviam-se esterilizado.

Essas novas oportunidades podem concretizar-se no subsetor de bens de produção (produtos intermediários e bens de capital), sòmente em certa

escala. O mercado interno dêsses bens é limitado, e freqüentemente inferior à dimensão ótima da emprêsa ditada pelo seu grau de indivisibilidade técnica e econômica.

Mas, ainda quando assim não ocorra, a necessidade de substituir equipamento ou ampliar o existente fica, agora, condicionada pelo crescimento vegetativo da população, qualificado pelo crescimento da renda. Em outras palavras: enquanto se construíam fábricas e usinas para produzir bens que até então vinham do estrangeiro, dispunham os investigadores de um mercado cativo de dimensões consideráveis. Tratava-se de satisfazer uma demanda já existente, pela expulsão do fornecedor estrangeiro. A partir do momento em que essa demanda é atendida, o crescimento da oferta é limitado pela própria capacidade da economia nacional de *criar* nova demanda.

Essa criação faz-se pelo aumento do número de consumidores, isto é, pelo crescimento da população. Se a sua taxa fôr equivalente à taxa de crescimento do produto, então as possibilidades de ampliação da demanda efetiva dependem, única e exclusivamente, do incremento demográfico. Se, porém, a taxa do incremento do produto fôr maior do que a população, então será um segundo fator a somar-se a êste, para o aumento da procura.

Supondo que a população cresça a um ritmo de 3% ao ano, e que a renda "per capita" cresça também 3% ao ano, então o aumento da demanda efetiva não ultrapassará, em média, a 6% no mesmo período. Dizemos em média, porque é fato sobejamente conhecido dos economistas como varia a elasticidade da procura de determinados bens, em comparação com outros, segundo o seu grau de essencialidade. Mas, interessa-nos, no momento, um raciocínio global, que nos permita compreender o problema na sua amplitude.

Se portanto, como vimos, é preciso, no exemplo hipotético, que o produto cresça 6% ao ano, para proporcionar um aumento da demanda efetiva em igual percentual, e se admitimos que a relação capital/produto é de 2 para 1, segue-se que é preciso investir 12% do produto interno bruto para assegurar àquêle ritmo de crescimento.

O setor privado, todavia, não se interessará em acrescer ao seu estoque de capital o equivalente a 12% do PIB, se só tem condições de vender 6% a mais do que no período anterior. Cria-se, assim, um impasse que é agravado porque, antes de perceber o que estava acontecendo e até adaptar-se à nova conjuntura, é bem provável que os empresários tenham continuado a realizar investimentos que a experiência posterior demonstrará terem sido, em conjunto, superdimensionados.

Surge, dêste modo, capacidade ociosa em muitos subsetores da indústria, que não apenas eleva os custos da produção dos bens finais (diminuindo o poder real de compra da população, vale dizer, restringindo a demanda efetiva, o que constitui um desestímulo a novos investimentos), como possibilita o atendimento a eventuais recuperações do nível da demanda pela simples utilização normal do equipamento já disponível.

2.3 — Em conseqüência, o subsetor de bens de produção terá possibilidades mais escassas de constituir-se no continuador do modêlo de substituição de importações, pelo menos ao ritmo anterior. É natural que, nesta fase, sejam procuradas soluções alternativas. Uma, seria a de maior atenção às atividades do setor primário (produção de alimentos e matérias-primas industriais, de origem vegetal e animal e, sob certos aspectos, mineração). No auge do desenvolvimento, com base industrial, foram absorvidos substanciais contingentes de mão-de-obra, que se encontravam no campo sob a forma conhecida de desemprêgo dirfarçado, e, portanto, sem diminuir o volume de bens agrícolas produzidos. Na etapa posterior, porém, a retirada de novos contingentes do fator trabalho, do campo para as cidades. apenas consegue aumentar o número de consumidores sem aumento correspondente (mas, ao contrário, diminuição) no volume de alimentos produzidos.

Assim, pode ocorrer que, ao menos parcialmente, um esfôrço orientado nesse sentido compense algo de esvaziamento da capacidade de inverter do País. Problemas correlatos, envolvendo a tecnologia a ser adotada, a localização das atividades, a melhoria das suas condições de comercialização, o financiamento para a produção etc., são outros aspectos da própria programação que não apresentam, em si, nada de especial com relação ao que ocorre no setor industrial.

Uma alternativa seria o retôrno (parcial) ao modêlo de crescimento "para fora", com o estímulo às exportações. Estas exportações seriam, como tradicionalmente, de produtos primários ou, cada vez mais, de produtos industrializados. No primeiro caso, poder-se-ia correr o risco de anular parte do resultado anteriormente colhido, pelo aumento da capacidade para importar ante as pressões internas que os setores interessados fariam no sentido de facilitar essas importações e a provável expulsão de numerosas indústrias nacionais trabalhando a custos altos e baixa produtividade. Os benefícios imediatos para o consumidor seriam notórios, porém estar-se-ia restabelecendo um processo de dependência da economia nacional para o Exterior, altamente nocivo e indesejável. Essa dependência se expressaria não apenas no sentido de facilitar essas importações, e a provável tadores de matérias-primas e importadores de produtos no aspecto contingente do retôrno à qualidade de expor-acabados, mas também, no conhecido fato de baixa elasticidade da procura de alimentos nos países desenvolvidos (do ponto de vista alimentar já saciados, e crescendo em população a um ritmo mais reduzido do que o dos países exportadores), assim como da crescente substituição das matérias-primas naturais por outras sintéticas ou químicas, com o que se contrai o mercado das primeiras. Por fim, cumpre recordar a tendência secular para a deterioração das têrmos de troca dos exportadores de produtos primários ante exportadores de bens industriais.

A tentativa de estimular a exportação de produtos industriais encontra, nesta fase, numerosos obstáculos. País sem tradição exportadora, teria de conquistar mercados já atendidos por outros países, de longa tradição indus-

trial. Falta ao primeiro a infra-estrutura de apoio indispensável. E, o que é principal, seus produtos, infalivelmente, não têm condições competitivas em têrmos de preços, quando conseguem alcançá-las em têrmos de qualidade — o que, na maioria dos casos, também ainda não ocorre.

Daí surgirem providências que aliviam, substancialmente, essas desvantagens, quer pela manipulação de incentivos fiscais (isenções) e/ou financeiros (subsídios), quer pela introdução de processos administrativos mais expeditos, pela celebração de acordos comerciais pela criação de zonas de livre comércio e mercados comuns. O Brasil, como já recordamos, é um dos membros da ALALC.

As alternativas apontadas, são, portanto, notòriamente exíguas nas suas potencialidades, para dar seguimento ao processo de desenvolvimento do País, a prazo curto e médio. O crescimento a prazo longo fica afetado, afinal, por esta parada, caso não seja possível encontrar outra saída.

Aqui é que os economistas começam a falar em crescimento auto-sustentado. É aquêle em que o próprio mercado interno assume a responsabilidade principal (não exclusivo os esforços nos outros sentidos, devendo somar-se a êste) de assegurar um nível de procura global de bens e serviços compatível com a taxa mínima de inversão, indispensável para manter o aumento da renda "per capita" a um ritmo satisfatório. Cumpre, em última análise, por conseguinte, restabelecer a taxa global de investimento.

Mas, o investimento divide-se em público e privado. Enquanto se está dando condições para um processo de substituição de importações em economia descentralizada como a nossa, etá-se necessàriamente promovendo a sustentação e até a ampliação do investimento privado. Serão as emprêsas privadas beneficiárias da aplicação dêste modêlo, porque são elas as fornecedoras dos bens e serviços reclamados por uma população acostumada ao consumo dessas comodidades, anteriormente importadas.

O setor público tem um papel importante a desempenhar aí, e desempenhou no Brasil. Não apenas pela imperiosidade de proporcionar a infra-estrutura econômica e social, que condiciona os investimentos privados em certas atividades menos atrativas, ou de "know how" menos conhecido, ou de volume de investimento menos acessível ao particular etc. O caso de Volta Redonda, por exemplo. Queremos, entretanto, ressaltar que, mediata ou imediatamente, o que o Govêrno faz é ainda no sentido de garantir, ao empreendedor privado, condições satisfatórias de operacionalidade.

Na fase "madura" do modêlo êsses mesmos investimentos públicos tornam-se desnecessários, em alguns casos supérfluos, e, em outros, ineficientes. Basta que o setor privado, por motivo de recessão econômica (e estagnação ou redução do nível de procura efetiva) não se sinta, econômica e psicològicamente, motivado para continuar expandindo sua produção. Isto ocorre quando se alcança, também, um certo nível de saturação de investimentos públicos, em infra-estrutura, nas áreas que mais cedo atingiram um grau de desenvolvimento já bastante satisfatório, inclusive pelos padrões internacionais.

Êsses investimentos públicos adquirem nova dimensão, porém, quando associados a empreendimentos *futuros*, isto é, a abertura de novas frentes de ocupação econômica, mormente em países de dimensões continentais como o Brasil. Daí a importância que passa a assumir o aspecto regional, dentro da política econômica nacional. Por um lado, porque a incorporação dessas populações ao todo nacional pode constituir um aumento substancial do mercado interno para o setor produtivo. E, depois, porque possibilita deslocar a fronteira econômica, com apoio na agricultura e na pecuária, a regiões em que a terra é o fator abundante, barato e (embora nem sempre) fértil. A atividade primária, que vem sendo tangida das áreas mais desenvolvidas, onde a terra alcançou um grande valor que provoca a queda da sua taxa de eficiência marginal, encontra, por essa forma, a possibilidade de continuar a produzir para o mercado nacional a preços vigentes, mesmo sem introdução de grande dosagem de capital, como tem sido o caso do Brasil. Surgem problemas correlatos, como o da distância dessas novas áreas de produção até os centros consumidores. Mais do que a distância: as dificuldades de comunicações e transporte e a ausência total de aparelhamento adequado de comercialização e financiamento. Neste ponto é que se torna imprescindível a presença do Poder Público, no sentido de suprir essas carências, pela realização de investimentos em infra-estrutura econômica e social, que promovam a real abertura dessas novas frentes, a sua consolidação e a sua integração no todo nacional. A sua presença far-se-á sentir, ainda — se quisermos imprimir ao sistema econômico nacional maior eficiência, a partir de um mínimo indispensável de planejamento —, através dos pré-investimentos em pesquisa e no "capital humano".

Em tal contexto, o papel do Poder Público cresce de significação, à revelia de quaisquer discussões teóricas sôbre a extensão e os limites que deve ter a ação do Estado no campo econômico. Os estudiosos da História Econômica sabem que assim foi feito, embora sob formas diferentes, deliberada ou involuntàriamente, em todos os países hoje conhecidos como desenvolvidos.

3 — *O que a Amazônia oferece ao Brasil*

Inventariar o que a Amazônia pode oferecer ao Brasil, como alternativas válidas para o seu processo de desenvolvimento econômico e social, será, igualmente, inventariar as potencialidades da região. Essas potencialidades são, ainda, insuficientemente conhecidas, mas o que já foi revelado é suficiente para demonstrar como o País poderá, aí, encontrar um nôvo campo para sua expansão interna e uma nova mística para incentivá-la. Do ponto de vista em que nos colocamos, porém, queremos ressaltar, sobretudo, os largos parâmetros que a Amazônia cria para o exercício indispensável do investimento público e privado nas proporções reclamadas pelo ritmo de crescimento necessitado pela Nação.

3.1 — Os recursos do solo e subsolo da Amazônia são conhecidos apenas em pontos localizados. A sua imensa área, a falta de um programa de pesquisas sistematizado e continuado, a inacessibilidade atual de algumas das sub-regiões, tudo contribui para que êsse conhecimento seja ainda imperfeito e incompleto. A discussão sôbre a pobreza ou a riqueza dos solos amazônicos está superada por uma visão mais realista, que reconhece a existência de manchas extremamente variadas nas diversas áreas. A distinção entre terras de várzea e terras firmes é imprescindível, de saída, a quem pretender uma compreensão dêsse tipo.

Em segundo lugar, dentro de cada uma dessas subdivisões, encontram-se, ainda, extremas variações, não suficientemente estudadas. O que a prática agrícola mais recente tem demonstrado é que, com experimentação tecnológica e usando os processos mais adequados às peculiaridades locais — não uma simples transposição de tecnologia importada de outros lugares, com solo e clima substancialmente diverso — é possível obter culturas de grande produtividade. O plantio da juta e da pimenta-do-reino, introduzido pelos japonêses, bem como as demonstrações de rizicultura, do cultivo do dendê e de outras espécies, promovidas pelo Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Norte (IPEAN), assim o comprovam.

No que diz respeito à pecuária, mais do que a criação tradicional do Marajó — passando por um processo intensivo de modernização — convém ressaltar os numerosos projetos que se implantaram nos últimos anos, sobretudo ao Sul do Estado do Pará e ao Norte do Estado de Mato Grosso com base nos incentivos fiscais concedidos à região.

Os recursos de pesca, quer a fluvial, quer a do mar, são, ainda, explorados em condições altamente insatisfatórias. Os primeiros projetos de pesca de oceano, em condições técnicas e científicas modernas, deverão ser implantados nos próximos meses.

De há muito, pesqueiros das mais diversas nacionalidades vêm exercendo sua atividade nas costas do Pará e Amapá. Cabe lembrar como, em poucos anos, o Peru tornou-se um dos maiores produtores mundiais de pescado, posição que pode ser fàcilmente suplantada pelo Brasil.

Há, assim, um vasto campo a explorar, quer para a produção de alimentos de origem vegetal e animal, quer para a produção de materias-primas industriais.

3.2 — Essas novas frentes econômicas dependem, no entanto, de facilidades de acesso. Cumpre recordar os 5 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia — o maior "país" da América Latina, se independente.

Cabe recordar, também, a dependência em que a hinterlândia regional fica, para suas ligações com o resto do Brasil, da calha do Rio Amazonas e da costa marítima. São, assim, enormes percursos superiores aos percursos internacionais que ligam o país a outros portos internacionais, por vêzes em outros Continentes.

Além disso, em virtude de suas próprias condições atuais, decorrentes dos fatôres históricos que orientaram a ocupação e povoamento da Amazônia (entendidos os têrmos na sua relatividade, já apontada), claro está que a implantação de novos núcleos populacionais, econômicamente viáveis, está a exigir a implantação de serviços básicos indispensáveis. Neste ponto é que a região oferece ao País uma oportunidade ímpar de reencontrar-se com o seu próprio processo de desenvolvimento, como caminho imperioso para o futuro.

O exemplo das duas grandes estradas que "pinçaram" o território amazônico, pondo-o em comunicação, por vias internas, com o resto do Brasil — a Belém—Brasília e a Brasília—Acre — comprova, de maneira flagrante, a significação que obras dessa natureza têm.

Outros empreendimentos de igual importância para a área amazônica, tais como usinas de eletricidade, portos, aeroportos (inclusive por motivos de autêntica segurança nacional), vêm-se arrastando, há anos, por dificuldades financeiras. Os orçamentos dos órgãos regionais são extremamente minguados para o porte da obra a realizar, enquanto, por outro lado, o País necessita, desesperadamente, de incentivar os investimentos para sustentar a sua taxa de crescimento. E se a análise, anteriormente resumida, é válida, como nos parece, a alternativa de ação inicial é a de colocar grande ênfase nos investimentos públicos.

Não pretenderíamos que êles se realizassem exclusivamente na Amazônia, nem sustentaríamos que esta poderia esgotar a capacidade de investir no País. Por outro lado, é provável que alguns dêsses investimentos não tivessem, a curto prazo, a mesma eficiência marginal que teriam em áreas de maior expressão econômica, resolvendo pontos de estrangulamento notórios (ponto a discutir "in concretu"). Advogamos, porém, a invalidade da tese contrária, que é a exclusão prática da região amazônica dos programas de govêrno realmente significativos.

Em primeiro lugar, porque se perde a oportunidade de obter simultâneamente com o mesmo esfôrço diversos objetivos que correspondem às grandes aspirações nacionais, uma delas a de manter a soberania brasileira sôbre a área.

Em segundo lugar, porque os efeitos decorrentes dos investimentos públicos na região não podem ser medidos exclusivamente pelo aspecto econômico imediato, mas, também, pelo político (como acima) e pelo social.

Em terceiro lugar, porque o País está a necessitar de uma mística que o empolgue. A construção de Brasília com suas projeções no Exterior, desempenhou, de certo modo, êste papel (não entramos, aqui, na discussão dos seus efeitos positivos e negativos, crendo que os primeiros se distanciarão cada vez mais dos segundos, no correr do tempo).

Os povos costumam orientar-se por "bandeiras", apelos que os movem à ação e que, até mesmo através de "slogans", se dirigem certeiramente às suas reservas de entusiasmo. Que outro objetivo tem falar em "nova fronteira" ou "grande sociedade", ou "la grandeur du Pays", senão êsse?

A Amazônia é, hoje, foco das atenções mundiais. Continuará a sê-lo nas próximas décadas, queiramos ou não. É fácil de compreender por que, se atentarmos para o simples fato de que ela constitui um desafio. A um dos grandes alpinistas, que galgou um dos pontos mais elevados e aparentemente inacessíveis, dos Alpes suíços, diz-se que foi perguntado, certa vez, por que o fizera. Nenhuma recompensa material esperava pelo feito, apenas, possìvelmente, uma glória passageira e um grande risco de vida. Por que galgar o pico? "Porque êle estava lá" — foi a resposta.

Mas o desafio da Amazônia não é apenas "porque ela está lá". É porque ela é grande, quase vazia, habitável, econômicamente explorável e *necessária.*

O mundo tomou conciência da necessidade da Amazônia para resolver ou minorar alguns dos seus problemas de subdesenvolvimento. Êste domina ainda, como é sabido, dois terços da humanidade. E a maior parte dessa população concentra-se em áreas relativamente restritas, onde são notòriamente escassas as suas possibilidades de superar o estado vigente. São países superpovoados.

A Amazônia é uma área subpovoada. Aparece, perante a humanidade, em situação análoga à dos latifúndios perante uma sociedade humana pobre. E o Brasil, seu detentor, assume o papel odioso do latifundiário improdutivo, anti-social.

A Amazônia está lá e será conquistada, por nós ou apesar de nós.

A presente reflexão constitui uma débil contribuição para que a Nação, tomando consciência precisa dêsse fato, promova e participe da efetiva conquista da região, sem perder o seu contrôle. Pretende, inclusive, suscitar reflexões posteriores de quantos tenham parcela de poder ou de influência, pela sua competência legal e técnica ou profissional, no sentido de procurarem ver no desafio amazônico não apenas um ônus — e nesse caso seria justificado entregar a região a quem tivesse condições para dela cuidar — mas também um investimento econômica e socialmente produtivo.

NOTAS

Aos leitores interessados num aprofundamento da análise sucintamente feita no presente estudo, oferecemos, a seguir, algumas notas que darão indicações de fontes a que nos socorremos, para consultas complementares.

Limitar-nos-emos ao material especìficamente relacionado com o nosso assunto, deixando assim de fazer alusão a extensas bibliografias sôbre o desenvolvimento econômico em geral, ou mesmo ao caso particuar do Brasil.

As referências serão feitas com a indicação do item do nosso trabalho, a que dizem respeito.

1 — A tese da "cobiça internacional" foi desenvolvida em livro do Prof. Arthur Cezar Ferreira Reis, que lhe deu precisamente êsse nome: *A*

Amazônia e a Cobiça Internacional, Cia. Editôra Nacional, 1960, 1.ª edição. *Já foi lançada edição mais recente (acaba de sair a 3.ª).*

Sôbre a possibilidade do aproveitamento da Amazônia para solução de problemas demográficos dos países superpovoados e pobres, há numerosas *referências com alusão a pronunciamentos os mais variados sôbre a* matéria. Ainda recentemente, em livro traduzido para o português, o conhecido economista Kenneth Boulding formula a hipótese de transferência de *populações asiáticas para a Amazônia, nos seguintes têrmos:*

"Se, por exemplo, supomos que *duzentos milhões de asiáticos* fôssem estabelecidos no vale do Amazonas, nos próximos vinte e cinco anos, os *recursos* liberados *na Ásia podem ser suficientes para elevar os padrões de* vida e nutrição bastante dràsticamente, a fim de produzir o desejado corte de fecundidade. Contudo, a migração dessa escala, é inconcebível na *presente situação munial, e se os países asiáticos, e outros como êles, devem atingir* uma sociedade de alto nível técnico, devem fazê-lo por métodos muito diferentes daqueles que produziram esta sociedade na Europa e nos Estados Unidos (*o grifo é nosso*) (v. Kenneth E. Boulding, *Princípios de Política Econômica,* Ed. Mestre Jou, São Paulo, 1967).

1.1 — V., p. ex., Herman Kahn e Robert Panero, em *Novo Foco sôbre a Amazônia,* Hudson Institute Crotonon-Hudson, New York, mimeogr., julho 1965. Do autor dêste artigo, podem ser lidos os seguintes trabalhos, contendo as primeiras formulações sôbre a matéria: *Linhas de Ação para a Valorização Econômica da Amazônia* (em conjunto com Adriano Menezes e Camilo Duarte), in Revista de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais, da Universidade do Pará, ano 1, n.º 1, 1963, Belém, págs. 15-44; *Uma Nova Política de Valorização da Amazônia,* mesma revista, ano 1, n.º 2, págs. 163-198, Belém.

Entre as principais obras de consulta sôbre a estrutura sócio-econômica, *da Amazônia, v. principalmente, de Samuel Benchimol Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia* (2 vols.) ed. do Govêrno do Estado do Amazonas, 1966; Banco da Amazônia S. A., *Desenvolvimento Econômico da Amazônia* ed. da Universidade Federal do Pará, 1967.

1.2 — Consultar, sobretudo, a Lei n.º 5.173, de 27 de outubro de 1966, que criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e a Lei n.º *5.374, de 7 de dezembro de 1967, que modificou a anterior.*

Pelo primeiro dêsses diálomas legais, a SUDAM dispunha de um Conselho de Desenvolvimento da Amazônia (CODAM), órgão consultivo, de representação política espacial (Estados e Territórios Amazônicos) e setorial (Ministérios, principais autarquias relacionadas com a região e outros

organismos), inclusive os órgãos representativos de classes (empregados e empregadores) da agricultura, da indústria e do comércio.

Dispunha a SUDAM também de um Conselho técnico, CONTEC, órgão normativo e deliberativo de assessoramento ao Superintendente, com funções permanentes, reunido ao menos uma vez por semana ou quando convocado.

O CODAM, que não chegou a se instalar, funcionaria periòdicamente, para decidir sôbre as grandes políticas da SUDAM.

A nova lei substituiu os dois organismos por um Conselho Deliberativo, nos moldes do da SUDENE, com 29 membros representantes de Estados e Territórios, autarquias e outros organismos expressamente nomeados. Excluiu a representação das classes econômicas.

Deverá reunir pelo menos uma vez por mês, em Belém, sede da SUDAM, ou em qualquer outro ponto do território regional. Englobará as funções que pertenciam ao CODAM e ao CONTEC, inclusive a aprovação de projetos de investimento para gôzo dos benefícios fiscais criados ou ampliados pela Lei n.° 5.174, de 27 de outubro de 1966. Reconhecendo, porém, as circunstâncias práticas que dificultarão a reunião do Conselho Deliberativo de 30 em 30 dias, com participação dos Governadores dos Estados e Territórios e outras autoridades, numa região de dimensões continentais e imensas dificuldades de transportes, como a Amazônia, o legislador houve por bem admitir que o Superintendente individualmente, por delegação e "ad referendum" do Conselho, aprove êsses mesmos projetos.

É interessante constatar que a argumentação básica da Exposição de Motivos com que o projeto foi encaminhado ao Congresso, ressaltava, principalmente, a participação e apoio político que a SUDAM obteria, da parte das autoridades locais, para os seus planos, através da reunião dessas autoridades no nôvo Conselho Deliberativo. O Presidente da República, porém, ao sancionar a lei, fê-lo apondo um veto à alínea a, do art. 14, da Lei n.° 5.173/66, com a nova redação que lhe dá o art. 1.° da Lei n.° 5.374/67, e que precisamente definia a competência do Conselho para opinar sôbre o planejamento do desenvolvimento da Amazônia.

1.3 — Sôbre o assunto, a Assessoria Técnica da SUDAM preparou, em novembro de 1967, o documento GASPLAN 67/06, com o título *Considerações Preliminares sôbre o Problema de Ocupação da Amazônia*, compreendendo os seguintes títulos e seções: 1 — O Problema da Ocupação; 1.1 — As dimensões físicas e humanas da Amazônia; 1.2 — Uma noção aplicada de Geopolítica; 1.3 — Atualidade e urgência do Problema; 2 — Um conceito de ocupação; 2.1 — Ocupação física; 2.2 — Ocupação militar; 2.3 — Ocupação econômica; 3 — Viabilidade da ocupação; 3.1 — A decisão política; 3.2 — O preço econômico; 3.3 — O custo social; 3.4 — Um artigo de fé e um risco calculado; 4 — Estratégia da Ocupação;

4.1 — A função Polar; 4.2 — As áreas pioneiras; 4.3 — A infra-estrutura de apoio; 4.4 — Os pré-investimentos sociais; 4.5 — As relações espaciais; 4.6 — As relações funcionais; 4.7 — As dependências implícitas; 5 — Um modêlo de Ocupação; 5.1 — A Falácia do Programa isolado; 5.2 — A pletora do necessário e a escassez do disponível; 5.3 — Refletindo sôbre um modêlo integrado; 6 — Sugestões para um Programa de Trabalho; 6.1 — Um enfoque realista para o trabalho do G.T.; 6.2 — Aspectos parciais prioritários; 6.3 — Articulação e coordenação; 6.4 — Da necessidade de um calendário (tentativa).

Êsse documento foi transformado em pronunciamento da SUDAM sôbre as tarefas do Grupo de Trabalho criado por decreto presidencial, para estudar o problema de ocupação da Amazônia. Por ocasião da instalação do Grupo, o Ministro do Interior fêz pronunciamento em que, segundo se sabe, teria aproveitado e tornado suas, várias das colocações preliminares ali contidas.

1.4 — O Grupo de Assessoria para o Planejamento da Amazônia (GASPLAN), que funcionou junto à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, coordenado pelo autor dêste artigo, apresentou o esbôço de um Programa de Ação Imediata que consagra a ótica exposta ao final dêste item (Doc. GASPLAN 67/07, mimeogr., Belém, dez. de 1967). Compreende, além dos programas de *desenvolvimento, ocupação, integração e revelação,* alguns programas *especiais.* Êstes estão voltados para problemas de conjuntura de algumas atividades ou produtos líderes de economia regional, de maneira a promover a sua sustentação até que a diversificação desejada comece a produzir os primeiros frutos.

2 — Sôbre a matéria, entre os manuais mais acessíveis, recomendaríamos a leitura da parte final do livro de Celso Furtado, *Teoria e Política do Desenvolvimento,* ed. Fundo de Cultura, Rio, 1967.

2.1 — O estudo mais completo sôbre o modêlo brasileiro de substituição de importações é o da Prof.ª Maria da Conceição Tavares, publicado, originalmente, sob o título *Auge y Declínio del Proceso de Sustitución de Importaciones en Brasil:* in Boletin Econômico da América Latina, vol. IX, n.° 1, março de 1964. A primeira parte dêste estudo foi, posteriormente, refundida e publicada na revista "Dados", editada pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1966, 2.° semestre, págs. 115-140.

Além dêsse estudo, também merece ser lido o de Antônio Barros de Castro, denominado *Uma Tentativa de Interpretação do Modêlo Histórico Latino-Americano,* Instituto CEPAL/DOAT/BNDE, Rio, 1966 (mimeogr.).

2.2 — Além dos estudos anteriores, é muito elucidativo sôbre a matéria o livro *25 Anos de Economia Brasileira,* editado pelo Banco Moreira Salles S.A. em 1965. Foi redigido por uma equipe de economistas chefiada por João Paulo de Almeida Magalhães.

No mesmo sentido, são extremamente úteis os Relatórios do Centro CEPAL/BNDE, especialmente o último, Brasil 1966, mimeogr. Rio, 1967.

2.3 — Em relação ao caso particular da Amazônia, o autor dêste artigo preparou, em meados de 1967, o texto-base de uma conferência pronunciada para o Curso de Programação Industrial da CEPAL, no Rio de Janeiro, sob o título de *Viabilidade Econômica da Amazônia* (mimeogr.).

* * *

3.1 — A antiga Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, (SPVEA), substituída pela SUDAM, realizou alguns estudos, diretamente ou através de assistência técnica da FAO, sôbre recursos florestais, de pesca e outros. O Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP) está promovendo principalmente trabalhos sôbre recursos minerais nesse Estado. Outros são efetuados pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

A SUDAM reservou recursos relativamente consideráveis em seu orçamento plurianual coincidente com o Plano Trienal do Govêrno.

3.2 — Há, entre outros, o interessante estudo de Américo Barbosa de Oliveira e Luiz Carlos Lemme, sob o título *O Transporte Rodoviário e a Ocupação Econômica da Amazônia Ocidental*, na revista Econômica e Desenvolvimento, n.º 1, junho de 1967, págs. 41/52. Analisa, êle, principalmente os efeitos da implantação e funcionamento da estrada Brasília—Acre (no trecho até Pôrto Velho).

A necessidade de uma mística para o desenvolvimento da Amazônia, como de resto de quase tôda a América do Sul, é reconhecida e proclamada inclusive pelos controvertidos estudos do Hudson Institute, a propósito do sistema de grandes lagos que deveriam permitir, entre outros resultados, a ligação fluvial entre Belém e Manaus e vários países da América Latina, até Buenos Aires. V., p. ex., *Um Sistema Sul-Americano de Grandes Lagos*, março de 1967 (mimeogr.), que apresenta o sistema como um "agente catalítico" para o desenvolvimento do Continente.

UM SISTEMA SUL-AMERICANO DE «GRANDES LAGOS»

Robert Panero

O Instituto Hudson estuda "novos" modos de atacar os problemas do desenvolvimento da América Latina, desde meados de 1964. O grosso dêsses estudos tem sido patrocinado pelo Instituto por meio de doações particulares e seus Programas do Futuro (1). O estudo aqui sumariado resultou de uma idéia originada pelo Instituto e apresentada na sua primeira Conferência Latino-Americana de Desenvolvimento em outubro de 1964 (2). Êsse foco sôbre o desenvolvimento econômico compreendeu:

— uma ênfase nas áreas pouco exploradas;

— uma aplicação oblíqua ou lateral da tenconologia;

— estudos multidisciplinares de natureza mais "exploratória" que definitiva;

— uma busca de projetos de grande alcance (3).

O intento do nosso esfôrço foi procurar agentes catalíticos e estimulantes do desenvolvimento econômico e social, sendo um dos campos investigados os trabalhos de muitos escopos da engenharia civil. Um dos conceitos que resultou dêsses estudos parece de suficiente interêsse e importância para ser atualmente apresentado, embora sejam os estudos preliminares e incompletos.

Esta idéia e o trabalho ali sumariados são, principalmente, o resultado de um diálogo entre o autor, Herman Kahn, Marcello de Leva, James Geraghty e José Gómez Pinzón, que têm continuado, por muitos anos, pela procura de projetos que funcionem como "agentes catalíticos" do desenvolvimento. Os drs. de Leva, Geraghty e Gómez Pinzón são engenheiros, construtores, pilotos e exploradores, por suas habilitações, das áreas em estudo.

A avaliação técnica e o desenvolvimento da idéia foram levados a efeito por uma equipe do Instituto Hudson, que incluía os seguintes consultores técnicos e membros do "staff":

Consultores: — Vincenta Amy, Wilson V. Binger, Jean Bottagisio, Felisbetro C. Camargo, Julio Fajardo, James J. Geraghty, Edward Land-

way, John Menke, William MacGuigan, Noel Ravneberg, Abraham Schvartz, John Trantona e Joaquín Vargas Rocha.

Membros do "staff": — Thomas Bartmam, Basil Candela, A. H. S. Candlin, Lupe Gonzalez, John Karlik, Victoria Panero e Max Singer.

A idéia da criação de "Grandes Lagos" artificiais, para fomentar o desenvolvimento da América do Sul e da Região Amazônica, foi apresentada pelo autor ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a 6 de novembro de 1964. O trabalho sumariado neste relatório tem sido levado a efeito desde aquela data.

O Dr. Eudes Lopes Prado Lopes, geólogo e geofísico da Petrobrás, trabalhando na Região Amazônica, nesse mesmo período de tempo, fêz, independentemente, um trabalho paralelo ao do Instituto, com referência à criação do maior lago ou mar interior ao longo da própria corrente amazônica principal. Assim sendo, merece êle menção especial aqui, pelo seu esfôrço pioneiro.

I — *Introdução*

Poucos produtos da engenharia moderna são mais espetaculares que as oltas barragens de reprêsas e usinas hidrelétricas. As "barragens baixas", que, à primeira vista, parecem representar a tecnologia do século passado, embora primitivas em aparência (4) e não apresentando, muitas vêzes, grande desafio à técnica, encontraram, nos últimos anos, novas aplicações (5).

E finalidade dêste estudo insinuar que, pelo menos na América do Sul, a barragem baixa talvez seja particularmente própria para as exigências das condições topográficas e necessidades do desenvolvimento. Uma série de exemplos do uso das barragens baixas será apresentada, com finalidade ilustrativa, para demonstrar o sentido geral de um conceito. Nenhum dêstes exemplos foi analisado em detalhes, quer do ponto de vista técnico, quer do da relação entre o custo e a eficácia. Todos foram estudados de uma forma preliminar, endo que, pelo menos um, foi objeto de estudo relativamente intensivo. Alguns dêsses exemplos, embora hipotéticos, provàvelmente serão empreendimentos de engenharia práticos e viáveis.

Assim, segundo se deduz de uma série de estudos que admitimos ser incompletos e de natureza preliminar, bem como de viagens exploratórias empreendidas pelo Instituto Hudson, parece que seria possível criar vários "Grandes Lagos" (6) artificiais, no Interior da América do Sul, pela construção de uma série de "barragens, baixas" (de 10 a 30 m (7) acima das elevações medianas dos rios), inundando partes de bacias de rios existentes e que um tal programa poderia ser realizado a custo prático (8).

O trabalho do Instituto Hudson tomou um pequeno número de membros do "staff", um consultor técnico e um econômico, bem como muitos assessôres e críticos. O trabalho realizado na Colômbia foi feito sob contrato do Ministério de Obras Públicas, tendo sido principalmente o interêsse

e o apoio daquele govêrno o que encorajou o estudo e a análise dos conceitos discutidos mais adiante neste texto. A assistência não oficial dos "staffs" principais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Comissão Interamericana para a Aliança para o Progresso (CIAP), que assessoraram o Instituto foi extremamente valiosa.

O Presidente Belaunde Terry, por sua ação pessoal, tornou possíveis os vôos no Peru. Tais vôos foram feitos sôbre a maior parte das zonas próprias para barragens baixas aqui discutidas, geralmente por pequenas equipes (de 3 a 5 pessoas) de diferentes ramos, empregando aviões das fôrças aéreas locais ou pequenos aviões de aluguel.

Um dos grandes sonhos do Continente sul-americano tem sido ligar os rios principais, por meio de canais (9). Essa idéia, como expressa geralmente, dá a entender como são extensos os rios navegáveis do Interior, e o fato de que as bacias dos rios são separadas por istmos relativamente baixos e pequenos. A possibilidade de tráfego direto de pequenas embarcações, no caso de virem êsses rios a ser ligados por canais, implicaria tôda sorte de desenvolvimento econômico.

No século passado, essas idéias, embora discutidas, não podiam concorrer com o ímpeto de desenvolver as zonas costeiras da América do Sul. Recentemente, como a integração econômica tornou-se um dos pontos de maior atenção na programação do desenvolvimento do Continente, e as divisões naturais e os estreitos interêsses nacionais inerentes a tão grande área começaram a ser notados, tem havido um renovado interêsse (10) no desenvolvimento dessas zonas, que são extensas, inabitadas, econômicamente pouco exploradas, parcialmente desconhecidas que representam quase 4/5 do Continente sul-americano, e onde se localiza a maior parte dos rios navegáveis. Todo ano se verifica um desenvolvimento adicional nessas áreas, embora limitado, probatório e relativamente insignificante, que poderá, eventualmente, excluir algumas das possibilidades de desenvolvimento sugeridas neste estudo (11).

O único sistema de transportes permanente e que funciona com qualquer tempo, no Interior do Continente, são os rios. Canoas, botes a mator e pequenos navios da classe de 50 a 100 toneladas provêem comunicações básicas entre as povoações. Ainda assim, os rios fundamentais do Interior não são completamente navegáveis, embora se contem entre os maiores do mundo (12). Afluentes do Amazonas são tão grandes como os rios Mississippi e Missouri. A Bacia Amazônica tem 6.475.000 quilômetros quadrados (13). As zonas das bacias dos rios são planas e êstes têm cursos tortuosos. Grandes quantidades de sedimentos são transportadas pelos rios. Variações nas correntes e sedimentos resultam em alterações contínuas na profundidade e largura dos leitos. As velocidades das correntes variam conforme a estação, de quatro a quinze quilômetros por hora, causando grandes diferenças nos tempos de navegação entre viagens rio acima e rio abaixo (14). Árvores, detritos e outros perigos para a navegação tornam extremamente perigosas as viagens noturnas, que só são possíveis com grandes cui-

dados e a velocidades reduzidas. A diferença entre as marés varia de três a dez metros, sendo que, constantemente, grandes variações no nível do rio ocorrem, em curto espaço de tempo e sem darem qualquer sinal alertador. Apesar dessas dificuldades, os rios são usados para transporte, mas sòmente com limitações na tonelagem, tráfego e tração. Pessoal altamente treinado e grande incerteza do tempo de viagem são características da navegação nos rios (15).

Se canaais fôssem construídos, melhoramentos nos rios também se fariam necessários. As obras padronizadas da engenharia civil destinadas a impedir enchentes, devido à escala e à magnitude dos rios do Interior, viriam a ter custos extremamente altos, que talvez fôssem proibitivos.

A navegação nos "Grandes Lagos" artificiais, por outro lado, seria quase irrestrita e teria, eventualmente, muito poucas limitações de velocidade, muito semelhantemente à navegação no sistema dos Grandes Lagos entre os Estados Unidos e o Canadá. Os níveis de água seriam estabilizados. Os problemas causados por sedimentos seriam diminuídos. Sòmente correntes mínimas existiriam, sendo o contrôle de entulhos de menos importância. Em cada uma das "barragens baixas", equipamentos seriam necessários para transferir carga e embarcações de um nível de água para o outro. Para o tráfego atualmente existente, guindastes poderiam ser suficientes. Com o aumento do tráfego, rampas, elevadores e/ou comportas poderiam ser introduzidos (16).

Os "Grandes Lagos" artificiais poderiam servir de ligação entre as bacias dos rios, ao mesmo tempo que melhorariam o potencial de navegação das próprias bacias. Além disso, êles poderiam prover um grande número de subprodutos estimuladores do desenvolvimento econômico local.

II — *O projeto do desenvolvimento de Chocó*

O primeiro exemplo dessa utilização é o Projeto de Desenvolvimento de Chocó (17), um misto de hidrelétrica, sistema de vias navegáveis em terras interiores e passagem entre oceanos, no Nordeste da Colômbia. Consiste, em essência, de duas barragens baixas (cêrca de 30 metros acima do nível do mar) que formam dois "Grandes Lagos" artificiais estreitos, que se estendem cêrca de trezentos e vinte quilômetros ao longo das bacias do baixo Atrato e do baixo San Juan (como se vê na figura A). Ligados por canais aos aceanos e entre si, os lagos tornam-se, afinal, uma passagem de 402 quilômetros de um oceano a outro. Aproveitando as condições naturais de Chocó, isto é, o fato de serem tão planas as bacias dos rios, a grande precipitação e a falta de população nas terras baixas, uma área de 8.000 quilômetros quadrados (18) seria inundada para tornar melhores as terras que ficariam nas margens do nôvo lago, que teriam uma área igual a 40.000 quilômetros quadrados (19). Não obstante ser o projeto de Chocó em parte hidrelétrico (20), as duas barragens não foram localizadas de modo

a prover o máximo de vantagem em matéria de energia elétrica. Estão situadas de modo a dar o máximo em extensão de via navegável.

Podemos dizer que o projeto de Chocó não recebeu, no passado, a atenção que merecia. É êle, por muitos motivos, um projeto "natural" (21). As zonas onde deverão situar-se reprêsas são escolhidas tendo em vista a obtenção de máximo rendimento em eletricidade, sem inundar grandes áreas.

Prevê-se que o projeto de Chocó trará, para a Colômbia, muitas vantagens e benefícios, inclusive em madeiras, pesca, mineração, petróleo, energia elétrica e desenvolvimento de propriedade imóvel. Além disso, a via navegável estimula o desenvolvimento das cidades do Vale Cauca, meio sufocadas por estarem no Interior, ao dar-lhes acesso a ambos os oceanos (o Vale Cauca fica paralelo aos lagos Chocó, situando-se 50 milhas para Leste). O projeto poderá ser executado em fases que são econômicamente viáveis (22), permitindo, assim, uma programação do desenvolvimento de aspectos inesperados. Uma parte considerável do trabalho de engenharia já foi feita sob a direção do Ministério de Obras Públicas pelas firmas Ingetec Ltda., Integral Ltda., Woodward-Clyde Sherard & Associates, Geraghty & Miller, e o Laboratório Hidráulico Francês. Desde a posse do Presidente Carlos Lleras Restrepo, a 7 de agôsto de 1966, o trabalho de engenharia tem prosseguido, com particular ênfase na porção de San Juan do projeto. Um embaixador especial foi mandado ao Presidente Robles do Panamá, e ao Presidente Johnson, dos EUA (setembro de 1966), para levar-lhe notícia do trabalho em andamento. O projeto foi apresentado formalmente pelo govêrno às sociedades de engenharia colombianas (outubro e novembro de 1966). A 1.° de dezembro de 1966, um decreto foi promulgado pelo Presidente, criando a Comissão do Canal de Chocó, presidida pelo ex-presidente Alberto Lleras Camargo. Na primeira reunião da Comissão, a 14 de dezembro de 1966, o projeto foi, formalmente, apresentado.

Uma das características mais interessantes) e inesperadas do projeto de Chocó é que sòmente um pequeno número de habitações ficará inundado, ao se elevar de 30 metros o nível. Devido a variações dos níveis dos rios, os únicos locais onde é possível morar são os situados em terrenos altos. Das 150.000 pessoa que vivem em Chocó, mais de 90 por cento moram em lugares mais altos que 30 metros. Assim sendo, lagos serão criados em grandes áreas de terra relativamente sem valor e inóspita, atualmente sujeitas a inundações em larga escala e imprevisíveis. Os lagos estabilizarão os níveis de água e proverão acesso às sêcas terras "altas", atualmente inacessível devido à sua distância dos rios (23).

Portanto, não sòmente a navegação será grandemente facilitada, como, também, as distâncias se encurtarão sensìvelmente. É possível, atualmente, ir do Atlântico ao Pacífico através do Chocó, utilizando, para isso, rios transportando os barcos por terra por pequeno trecho (600 m), na área divisória. Devido serem os rios tortuosos, a distância realmente percorrida seria de cêrca de 1.200 quilômetros. A passagem do Chocó, segundo foi proposto, via lagos e canais, terá um comprimento total de 402,5 quilômetros.

Acreditamos que o projeto de Chocó, que tem sido intensivamente estudado, será um modêlo para outros semelhantes, e que, em geral, a bacia de um rio, longa e plana, se a topografia da região se mostra favorável, é especialmente adequada à construção da barragem baixa, se numa zona de alta precipitação pluviométrica, sendo que o lago resultante proverá vantagens em eletricidade, navegação, indústrias, agricultura ou navegação, ou uma combinação destas. Em alguns casos, pode ser que a mera estabilização das condições da água numa grande área, por si só, estimule o desenvolvimento regional.

III — *O Rio Caquetá à altura de La Araracuara*

A importância, em potencial, da barragem baixa foi, primeiramente, verificada em um vôo exploratório a La Araracuara, uma aldeia às margens do Rio Caquetá, no Departamento Amazonense da Colômbia (24). Nessa localidade, um poderoso rio, que é, apenas, um pequeno afluente do Amazonas, correndo lentamente em uma bacia extremamente plana, de repente, se estreita e passa a correr a grande velocidade, através de uma rochosa crista baixa, voltando, depois, ao seu calmo ritmo. Na verdade, o Caquetá, de uma largura de 400 metros (estação sêca), estreita-se até chegar a 30 metros, continuando assim por cêrca de 4 quilômetros. Seria notàvelmente fácil represar o Caquetá nesse ponto, fazendo seu nível subir de 40 metros. Devido ser a bacia extremamente plana, uma barragem de 10 metros de altura criaria um lago de cêrca de 100 quilômetros de comprimento, uma de 20, um lago de 180 quilômetros de comprimento, enquanto uma de 30 formaria um lago de mais de 300 quilômetros de comprimento, o qual se estenderia às faldas dos Andes (ver figura B). Como a bacia do rio tem uma largura que varia de 1 a 20 quilômetros, um lago longo resultaria. Um tal lago geraria muitos dos subprodutos do projeto do Chocó, tais como eletricidade, acesso às "novas" terras, uma indústria de pesca controlada, produtos madeireiros, além de uma via navegável muito mais curta e de maior utilização que os cursos dos atuais rios.

A barragem de 30 metros, neste ponto, teria 40 metros de largura na crista. Poderia ser construída a custo relativamente baixo (de um a cinco milhões de dólares) (25). O resultado, por outro lado, seria a criação de um "Grande Lago" artificial mais ou menos do tamanho do Lago Ontário, que ligaria três zonas completamente distintas: a floresta, as planícies e os sopés das montanhas. Seria impressionante e etimularia, em certo grau, o desenvolvimento, embora não tanto, nem por sombra, quanto o projeto de Chocó.

Foi após termos verificado que um "Grande Lago" artificial era possível no Caquetá que estudamos, intensamente, o vale central do Chocó e concluímos que dois lagos dêsses poderiam ser construídos e apresentariam vantagens naquele vale, provendo os elementos-chaves de uma passagem

combinada interoceânica, de potencial elétrico e de um projeto de vias navegáveis interiores.

IV — Ligações Orenoco — Amazonas

Muitas das primeiras propostas de canal tratavam da possibilidade de ligar o Orenoco ao Amazonas, tendo alguns dêstes estudos apressado as viagens do Barão von Humboldt à região. Na verdade, a ligação Orenoco — Negro, existe, constando de um canal natural chamado Casiquiare, que de há muito tem sido a rota seguida por exploradores, sendo, por isso, bem conhecido o objeto de muita especulação. A maioria dos estudos põe ênfase nas possibilidades de modificar o Casiquiare (26). No entanto, outra idéia é *construir um canal na região do Pimichin, onde os rios Atabapo e Guainia* aproximam-se um do outro até a distância de uns poucos quilômetros, e onde uma trilha por terra, presumìvelmente usada por contrabandistas, há séculos existe, num nível consideràvelmente mais baixo que a junção Casiquiare-Orenoco, a várias centenas de quilômetros a Oeste (27). Nossos vôos exploratórios (28) levaram-nos a acreditar que bacias dos dois rios podem ser ligadas por meio da construção de duas barragens, que ciariam um lago de cêrca de 200 quilômetros de comprimento, pelas bacias dos rios Atabapo e Guainia, numa linha Norte-Sul, como mostra a figura C. O lago, assim criado, poderia vir a ter custo bem baixo, pois que barragens naturais curtas já existem em ambos, o Orenoco e o Negro. Tal lago proveria o elemento-chave *num desenvolvimento combinado de potencial elétrico*, terra e recursos, bem como de um projeto navegacional que, por sua natureza, envolveria muitas nações (Brasil, Colômbia e Venezuela).

Uma das feições mais interessantes notadas durante os vôos exploratórios é que a zona entre os dois rios (Atabapo e Guainia), é, essencialmente, plana, alagada e pantanosa e, na verdade, as águas das duas bacias atualmente se misturam naquela área. Êste fato é pouco conhecido. Nesta área, nenhuma divisão" real existe. É de esperar que uma análise da relação entre o custo e a eficácia dêste "Grande Lago" demonstraria, claramente, que vantagens em grande escala dêle adviriam para a Venezuela, a Colômbia e o Brasil, a custos relativamente baixos, enquanto ficariam eliminadas *ambas as possibilidades anteriormente propostas* (29).

V — O Amazonas peruano

A maior parte do Interior do Continente e, em particular, a Bacia Amazônica têm altitudes inferiores a 200 metros acima do nível do mar. Nesta zona, todos os rios parecem correr através de áreas permanentemente inundadas, planas e bem definidas. Serras longas seguem os cursos dos rios de cada lado. Os rio serpenteia e transborda entre essas serras longas. Quando essa serra toca no curso do rio ou dêle se aproxima, os terrenos altos resultantes nas margens são zonas naturalmente próprias para a loca-

lização de cidades, aldeias ou fazendas. As severas enchentes e a grande ação erosiva do rio tornam a utilização das terras baixas pràticamente impossível (30).

Às vêzes há localizações naturais para barragens, quando as serras longas existentes de cada lado da bacia atingem a margem do rio no mesmo ponto. Uma interessante demonstração de como a região amazônica é plana fornece-nos Iquitos, no Peru, que se localiza às margens do Amazonas, a quatro mil quilômetros da foz, e onde o rio está a menos de 100 metros acima do nível do mar (31).

A importância da "barragem baixa" é fácil de notar no Peru, onde nascem os principais rios que formam a grande corrente amazônica. Três rios principais (cada um do tamanho do Mississippi), no Nordeste do Peru, correm para o Amazonas (o Napo, o Maranhão e o Ucaiali). Nesta área as serras longas estreitam-se visivelmente na topografia de outro modo plana da região, e significativas alterações geológicas ocorrem.

Um exemplo disto é a "garganta" em Orellana, onde o rio Ucaiali, que corre 350 quilômetros, num sentido Norte-Sul, através de uma bacia aluvional plana e alagada, corta um espinhaço sedimentar para ir lançar-se ao Amazonas (32). Neste ponto há uma localização "natural" para uma barragem baixa, de 1 a 10 quilômetros de largura, que poderia ser aproveitada para criar uma via navegável longa, no sentido Norte-Sul, abrir as zonas altas das regiões orientais pouco exploradas peruanas e brasileiras, complementar o projeto da Carretera Marginal de la Selva (33) e transformar Pucalpa (localizada nas terras elevadas) em uma importante cidade, que seria um centro de comércio e desenvolvimento (ver figura D).

Durante um vôo exploratório de Iquitos a Pantoa ao longo do Rio Napo (na região pouco explorada da fronteira entre o Peru e o Equador), em dezembro de 1966 (34), as mesmas condições foram notadas e cinco locais em potencial, no Napo, foram visados, nos quais espinhaços baixos de cada lado do rio aproximavam-se muito da margem do rio ou a tocavam, onde "Grandes Lagos" artificiais viriam a melhorar significativamente a navegação, as condições de vida e o potencial de desenvolvimento (35).

Naturalmente, tais localizações, em potencial, devem ser estudadas em detalhes, pois que barragens de alturas diversas, de 10 a 30 metros, produziriam lagos de tamanhos diversos, bem como diferentes potenciais elétricos e efeitos sôbre o desenvolvimento econômico. Para êsse fim, o Presidente Fernando Belaunde Terry do Peru instituiu uma Comissão de Coordenação de Estudos Hidrológicos para o Desenvolvimento (36), a fim de avaliar a possibilidade de criar vias navegáveis que viriam a completar a Carretera Marginal de la Selva, por meio da construção de barragens baixas (37).

VI — As regiões remotas do Este da Bolívia

Como a Bolívia é país central, sua preocupação principal tem sido achar um escoadouro permanente para o mar. Recentemente, têm desper-

taoo muito interêsse as propostas de enviar minério de ferro boliviano à Argentina através do Paraguai, e, não temos dúvida em afirmar, êsses projetos serão levados a cabo, tornando-se modelos de um desenvolvimento industrial multinacional.

Na Bolívia, aspectos dos rios, similares aos que se verificam no Peru e na Colômbia, existem em tôda a área a Leste dos Andes. Por exemplo: O Rio Madre de Dios corre de Puerto Maldonado, no Sudeste do Peru e entra na Bolívia, juntando-se ao Beni, que se lança no Madeira, que, por sua vez, é afluente do Amazonas. No Beni e no Madre de Dios um grande número de locais bons para a construção de barragens baixas existe, que permitiria a formação de um "Grande Lago" que ligaria o Peru à Bolívia.

Os Rios Mamoré e Guaporé formam a fronteira Este entre o Brasil e a Bolívia, enquanto que a bacia do Guaporé aproxima-se da do Paraguai, chegando a apenas alguns quilômetros dêste, a qual segue para o Sul, desaguando em Buenos Aires. A região é plana, parcialmente alagada e essencialmente desabitada. Uma série de vôos exploratórios nesta região (38) deveria revelar alguns pontos adequados à construção de barragens baixas, que permitiriam a criação de um "Grande Lago," ligando as bacias dos dois rios, provendo a Bolívia de uma costa interior (ver figura E). Como a Bacia Guaporé-Mamoré deságua no Atlântico, uma via Buenos Aires-Belém, através da Bolívia, seria formada. Parece razoável presumir que um tal projeto, se aceito, provado viável e levado a efeito, além de prover as vantagens secundárias, já mencionadas neste trabalho, estimularia o desenvolvimento econômico da região Este da Bolívia, e proveria a nação do eficiente escoadouro para o mar, que ela procura.

VII — O Amazonas

O maior exemplo, em potencial, da importância da barragem baixa no contexto do desenvolvimento do Continente é, sem dúvida, dado pelo Amazonas. É o rio maior e mais plano do mundo. É o que drena maior área. Com suas grandes enchentes e sua floresta tropical a região amazônica tem sido, de há muito, um dos maiores desafios do mundo ao desenvolvimento econômico. Essa região é das menos conhecidas, sendo os "peritos" na mesma conhecedores de apenas uma ou outra zona. A parte central da bacia e seus principais afluentes estão, de maneira geral, permanentemente inundados. A topografia é complexa e longos espinhaços dividem riachos e rios, os quais lançam suas águas no rio principal.

Antigamente, tôda essa região era um mar interior que cortava formações rochosas para encontrar passagem para o oceano (39). Entre todos os rios do mundo, o único cuja "parte estreita" está localizada perto da foz é o Amazonas. Entre Óbidos e Santarém, o rio atinge a sua menor largura, e altas formações de rocha dura são visíveis de cada lado (40).

Em Monte Alegre, um espinhaço baixo (cêrca de 50 metros acima do nível do rio) vem desde as terras elevadas do Brasil Central até a margem

do rio. Neste ponto, na margem norte do Rio Amazonas, os terrenos elevados vão cêrca de 30 quilômetros para o Norte. As margens e o fundo do rio são de areia, cascalho e rocha (41). Parece não haver razão técnica óbvia que impeça a construção de uma barragem baixa neste ponto. Um tal dique variaria em comprimento, entre 30 e 50 quilômetros, dependendo da altura do espinhaço (42). O tamanho do rio e o volume de água implicariam uma nova especialidade, e a engenharia necessária, de natureza bastante complexa, seria, se preciso fôsse, orientada por pesquisas (43).

Se o Amazonas fôsse represado a uma altura de trinta metros acima do nível baixo de suas águas, imediatamente acima de Monte Alegre, um "Grande Lago" ou mar interior seria criado, sendo aproximadamente o contôrno mostrado na figura F. Conforme o leitor notará, êsse lago seguiria o curso da corrente principal, do Tapajós, do Madeira e do Negro, e se estenderia além de Manaus (sem que essa cidade, é claro, ficasse inundada), formando algumas grandes ilhas e uma nova "costa". As distâncias de navegação ficariam reduzidas; as cidades situadas nas terras elevadas não ficariam inundadas (44). O potencial elétrico seria enorme, conforme referência anterior, e a quantidade e a variedade de possibilidades de desenvolvimento regional seriam, como é fácil prever, muitas vêzes aumentadas. O comprimento do lago ou mar interior artifical, provàvelmente excederia mil quilômetros estendendo-se de Monte Alegre a Tefé.

Quaisquer estudos de tal alternativa teriam, é claro, de analisar, de um ponto de vista da relação entre o custo e a eficácia, barragens de diferentes alturas que criariam lagos de diferentes tamanhos, tanto mais altas, como mais baixas que os trinta metros mencionados no exemplo hipotético acima.

Embora, à primeira vista, uma tal solução para o desenvolvimento da Amazônia brasileira possa parecer impraticável, o delineamento, no mapa, dos lagos resultantes de barragens de diferentes alturas, indicará uma acessibilidade às terras altas atualmente não acessíveis, devido a pântanâos e rápidos. O valor das novas terras poderá mais que compensar o valor das terras inundadas, e as riquezas (45) da região, atualmente inacessíveis, poderão ser mais prontamente exploradas em benefício do Brasil, do que se usando qualquer outra alternativa de desenvolvimento (46).

Além das possíveis vantagens em potencial elétrico, em industrialização da madeira em grande escala, em ter "costas interiores" bem drenadas, em operações de industrialização do pescado e em navegação com navios de grande calado (47), poderão advir benefícios tais como:

1) — Tôda a região do delta amazônico, de Monte Alegre a Belém, que hoje em dia é difícil de desevolver, devido a inundações e variação no rio, se tornaria uma área estável e de grande fertilidade agrícola (mais de 100.000 quilômetros quadrados).

2) — Muitos dos rápidos dos afluentes do Amazonas, que impedem a passagem para o Interior do Brasil, seriam inundados, permitindo o acesso, por navio, às terras interiores.

3) — O Amazonas transporta enorme quantidade de sedimentos que chegam a afetar a côr do Oceano Atlântico até 300 milhas fora da costa. O primeiro efeito de um represamento do Amazonas seria reduzir essa saída de sedimentos a um mínimo.

4) — Como o mar interior teria correntes mínimas, possuindo partes muito rasas, pode-se presumir que, nestas, nova terra surgiria, criada ràpidamente pelos sedimentos ali depositados, vindos das terras elevadas. É bem possível que essas novas terras formadas nas partes rasas do lago venham a ser de tanto valor para a agricultura, como as terras o eram antes da inundação.

Como é fácil compreender, o número de combinações, localizações e alturas das barragens, tamanhos e formatos dos lagos e possibilidades de desenvolvimento, é sòmente limitado pela topografia. Para todos os fins práticos, tôda a área em discussão pode ser considerada não cartografada, se têm importância variações topográficas de dez metros. Para compreender a significação da barragem baixa, a variação relativa da topografia das cercanias, considerada em relação ao nível do rio, é de primordial importância. É interessante notar que, nem do nível do chão, nem do nível dos próprios rios, essas variações topográficas são visíveis, pois que estão obscurecidas pela densidade e altura da vegetação. Do ar, essas variações não são, normalmente, visíveis, tampouco. A quinhentos pés de altura, a floresta tem a aparência de um tapête verde, tendo sido essas zonas muitas vêzes chamadas de "mar verde" O único modo de realmente "ver" as variações topográficas é voar num avião ou helicóptero de observação ao longo dos cursos dos rios, a uma altitude apenas levemente maior que a do tôpo da própria floresta e, então, inspecionar os pontos altos a pé, munido de barômetros. Como, até soje, pouca exploração dêsse tipo foi feita, o número de possibilidades é extremamente alto, e a importância em potencial final da "barragem baixa" só pode ser determinada por estudo mais profundo e sistemático (48).

Por outro lado, a importância, em potencial, do "Grande Lago" regional pode ser vista na figura G. que mostra, ao mesmo tempo, vários dos possíveis projetos aqui anteriormente discutidos.

Conforme mostrado, sete "barragens baixas" mudariam a geografia do Interior do Continente da maneira mais vivida (nove barragens, incluindo as duas de Chocó). Algumas seriam extremamente curtas e fáceis de construir. Uma, pelo menos, teria construção difícil, mas para a qual seria, provàvelmente, possível encontrar uma solução técnica viável. Ao mesmo que o custo das barragens seria extremamente baixo, o desenvolvimento do potencial hidrelétrico, a exploração de madeiras, pesca, recursos minerais e terras, que não são o objetivo principal do projeto, poderiam requerer um nôvo foco sôbre o desenvolvimento do Continente e a mobilização de muitos recursos e instrumentos não explorados atualmente, no campo do desenvolvimento econômico e social.

É desnecessário dizer que, em adição aos cinco "Grandes Lagos" aqui ilustrados, é incontável o número de lagos secundários e terciários que se tornarão possíveis como resultados de tal sistema.

As possibilidades no caso de alguns dos propostos Grandes Lagos, são claramente vantajosas para os países diretamente implicados. Ainda assim, o completo conjunto descrito neste estudo, que consiste de cinco dêsses lagos, poderá ter a vantagem de ser cada unidade econômicamente viável por si própra, enquanto o conjunto todo resultaria em modificações de base na geografia econômica do Continente.

Esta idéia, se aprovada após estudos detalhados e executada, teria alguns senão todos os seguintes efeitos:

— Ligaria o Brasil, a Venezuela, a Colômbia, o Peru, a Bolívia, o Paraguai e a Argentina pelo Interior do Continente;

— Reduziria as atuais dificuldades da navegação e as distâncias a percorrer;

— Abriria novas áreas bem drenadas, que são, atualmente, inacessíveis;

— Estimularia o comércio entre os complexos industriais de Buenos Aires e São Paulo e os produtores de matéria-prima do Norte e do Oeste;

— Seria um agente catalítico da integração econômica regional e de todo o Continente;

— Treinaria técnicos de diferentes nações para trabalhar juntos em projetos de finalidades conjuntas ou comuns;

— Focalizaria os esforços estrangeiros de desenvolvimento sôbre metas tangíveis;

— Motivaria novas importantes atividades em larga escala, no campo de eletricidade, madeiras, pesca, petróleo e mineração como subprodutos da criação dos "Grandes Lagos" artificiais.

O Instituto Hudson está continuando a estudar esta idéia e relatará, no futuro, periodicamente, sôbre seu desenvolvimento. É necessário frisar que os exemplos citados, neste trabalho, não são recomendados, neste momento, como projetos. A única conclusão dêste estudo, que admitimos ser de natureza preliminar, é que a idéia da criação do "Grande Lago" artificial deve ser estudada de maneira sistemática e com vistas a calcular o seu valor, como "agente catalítico" do desenvolvimento econômico e social da América do Sul e da sua integração.

NOTAS

(1) Os Programas do Futuro são patrocinados, principalmente, por doações da indústria para estudos sistemáticos do futuro realizados pelo Instituto Hudson.

(2) HI-473-P, Sumário das Atas, 16-19 de outubro de 1964.

(3) Êstes conceitos são discutidos no HI-758-P, Nôvo Foco sôbre o Amazonas, *de Herman Kahn e Robert Panero, 1.º de junho de 1965, pu-*

blicado em Progresso 65-66. A ênfase nas áreas poucos exploradas resulta de uma análise que salienta que, em adição às diferenças entre países, pràticamente tôda nação da América Latina pode ser dividida em tres zonas distintas: um País A — *urbano e com adiantamento do século XX; um* País B — *rural e de civilização do século XVII, pouco modificado; e um* País C — *de zonas inexploradas e sem aproveitamento econômico. O conceito de* aplicação lateral da tecnologia *refere-se a modificações de tecnologia ocidental em áreas subdesenvolvidas, que não a tornam nem mais nem menos avançada, mas apenas diferente. Não há tecnologia refugaaa, nem "cópias".* Projetos de grande alcance *são definidos como aquêles que produzem resultados que saltam aos olhos, são valiosos e conseguem-se com pequenos esforços. Os estudos exploratórios se destinam a inferir idéias e investigá-las, presumindo que muitas não são viáveis.*

(4) Geralmente construídas de terra ou atêrro hidráulico, as barragens baixas relembram diques ou barreiras contra enchentes, sendo caracterizadas por largas cristas e longos lados inclinados.

(5) Novas recentes aplicações incluem o represamento de grandes bacias européias sujeitas a períodos de cheias, a via navegável de Arkansas e os projetos russos no Dnieper e no Volga.

(6) O têrmo "Grandes Lagos" é usado para indicar áreas inundadas de grande superfície e sistema de vias navegáveis. Artificialmente criadas na América do Sul, essas grandes reprêsas relembrariam os Grandes Lagos existentes entre os Estados Unidos e o Canadá, bem como a via para o mar do St. Lawrence Seaway.

(7) Enquanto a Comissão Internacional de Grandes Barragens (ICLD) define grandes barragens como sendo as de 15 metros de altura ou mais, nós usamos uma elevação de 10 a 30 metros com fins ilustrativos, para distinguir êsse tipo de projeto da barragem "alta", de 50 metros de elevação ou mais, que claramente apresenta desenhos, problemas de engenharia e possibilidades diferentes daquelas referentes a barragens de 30 metros ou menos (as quais, é lógico, podem apresentar, elas próprias, problemas sérios a vencer).

(8) Estimativas iniciais e de natureza muito preliminar dão entre 250 e 500 milhões de dólares o custo da construção de sete barragens baixas, que formariam cinco "Grandes Lagos":

	Milhões de dólares	
Estimativa	1	2
Amazonas	125	250
Orenoco-Negro	40	80
Caquetá	5	10
Ucaiali	30	60
Guaporé-Mamoré	50	100
	250	500

Estimativa baseada em barragens de terra, e que não inclui trabalhos adjetivos, nem referentes a eletricidade.

(9) Muitos indivíduos sugeriram a ligação das bacias de rios desde o século XVIII. Em 1891, um canal Orenoco-Negro foi proposto pelo General Rafael Reys, da Colômbia, e Francisco Michelana y Rojas, da Venezuela. Parte de um canal Bolívia-Paraguai foi realmente construída, em 1771, pelo General Luís Pinto, para ligar os rios Alegre-Guaporé e Aguapaí-Paraguai. O cônsul-geral russo no Rio de Janeiro, barão von Langsdorff, propôs ligar as bacias Paraná-Paraguai, em 1826, após uma viagem por essa área. O argentino Gabriel del Mazo propôs, em 1948, a ligação de tôdas as bacias principais, a do Prata, a do Orenoco e a do Amazonas por meio de canais. Embora haja muitas referências à criação de canais de ligação, a extensa pesquisa bibliográfica realizada ainda não revelou qualquer alusão à possibilidade de criar lagos artificiais para êsse fim. Embora uma tal alusão possa existir, perdida em arquivos ou em bibliotecas particulares.

(10) "A Caminho de Um Canal Sul-Americano", Americas, *setembro de 1966, por Homero Martínez Montero.*

(11) "O mais poderoso argumento, prova menos reconhecida em favor do desenvolvimento amazonense, é o irrefutável fato de que êsse desenvolvimento está realmente se processando". "O Amazonas e a Revolução de Idéias", American Scholar, abril de 1950, *por Earl Parker Hanson.*

(12) O Amazonas é, sem dúvida, o maior rio do mundo. Tem seu curso um volume de água de 250.000 m3 por segundo, sendo êle 14 vêzes maior que o Mississippi e 6 vêzes maior que o Congo. Contribui êle com 20% do total da água que os rios de todo o mundo despejam nos oceanos.

(13) Na realidade, a área em discussão neste trabalho, incluindo parte das bacias do Orenoco e do Paraguai, tem mais de 9.065.000 quilômetros quadrados. A parte continental dos Estados Unidos tem uma área de 7.770.000 quilômetros quadrados.

(14) Por exemplo, a viagem de Iquito a Belém leva dez dias, e a de retôrno cêrca de vinte, segundo o comandante naval peruano em Iquitos (dezembro de 1966).

(15) Uma das discussões mais completas das dificuldades de navegação nestes rios é encontrada em "Los Ríos de la Amazonias Peruana", do Capitão Guillermo Faura Gaig (Marinha Peruana, Ret.), 1962.

(16) Rampas, vias férreas inclinadas, elevadores e guindastes são soluções para os problemas apresentados pelas diferenças de níveis em vias navegáveis. Experiências estão sendo feitas e instalações construídas na Europa, atualmente, por grupos como os Schneider da França.

(17) HI-735-RR Projeto de Desenvolvimento de Chocó *(Alguns Aspectos da Construção de uma Passagem Interoceânica Através do Departamento de Chocó na Colômbia), 1.º de agôsto de 1966, por Robert Panero.*

(18) Quase a área do Lago Titicaca.

(19) A área da Holanda, por exemplo, é de 40.000 quilômetros quadrados, e a da Bèlgica de 30.000. Sòmente um país rico em território, como a Colômbia, pode pensar em inundar áreas tão vastas.

(20) Proverá uma capacidade inicial instalada de 2.000.000 kw. HI-735-RR, 1.º de agôsto de 1966.

(21) O espinhaço existente no centro de Chocó é a mais baixa divisão continental do Alasca à ponta sul do continente americano — cêrca de 100 metros acima do nível do mar. Além disso, essa crista divisória tem sòmente dois quilômetros de largura, enquanto que têm uma largura de 20 quilômetros as cristas pedregosas do Panamá e outros locais da Colômbia que seriam possibilidades para o canal projetado em Chocó. A cordilheira que se estende no sentido norte-sul, desde o México e através do Panamá, abranda-se exatamente ao norte de Buenaventura, na costa pacífica da Colômbia. Os Andes estendem-se para o Norte a partir do Chile e abrandam-se ao Sul da costa do Caribe, perto de Monteria. Entre as duas cordilheiras está a bacia do Chocó, essencialmente baixa, sedimentar e aluvional. Se o nível da água de Chocó fôr elevado, os dois oceanos ficarão imediatamente ligados. Estudada nos séculos XVIII e XIX, a área foi esquecida no século XX, embora a alta precipitação pluviométrica anual, de 1.016 centímetros, pudesse ter, pelo menos, estimulado estudos referentes ao potencial hidrelétrico, se grandes mananciais estivessem sendo procurados.

(22) Alguns dos custos das várias etapas (estimados pelas firmas de engenharia envolvidas):

Milhões de US$

Lago do sul, com 500.000 kw de capacidade instalada mais a utilização dos rios não melhorados	90
Lago do sul, canal do sul e comportas para o Oceano Pacífico, com 500.000 kw de capacidade instalada	145
Lago do sul, com 500.000 kw de capacidade instalada, mais o lago do norte, o canal do norte e comportas para as duas costas, com 500.000 kw de capacidade instalada no norte (total: 1 milhão de kw)	400
Idem, mais capacidade geradora adicional para elevar o total a 2.300.000 kw, mais o canal do sul e comportas para o Oceano Pacífico	530
Idem, mais canal de ligação para navios de 20.000 t.	680
Idem, mais geradores adicionais para elevar o total para 3,3 milhões de kw	
Idem, mais aumento do tamanho das comportas, para admitir navios de 50.000 toneladas	
Idem, mais aumento de tamanho das comportas e canal, para admitir navios de 100.000 toneladas	

Naturalmente, outras combinações são possíveis.

(23) Os vôos iniciais exploratórios sôbre o Chocó para verificar essa conclusão, foram feitos por avião Satena — cel. Baquero, cap. Viana. Equipe: Marcello de Leva (engenheiro, consultor do Instituto Hudson), Mario Laserna (economista, Universidade dos Andes), Robert Panero ("staff" do Instituto Hudson). Maio e junho de 1965. Nesta área, é claro, várias dezenas de excursões exploratórias e de reconhecimento foram depois organizadas e levadas a efeito.

(24) Vôo exploratório. Gen. Ospina Navia, 1965, B-26 da Fôrça Aérea Colombiana. Equipe: Daniel Fernandez, BID; William MacGuigan, Instituto de Pesquisa de Stamford; Robert Panero, Instituto Hudson. Relatório HI-758P.

(25) Para fins de estimativa, calculamos entre 5 e 10 milhões de dólares devido ser remota a região.

(26) Corpo de Engenheiros dos EUA (USCE), 1945. Um completo estudo da rota do Casiquiari, incluindo mapas e estimativas preparadas com vistas a utilizá-lo para exportação de borracha pelo Brasil.

(27) General Rafael Reyes, 1890 — Apresentação da Segunda Conferência Pan-Americana, Cidade do México.

(28) Aeronave do Ministério das Obras Públicas, outubro e novembro de 1965, cap. Valbuena. Equipe: Jean Bottagisio (engenheiro hidráulico, Laboratório Hidráulico Francês), James Geraghty (consultor geologista, Geraghty & Miller), Cyril Jacobs (geologia petrolífera, consultor). Robert Panero ("staff" do Instituto Hudson).

(29) Um tal lago proveria uma ligação, num sentido Norte-Sul, significativamente (várias centenas de quilômetros) mais curta que qualquer rota do Casiquiari utilizada atualmente.

(30) Atualmente, as terras baixas são utilizadas apenas para agricultura, em pequena escala, entre dois períodos de enchente, o que é prática comum no Interior. Isso depende de acurada precisão das épocas das enchentes. Por razões práticas, tôdas as cidades, aldeias e fazendas estão nas terras elevadas.

(31) 96 metros. BM Base Naval Peruana, Iquitos.

(32) Outros exemplos são o Pongo de Rentema, no Maranhão, bem como o Pantoja e o Curaray, no Napo.

(33) Uma estrada indo da Bolívia à Venezuela, a Este dos Andes, para fins de colonização, foi proposta, originalmente, pelo Presidente Fernando Belaunde Terry do Peru.

(34) Fôrça Aérea Peruana, Tenente Salazar. Equipe: Julio Fajardo (engenheiro-civil, consultor do Instituto Hudson), Ernesto Paredes (arquiteto, Secretário-Geral, Ministério Peruano de Desenvolvimento) e Robert Panero ("staff" do Instituto Hudson).

(35) Além disso, talvez seja possível criar um lago na região das fronteiras peruana, equatoriana e colombiana, ligando os Rios Caquetá-Putumaio e Napo, abrindo tôda a área ao desenvolvimento. A possibilidade será investigada em 1967.

(36) A "Revolución Suprema", N.º 57-SG, de 21 de dezembro de 1966, criava a "Comisión Coordinadora de Estudios Hidrológicos para el Desarrollo", formada de: o diretor do Instituto Nacional de Planejamento, que seria seu presidente; o diretor do Centro de Avaliação dos Recursos Naturais Nacionais; o diretor de Irrigação; o diretor de Eletricidade; um delegado do Comando Conjunto das Fôrças Armadas; um delegado do Centro Geral de Comunicações; um Representante do Serviço de Mapas Geológicos Nacional; um Representante do Instituto Militar Geográfico do Peru.

(37) A "Comisión" empreendeu, em fevereiro e março de 1967, vôos exploratórios sôbre os rios Ucaiali, Maranhão, Madre de Dios e Urabamba, com o capitão Faura, da Armada Peruana, e Marcello de Leva, do Instituto Hudson, que encabeçaram a equipe. Essas explorações foram relatadas numa carta-relatório dirigida ao presidente da Comissão, datada de 6 de março de 1967, tendo levado à aprovação de um programa de trabalho destinado à realização de mais explorações e a coleta de informações detalhadas sôbre cada possibilidade.

(38) Nenhuma exploração desta região foi, ainda, empreendida pelo Instituto Hudson.

(39) USGS Investigação do Rio Amazonas, 1963.

(40) Relatório geológico, "A Bacia Amazônica", Geraghty & Miller, 24 de outubro de 1966.

(41) Relatório de observação de Julio Fajardo, 10 de novembro de 1966.

(42) Segundo o Dr. Felisberto Camargo, a região do Monte Alegre é o único lugar para a construção de uma barragem sôbre o Amazonas, se a crista deve estar 30 metros acima das águas, quando baixas, pois que lugares rio acima, entre Óbidos e Santarém, embora igualmente estreitos, exigiriam consideráveis barragens nas terras baixas, para o Sul.

(43) Por exemplo, no caso teórico de se represar o Amazonas a um nível de trinta metros acima do atual, fazendo-o à altura de Santarém, o potencial elétrico seria da ordem de 100.000.000 HP, ou seja, 1/4 da capacidade instalada nos Estados Unidos. Como sòmente uma pequena parte dessa eletricidade é necessitada ou utilizável, pesquisas deveriam ser empreendidas no sentido de ser inventada uma turbina de baixa eficiência, que exigisse pouco capital, fôsse de pequeno preço e baixo custo de operação. A maior parte do esfôrço industrial de anos passados tem sido feita no sentido das turbinas de alto rendimento. A idéia de represar o Amazonas já foi proposta várias vêzes, no passado, com a finalidade de gerar energia elétrica, mas não para a criação de um sistema continental de vias navegáveis (apresentação feita pelo Dr. Prado Lopes, em fevereiro de 1966, no Clube de Engenharia).

(44) Outro exemplo das originais possibilidade de uma tão grande fonte de eletricidade, num local único poderia ser a viabilidade da transmissão de corrente contínua a grandes distâncias e a baixo custo, para centros industriais em crescimento, como São Paulo; êsse tipo de programa

está sendo estudado tendo em vista aumento da capacidade hidrelétrica do Nordeste dos Estados Unidos e poderia ser particularmente adequado a um desenvolvimento elétrico a longo prazo na América do Sul. Se a reprêsa é indesejável, então o valor da eletricidade por si só não justificaria a construção, se tivermos em vista a conveniência da produção atômica de energia elétrica no futuro. No entanto, se a reprêsa é desejável por outros motivos, muito do custo da construção desta poderá ser pago pela produção da eletricidade.

(45) Ver "Amazonas — Novas Ricas Terras Pouco Exploradas", por Earl Parker Hanson, Scientific Digest, *julho de 1949.*

(46) Tais como projeto de construsão de estradas ou de contrôle de enchentes.

(47) Embora nenhum sério estudo tenha sido feito sôbre a possível vantagem de inundar a Amazônia, a discussão apresentada aqui foi desenvolvida pelo autor com o Dr. Felisberto Camargo, anteriormente do Conselho Nacional de Pesquisas do Brasil, que é engenheiro e economista, conhecendo profundamente as regiões em questão. É possível que tal projeto não seja desejável, embora os benefícios resultantes sejam bem maiores que o custo, se ficar claro que essas mudanças topográficas, em grande escala, terão feições mutáveis tais, que impeçam a utilização de uma análise do custo e das vantagens como meio de julgar se um projeto é desejável ou não.

(48) Por esta razão a idéia foi apresentada ao Dr. Roberto de Oliveira Campos, Ministro do Planejamento do Brasil, em Washington, a 8 de fevereiro de 1967, tendo êsse encontro resultado numa apresentação formal no Rio de Janeiro, sob os auspícios do Dr. Amorim, Chefe de Gabinete do Ministro, a 8 de março de 1967, a um grupo de planejadores técnicos e econômicas de vários ministérios.

NÔVO ENFOQUE SÔBRE A AMAZÔNIA

Herman Kahn
Roberto Panero

A enorme região central do Continente sul-americano continua sem ser conquistada. Dois peritos norte-americanos sugerem a aplicação de nôvo critério no desenvolvimento da Bacia Amazônica, aproveitando a vantagem de nova tecnologia e usando planos coordenados entre todos os países que possuem território na maior região inexplorada do mundo ocidental.

Introdução

Fala-se muito, atualmente, em unidade da América Latina. Muitos grupos, inclusive a organização da Aliança para o Progresso e algumas instituições financeiras internacionais, estão tentando, com o auxílio financeiro e tecnológico dos Estados Unidos, estender essa unidade e explorá-la para atingir progresso econômico e social. Há, sem dúvida, importantes barreiras a vencer. O aforismo de Gabriela Mistral, a poetisa chilena, é bem conhecido por tôda a América Latina: "O que nos une, na América hispânica, é nosso belo idioma e nossa desconfiança dos Estados Unidos". Isso caracteriza muitas atitudes latino-americanas para com os Estados Unidos, e pode também ser um revelador comentário sôbre a natureza e o grau de grande parte da unidade política da América Latina.

Se essa frase de Mistral é um comentário válido, uma urgente necessidade, quanto ao desenvolvimento da América Latina, poderá se achar nôvo fator de unidade — algum projeto ou objetivo sôbre o qual várias nações latino-americanas possam localizar sua atenção, seu entusiasmo e suas esperanças. A finalidade dêste ensaio é sugerir uma total possibilidade na Bacia Amazônica — e discutir alguns fatôres relativamente negligenciado no planejamento do desenvolvimento da América Latina, que tornam essa possibilidade na Amazônia extraordinàriamente promissora.

Dinamismo sócio-cultural, bem como uma vontade de sacrificar confortos atuais e práticas tradicionais em benefício de satisfação ulterior, parecem ser indispensáveis para o desenvolvimento de uma sociedade industrial

moderna. Ainda assim, essas qualidades emergiram sòmente em áreas selecionadas de países latino-americanos e, certamente, não são aparentes em tôda a área, como característica geral, onde a maioria dos observadores concordaria, as fôrças da inércia e da desunião permanecem muito grandes. Assim sendo, agora parece provável que setores urbanizados e relativamente modernos das sociedades do Brasil, México, Colômbia, Venezuela etc., na ausência de revoluções ou depressão econômica mundial prosperarão e crescerão ràpidamente. Outras áreas dentro dêstes e de outros países, no entanto, muito provàvelmente crescerão lentamente, se crescerem, e as tensões sociais, terão tendência a aumentar. À maioria dos observadores, as questões críticas na avaliação do futuro da área parecem ser:

a) quão desigual e díspar será o desenvolvimento.

b) quanto do crescimento econômico será impedido pelo rápido aumento da população (estimativas para a América Latina dão, para o ano 2000, uma população da ordem de 600 milhões) e o resultante aumento de disparidades internas e desigualdades de desenvolvimento econômico;

c) até que ponto o desenvolvimento será acompanhado de guerra civil, revoluções, violência ou outras desordens, e quão significativas serão essas perturbações;

d) que benefícios e quanto poderá o auxílio dos Estados Unidos realizar.

No que concerne a auxílio dado pelos Estados Unidos, o registro dos esforços para o desenvolvimento econômico inclui, pelo menos, tanto fracassos quanto sucessos. Assim, é fácil criticar e, muitas vêzes, difícil sentir-se entusiasta do papel do auxílio norte-americano no desenvolvimento da América Latina. Na maior parte, os entendimentos parecem agora inclinados a acreditar (admitam êles ou não, e sejam ou não essas convicções objetivamente justificadas) que:

a) govêrno democrático, na América Latina, não conduz ao desenvolvimento;

b) *sòmente* revolução e violência podem produzir o rompimento com o passado, necessário para o deenvolvimento.

c) *sòmente* líderes autoritários e "conquistadores das massas" podem gerar a disciplina e o entusiasmo necessários à obtenção de rápido progresso.

Ainda assim, nenhuma destas conclusões parece ser baseada em relevante trabalho de investigação. As atitudes parecem vir de uma espécie de desilusão dentro da profissão do desenvolvimento, e afetam adversamente, ou não, muitos programas.

A despeito da desilusão e do pessimismo largamente espalhados, considerável progresso econômico e social tem-se verificado na América Latina, nos últimos dez anos. A magnitude e a direção do progresso indicam que ulterior e significativo progresso (ou pelo menos mudança) muito certamente ocorrerá. Se tais tendências continuarem, a quantidade de "alternativas para o futuro", que se tornam dignas de serem consideradas para a

próxima década, aumentará grandemente, e a estrutura das possibilidades tornar-se-á muito mais complexa do que parece evidente à primeira vista.

Aplicação lateral da tecnologia

Um importante modo de atacar o problema do desenvolvimento jaz no que podemos chamar de uma aplicação "lateral" da tecnologia. O uso da moderna tecnologia, para ajudar o desenvolvimento, é idéia muito simples, muitas vêzes erradamente entendida e, mais freqüentemente ainda, erradamente aplicada. "Tecnologia lateral" consiste em usar, nos países em desenvolvimento, tecnologia que não é, necessàriamente, nem mais, nem menos adiantada que a melhor praticada nos Estados Unidos, mas apenas diferente daquela em uso atualmente nos países desenvolvidos. Uma freqüente falsa aplicação da tecnologia é a aquisição de jatos supersônicos pelas fôrças armadas dos países em desenvolvimento. Êsses países geralmente não têm qualquer necessidade real de possuir aviões supersônicos. Necessitam sim, de avião de baixo preço, de fácil manutenção e vôo, alguns talvez de modelos que atualmente não mais são fabricados. Melhor ainda, novas gerações de aeronaves tipo helicóptero, de motor de pistão e decolagem em pista curta, robustos e adaptáveis a diferentes usos, próprios para funções de "polícia" e contra-insurreição, bem como usos civis. Seriam êles, muito lògicamente, um melhor investimento para as fôrças armadas de muitos países em desenvolvimento.

Há muitos outros casos em que "boa" avançada tecnologia é usada, num país em desenvolvimento, em construção, engenharia ou na indústria, por razões erradas ou sem dar atenção às necessidades e condições especiais do país. Então, pontes, estradas de ferro, centrais hidrelétricas etc., em países em desenvolvimento, são muitas vêzes construídas em moldes norte-americanos ou europeus, sendo "superplanejadas", excessivamente dispendiosas e até mesmo inapropriadas ou ineficientes, em têrmos das necessidades locais. Ainda assim, isto é difícil de remediar. Resulta em parte do costume, em parte de um profissionalismo de desenhistas e engenheiros, que de outra forma é admirável — um desejo de fazer "o melhor". Deriva, por outro lado, de uma arraigada resistência emocional, dos países em desenvolvimento, a aceitar o que é "de segunda qualidade", e do fato que ninguém criticará o engenheiro que seguir práticas "conservadoras e sãs" (mesmo que isso custe o dinheiro do seu cliente), enquanto que, ao mesmo tempo, ninguém perdoará o engenheiro inovador, se suas inovações não derem certo. E, no entanto, o desenho simples (e talvez inovador), como o do avião simples (ou diferente), poderá ser, na realidade, "a melhor" solução para um problema. Um exemplo de como a tecnologia lateral poderia ser aplicada, no desenvolvimento da terra, é encontrado na solução do problema de abrir a floresta e remover áreas. Geralmente êsse trabalho é feito com tratores ou equipamento pesado equivalente. Na maioria dos países sul-americanos, êsse equipamento tem de er

adquirido no Exterior, gastando-se divisas. Acreditamos que, em muitas zonas, êsse trabalho poderia ser feito de forma mais barata, se se usasse mão-de-obra local e cargas explosivas perfiladas. Tais explosivos foram, originalmente, inventados para guerra antitanque, sendo hoje em dia usados, em nações desenvolvidas, para soldar (realmente juntando dois pedaços de metal por uma explosão), moldar metais, realizar trabalhos de demolição de todos os tipos, bem como remover árvores, desagregar pedreiras etc. No entanto, de maneira geral, o método do explosivo não pode, nos países desenvolvidos, concorrer com os outros, pois que nesses países há o capital para aquisição do equipamento complexo, a mão-de-obra especializada necessária à manutenção e à operação dêsse equipamento, sendo que as economias resultantes de operações, em larga escala, são imediatamente sentidas. Essas cargas explosivas, por outro lado, podem fàcilmente ser adaptadas a pequenas operações usadas por trabalhadores não especializados, bem como fabricadas num país em desenvolvimento. Em muitos casos teriam eficiência equivalente, em trabalhos atualmente feitos com maquinaria importada e trabalhadores especializados. Outras aplicações laterais da tecnologia poderiam ser encontradas pela investigação da possibilidade do uso de pulverizações e injeções de produtos químicos em operações de limpeza aérea de florestas, no desenvolvimento agrícola por meio de atividades aéreas de plantio de sementes, de adubagem e até de "cultura" de produtos.

Em geral, há grande necessidade de mai pesquisas de operações e engenharia criativa, bem como de menos dependência da rotina e da orientação das nações desenvolvidas. Até mesmo a sadia influência da existência da concorrência pode ser contraproducente se noutra conjuntura. O remédio pode residir, pelo menos em parte, num esfôrço mais extensivo, por parte das agências oficiais, instituições financeiras e grupos de planejamento, para analisar sistemàticamente oportunidades, com o fim de tornar mais apropriada a tecnologia, por meio da aplicação "lateral", ao invés de pôr ênfase em "bons métodos" ou no uso das técnicas e instrumentos mais avançados, modernos ou glamorosos.

É também possível progredir "lateralmente em aptidões" ou "lateralmente em capital", nas áreas em que o primeiro pode ser mais importante que o segundo, pois que, em tôda a América do Sul, muitos projetos são impedidos por falta de pessoal-chave ou capital. Os administradores de maior sucesso na América Latina geralmente têm a arte de convencer indivíduos a mudarem de profissão a fim de realizar trabalhos para os quais não foram treinados, mas que podem aprender. Assim, uma "câmara de compensação" para habilitações, multidirecional, que tentasse colocar o homem certo no emprêgo certo, sem dar atenção à nacionalidade ou localização do trabalho poderia produzir um significativo impulso no desenvolvimento econômico e atividades comerciais. Em têrmos de habilitações, há, hoje, uma tendência para utilizar peritos vindos dos países superdesenvolvidos em todos os níveis do espectro do desenvolvimento. Porém, um sis-

tema mais eficaz poderia utilizar técnicos de um nível do espectro do desenvolvimento em outro um tanto menos avançado, mas no qual a separação não é tão grande que faça a experiência ganha em um todo irrelevante no outro. Um exemplo simples disto poderia ser empregar engenheiros colombianos nos problemas de desenvolvimento da Nigéria.

Similarmente, aplicações clássicas de capital têm, geralmente, sido feitas por companhias enormes e superdesenvolvidas, como a United Fruit, ou por grandes instituições como o Banco Mundial (World Bank). Estas grandes organizações, embaraçadas por múltiplos podêres internos e externos de veto, tendem a ter ação "pesada" e lenta na maioria dos empreendimentos nas áreas em desenvolvimento. Uma melhor maneira de agir *poderia estimular a formação de investimentos conjuntos, de capital estran*geiro e local, ou parte do govêrno, parte privada, parte industrial, com extensiva distribuição das quotas iniciais de participação. Em alguns casos, êstes "co-investimentos" poderiam lembrar a complexa participação na COMSAT (Communication Satellite Corporation), a companhia de comunicação por satélites, nos Estados Unidos; em outros poderia ser da natureza de simples sociedade, o que não mais é incomum. Talvez fôsse possível, por exemplo, estabelecer uma sociedade anônima agrícola de larga escala, que fizesse uso de habilitações, tecnologia e capital, de forma inteiramente nova. O vultoso capital inicial poderia ser obtido de muitas fontes institucionais, governamentais e privadas, tanto de dentro da própria área, como de fora. A organização poderia buscar flexibilidade de produtos, bem como a realização de funções de processamento, empacotamento e transporte, *fazendo pesquisas básicas por si própria. Uma tal organização pode*ria tornar-se um empreendimento agrícola integrado, de muitos produtos, o qual se estenderia da fazenda ao mercado.

Há muitas dessas misturas de habilitações, capital e tecnologia, que não foram investigadas nem estudadas, exceto ocasionalmente e numa base *ad hoc. Sistemas médicos rurais, com transmissão e recepção de televisão,* a qual ligaria clínicas remotas a um hospital central, bem como aviões e helicópteros leves, poderiam tornar possível a um número pequeno de médicos atender bem a um grande número de pacientes. Tal sistema poderia, muito provàvelmente, concorrer com o hospital rural comum, que muitas vêzes é difícil de suprir de pessoal, difícil de operar, e que representa um substancial investimento de capital.

Há exemplos, em algumas partes do mundo, de pequenas aciarias com menos de 20.000 toneladas anuais de produção, que servem a mercados locais ou regionais e têm preços que oferecem forte concorrência. Pequenos fabricantes de produtos químicos, pequenas refinarias de petróleo, bem como pequenas emprêsas de mineração, podem também ser econômicamente eficazes, contanto que sejam empreendimentos integrados, que têm *como finalidade servir a um mercado local. Há, por exemplo, uma bem* sucedida refinaria de petróleo em Wyoming, que refina para outras firmas, a qual trabalha com 75 barris diários apenas, embora a maioria das outras

refinarias processe mais de duas mil vêzes essa quantidade, diàriamente. Amplos estudos deveriam ser feitos para descobrir semelhantes "boas novas misturas" de necessidades locais e avançada tecnologia.

Diferença entre as áreas "A" "B" e "C"

Uma distinção que se deve ter em mente, quando se pensa na maior parte da América Latina (exceção feita para os países do Caribe e da América Central), também válida para grande parte da África e um pouco da Ásia, é a seguinte: além das variações locais de natureza cultural, técnica e econômica, que existem entre nações e nelas próprias, há, geralmente, três grandes e distintas "áreas" (ou divisões naturais) dentro de cada nação:

Escolhamos um exemplo típico: a Colômbia. As zonas A, B e C têm as características adiante descritas:

A distinção entre as áreas "A" e "B" é conhecida na literatura do desenvolvimento, na qual é, usulamente, chamada situação de "dualidade econômica". Achamos que deve ser também importante reconhecer a existência da área "C".

Assim sendo a área "A" está claramente no século XX. Ela é industrializada, possui computadores e pessoal formado no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), tem uma classe de profissionais grande e em crescimento, tem favelas, que são também do século XX. Muitos dos habitantes das favelas são desempregados, não são treinados em profissão alguma, são econômicamente inúteis e socialmente rejeitados. Além dos óbvios reultados de um alto índice de investimento na área "A" — construções urbanas, estradas, automóveis etc. — há emprêsas comerciais especializadas, trabalhadores especializados, bem como uma classe dominante em expansão, os assim chamados povos "técnicos intelectuais", que estão, aos poucos, substituindo os clássicos políticos aristocráticos e os caudilhos. Há crescente sofisticação e interêsse pela política. Essa área "A", ou comunidade urbana, é pràticamente a mesma na maior parte da América Latina, bem como partes da África e da Ásia, lembrando os centros urbanos dos Estados Unidos e da Europa. Na verdade, essa área "A" é mais parecida, em muitos aspectos, com as partes urbanas dos Estados Unidos e da Europa, que com suas próprias comunidades rurais.

A área "B" é diferente. É geralmente uma sociedade do século XVII modernizada, de base agrícola, com uma superestrutura de tratores, aviões de pulverização de colheitas, mecânica, obras públicas e um pouco de moderna mineração. Sua população é, essencialmente, constituída de camponeses tirados da sua condição de camponeses — arrebatados, em parte, pelo rádio de pilha e suas promessas — buscando vãmente a imediata

posse de bens materiais e nôvo respeito próprio. É aqui (mais freqüentemente que nas favelas das cidades) que se encontra uma "revolução de crescentes esperanças" perigosamente frustrada. Na área "B" o desafio à lei e ao "sistema" é relativamente comum. Movimentos de "bandidos" clandestinos, em protesto sócio-político ou simples aventura — combinações de Fidel Castro, Jesse James e Robin Hood — podem ocorrer, e ocorrem, da noite para o dia.

A área "C" é ainda diferente. Esta é a área inexplorada econômicamente e, muitas vêzes, desconhecida. Aqui se encontra, freqüentemente, a "vida do sertão", com suas características de cada um depender de si próprio, de hospitalidade, de vindita como repressão ao crime. Há muito pouco investimento, e sòmente desenvolvimento ocasional, combinado com um tipo de vida que compreende apenas o essencial para a subsistência.

Tendo em mente a distinção entre "A", "B" e "C", é possível estabelecer diferentes critérios para diferentes projetos de desenvolvimento, dependendo da área em que êle se localiza, e independentemente de ser o projeto um hospital, um esquema de eletrificação em larga escala ou uma rêde de comunicações.

As áreas "A" e "B"

Um exemplo da interdependência das áeras "A" e "B" é sentido nas situações criadas pela reforma agrária. A política da reforma agrária é estabelecida para satisfazer às necessidades dos camponeses alheados existentes na área "B". A seqüência dos acontecimentos geralmente ocorre como se segue:

1 até mesmo a ameaça de reforma agrária pode reduzir a produtividade, pela perda da confiança, políticas restritivas dos proprietários de terras e redução do investimento da área "A" na área "B";
2 passar de unidades grandes a pequenas, bem como organizar novas instituições agrícolas, pode causar ulterior redução de produtividade, principalmente se disso resultarem operações de escala demasiadamente pequena, gerência incapaz e subcapitalização;
3 a probabilidade de resultante escassez de alimento na área "A" aumentará;
4 receio de tal escassez, bem como falta de confiança, reduzem ainda mais os investimentos da área "A" na área "B", podendo causar "desinvestimento" líquido na área B";
5 a resultante escassez de alimentos da área "A" intensifica a divisão de classes na mesma área, aumentando, portanto, a tendência à instabilidade e às desordens sociais.

Outro exemplo de interação é dado adiante. Desta vez, uma ação da área "A" produz uma reação na área "B", a qual anula os objetivos da ação da área "A". É o seguinte:

1 um programa da área "A" para o bem-estar social (por exemplo, um projeto de construção de casas populares) tem como objetivo reduzir a instabilidade e as divisões geradas pelas favelas da área "A";

2 o programa aumenta o número dos insatisfeitos camponeses da área "B" que vêm para a cidade;

3 a instabilidade da área "A" é agravada, devido não sòmente a ficarem as favelas aumentadas e mais concentradas ainda, mas também por causa das decepções dos novos favelados (muitas dessas casas populares, sem dúvida ràpidamente se transformarão em "novas favelas");

4 embora o programa possa beneficiar a área "B", não beneficia a área "A".

Interações como as acima são exemplos das dificuldades encontradas quando se fazem tentativas para promover desenvolvimento interferindo na área "A" ou na área "B", e constituem uma das causas principais das desilusões mencionadas anteriormente. Isto não significa, é claro, que os vários programas nas áreas "A" e "B" não devam ser continuados. Parece, porém, que seria bom olhar para a área "C", para ver se há ali quaisquer novas possibilidades. Após um exame preliminar, acreditamos que a área "C" da América Latina é rica em potencial de desenvolvimento. Êsse potencial será útil, se seu aproveitamento fôr bem sucedido, e não virá a ser muito nocivo, se êle fracassar. Também achamos que os projetos terão muitas probabilidades de sucesso, se houver um uso lateral da tecnologia imaginoso e hábil.

Alguns comentários sôbre a área "C"

Quase quatro quintos do território total da América do Sul caem na categoria de área "C". No entanto, quanto ao desenvolvimento poderá ser estimulado na área "C", se fôr possível fazer isso, e quanto êle poderia beneficiar as áreas "A" e "B", em oposição a adversamente afetar qualquer destas últimas áreas, são perguntas de respostas desconhecidas, mas que parecem valer a pena estudar. Acreditamos nisso, embora os projetos da área "C" provàvelmente encontrem as seguintes dificuldades:

1 geralmente pouca ou nenhuma infra-estrutura existe;

2 em alguns casos não há qualquer população na área "C", sendo que, quando há, é esta geralmente marginal e limitada;

3 há, geralmente, poucos recursos que possam ter exploração imediata — se não fôsse assim, tais recursos já teriam sido explorados;

4 como a área "C" é para onde se expande naturalmente a área "B", muitos dos desenvolvimentos da área "C" ràpidamente vêm a duplicar condições encontradas na área "B";

5 como o desenvolvimento da área "C" tem de começar "da estaca zero", há uma tendência no sentido do desinterêsse da iniciativa privada e de parte de governos locais, devido à crença de que os riscos de fracasso são maiores e mais dispendiosos;
6 os fracassos são, muitas vêzes, fàcilmente visíveis.

Por outro lado, há muitas vêzes vantagens que compensam ou anulam as desvantagens, nos projetos na área "C" — além das possibilidades de altos ganhos e boa garantia que nenhum mal será causado às áreas "A" e "B", se as coisas não correrem bem. Por exemplo:

1 há poucos interêsses localizados na área "C", tendo ela impacto político muito leve sôbre a nação. Portanto, a área "C" é provàvelmente a única onde não há oposição latente, ou haverá muito pouca, a desenvolvimentos mais modernos e mais eficientes;
2 pela mesma razão é possível usar maior variedade de "instrumentos" (no sentido mais geral da palavra);
3 há, quase sempre, algum apoio local. Os governos geralmente são pelo desenvolvimento da área "C", por questão de doutrina, pois essa área é relativamente desconhecida, e, assim, sempre há possibilidade de importantes recursos serem descobertos. Na América Latina há uma "mística da Amazônia" de proporções quase cultistas;
4 em razão de mudanças atuais ou futuras de condições, como aumento geral de propulação, de mercados ou capital disponível, novos desenvolvimentos tecnológicos, etc., o que era antieconômico pode tornar-se lucrativo, mas poderá receber atenção, devido à falta de investigação sistemática.

Um projeto amazônico

A maior parte da área "C", na América Latina, é constituída pela Bacia Amazônica, incluindo seus maiores e menores afluentes. Esta área compreende todo o centro do Continente e é na maior parte inexplorada, desabitada econômicamente, não utilizada e, na verdade, ignorada, não obstante o número de fazendas e indústrias "experimentais" na sua história.

Esta área inclui a parte sul das três Guianas, uma boa porção da Venezuela, dois terços da Colômbia, parte do Equador, mais de metade do Peru, dois terço da Bolívia, bem como mais de metade do Brasil. Mas, para os brasileiros, a Amazônia é a zona geográfica em tôrno de Manaus, enquanto que para os peruanos é aquela em volta de Iquitos. Mais de 1.600 quilômetros separam as duas cidades e, na verdade, poucos latino-americanos sabem que há um grande pôrto colombiano no Amazonas, Letícia, que se situa entre Iquitos e Manaus. A corrente do principal rio, é claro, está sujeita a períodos de alta, causando substanciais inundações na maior parte

da área central da Bacia. A própria zona central é uma região fantástica "metade terra e metade água". Há uma tendência para pensar que a Amazônia é "uma coisa só". No entanto, há muitos tipos de vegetação, solo, clima, índices de precipitação pluviométrica e habitantes. Assim sendo, muito se tem escrito sôbre o solo de laterita lixiviada predominante nessa região. Na verdade, porém, há três classes de terra, na parte central da Bacia: a que está normalmente alagada, a que está normalmente acima das águas, e aquela que varia, dependendo da época do ano. As últimas duas são regularmente sílico-argilosas e podem, portanto, ter utilização, se o contrôle das enchentes puder ser econômicamente feito.

Embora a Bacia seja relativamente plana, tornando a corrente principal totalmente navegável, a topografia é bastante complexa. Pelo menos metade do total da Bacia está a mais de 100 metros acima do nível do mar. Na verdade, a bacia estende-se a lugares como Florência, que está a mais de 300 metros de altura, no sopé dos Andes e na encosta oriental dos mesmos, a qual, da Colômbia à Bolívia, escoa suas águas para o Amazonas.

Embora pareça estranho, o Amazonas é um dos poucos grandes rios do mundo cuja bacia ainda não amplamente estudada e analisada em têrmos de contrôle de enchentes, irrigação e potencial hidrelétrico, e embora seja êle totalmente navegável e haja, em tôda sua extensão, cidades que são centros comerciais, bem como aeroportos. A própria magnitude do volume das águas e das distâncias implicadas, bem como o clima da região, tendem a desencorajar ampla investigação e complica qualquer tentativa de estudar contrôle de enchentes ou instrumentos regulatórios. Os "peritos" na Amazônia tendem a conhecer apenas pequenos trechos da região, sendo, assim, difícil conseguir-se uma visão de conjunto.

Alguns objetivos do desenvolvimento da amazônia

O Amazonas e seus afluentes se estendem por todos os países do Norte e do Oeste aos do Sul e do Leste. Êsses cursos de água, mostrados no mapa por linhas pontilhadas, passam a uma distância relativamente pequena de tôdas as cidades principais do Oeste. Infelizmente, embora a corrente principal seja totalmente navegável, poucos afluentes o são. Mesmo rios como o Putumaio, normalmente navegáveis, podem ser usados sòmente por pequenas embarcações. Se fôsse possível tornar os afluentes grandes e pequenos mais navegáveis do que são agora. (1) pela eliminação de barreiras naturais; (2) fazendo novos tipos de embarcações, capazes de vencer obstáculos naturais de maneira fácil e econômica; ou (3) por uma combinação dêsses dois métodos, tráfego direto seria possível, dos centros industriais de Buenos Aires, Montevidéu, e São Paulo para os países produtores de matéria-prima: Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Se êsse tráfego se tornasse possível e econômico, automóveis brasileiros poderiam ser vendidos

à Colômbia e pagos em carvão de pedra; minas de carvão colombianas situadas nos altos Andes, atualmente não exploráveis, passariam a ter exploração econômica viável. O Brasil importa carvão de pedra, enquanto a Colômbia, por tôda as razões práticas, cortou a importação de automóveis para poupar divisas.

Ao mesmo tempo, embora o Interior do Continente represente quatro quintos do total das terras, muito pequena parte destas está disponível para colonização. Se por meio de alguma combinação econômica de lagos artificiais, empreendimentos de desvio de rios e ou contrôle das fontes fluviais amazônicas, as fases de enchentes da corrente principal da Amazônia pudessem ser significativamente reduzidas, centenas de milhares de quilômetros quadrados de novas terras, drenadas e pesadamente sílico-argilosas se tornariam disponíveis para utilização, onde agora, acima do nível das águas, na época das cheias, só existe laterita lixiviada.

Estas são as mais óbvias potencialidades do desenvolvimento amazônico. Outras compreendem uma sensível melhoria no sistema de comunicações da Amércia do Sul. As comunicações, hoje em dia, são principalmente feitas por canais radiotelefônicos de alta freqüência, que estão sujeitos às perturbações atmosféricas locais. Se um centro comutador de alta freqüência fôsse colocado no meio do Continente, provendo rotas alternadas entre quaisquer dois pontos, todo o sistema melhoraria grandemente. A Fôrça Aérea dos Estados Unidos (USAF) possui vários navios que são centros comutadores de alta freqüência, originalmente adquiridos para comunicações na região do Sul do Pacífico, durante o desenvolvimento do programa espacial, mas atualmente sem utilização, já que foram substituídas por rêdes de comunicações permanentes. Se um dêsses vasos pudesse ser localizado em Manaus, Letícia ou Iquitos, as comunicações em tôda a América do Sul poderiam ser consideràvelmente, melhoradas, a custo muito pequeno.

Um subproduto ou vantagem resultante de um centro comutador flutuante ou fixo seria a possibilidade de haver comunicações altamente fidedignas na própria Região Amazônica O centro comutador imediatamente aumentaria a capacidade de utilização de todo o equipamento existente nessa área. Poderia, também, fàcilmente tornar-se um centro para todos os tipos de mensurações e observações de fenômenos locais, ajudando, assim, a preenhcer algumas das grandes lacunas no conjunto das informações atualmente disponíveis.

Uma situação típica

A fim de investigar algumas dessas idéias, Robert Panero, do Instituto Hudson, William McGuigan, do Instituto de Pesquisas de Stamford (SRI), e Daniel Fernandez, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) previram a possibilidade de: 1) controlar o Rio Caquetá num lugar chamado Araracuara, na Amazônia colombiana, e 2) controlar o Guaiabeiro à altura

de La Macarena, nos Llanos Orientales. Ambas essas localizações foram escolhidas, em consulta com o Dr. José Gómez Pinzón, de Bogotá, por causa da sua similaridade com muitos dos outros afluentes do Amazonas da Bolívia, Peru e Colômbia.

Em Araracuara, o Caquetá estreita-se de uma largura de 400 metros na época das sêcas, até chegar a 30 metros, e passa por uma apertada garganta, com ligeira alteração em elevação. Na época das enchentes, essa constrição faz o Caquetá recuar, inundando várias centenas de milhas em direção ao Sul, contribuindo, consideràvelmente, para as enchentes do Putumaio, que divide o Peru e a Colômbia.

Seria relativamente simples fechar a entrada da garganta, criando assim a condição primária para a formação de um lago artificial, permitindo o contrôle do fluxo de água para Leste e para o Sul. Seria também, relativamente simples cortar através da baixa crista ao norte da garganta, permitindo que o rio corresse em tôrno da obstrução natural representada por essa garganta, evitando, assim, que o rio recuasse, por ocasião das cheias, e drenando, ao mesmo tempo, os terrenos essencialmente pantanosos existentes ao Sul e a Oeste.

O Caquetá é um exemplo típico das centenas de pequenos afluentes do Amazonas, que são lentos e correm preguiçosamente, encontrados na Colômbia, no Peru e na Bolívia, com elevação superior a 100 metros. Êsses "pequenos" afluentes são, no entanto, grandes rios. Por exemplo o Caquetá, em Araracuara, é do tamanho do Rio Ohio, um dos principais dos Estados Unidos. Não obstante poucos sul-americanos já ouviram falar nêle.

Em La Macarena os prados de Llanos estendem-se para Leste, enquanto uma grande ribanceira desce à confluência de dois rios, que, na época das cheias, transformam essas planícies no que alguns indivíduos locais chamam de "arquipélago colombiano". Seria possível e tarefa relativamente simples criar um lago artificial nesse ponto, permitindo um desenvolvimento dêsses prados, maior do que é atualmente possível.

Como os outros afluentes são similares ao Caquetá e ao Guaiabero, parece razoável presumir que condições "iguais às do Araracuara" poderiam ser encontradas também naqueles rios, tornando possível, com pequeno esfôrço, exercido num ponto naturalmente propícoi, produzir um "grande efeito". Assim, talvez a execução de muitos pequenos projetos possibilitassem um contrôle direto das enchentes do tronco principal amazonense. Disto resultaria uma drenagem das terras atualmente alagadas e uma maior navegabilidade dos afluentes.

O estudo proposto pelo Instituto Hudson

O Instituto Hudson tem procurado encontrar um modo de atacar o problema de estudar essa região eficazmente. A dificuldade básica é a enorme extensão da região e a falta de informações detalhadas.

O Instituto Hudson propôs a formação de um pequeno grupo analítico, que consistiria de cientistas, engenheiros e acadêmicos, para avaliar a Bacia *Amazônica como um todo. Um tal esfôrço sistemàticamente procuraria* "*instrumentos*" que pudessem servir para o desenvolvimento da região e dos "recursos" exploráveis (as palavras "instrumentos" e "recursos" devem ser entendidas no sentido mais amplo possível). Tal esfôrço compreenderia, entre outras, as seguintes tarefas:

1) analisar e avaliar possibilidades tecnológicas atuais para o desenvolvimento de novos tipos de transporte fluvial, com vistas ao uso, no Amazonas e seus afluentes, ligando partes da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela com o Brasil:

2) analisar e avaliar possibilidades tecnológicas atuais de tornar imediatamente navegáveis os afluentes do Amazonas que ligam a Bolívia, o Peru, o Equador, a Colômbia e a Venezuela, pela eliminação dos "rápidos" e outros impedimentos naturais ao curso normal médio do rio, procurando atingir assim as seguintes vantagens:

a) terrenos aluvionais drenados;
b) nôvo "aluvionamento" de terras lixiviadas;
c) eletricidade em pequenas quantidades.

3) analisar e avaliar possibilidades tecnológicas atuais de melhorar, consideràvelmente, as comunicações entre os países da América do Sul, estabelecendo um grande centro de comutação num lugar centralmente localizado na Amazônia, para a transmissão de mensagens;

4) apresentar algumas políticas alternativas de desenvolvimento da região pelas seis nações nela envolvidas, a longo têrmo, e então avaliar essas políticas alternativas com base na relação entre os esforços (magnitude e tipo dos mesmos) e os resultados esperados.

Um tal esfôrço necessitaria, é óbvio, de ativa assistência e apoio das seis nações envolvidas na Bacia Amazônica. Além disso, seriam precisas a cooperação e a assistência de especialistas locais dêsses países, que indicariam possibilidades, indícios e condições "tipo Araracuara", *atuando numa* função muito semelhante à que teve o Dr. Gómez Pinzón na fase inicial do estudo. *Para se conseguir um* estudo fundamental da região, tanto amplo como valioso, num tempo relativamente curto, seria necessária uma equipe de estudo composta de maneira a ter uma combinação de conhecimentos tecnológicos e científicos, com grande sensitividade a condições locais. A equipe teria de ser multinacional e multidisciplinar. Tentaria ela gerar uma "sensitividade" a tôda a Bacia. Trabalhando através de governos locais, instituições, universidades, consultores e indivíduos, e com todo o patrocínio apropriado das autoridades, inclusive no que concerne a transporte, alojamento e suprimentos, essa equipe teria de estar preparada para fazer *in loco* análises e apreciações técnicas e econômicas de condições "tipo Araracuara". Na Bacia Amazônica, conforme já dissemos, não há outro modo de fazer *tais apreciações, senão por avião, que deve poder aterrissar nos rios*, pois há poucos aeroportos. Tal coisa seria perigosa (pois *tôdas* as aterrissagens

em rio são perigosas), sendo, porém, necessário que a equipe aceitasse tais riscos, pois que condições "tipo Araracuara" serão, geralmente, encontradas em partes desabitadas e inexploradas da Bacia.

Na verdade tal equipe seria uma "fábrica voadora de idéias". Deveria ter representantes de tôdas as disciplinas básicas implicadas numa apreciação geral da região. O produto dessa "fábrica voadora de idéias" seria uma lista e apreciação de "instrumentos" tecnológicos ou projetos que possam ser levados a efeito. Tal lista incluiria projetos contraditórios — como no caso do Araracuara, em que é possível deixar o rio correr ou fazê-lo parar. Ambas as coisas são possiveis, tendo diferentes resultados. Tal lista de projetos, tècnicamente viáveis, poderia ser apresentada a um grupo muito maior, compreendendo maior número de especialidade cientìficamente mais variado, que representaria miríades de interêsses na região. Êsse grupo, examinando o extenso espectro dos projetos viáveis, poderia bem ser capaz de produzir um esquema de estrutura do desenvolvimento, que ajudaria a atingir as metas anteriormente descritas. Pelo menos tal desenvolvimento criaria divisas e outras receitas e recursos a serem usados no sentido de um ulterior desenvolvimento nas áreas "A" e "B". Poderia também servir para refocalizar, de maneira nova e vital, os interêsses nacionais num projeto sul-americano supranacional, criando empregos e oportunidades para especialistas que agora tendem a ir para os países desenvolvidos, e, talvez, o que é mais importante de tudo, resultaria na criação de classes de administradores, técnicos, novos tipos de inovadores e empreendedores nos campos social e da engenharia, todos com treinamento no trabalho bem sucedido do importante e vivido projeto na área "C" e as novas classes poderiam não sòmente estimular outros projetos nas áreas "A" e "B", pelo exemplo e ensejo, mas também proviriam a liderança e o material humano para tais projetos. Êsse estímulo e essas classes são aquilo o de que mais carece a maior parte da América Latina.

---

* *Embora êste ensaio focalize principalmente o Norte do Continente sul-americano, as idéias gerais nêle expressas parecem aplicar-se à maior parte da América Latina.*

* *A seqüência acima tem ocorrido tão freqüentemente na América Latina, que os professadores da reforma agrária geralmente salientam que os possíveis benefícios, como maior estabilidade social e aumento de produtividade a longo têrmo, poderão exceder quedas imediatas da produção.*

DIRETRIZES DE UMA PLANIFICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA

General Frederico Rondon

Sem nos perdermos em controvérsia histórica, podemos assinalar a precedência do litoral amazônico e dos espanhóis, no descobrimento do Brasil.

É ainda no domínio espanhol que as explorações lusas se estendem de Itamaracá até ao Amazonas. Com a fundação de Belém, em 1616, inicia-se a conquista da Amazônia, a qual passa a integrar o Estado do Maranhão, criado em 1621.

No decurso do século XVII e na primeira metade do século XVIII, progride a ocupação da grande região. Missionários jesuítas, franciscanos, carmelitas e mercenários, seguindo nas águas das "tropas de resgate", fundam povoações indígenas, aglutinando tribos, no Baixo Amazonas, Rio Negro, Solimões e Japurá.

Na Era Pombalina (1755), levas de imigração portuguêsa se estabelecem e desenvolvem a agricultura, no Baixo Amazonas. A hostilidade aos jesuítas, porém, manifesta-se pela emancipação dos índios, resultando, de fato, o despovoamento e a decadência das povoações, pela dispersão dos indígenas, sujeitos à perseguição dos preadores.

Com D. João VI, são reintegradas as aldeias a direção missionária mas não se logra impedir a escravidão desenfreada dos silvícolas. Os germes da revolta, assim lançados, eclodem mais tarde nos desmandos da cabanagem.

A exploração dos seringais nativos inaugura o surto econômico-social que caracteriza a segunda metade do século XIX e o primeiro decênio da presente centúria, tendo deixado braços marcantes de sua passagem, nas obras arquitetônicas de Belém e Manaus e na carta política do Brasil, com a anexação do Acre.

A criação dos Territórios Federais e da SPVEA (agora transformada em SUDAM) representa o empenho do Govêrno Federal em retomar o desenvolvimento da Amazônia, após êsses 30 anos de estagnação motivada

pelo esbulho de sua principal riqueza natural — a seringueira — transplantada para o Oriente Asiático.

O conhecimento geográfico, ampliado pelas atividades demarcatórias de limites, iniciadas em fim do século XVIII, e pelas explorações de naturalistas estrangeiros, tem na Era Rondoniana um grande surto, com os trabalhos da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas e Acre. Sob a gestão do Barão do Rio Branco, consolida-se uma linha divisória estável com os países amazônicos.

No campo da Biologia, o Museu Goeldi constitui-se como abalizado centro de pesquisas. O Conselho Nacional de Geografia desenvolve o conhecimento da grande região, num louvável esfôrço de sistematização.

Outras entidades trazem aos campos da geografia e da biologia valiosa contribuição.

Da delimitação da Amazônia Brasileira, pela Lei n.º 1.806/55, segundo o critério fisiográfico, abrangendo a Região Norte e zona do Centro-Oeste e do Meio Norte, resulta uma área de 4.981.950 km2, ou seja, 58,6% do território nacional.

A população amazônica, recenseada em 1960, eleva-se assim a um total de 5.387.500 hb. A irregularidade da distribuição dessa população pelas Unidades caracteriza-se pela disparidade dos índices: 1,1 hb/km2 para o conjunto da grande região, e os extremos de 0,13 de Roraima e 8,1 do Maranhão.

A disparidade entre áreas e populações ainda mais se evidencia nos Municípios. O Pará afigura-se como exemplo flagrante dessa irregularidade de povoamento, com 1.248.000 km2 e 60 Municípios, entre os quais figura Belém, um dos menores, com 718 km2 e 402.000 hb, e Altamira, o maior dos Municípios brasileiros, com 279.000 km2 e 12.000 hb.

O incremento da população da Amazônia Brasileira, no período 50-60, oscila entre os 38% do Pará e os 91% de Rondônia, com a média regional de 50,2%, a maior de todo o País, cuja média é de 36,6%.

Estimativa de 1965 eleva a população da grande região a 7.024.000 hb. acusando um aumento anual médio de 310.000 hb, no último qüinqüênio.

Com um incremento de população que se pode avaliar em 1.000 hb por dia, em número absoluto, a Amazônia Brasileira é a região de mais intenso povoamento, em números relativos, de todo o País. Com o índice atual de densidade demográfica de 1,4 hb/km2, vem colocar-se quase ao mesmo nível da Austrália, com 1,8 e do Canadá, com 2.

Procuramos fixar, para a Amazônia Brasileira, o conceito de valorização num elevado sentido nacionalista, visando sua integração, pelo povoamento com as correntes internas; pelo desenvolvimento agrícola, como base para o industrial; preservando nas populações regionais as características de nossa cultura.

O nordestino é o homem naturalmente indicado para o povoamento da Amazônia. Êle não sòmente revela aptidão para as atividades peculia-

res à região, como tem direitos adquiridos, como desbravador dos sertões do Norte.

São, portanto, justificadas por legítimos interêsses brasileiros as reservas que temos, por vêzes, oposto a certos planos de imigração em massa e até mesmo de internacionalização da Amazônia.

O interêsse universal pela grande região brasileira, manifestado a princípio sob formas sutis de interêsse científico — tipo "Instituto Internacional da Hiléia Amazônica", já uma vez malogrado, ou simplesmente humano, visando o povoamento dos vazios demográficos, toma agora ostensivamente, no campo econômico, a forma de ciclópicos projetos de barragens, canais, lagos e "mares interiores", envolvendo a economia e a segurança dos Países atingidos.

Considerados em seus fundamentos políticos, os projetos do Hudson *Institute parecem-nos em flagrante oposição ao objetivo da integração nacional.* São ainda, evidentemente, discutíveis suas preconizadas vantagens econômicas a serem alcançadas, pela inundação de 240.000 km2 (ou 400.000?), numa região em desenvolvimento, ocupada por cidades (Manaus e Santarém, inclusive), explorações agrícolas, além de numerosas tribos indígenas, servidas pelos maiores afluentes do Amazonas.

A ligação econômica das grandes bacias amazônica e platina é, certamente, a via marítima. A ligação interior, pelos galhos superiores dos rios e canais projetados, teria um caráter esportivo e antieconômico, fora da realidade brasileira, pois as rodovias do plano nacional, a Brasília—Acre e a Cáceres—Mato Grosso (Vila Bela) já vêm desempenhando aquêle papel, isto é, fazendo escoar a produção do longínquo Oeste rumo aos grandes mercados de Leste.

O custo de US$ 3 bilhões (no qual não se incluem as indenizações) deixaria, em qualquer caso, fora das possibilidades brasileiras o projeto de lago amazônico. E uma concessão de tal vulto a capitais e emprêsas estrangeiras resultaria, por suas implicações políticas, na alienação da soberania nacional, em pleno coração da Amazônia Brasileira.

O problema do acesso e circulação, na Amazônia, merece estudo aprofundado por especialistas, os quais os têm versado mas de pontos de vista exclusivamente técnicos e, por vêzes, tendenciosos, pela preocupação de justificar os fatos consumados da alta administração.

A rodovia Belém—Brasília, por exemplo, tem sido apresentada ao grande público desavisado, como a "chave dos problemas amazônicos", via de acesso indispensável ao povoamento sòmente agora possível da grande região, o que nos parece inadmissível, à luz da história da Amazônia que consigna quatro séculos de brasilidade. Outras rodovias se anunciam, como integrantes dos planos governamentais, mais merecedores da prioridade que foi atribuída à Belém—Brasília, se considerarmos o problema em si mesmo da ocupação humana da grande região, especialmente de sua extensa faixa de fronteiras.

O impulso dado à rodovia Brasília—Acre vem compensar o retardamento da abertura do Planalto Mato-Grossense que, abrangendo meio milhão de quilômetros quadrados da Amazônia, retém o acesso econômico dos afluentes do sul do Rio-Mar.

Na conjuntura criada por interêsses internacionais na Amazônia Brasileira, é legítimo movimento de integração nacional e afirmação de nossa capacidade econômica, para o domínio da grande região, a expansão paulista, através do Brsil Central e agora da Grande Rondônia.

O abandono da faixa de fronteiras, pelos Estados e Território amazônicos, tem sido de algum modo compensado pelo crescente interêsse das Fôrças Armadas, especialmente do Exército, com iniciativas de colonização militar. O plano assim esboçado ainda se ressente da dependência em que são colocadas as organizações militares da cooperação de órgãos autárquicas de desenvolvimento rural que deveriam atuar nas mesmas áreas mas que, até o presente, não revelaram a necessária sensibilidade aos aspectos estratégicos dos problemas amazônicos.

Seria, pois, de desejar que o Comando Militar da Amazônia fôsse dotado de órgãos técnicos próprios necessários à missão econômico-social, a exemplo da Comissão Rondon que, com seus contingentes militares, serviços astronômico, topográfico, cartográfico, geológico, biológico, de proteção aos índios, distritos telegráficos, etc., instituiu-se em paradigma de organização militar de paz, para os sertões.

As zonas de defesa do País sugerem, em face da Lei n.º 2.597/55, a criação de Distritos e Prefeituras Militares, sem caráter político, com atribuições apenas de polícia, contrôle de terras e colonização.

Outros dispositivos da mesma lei são suscetíveis de revisão, em vista dos interêsses do desenvolvimento da faixa de fronteiras. Os limites de 10.000 hectares, para as concessões a pessoas físicas, e 100.000 hs, para emprêsas, quando se tratasse de exploração agropecuária ou extrativa, corresponderiam melhor à realidade, na fase atual de ocupação das vastidões amazônicas, onde o vulto das concessões ainda é o melhor incentivo à iniciativa privada.

O Estatuto para a Coordenação do Desenvolvimento da Amazônia Brasileira deveria compreender disposições atinentes às zonas sensíveis, não sòmente da faixa de fronteiras, como também do litoral e do interior. A colonização nacional seria o empreendimento básico da valorização regional. A elevação tecnológica melhor se ajusta à grande propriedade. O latifúndio é, portanto, no caso brasileiro, providencial. Comportando planos mais amplos de exploração econômica e a atividade produtiva de maiores populações, o latifúndio deveria ser antes considerado como a grande emprêsa em perspectiva e, como tal, integrado nos planos regionais de desenvolvimento. Na cessão do domínio útil, pela posse de lotes na grande propriedade, a agricultores vinculados a emprêsas, em condições de perpetuidade e segurança, está a solução conservadora-evolutiva do problema agrário, mais condizente com a índole brasileira e as peculiaridades da região amazônica.

Sempre nos manifestamos por uma reorganização do Serviço de Proteção aos Índios, tendo em vista, simplesmente, o retôrno ao plano iniciado sob as Diretrizes Rondonianas de 1910, segundo programa que sintetizamos em 10 itens.

As atribuições da nova Fundação Nacional do Índio em nada colidem, na verdade, com aquelas sugestões, as quais, como programa, apresentam, talvez, maior objetividade. Cumpre, em todo caso, velar pela predominância dos aspectos humanos da assistência aos Índios sôbre os científicos e artísticos, de modo que estranhos interêses jamais prejudiquem os gerais, sintetizados na incorporação dos silvícolas à Nacionalidade, imperativo contitucional que repele tôda idéia de uma legislação adjetiva que dê lugar ao enquistamento dos remanescentes em estado selvagem, em áreas restritas do território nacional.

Cabe relevante papel à primitiva organização tribal, na desejável estruturação sócio-econômico, como arcabouço da verdadeira cooperativa, paradigma de organização de grupos afins aplicados à agricultura.

O misticismo, que torna o índio acessível à catequese cristã, o espírito de disciplina, que o aproxima do soldado, e a capacidade econômica, como trabalhador afeito aos rudes misteres de sua região, são preciosos elementos que devem ser aproveitados, a fim de acelerar sua integração à comunidade rural.

Não procedem as afirmações correntes, no sentido da redução numérica das populações indígenas e das áreas por elas ocupadas. Em primeiro lugar, cumpre dar a Lei Magna o sentido lato que por sua natureza sugere, considerando amparados por seus dispositivos todos os índios, qualquer que seja o estágio de civilização em que se encontrem. Com a humanização, que é de admitir-se, das regiões, pelo maior interêsse dos podêres públicos, tendem a aumentar as populações indígenas, pelo crescimento vegetativo e pela incorporação de grupos outrora arredios (tôda população duplica, naturalmente, de 30 em 30 anos, segundo a média brasileira de crescimento).

Na Amazônia Brasileira, não correspondeu à expectativa o ensaio de planificação do desenvolvimento econômico, atribuído à extinta SPVEA. A extensão excessiva da área teria sido uma das razões dêsse insucesso. As regiões geoeconômicas que, em sua desconcertante dessemelhança, integram a grande região fisiográfica estão, na verdade, a sugerir uma redivisão mais *consentânea aos interêsses do desenvolvimento*. A divisão em Baixa Amazônia (Pará, Amapá e áreas de Goiás e Maranhão, sede em Belém), Média Amazônia (Amazonas e Roraima, sede em Manaus) e Rondônia (Acre, Rondônia e área de Mato Grosso, sede em Cuiabá) poderia ser o primeiro passo, para corrigir o gigantismo resultante do critério fisiográfico, o qual ainda ameaça a atual SUDAM do mesmo insucesso anterior A regiões seriam divididas em sub-regiões e estas em zonas geoeconômicas, constituídas por grupos de Municípios ou Distritos limítrofes e econômicamente afins.

A preocupação da homogeneidade das Unidades Federadas, pela redivisão política do País, tem sido objeto de conspícuos estudos. Em relação à Amazônia Brasileira persiste a idéia de assim estruturar-se o País, pela cúpula, através de uma redivisão territorial que transforme, como por milagre, os vazios demográficos em novos Estados.

Divergindo respeitosamente de tais alvitres, fixamos nossa preferência por uma estruturação nacional que, partindo da base municipal, procurando, pelo método direto da colonização, vivificar as áreas despovoadas, faria surgir em suas glebas condições primordiais de vida social e econômica que sòmente a municipalidade pode consubstanciar, como estímulo constante ao desenvolvimento.

Um relance ao quadro da divisão territorial da Amazônia levar-nos-ia à conclusão de que nenhum critério fisiográfico, econômico ou geopolítico presidiu a essa divisão, na esfera municipal. E justamente à falta de municipalidade presente e atuante, como apoio aos grupos pioneiros é que se deve atribuir a existência dos grandes vazios demográficos.

Assim fixado o conceito de território municipal, como área de ação econômica de uma comunidade, dotada de administração autônoma e serviços públicos, teríamos, como conseqüência, a redução progressiva das áreas dos grandes Municípios, segundo o critério de capacidade e eficiência, da assistência efetiva às comunidades rurais.

A sede municipal seria o núcleo principal de sua população, podendo ser uma vila ou aldeia. A cidade viria depois, como resultado do desenvolvimento e natural aspiração social.

A redivisão territorial iniciada, no regime da Constituição de 1946, graças aos incentivos financeiros do art. 15, § 4.º (que atribuía aos Municípios, excluídos os das capitais, 10% do impôsto de renda e proventos da União, em partes iguais) não terá, infelizmente, a desejável seqüência, sob o regime da nova Lei que regula a criação de Municípios, acrescentando às antigas exigências de população, renda e foros de cidade, a do plebliscito da população do Município a ser desmembrado.

Uma revisão se impõe aos novos dispositivos legais, que torne possível a implantação de Municípios rurais — a chave dos problemas de povoamento e valorização econômica dos vazios demográficos, a fim de que não se cristalize a atual divisão municipal dos Estados e Territórios Amazônicos, com tôda a monstruosidade das anomalias evidenciada pela Estatística, no povoamento, como resultante da falta de planificação regional e doutrina política mais consentânea ao desenvolvimento.

A macrocefalia que caracteriza aquelas Unidades é, ao mesmo tempo, indício e fator de dois "males endêmicos": o recrudescimento do "êxodo rural" e o abandono dos Distritos fronteiriços, cujos interêsses quanto à nacionalização e ao desenvolvimento teriam justificado a criação dos mesmos Territórios.

A Zona Franca de Manaus, além dos inconvenientes fiscais já verificados, terá ainda, na Média Amazônia, o de estimular a corrida para o

grande centro urbano, seduzindo, para as atividades comerciais, empresários e trabalhadores que, em outras circunstâncias, aplicar-se-iam aos misteres da exploração agrícola ou extrativa.

A defesa das riquezas minerais está a sugerir severa revisão dos contratos vigentes ou em vias de concessão, com o objetivo de resguardar legítimos interêsses nacionais.

Se a consideração da potencialidade conduz a conclusão da conveniência nacional no estímulo das exportações, nada obsta a que seja considerado outro aspecto econômico — o das vantagens reais a auferir pelo Estado, na cessão de suas riquezas naturais.

Como sempre, o bom senso leva-nos ao meio têrmo: nem a oposição de plano à exportação, nem a "entrega" pura e simples, apenas pela alegria de assistir à azáfama das explorações e às aparências de progresso e bem-estar das populações regionais, especialmente dos grupos assalariados pelas emprêsas concessionárias, enquanto se avolumam do outro lado "lucros impressionantes, capazes de escandalizar os próprios americanos" (Revista TIME, de 10 de março de 1958, citação do Professor Maurício Joppert da Silva).

No projeto de sociedade de economia mista FERROMINAS, para exploração do comércio e indutrialização do minério de manganês e associados, vemos o modêlo que poderia atender os aspectos políticos e econômicos do problema da valorização das riquezas minerais da Amazônia. Participando o Estado da formação do capital social, pela subscrição de ações no *montante equivalente ao patrimônio incorporado*, poderia prescindir dos duvidosos, por minguados e sonegados *royalties*. Sôbre facilitar a tarefa dos fiscais, concorreria, assim, o Estado para dissipar a atmosfera de desconfiança pública que paira sôbre as concessões em geral.

Na conjuntura amazônica assim esboçada, cumpre ressaltar o efervescente interêsse pelo desenvolvimento regional, do qual participam as Fôrças Armadas e a juventude universitária do Projeto Rondon, como prelúdio de uma "ofensiva geral" que se espera, em seguimento à atitude oficial de repulsa (defensiva, diríamos) aos projetos estranhos aos interêsses nacionais.

A falta de um plano regional de desenvolvimento e integração seria a causa da perplexidade e do desencontro de esforços que ainda se verifica naquele movimento.

A insegurança das referências à grande região e aos seus problemas, gerada pela deficiência de conhecimentos sistematizados, cria falsos argumentos contra nossos próprios interêsses.

O levantamento estratégico da área, considerando-a nos campos geográfico, psicossocial, político e econômico, previtas as influências do campo militar, atribuído às Fôrças Armadas, especialmente, nos campos psicossocial e econômico, seria providência primordial, a fim de se fixarem as diretrizes de um grande plano regional e a conveniente política de desenvolvimento.

O refôrço dos órgãos regionais, pela concentração de outros, de âmbito nacional, como o INDA e o IBRA, ora empenhados em regiões desenvolvidas do Centro-Sul, seria medida indispensável à realização de um grande plano em menor prazo, em vista das limitações de recursos financeiros e técnicos.

O insucesso da extinta SPVEA, como órgão de planejamento e execução do desenvolvimento regional, sugere-nos a criação, no Ministério do Interior, de um órgão técnico-militar que poderia ser o Alto Comissariado da Amazônia Brasileira, com os encargos de levantamento estratégico, planejamento e coordenação do desenvolvimento. Seria a garantia de conciliação dos interêsses da segurança nacional com os do desenvolvimento econômico.

As Superintendências regionais assim aliviadas dos encargos de planejamento, poderiam melhor aplicar-se à administração de seus órgãos e serviços, no desempenho das missões que lhes fôssem atribuídas.

A colonização nacional deve ter, no plano de desenvolvimento regional, uma conceituação peculiaríssima. Cumpre integrar na grande Pátria os remotos sertões que a configuram, pollticamente, em seus limites internacionais. O sertão, adusto ou ameno, árido ou fértil, rico ou pobre, é o Brasil, na sua grandeza e nas suas possibilidades, e abrange nossas fronteiras em esmagadora extensão. E o caboclo é o homem dêsse grande País, com tôdas as suas deficiências sanáveis e virtudes atávicas.

A colonização nacional assim se impõe, como método de salvação nacional, processo de educação e formação profissional, base para outras modalidades de educação moral, intelectual e técnica; meio de aglutinação dos elementos humanos ora esparsos, em núcleos de produção cooperativa, facilitando a obra de radicação, saneamento e assistência integral.

Mais uma vez, o fim justificaria os meios. Trata-se embora de uma colonização, talvez, desaconselhada ao frio exame dos economistas, pelo cunho social que deve caracterizá-la, cumpre pô-la em prática, como imperativa de sã política nacionalista.

É considerável, como vimos, o esfôrço nacional pelo povoamento da Amazônia Brasileira. As correntes migratórias nordestinas, convenientemente estimuladas pelos planos de colonização nacional, poderiam alcançar em breve prazo os desejados recordes.

As tribos indígenas acessíveis, com o refôrço nordestino, deveriam constituir os núcleos pioneiros das novas zonas abertas ao povoamento, incorporando-se à Nacionalidade, como paradigmas de organização sócio-econômica para os nossos sertões.

As medidas preventivas do Govêrno Federal, no sentido da integração da grande região amazônica, pela ocupação para o desenvolvimento, segundo planos nacionais, tranqüilizam a Nação e devem significar, para todos os brasileiros, uma convocação para o esfôrço comum, no sentido da intransigente defesa da integridade nacional.

UMA SOLUÇÃO GLOBAL PARA O PROBLEMA AMAZÔNICO

Eng.º Eudes Prado Lopes

A idéia da construção de um lago, cobrindo a várzea do Médio Amazonas, nasceu do exame — dados obtidos através das prospecções sísmicas da Petrobrás. A topografia da várzea constitui fator negativo para a pesquisa de petróleo, seja diretamente, dificultando o uso dos métodos apropriados, seja indiretamente, obstando o acesso à "terra firme". Preocupado com essa realidade foi que examinei centenas de km de linhas sísmicas e procurei verificar a influência da topografia nos resultados de subsuperfície. Assim, no início de 1965 já tinha em mãos a maior parte das informações que serviriam de base ao projeto do lago. Emoutubro do mesmo ano, ao realizar um trabalho experimental de reflexão e refração sísmica na região do rio Trombetas, confirmei "in loco" algumas das condições favoráveis de Óbidos para a construção de uma barragem.

De posse de todos êsses elementos, organizei os dados sôbre a idéia do lago do Médio Amazonas, que apresentei em dezembro de 1965 à comissão organizadora da SUDAM, em reunião presidida pelo Eng. Amorim, chefe do Gabinete do Ministro Roberto Campos. Explanação semelhante tive ocasião de fazer, na mesma época, para um grupo de engenheiros do Ministério da Viação, a convite do Dr. Mengalvo Rodrigues, do Gabinete do Ministro Juarez Távora.

Em 14 de fevereiro de 1966 proferi conferência sôbre o assunto, no Clube de Engenharia, quando examinei as possibilidades de construção de uma barragem em Óbidos ou em Monte Alegre. Os dados da conferência foram publicados na edição de 20 de fevereiro de 1966, no "Correio da Manhã", e em sucessivas edições da "Fôlha do Norte". Passados alguns meses, em 21 de agôsto de 1966, o assunto é novamente divulgado pelo "Jornal do Brasil", na reportagem de Luiz Adolfo Pinheiro — "Reprêsa do Pará Redimiria a Amazônia", artigo que deu lugar, pela sua repercussão, a várias outras entrevistas na imprensa brasileira e a conferência, sob os auspícios do "LYONS" do Jardim Botânico, no auditório do Ministério da Educação. A revista "D&C", Desenvolvimento e Conjuntura, apre-

sentou a idéia sob o título Desenvolvimento Global da Amazônia". Êste mesmo artigo foi publicado, em dezembro de 1967, na revista "Mar" do Clube Naval.

Finalmente, a título de esclarecimento para um assunto que vem agitando a opinião pública, focalizo em traços gerais o que é do meu conhecimento sôbre a atuação do "Hudson Institute", no que diz respeito à idéia do lago Médio Amazonas.

As primeiras reefrências à questão apareceram no artigo "Roads Start to tame Brazil's Green Hell", da "Business Week", em setembro de 1966. Dessa época em diante, o "Institute" vem propagando ativamente a idéia, que afirmou ser também sua, e procurando aproximar-se de técnicos e autoridades brasileiras ligadas ao problema. A insistência do "Institute" produziu suspeitas na opinião pública e na imprensa, que não viam bem definidas as causas de tamanho interêsse.

A posição de vigilância do nosso povo é perfeita, porém não é possível fazer depender de manifestações dos interêsses do "Hudson Institute", a solução de problemas nacionais. Uma atitude que me parece aconselhável seria o estudo detalhado da idéia pelo Govêrno do Brasil, a fim de verificar se, realmente, sua execução proporcionará a transformação da infra-estrutura econômica e social da Amazônia, dentro dos limites de nossas possibilidades financeiras.

2 — *Dados obtidos e estudo de viabilidade técnica*

Os mapas gravimétricos da Bacia Amazônica elaborados pela Petrobrás, com seus dados altimétricos, serviram para verificação das áreas que seriam atingidas por um lago que tivesse sucessivamente o espelho d'água nas cotas + 30, + 40 e + 50. Do exame dêsses mapas concluímos que:

a) para a cota de + 50 m, as águas do lago atingiriam, a oeste, a confluência do rio Solimões com o rio Juruá; ao sul, a confluência do rio Madeira com o rio Ipixuna; na região do rio Branco e do rio Negro, embora só se conheçam as altitudes até a confluência dêles, é fora de dúvida que seriam alcançadas e ultrapassadas de muito as cachoeiras do Caracaraí e definitivamente cobertas as ilhas que dificultam a navegação do rio Negro. Quanto às cidades de Manaus e Itacoatiara, a primeira seria inundada em 40%, e a segunda totalmente coberta.

b) para a cota de + 40 m, as águas do lago atingiriam, a oeste, a confluência do rio Solimões com o rio Tefé; ao sul, a confluência do rio Madeira com o rio Prêto do Igapó-Açu; ao norte, a cachoeira do Caracaraí, com uma lâmina d'água de 10 m o que permitiria a navegação oceânica permanente. Nesta cota, a cidade de Manaus seria alcançada em pequena área — 5 a 10%. Na mesma proporção seriam atingidas as cidades de Itacoatiara e Manaçapuru. Sòmente localidades muito pequenas da várzea como Maués, Parintins etc., ficariam cobertas pelas águas. Outras

pequenas cidades localizadas nas encostas terciárias ficariam pràticamente excluídas.

c) para a cota de + 30 m, as águas do lago cobririam, nas proximidades de Manaus, as *regiões de várzea dos rios Negro e Solimões; a confluência* do rio Amazonas com o rio Madeira; as partes baixas do rio Urubu; enfim, as mesmas áreas inundadas pela grande enchente de 1953. Ao norte, as águas invadiriam a confluência do rio Branco com o rio Negro, que está na cota de + 30 m. Não haveria melhora na navegação do rio *Branco até o Caracaraí, porém mais para leste seriam sentidos os efeitos* do lago na navegação dos rios Trombetas, Maués etc. Manaus, a bem dizer, escaparia ao avanço das águas do lago.

Aspectos importantes foram postos em evidência com o exame de dezenas de perfis de refração detonados pela Petrobrás, que serviram para salientar as características topográficas da Amazônia favoráveis à construção de um lago. Êsses perfis provaram que sòmente a várzea quartenária e as bordas erodidas do Terciário serão tomadas pelas águas, deixando livre *a quase totalidade do Terciário,* do Paleozóico e do Cristalino da Amazônia. Nas bordas do lago, pode-se afirmar que serão formadas escarpas terciárias, verdadeiras falésias, que irão permitir a disseminação de portos oceânicos em tôda a Amazônia.

As informações topográficas estão pràticamente completas, com os le*vantamentos aerofotogravimétricos feitos pela FAB para a Petrobrás.* Foram cobertas áreas, em forma de losango cujos limites norte e sul são, respectivamente, os parelelos de 1° e 5° 40', e os limites leste e oeste são, respectivamente, os meridianos de 53° e 64°.

É possível, com o trabalho de "restituição" das fotografias aéreas, a elaboração de um mapa com curvas de nível de 5 em 5 metros, para tôda área a ser inundada.

Localização da barragem — Prosseguindo no estudo de viabilidade técnica, examinei alguns aspectos da localização da barragem. Êsse problema fundamental depende de estudos especializados de tal monta, que sòmente o Govêrno terá capacidade de executá-lo. O caráter preliminar dos estudos que realizei não me autoriza a prestar senão informações de caráter geral.

Assim, posso afirmar que:

a) As formações Terciárias da Bacia Amazônica ocupam extensas áreas ao norte e ao sul do rio Amazonas, formando platôs com altura média de 100 a 150 m, acima do nível do mar. Encravadas nessas forma*ções se encontram as várzeas quartenárias, por onde corre o rio e seus* afluentes, de acôrdo com uma fisiografria típica da região (fig. 9).

b) Os perfis de refração que foram detonados pela Petrobrás na Amazônia indicam que as partes mais altas do Terciário têm as camadas superficiais pouco consolidadas, com baixa velocidade sísmica (600 a 800 m/s), podendo-se se espessar até 50 m. Sotoposto a essa camada se encontra o Terciário inalterado, com a velocidade de 2.000 a 2.400 m/s. Na várzea, a camada pouco consolidada se reduz a menos de 10 m, o que cons-

titui uma boa característica para as fundações das grandes obras de engenharia civil.

c) As formações terciárias, ao sul de Óbidos, pelas indicações do perfil de erosão do canal do rio Amazonas, oferecem boa resistência. Elas têm suportado os ataques de uma corrente de água de 200.000 m^3/s, a uma velocidade que atinge 2,3 m/seg.

d) Ao longo do canal do rio Amazonas existe uma várzea plana de 38 km de largura, entalada no meio de contrafortes terciários. Essa planície servirá ao desvio das águas do canal.

O desvio das águas sôbre a várzea é, ao que tudo faz crer, a única solução técnica possível para o rio Amazonas, já que seriam impraticáveis os métodos convencionais de desvio por túneis ou dutos.

e) Existem reservas consideráveis de material de construção, — pedra e areia — próximo de Óbidos e Monte Alegre. Os depósitos de calcário da Formação Itaituba, convenientemente prospectados, poderão levar à instalação de uma grande fábrica de cimento. Energia para suprir as necessidades desta fábrica e o canteiro de serviço seria captada da Hidrelétrica do Curuá-Una, obra já em andamento.

Esquema de construção de barragem

Em vista das condições expostas, sugiro o seguinte esquema para a construção da barragem, no caso de ser escolhida Óbidos como a solução mais favorável.

1.ª fase: preparação de várzea pela terraplenagem e desmatação; construção do canal e da eclusa para desvio da navegação do rio Amazonas; construção das fundações da barragem-vertedouro, dos pilares da ponte e das bases das usinas, obras que serão pràticamente realizadas a sêco.

2.ª fase: construção da barragem de enrocamento, que, localizada, a montante da barragem definitiva, terá por finalidade o desvio das águas do rio Amazonas; destruição do dique natural ou "têso" que separa a várzea do canal, a fim de facilitar a passagem das águas; obras complementares de terraplenagem — que certamente serão necessárias.

3ª fase: construção da barragem definitiva do canal, utilizando-se terra e enrocamento; construção de uma cortina de impermeabilização, de concreto. Esta fase terminará quando a barragem do canal atingir a altura definitiva.

4ª fase: construção da barragem — vertedouro, de concreto, por meio de ensecadeiras alternadas que permitam a passagem das águas do rio Amazonas; construção de usinas que serão progressivamente instaladas, na medida da demanda da região. As instalações hidráulicas e elétricas — turbinas, geradores, transformadores, etc. — poderão ser concentradas em alguns grupos, ao longo da barragem, ou distribuídas em unidades, também ao longo da barragem.

3 — *Implicações e resultados econômicos*

Problema inerente à construção de barragens com grandes bacias de *acumulação, reside nas dificuldades provocadas pelas inundações das áreas.* Assim aconteceu em "Furnas" em "Três Marias", em Assuã (Egito), e em inúmeras barragens que vieram trazer progresso para a regiões onde foram construídas.

Uma das características do lago do Médio Amazonas está justamente nas *limitadas implicações decorrentes de sua construção. O baixo índice* demográfico da área inundada menos de duas pessoas por km2 faz prever indenizações relativamente modestas. Comparadas com a grandeza da obra, serão certamente de pouca monta os problemas criados com a eliminação de pequenas cidades da várzea, como Maués e Parintins. As populações destas cidades, informadas do que se pretende ali realizar, e sabendo que terão os seus direitos assegurados com justiça, se apressarão, estou convicto, a reinvidicar a contrução do lago. Sujeitas às vicissitudes das enchentes periódicas, prêsas a uma economia insegura, sem dúvida verão com entusiasmo a mudança para núcleos populacionais dotados de transporte e boas condições de salubridade.

O problema da indústria extrativa da borracha deve ser pôsto nos têrmos devidos. A seringueira de maior produtividade se encontra de "Fonte Boa" para oeste, área que não será inundada pelo lago e de onde provém a maior produção de borracha da Amazônia.

A cultura da juta, conforme é do domínio público, vem sofrendo profundamente os efeitos das enchentes do Amazonas. Portanto a regularização do rio, a jusante da barragem de Óbidos, rasgará perspectivas excepcionais para êsse ramo de atividade.

A agricultura de subsistência, que na várzea, atualmente, fica exposta às inundações periódicas, e na "terra firme", à falta de transporte, gozará de situação mais bem definida com a construção do lago.

Serão abertas à colonização novas áreas, em que o aproveitamento das madeiras de lei, hoje queimadas por falta de transporte, fará parte integrante do financiamento. Uma vez evitados os flagelos das enchentes, será fácil estabelecer um plano de assistência técnica e financeira à agriculutra, com vistas ao uso racional da "terra firme".

A pecuária, que representa fator econômico importantíssimo na Amazônia, também sofre atualmente os azares das enchentes. Os campos situados a leste da barragem de Óbidos, às margens do rio Amazonas, vão melhorar de condições com a regularização do nível das águas. Os campos naturais do médio Amazonas, próximos de Manaus, onde as inundações atingem 12 m de altura, serão substituidos por campos artificiais de "terra firme", onde o gado estará protegido das enchentes e das doenças freqüentes em terras muito molhadas. Os exemplos de "Fordlândia" e "Manacapuru" comprovam a excelência dos campos de "terra firme".

As jazidas minerais que existem na várzea estão localizadas, em profundidade, na subsuperfície. Embora cobertas pelas águas sua exploração não será prejudicada pela presença do lago. O sal-gema, em particular, deve ser explorado por furos profundos, onde se injeta água para recuperação da salmoura. Sendo o sal matéria-prima de baixo preço, a energia barata e as ficilidades de transporte tornarão competiva sua exploração industrial. Quanto ao petróleo, a experiência nos ensina que o lago irá facilitar o emprêgo das modernas técnicas de pesquisa na Amazônia.

O saneamento da região Amazônica pela criação do grande lago é problema para ser investigado por biólogos, limnologistas e sanitaristas. Devemos lembrar, no entanto, que no vale do Tennessee foi pràticamente erradicada a malária, depois de controladas as enchentes com a construção das grandes represas.

As cidades mais populosas da Amazônia — Manaus, Óbidos, Oriximiná, localizadas nas bordas do Terciário, terão suas partes baixas inundadas. O grau de inundação irá depender de um estudo comparativo entre as vantagens de obter centenas de quilômetros de estradas líquidas permanentes, acrescidas de milhares de KW de potência, e as desvantagens da perda de edificações nas cidades existentes. Tôdas essas cidades e centenas de outras novas, a construir em volta do lago, deverão ser planejadas para atenderem a mudança completa das condições sócio-econômicas que se pretende implantar na Amazônia.

A própria cidade de Manaus, forçosamente, receberá um acréscimo de áreas abertas e urbanizadas que irão abrigar uma população consideràvelmente mais numerosa que a atual. Foi organizado um quadro comparativo de uma barragem em Óbidos ou em Monte Alegre, para o espelho d'água nas cotas + 30, + 40 e + 50 m.

Além das implicações com a presente conjuntura econômica da Amazônia, o lago do médio Amazonas e a hidrelétrica de Óbidos, capaz de gerar 70.000.000 de KW, apresentam perspectivas promissoras para a região. Assim, podemos antever para uma primeira fase:

a) — Indústria do alumínio

Há numerosas ocorrências de bauxita nos trópicos e no equador. Sabemos das reservas da região das Antilhas (Jamaica, Haiti e Pôrto Rico), Suriname, Venezuela, etc. As maiores reservas atuais de bauxita se encontram na Jamaica, onde em seis anos a produção se elevou a5.500.000 toneladas anuais.

Na Amazônia existem as jazidas de bauxita do Amapá, pesquisadas; são conhecidas ocorrências na serra de Roraima,e e m outras regiões, no contato do Cristalino e do Paleozóico. Segundo os geólogos especializados na questão, as condições de laterização das argilas terciárias da Amazônia são ideais para formação de bauxita. Pode-se inferir grande extensão das ocorrências pela pequena variação lateral dos sedimentos terciários. Há in-

dices de uma palcolaterização no contato Paleozóico-Terciário, causada pelo clima existente na época em que se alternavam estações bem definidas de chuva e sêca. A possibilidade da vasta região amazônica produzir a mesma quantidade que a ilha de Jamaica é, inegàvelmente, uma estimativa moderada. A afirmação definitiva exigirá trabalho de pesquisa geológica e avaliação de reservas

A produção de 10.000.000 de toneladas anuais, de bauxita, com beneficiamento local, daria 2.500.000 toneladas de alumínio; e seria necessária uma potência instalada da ordem de 5.500.000 KW.

Supondo o preço do Kwh igual a US$ 0.01, e que são necessários 20.000 Kwh para a produção de uma tonelada de alumínio, o valor em dólares da eenrgia consumida por ano será US$ 500.000.000.

Um projeto de tais dimensões interessaria à iniciativa particular, que poderia aproveitar o binômio energia abundante — matéria-prima ao pé da usina, com redução igual a 1/4 no preço de transporte, para os centros industriais de consumo, do metal em relação ao minério.

b) — Fabricação da soda cáustica

As jazidas salíferas da Formação "Nova Olinda", de idade carbonífera, são conhecidas desde a época do Conselho Nacional do Petróleo. A PETROBRÁS perfurou inúmeras vêzes a formação Nova Olinda, em suas pesquisas de petróleo. Em subsuperfície, as ocorrências de sal gema cobrem uma área superior à de muitos Estados do Sul do Brasil.

A soda cáustica, que resulta da industrialização do sal, tem várias aplicações, inclusive no próprio processo de purificação da bauxita. Assim, acresce ao complexo industrial do alumínio mais um produto a ser industrializado com a energia da hidrelétrica de Óbidos.

O cloro, que se vem impondo como elemento primordial na indústria de plásticos, é subproduto valioso da exploração do sal-gema. Atualmente, o grande consumidor de sal nos EUA é a indústria química, que absorve 68 por cento da produção. Em 1958, 35 por cento do sal produzido nos EUA foram absorvidos para fabricação do cloro pela eletrólise da salmoura. Fica evidenciada assim, mais uma vez, a necessidade de energia abundante e barata para o aproveitamento das riquezas minearis, já provadas, da Bacia Amazônica.

c) — Eletrosiderurgia: ferro — manganês e aços especiais

Temos conhecimento das grandes reesrvas de manganês e ferro da Bacia Amazônica, e vamos apenas citar as mais famosas:

c-1) — jazida de manganês da serra do Navio, Território do Amapá;
c-2) — jazida de ferro no rio Vila Nova, Território do Amapá;
c-3) — jazida de manganês no rio Aripuanã, Estado do Amazonas;
c-4) — jazida de ferro do rio Jatupu, Estado do Amazonas.

As outras matérias-primas para fabricação dos vários tipos de aços especiais existem no Brasil. A eletrossiderurgia em Óbidos, contando com o apoio de energia a baixo preço, localizada nas proximidades dos minérios e com facilidades do transporte marítimo, é empreendimento perfeitamente realizável em bases econômicas e competitivas.

d) — Distribuição de energia para os centros de consumo

A maioria dos centros populosos da Amazônia seriam abastecidos de energia elétrica, e, entre êles, Manaus, Macapá, Santarém, Óbidos, Oriximiná e Alenquer, cidades situadas dentro de um raio de transmissão de energia menor do que a distância máxima de transporte da Hidrelétrica do São Francisco, isto é, Cachoeira de Paulo Afonso a Fortaleza. Até mesmo Belém poderia ser atingida com 790 km de linha de transmissão. E, se admitirmos que o imite econômico de transmissão é de 1.000 km, poderemos garantir que os dois centros energéticos situados em Óbidos e Paulo Afono, iriam garantir por muitos anos o abastecimento, em larga escala, do nordeste e norte do Brasil.

e) — Aproveitamento da madeira para extração da celulose

A riqueza da região Amazônica em árvores de alto teor de celulose vem descrita no livro do Prof. Paul Le Cointe "Estado do Pará. A Terra, a Água e o Ar". O autor enumera 50 espécies, entre elas a gigantesca samaúna, que podem ser aproveitadas para extração de celulose.

Produzir-se-ia a matéria-prima do papel e da dinamite, cuja industrialização traria colossal perspectiva para a Amazônia. O problema, porém, é o transporte de acesso às árvores, geralmente implantadas na várzea, onde se torna difícil a sistematização do transporte. A criação do lago formaria "Igapós" permanentes, que permitiriam com relativa facilidade a extração e o transporte, por flutuação, dessas madeiras de pequena densidade. As instalações de energia de Óbidos completariam o quadro econômico.

f) — Aproveitamento da madeira para exportação

A Amazônia, apesar de possuir grande número de espécies de madeiras de alta qualidade, que poderiam ser exportadas para o Sul do País e para o exterior, figura entre as regiões brasileiras de mais baixa produção. A causa principal ainda é a falta de transporte para "terra firme", onde se encontram as chamadas "madeira de lei".

Em seu livro, o Prof. Paul Le Cointe cita, além de outras, 247 espécies de madeiras para construção civil, 29 para construção naval, 31 para indústria de móveis, etc. Portanto, existe na Amazônia matéria-prima de valor inestimável para uma vigorosa indústria madeireira.

Para se ter idéia do valor da indústria silvícola em outras partes do mundo, o Canadá *exporta anualmente* US\$ 355.000.000 *em madeiras, e* US\$ 347.000.000 em celulose, exportações que no conjunto representaram mais 50 por cento do valor das obras civis da barragem de Óbidos. A produção mundial de madeiras atingiu em 1963, 350.000 m³, nos quais é insignificante a participação da Amazônia.

Uma *vez construída a hidrelétrica de Óbidos, seriam automàticamente* criadas as vias líquidas de penetração até pontos muito distantes do eixo da bacia, onde se localizam as maiores reservas florestais da região.

g) — Aproveitamento do calcário para a indústria do cimento

Os maiores afloramentos de calcário até hoje descobertos na Amazônia pertencem à Formação Itaituba, de idade carbonífera, e emergem ao norte e ao sul do eixo da bacia. A amostragem dêsse calcário, ao longo do rio Tapajós, e os resultados da análise do DNPM indicam uma grande variação do teor de MgO — de 0,6 por cento a 160 por cento.

Os afloramentos aparecem ao longo do rio Tapajós numa extensão de mais de 50 km, muitas vêzes em continuidade, como no famoso "Paredão", com seus 10 metros de altura. Os viajantes que conhecem o Tapajós, na altura dos afloramentos de calcário, descrevem com entusiasmo as reservas visíveis.

Ficam, portanto, abertas oportunidades para a indústria do cimento, grande consumidora de energia em suas diferentes fases.

4) — Recursos financeiros

As necessidades em recursos financeiros, para a execução de uma obra de tais porporções, afigura-se-nos, à primeira vista, muito além dos limites de nossas possibilidades. À medida, porém, que vamos examinando com mais cautela o problema, nos convencemos que as nossas disponibilidades seriam suficientes, desde que equacionássemos convenientemente o fator "tempo".

Os custos prováveis das obras de engenharia civil da barragem acrescido das indenizações pelo deslocamento da população da área inundada, somam 1-1/2 bilhão de dólares, ou seja, ao câmbio atual, 4-1/2 bilhões de cruzeiros novos, assim discriminados:

	US\$
a) desmatação e terraplenagem da área destinada, ou desvio das águas do rio	240,000,000
b) escavações das fundações para a barragem de concreto, eclusas e usinas de fôrça	57,000,000

c)	concreto da barragem-vertedouro, ponte rodoviária, eclusas e base das usinas	675,000,000
d)	barragem de proteção e enrocamento	50,400,000
e)	barragem de fechamento do canal do rio	319,200,000
f)	cortina de concreto p/ impermeabilização ...	12,600,000
g)	prospecção e serviços preliminares	30,000,000
h)	deslocamento da população local	90,000,000
	TOTAL	1,474,200,000

Os preços unitários que serviram de base para a previsão orçamentária acima formulada foram deduzidos, em grande parte, da concorrência internacional para construção da barragem de DWORSHAK, IDAHO, Estados Unidos da América, conforme estão publicados no número de 21 de julho de 1966, na revista "Engineering New Record".

Sòmente para têrmo de comparação da ordem de grandeza, informamos que nas obras das vinte e sete reprêsas da TVA, até 1952, foram empregados 84.000.000 m^3 de concreto e escavados 23.000.000 m^3 de pedra e terra, aproximadamente o dôbro dos volumes estimados para a hidrelétrica de Óbidos. E, mais ainda, o custo total das obras até aquela data, foi superior a US$ 1.300.000.000. Tôdas essas despesas foram feitas para uma potência instalada de 3.500.000 km em 1951 e 9.500.000 km em 1955.

A previsão da Receita Tributária do Impôsto de Renda, no orçamento geral da União, para o exercício de 1968, é 3 bilhões de cruzeiros novos, dos quais 1-1/ bilhão reservado para a SUDENE e a SUDAM. Admitindo-se um programa de 20 anos para a construção da barragem, a execução da obra tomaria menos de 10 por cento do impôsto de renda. Êsse dispêndio seria perfeitamente justificável desde que se comprovasse, por estudos detalhados, o real valor do projeto.

Outro aspecto financeiro a considerar consiste nos recursos internos que poderiam ser convocados, pressuposta a confiança na realização da obra. Pelo próprio programa de construção proposto, ficariam reservados para as duas últimas fases de execução mais de 70 por cento das despesas. Neste etágio, já poderia o Govêrno federal organizar uma grande companhia de colonização da Amazônia, em que fôssem chamados a participar os investidores nacionais. Tratar-se-ia, no caso, de uma subscrição voluntária de capital, sem a necessidade de favores fiscais.

Exemplos como êste têm ocorrido, ao longo dos tempos, em vários países; e aqui mesmo no Brasil, sem precisarmos invocar exemplos do estrangeiro, temos a PETROBRÁS, a Companhia Vale do Rio Doce, a Siderúrgica Nacional, etc.

É preciso observar, ainda, que as divisas representarão no empreendimento uma percentagem muito pequena, pois o nosso parque industrial já está capacitado para fornecer pràticamente a totalidade da demanda da

obra. Mesmo assim, haverá importações de equipamentos especializados, e para adquiri-los ter-se-á de recorrer a créditos no exterior. A prática dessas operações é comum em todos os empreendimentos do gênero, e não me resta a menor dúvida de que, uma vez equacionado o problema, estarão as organizações internacionais de crédito a nos oferecer colaboração. Cabe ao Govêrno brasileiro o exame cuidadoso das propostas, e a decisão por aquela que melhor venha satisfazer aos interêsses nacionais.

Finalizando, quero agradecer à direção do Clube de Engenharia a oportunidade que novamente me ofereceu, de expor as minhas idéias sôbre a solução global do problema amazônico, trazendo-os a debate neste ilustre auditório.

RECURSOS NATURAIS E HUMANOS DA AMAZÔNIA (*)

Felisberto E. Camargo

1. Estabilizar o nível das águas do rio Amazonas e eliminar o problema catastrófico das enchentes

A variação da vazão do Rio Amazonas, segundo pesquisas mais recentes, levadas a efeito pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos ("U.S. Geological Survey", Marinha de Guerra e Universidade do Brasil), atingiu, em 1963, de 72,5 a 216 mil metros cúbicos por segundo, em Óbidos.

Dr. Roy E. Oltman, no seu relatório publicado em "Biota Amazônica", vol. 3, 1967, pág. 162, calculou que a vazão do grande Rio, em Óbidos, durante a enchente de 1953, teria ultrapassado 350.000 m^3 por segundo, tomando por base a altura das águas de inundação em Manaus, que se elevou a 29,7 sôbre o nível do mar.

Segundo a mesma Comissão Brasil-Estados Unidos, a velocidade das águas do Amazonas oscilava entre 0,79 e 2 metros por segundo, na ocasião em que se realizaram as pesquisas.

Na calha principal, as águas correm mais por efeito do empuxo contínuo da massa líquida em movimento do que por efeito da declividade que é da ordem de 2 centímetros por quilômetro.

A profundidade da calha chega, em alguns pontos, a ultrapassar 100 metros (arredores de Óbidos e Manaus) e, em Tabatinga, é de apenas 65 metros, a uma distância de mais de 3.000 quilômetros da foz.

A subida das águas tem início em novembro. Entre abril e junho, as enchentes intumescem o Amazonas, atingindo o ápice no mês de junho.

Durante o período de 1903 e 1953, ocorreram 20 grandes enchentes, das quais 4 foram catastróficas: as de 1909, 1922, 1923 e a de 1953, em que as águas se elevaram, em Manaus, a uma altura de 29,7 metros sôbre o nível do mar.

(*) Palestra proferida no "Ciclo de Conferências sôbre o Lago Amazônico", no Clube de Engenharia — abril de 1968.

Descrevendo o ciclo das enchentes do Rio Amazonas, o Professor Teixeira Guerra, em sua obra Geografia do Brasil, Grande Região Norte, 1959, à pág. 174, (IBGE), afirma:

"Dentre tôdas as enchentes do Amazonas, precisamente medidas, destaca-se a de 1953, na qual êste gigantesco caudal elevou-se a 29,695 metros acima do nível do oceano. Incalculáveis foram os danos causados por esta cheia sem precedentes. Cidades tiveram grande número de construções total *ou parcialmente destruídas sendo incontável* o número de habitações ribeirinhas arrasadas pela fôrça das águas. Estimou-se em cêrca de 30 % a perda do rebanho bovino no baixo Amazonas, onde os prejuízos nas plantações de juta (cultura da várzea) foram pràticamente totais".

O Professor Lúcio de Castro Soares, no seu "Guia da Excursão número 8" (XVIII Congresso Internacional de Geografia), Amazônia, 1963, pág. 231 a 232, veio confirmar as observações anteriores de seu colega:

"*A criação é extensiva, com métodos rotineiros, o gado possuindo pouco* pêso, criado à sôlta. Somando sòmente 200.000 cabeças, o rebanho do Baixo Amazonas é anualmente em parte dizimado pelas enchentes, que cobrindo os campos de várzeas obrigam a sua mudança para pastos artificiais da "terra firme". Nem todo o gado pode ser transferido para a "terra firme", sucumbindo parte dêle pela fome e pelo afogamento. À grande enchente do Amazonas em 1953 (a maior de que se tem notícia), reduziu em aproximadamente 30% o rebanho bovino do Baixo Amazonas".

O rebanho bovino do Baixo Amazonas não ultrapassa 250.000 cabeças. Uma perda de 30% por afogamento representa, portanto, um sacrifício de 60 a 70 mil cabeças.

À medida que o rebanho aumenta, aumenta a desgraça, principalmente quando a subida das águas ocorre mais cedo, em conseqüência do maior volume de chuvas nos afluentes da zona sul.

Teixeira Guerra (*obra citada*) analisa e comenta os dados das oscilações de nível do Rio Amazonas, tomando por base os níveis máximo e mínimo das águas do Rio Negro nas proximidades da sua fusão com o Amazonas. (Dados fornecidos pela "Manaus Harbor Ltd").

Dados coletados em Manaus e em Santarém, para estudo das oscilações de nível do Rio-Mar, foram por nós divulgados em "Problemas of Humid Tropical Regions", UNESCO, 1958. Possuímos cópia dos dados diários do *nível do Tapajós, de 1.° de setembro de 1930 a 30 de junho de 1955.*

Em Santarém e arredores, a oscilação das águas do Amazonas é da ordem de 5 a 6 metros. Em Manaus se eleva a 10 metros. No Purus atinge de 12 a 13 metros.

Durante o período das enchentes, a vazão do Amazonas quase triplica, passandio de 120.000 m3, em média, por segundo, para mais de 360.000 m3. No auge da enchente, as águas da calha principal correm a 3 milhas por hora.

O gado bovino, ao ser transportado para a terra firme, marcha mugindo, numa manifestação de pavor da morte por afogamento. O mugido

de dor do gado, ao atravessar as passagens pantanosas e os atoleiros, é um espetáculo doloroso. Infelizmente o fenômeno das enchentes é um mal periódico, contra o qual o proprietário do gado se torna completamente impotente. Os pecuaristas retardatários perdem 50% de seu rebanho.

O leito normal do Amazonas, que é de mais ou menos 2 quilômetros de largura, se estende, com a enchente, a 40, 50 e 60 quilômetros.

Se em 1953 os prejuizos nas plantações de juta foram da ordem de 10.000 toneladas, o que deverá ocorrer, no futuro, digamos na próxima grande enchente? Em 1960 a produção de juta, no Estado do Amazonas, alcançou 42.000 toneladas. Em 1964 caiu para 31.000. Na próxima grande enchente, poderá descer a cêrca de 12.000 toneladas. E qual a situação do miserável produtor de juta?

No alto Solimões, a juticultura é a única atividade agrícola para exploração dos tesos das várzeas de inundação.

O govêrno, que deseja realizar obra séria de colonização na Amazônia, não pode continuar a ser o espectador passivo, insensível a êsse triste espetáculo de miséria e desgraça.

A construção de uma barragem na garganta de Monte Alegre, estabilizando o nível das águas do Rio Amazonas e eliminando as enchentes, constituirá importante medida em favor da população miserável, sofredora e injustiçada, que apresenta, no Brasil, o mais baixo padrão de vida.

Desejamos consignar aqui o nosso voto de especial admiração ao Dr. Genival Rabelo, repórter de rara personalidade e da mais alta coragem, pelo conceito emitido sôbre o represamento do Amazonas. Reproduzimos, de seu livro "Ocupação da Amazônia", pág. 143, as palavras com que encerrou sua obra:

> "Ao disciplinarmos o Rio-Mar, teremos dado a nossa grande contribuição à História dos Povos, não podendo, a partir daí, temer o encaminhamento pacífico de correntes imigratórias vindas de onde vierem..."

2. Recursos naturais — Terras

2.1 "Terras" da Amazônia — Terras Firmes, Terras de Várzeas e Utilização dos Solos da Amazônia

2.1.1 Terras Firmes

A vastidão das florestas da Amazônia deu aos primeiros exploradores da região, a falsa impressão de que as terras eram exuberantes e constituíam o maior celeiro do mundo. Esta impressão inexata prevaleceu até que o Intituto Agronômico do Norte, fundado em 1940, veio prestar os primeiros esclarecimentos sôbre as propriedades físicas, químicas e mineralógicas das terras firmes da Amazônia.

A sede do IAN foi instalada em um subúrbio da cidade de Belém, no maior foco de malária dos arredores da cidade, em terras de igapó,

cobertas de mata depredada, e sôbre ruínas do velho Engenho do Murutucu, instalado pelos Carmelitas.

Segundo Adolfo Ducke, as florestas virgens da região Bragantina foram as mais ricas que encontrou na Amazônia. Dentro das terras do Instituto, havia trechos de florestas representativas do padrão das existentes na zona Bragantina, embora muito depredadas pela coleta de madeiras de lei. Nessas terras foram construídos os prédios da sede do IAN. Entre os prédios e os igapós situados nas margens do Rio Guamá, havia matas que foram derrubadas em 1939, para instalação dos viveiros de seringueira e para dar início, em 1940, aos trabalhos técnico-agronômicos do Instituto. Êstes primeiros trabalhos do IAN foram realizados pelo colega Hugo Borborema.

O esgotamento do solo das áreas marginais dos viveiros, nas quais foram instaladas plantações de milho e mandioca, surpreendeu-nos de maneira chocante. Uma cultura de milho para produção de sementes, feita em terreno de mata virgem, no 3.º ano de uso da mesma área, constituiu um insucesso total.

Essa primeira observação, realizada no ano do início dos trabalhos do Instituto Agronômico do Norte, nos levou a colhêr alguns perfis de solo, dentro da área dos viveiros de seringueira, e a realizar observações sôbre o uso do solo, em nossas viagens de Belém até o Acre.

A prática da "agricultura interante", em tôda a região amazônica, com a utilização do solo apenas durante 3 anos consecutivos, com culturas de mandioca e arroz, já era indicação de baixa fertilidade das terras firmes de tôda a região.

As amostras de solo da área do IAN foram analisadas no Instituto Agronômico de Campinas, com especial recomendação para que fôssem feitas pesquisas mineralógico-petrográficas, por Dr. M. Guttman, especialista na matéria.

Procedemos à coleta do perfil n.º 397, no dia 2 de março de 1941. As análises referentes a êsse perfil constam do Processo 1322/1941, arquivado no Instituto de Campinas.

Através das pesquisas realizadas por D. Guttman, ficou comprovado que, nas frações de areia grossa e areia fina, que apresentavam uma percentagem de 98 a 99% de sílica, não havia material mineralógico que por desintegração pudesse fornecer nutrientes às plantas.

As conclusões do Dr. Paiva Neto, Chefe da Seção de Solos do mesmo Instituto, são muito esclarecedoras:

"Das tabelas II e III constam algumas das principais características químicas. Trata-se de terras ácidas, muito pobres; entretanto, os elementos químicos existentes encontram-se pràticamente à disposição das raízes. Assim, as terras podem apresentar boa fertilidade, sendo, porém, o seu esgotamento assustadoramente rápido, caso haja intensificação das culturas".

Conclusões:

1) Segundo as análises mineralógicas, realizadas por Guttman, não foram encontrados, na amostra do perfil de solo n.º 397, de Belém, elementos mineralógicos cuja desintegração pudesse fornecer elementos nutritivos.

2) As análises químicas revelaram, como afirmou Paiva Neto, que os solos são pobres, mas que os elementos químicos existentes se acham em estado solúvel, à disposição das raízes.

3) A pequena disponibilidade de elementos químicos se encontra na água do solo e não na sua parte sólida.

4) Uma quarta conclusão não foi publicada na época; foi, todavia, apresentada ao grande especialista em solos tropicais, Dr. Robert L. Pendleton, e figurou posteriormente em trabalho que enviamos ao Simpósio da UNESCO sôbre formação de Laterite, realizado em Madagáscar, na África. Novamente a apresentamos nas linhas seguintes:

As reservas minerais, nas denominadas "terras firmes", se encontram nas fôlhas, na ramagem, nos troncos e não no solo pròpriamente dito.

Sabemos que os elementos fertilizantes disponíveis, conforme foi revelado pelas análises químicas realizadas em Campinas, se encontram na água do solo e não na sua parte sólida. Portanto, as reservas químicas, nas "terras firmes" das florestas amazônicas, estão armazenadas no ar e na água. A terra desempenha, apenas, a função de meio físico de sustentação das matas.

Os dados técnicos que nos conduziram às 3 primeiras conclusões, foram por nós reunidos para elaboração da tese, "Terra e Colonização no Antigo e Novo Quaternário da Zona da Estrada de Ferro de Bragança", Estado do Pará, Brasil, apresentada à Conferência Interamericana de Conservação dos Recursos Renováveis (Terceira Seção: o Uso da Terra e a Sociologia), realizada em Denver, Colorado, Estados Unidos, em setembro de 1948.

A pedido do então Diretor do Museu Goeldi (Belém, Pará), Dr. Machado Coelho, essa tese foi reproduzida "in totum" no Boletim do Museu, Tomo X, 1949, págs. 123 a 147.

Na mesma tese incluímos os dados gerais de pesquisas de solos levadas a efeito, no Estado do Pará, em 1944, pelo Dr. Rubens Aires do Nascimento, ex-Diretor do Instituto de Química do Ministério da Agricultura (obra citada), págs. 140-143.

Demos, na tese em questão, especial ênfase ao trabalho de ocupação e colonização das várzeas do Rio Guamá (desejamos esclarecer que se trata das várzeas de marés e não das várzeas de inundações periódicas, situadas acima da foz do Xingu). Apresentamos um esquema para exploração sistematizada da Região da Estrada de Ferro de Bragança, tendo por

objetivo a Colonização e a Conservação dos Recursos Naturais Renováveis (obra citada, pág. 134).

Raciocinando sôbre o problema do esgotamento extraordinàriamente rápido das terras firmes do IAN e da Amazônia em geral, traçamos um outro esquema, tomando por base o "Forest Ecosystem", para explicar a teoria básica das disponibilidades e da circulação dos recursos minerais nos solos de "terra firme" da Amazônia e apresentar uma nova teoria e técnica para conservação da fertilidade dos solos de terra firme. Foi êste o esquema apresentado a Pendleton, durante sua visita ao Instituto Agronômico do Norte em 1948. Representa, também, a teoria que constitui nossa 4.ª conclusão.

Examinando a árvore simbólica da teoria da circulação e do armazenamento de reservas minerais nos Latossolo da Amazônia declarou o Dr. Pendleton que via, pela primeira vez, a explicação teórica do problema da baixa fertilidade dos solos não vulcânicos, das regiões tropicais úmidas do mundo. Em conferência realizada na "American Society of Agronomy", Milwaukee, Wisconsin, USA, no dia 27 de outubro de 1949, discorrendo sôbre o tema "Kaigining of Equatorial Forest" (Agricultura Itinerante nas Florestas Tropicais) e referindo-se à nossa tese apresentada em Denver e aos desenhos esquemáticos, fêz o seguinte pronunciamento:

"Agora, decorridos 60 anos, Felisberto C. de Camargo, Diretor do Instituto Agronômico do Norte, em Belém, corajosamente esclareceu e revelou as razões do fracasso da utilização dos solos de Terra Firme no Vale do Amazonas".

Pendleton visitou-nos, no IAN, na função de professor da John Hopkins University, Baltimore, após ter tomado conhecimento de nossa tese apresentada em Denver. O desenho, que mais despertou o seu interêsse, foi a árvore simbólica do "Forest Ecosystem". Não incluímos êsse esquema na nossa primeira publicação, porque necessitávamos consolidar nossas observações, estendendo-as a outras regiões da Amazônia. Também o tema que nos foi proposto, "O Uso da Terra e a Sociologia", não exigia o lançamento de um conceito nôvo sôbre a parte teórica da ciência de solo. Devemos declarar, também, que tivemos apenas 15 dias para reunir dados para redação da tese, fruto de nosso trabalho durante os 4 primeiros anos na Diretoria do IAN.

Mais tarde, convidado pela UNESCO, para participar do Simpósio sôbre Laterização nos Solos Tropicais, que se realizou em Madagáscar, introduzimos o esquema do "Forest Ecosystem" em nossa contribuição.

As terras firmes da Amazônia, Latossolos amarelos ou vermelhos de Terciário, podem e devem ser utilizadas para implantação de uma agricultura florestal, evitando-se que a terra sofra sério impacto na quebra do "Ecosystem Florestal", queremos dizer, sem grande quebra do ciclo florestal.

É um crime manter-se indefinidamente o sistema de agricultura itinerante nas terras firmes da Amazônia, para cultivo de arroz e mandioca.

Com a reconstrução do "Mar Amazônico", com o espelho d'água a uma altura de 40 metros sôbre o nível do mar, poder-se-á realizar uma grande obra sociológica rural de colonização racional, no coração da Amazônia, nas terras marginais da parte sul dêsse "Mar" interior, em áreas muito bem drenadas, salubres, onde o homem encontrará condições humanas de vida.

2.1.2 *Várzeas de marés e várzeas de inundação*

Conforme temos esclarecido diversas vêzes, a Amazônia possui dois tipos de Várzea: Várzea de Marés e Várzeas de Inundação. As primeiras se estendem da foz do Rio Amazonas até a confluência do Xingu, provocanpo inundações diárias em conseqüência do fluxo da maré, subindo as águas rio acima pelo empuxo vindo do mar.

As águas, sob a influência das marés, sobem até Santarém, o Arapium, o Cupari e o Lago Grande de Vila Franca. O baixo Tapajós, com seus afluentes Arapium e Cupari, e o Lago Grande de Vila Franca, são simplesmente reservatórios das águas das enchentes. As águas sobem e descem, entram e saem dêsses reservatórios, conforme as horas do fluxo e refluxo diário das marés ou no período das enchentes provocadas pelas chuvas. O fluxo e refluxo das marés faz-se sentir através de centenas de quilômetros, entre a foz do Amazonas e a do Xingu, chegando a atingir o trapiche de Fordlândia e os limites extremos da parte oeste do Lago de Vila Franca, ao Sul de Óbidos.

A oscilação máxima das águas nesse fluxo e refluxo das marés, em Santarém, não passa de 10 a 15 centímetros.

As oscilações periódicas, decorrentes da inundação das várzeas do Baixo Amazonas durante a época das chuvas, de Santarém a Monte Alegre, variam de 5 a 6 metros, entre os meses de cheia, abril, maio, junho e julho, e os meses de vazante, de setembro a dezembro.

As influências dêsses dois tipos de inundação sôbre as várzeas se chocam no Baixo Amazonas, da foz do Xingu à do Tapajós.

Acima do Xingu, as inundações periódicas, provocadas pelas chuvas, são absolutamente dominantes. A influência do fluxo e refluxo da maré, acima do Xingu, se torna insignificante. E vice-versa: a influência das enchentes periódicas, de origem pluviométrica, se reduz de Monte Alegre águas abaixo.

As Várzeas de Marés podem ser ocupadas com relativa facilidade, abrindo-se drenos para escoamento das águas dos igapós, a exemplo do "serviço pilôto" por nós instalado nas margens do Rio Guamá.

Drenados os igapós, as águas amarelas das marés penetram em tôdas as áreas outrora cobertas permanentemente de águas negras, depositando parte dos sedimentos (sílica, silt), que irá melhorar as propriedades físicas do tijuco das várzeas, fertilizando-as com substâncias coloidais e com os elementos químicos dissolvidos nas águas amarelas.

As terras destas várzeas podem ser irrigadas durante um período máximo de 5 horas por dia. As Várzeas de Marés podem ser utilizadas durante os 365 dias do ano sem interrupção.

Neste caso, as águas negras devem ser drenadas de dentro dos igapós para fora.

As Várzeas de Inundação, situadas acima de Monte Alegre, ficam submersas 4, 5 e 6 meses seguidos, durante o período chuvoso na parte sul da bacia hidrográfica do Amazonas.

As raízes das plantas ficam totalmente submersas, durante 4 a 6 meses do ano.

O cultivo da juta, que é considerado da máxima importância para a região, só pode ser realizado nos tesos das matas ciliares que contornam os grandes lagos, os furos e os paranás das áreas pantanosas. Sòmente na região do Médio Amazonas, de Óbidos até os arredores de Manaus, há mais de um e meio milhão de hectares de superfície pantanosa, que são coberto todos os anos com uma enchente de cêrca de 9 metros de altúra

Essa imensa várzea, inundada durante 6 meses do ano, não oferece condições para implantação de vida familiar, de comunidade familiar. O homem, nessas condições, é ùnicamente um escravo a serviço de organizações de tipo feudal, de exploração do homem pelo homem.

As áreas de matas ciliares, localizadas nas bordaduras dos "paranás" e lagos grandes, do Médio Amazonas ao Médio Solimões, que apresentam condições para produção de juta, não atingem um por 20 mil da área amazônica. Os juteiros trabalham nessas áreas sem a mínima assistência devida a sêres humanos.

À procura de uma solução para êsse problema sócio-econômico, idealizamos e realizamos um serviço "pilôto" de colmatagem no Baixo Amazonas, iniciado com a desapropriação da Fazenda "Cacaual Grande", durante o Govêrno Getúlio Vargas. Devemos aos Ministros da Agricultura Apolônio Sales, Daniel de Carvalho e Novais Filho integral apoio ao nosso programa de criar métodos de trabalho para elevar padrão de vida da população rural da Amazônia brasileira.

Estudando os problemas de solo e água, ou melhor de água e solo, nas várzeas do Baixo Amazonas, convencemo-nos, pela leitura dos trabalhos de Katzer, Paul Le Coint, Augusto Otaviano Pinto, Jaguaribe de Matos, e outros, da necessidade de ser alterada a geografia do Amazonas, criando perspectivas novas para sua conquista.

Disciplinar a vazão selvagem do Rio Amazonas, que representa a quinta parte de todo o volume de água doce do mundo; reduzir o fenômeno das "terras caídas", e diminuir a erosão de oaproximadamente 1,4 milhão de toneladas de terra jogadas diàriamente no Atlântico, é, hoje, obrigação do homem moderno.

A instalação do serviço de colmatagem em Maicuru (Fazenda "Cacaual Grande") foi o primeiro passo para conquista pacífica das Várzeas de Inundação da Amazônia.

Além do nosso relatório inédito sôbre a Conquista das Várzeas do Rio Amazonas, 1954, IAN ("A Amazônia", Lúcio de Castro Soares, 1963, pág. 98), a UNESCO publicou um resumo dos resultados de nossos ensaios "pilôto" para conquista de terras de várzeas, em "Problems of Humid Tropical Regions", 1958. Nessa publicação e no Boletim Técnico do IAN, n.º 24, 1951, Belém, aparecem os primeiros resultados de nosso ensaio de colmatagem.

A vazão dos canais de colmatagem rasgado em Maicuru apresentava, no dia 1.º de junho de 1954, os seguintes índices: Canal "Maroja Neto" 152 metros cúbicos por segundo; Canal "Novais Filho" 274; Remanso "75"; "Fernando Costa" 95; "Vicente Chermont de Miranda" 38 e "Dores" 34,2. O total da vazão dos 6 canais atingiu 610 m3 de água por segundo.

Admitindo-se que a média de sedimentos transportados tivesse sido de 100 gramas por m3 de água (0,100 mg/litro), conclui-se que a quantidade total diária de sedimentos carregados pelo Rio Amazonas, para o inferior do Lago de Maicuru era daordem de 5.784 toneladas métricas por dia (Camargo, "Problems of Humid Tropical Regions", pág. 16).

Na época em que realizamos êsse trabalho de colmatagem, calculamos que a Amazônia possuía 64.000 km2 de várzeas passíveis de conquista pelo homem, mediante o emprêgo dos dois métodos por nós introduzidos.

Desejamos, a esta altura de nossa exposição, prestar um esclarecimento curioso.

No primeiro caso, das Várzeas de Marés, drenamos as águas negras dos igapós para fora da Várzea. No segundo caso, das Várzeas de Inundação provocada pelas chuvas, canalizamos as águas amarelas do Rio Amazonas para dentro dos pântanos. A técnica adotada em Cacaual Grande foi a de desviar as águas amarelas do Rio Amazonas para dentro do Lago Grande de Maicuru, a fim de provocar assereamento.

Desejamos esclarecer que todos êsses ensaios e demonstrações técnicas para conquista dos dois tipos de várzeas, por nós realizados de 1943 a 1946 no Guamá e de 1948 a 1954 em "Cacaual Grande" (Lago Grande do Maicuru), não tiveram, nestes últimos tempos, adeptos entre as autoridades governamentais, quer da esfera estadual como da federal. Isto significa que não tem havido, ùltimamente, o menor interêsse com relação à conquista das várzeas do Amazonas. Sòmente agora, após o lançamento da idéia do Instituto Hudson e de Prado Lopes, sôbre a construção de uma barragem gigantesca no Baixo Amazonas, para reconstruir o "Mar interior", surgiram vozes discordantes a reclamar que as várzeas lhes pertencem.

2.1.3 *Formação de novas terras de várzeas por assoreamento*

Com a construção da reprêsa em Monte Alegre, o serviço de colmatagem que realizamos em Maicuru ficará submerso, como submerso fica-

rão todos os pântanos de Monte Alegre até o Purus, num total de mais de dois e meio milhões de hectares de várzeas inabitáveis.

Estabilizada a vazão do Rio Amazonas, o fenômeno de assoreamento natural terá início e novas áreas de solo, tipo "Terra de Várzeas", irão surgindo nos pontos de encontro das águas dos rios amarelos (Madeira, Purus, Juruá, Javari, Solimões e Japurá) com a orla do "Mar Amazônico". Estas novas várzeas virão, no futuro, compensar vantajosamente as áreas afogadas, porque permitirão a utilização racional, intensiva e motomecanizada, como se pratica nos "poulders" da Holanda.

Abaixo da reprêsa, na margem esquerda do Rio Amazonas, ao Norte e ao Leste de Monte Alegre, haverá extraordinária facilidade para instalação de culturas e pastagens, com irrigação por gravidade.

Acima do "Mar Amazônico", nos rios de águas amarelas, outras reprêsas menores poderão ser construídas, para facilitar a navegação fluvial no período de estiagem e para formar novas áreas assoreados.

Um dos pontos de interêsse, para estudo de viabilidade, seria a parte baixa, encachoeirada do Rio Madeira, visando facilitar a ligação Madeira—Mamoré e Manaus—Rio da Prata.

A operação de assoreamento, na foz do Madeira e Purus deverá ser dirigida de modo a formar "paranás" e "furos", destinados a servir à pequena navegação que ligará as duas bacias hidrográficas. Um canal artificial poderá ser construído, ligando a bacia do Tapajós à do Madeira, mediante a utilização da calha do Arapiuns ou explorando-se uma outra ligação, abaixo do carbonífero.

A grande navegação será de tipo marítimo, razão pela qual abandonamos a denominação de "Grande Lago" para "Mar Amazônico". No estudo da viabilidade técnica do problema, constata-se que a magnífica jazida de Sal-Gema, da ordem de 10 trilhões de toneladas, situada entre 800 e 1.000 metros de profundidade, constitui o testemunho geológico de que a região foi mar e que o clima era de tipo desértico, semelhante ao da região do Mar Vermelho, de nossos dias. A presença de diábase, enchendo as fraturas do embasamento pré-cambriano e promovendo o elevamento dos horizontes de calcário, conforme se observa nas margens do Rio Tapajós e nos cortes geológicos apresentados nas cartas da PETROBRÁS, de Pedro de Moura, de Josué de Camargo Mendes e de outros cientistas de valor mundial, vem revelar que o "Mar Amazônico" data de mais de 200 milhões de anos. A obra, portanto, é de reconstrução do velhíssimo "Mar Amazônico".

A navegação que interessa é a marítima, com seus "navios de quilha". A navegação com embarcações de "fundo chato", "containers", terá função complemenar. O Amazonas, no seu estado de rio selvagem e imaturo, não comporta a instalação de serviços de transporte de pequena navegação fluvial. Quando dirigíamos as Plantações Ford, mandamos construir na Alemanha, para uso da organização, o rebocador Agronômico", que fêz a sua viagem, da Europa para Belém, com o seu próprio motor e com tri-

pulação alemã. Os rebocadores "Agronômico" e "Santarém", êste recebido com o acervo Ford, são os dois melhores rebocadores de tipo marítimo do Baixo Amazonas, capazes de enfrentar as tempestades que ocorrem freqüentemente no Rio-Mar. Outras embarcações da flotilha do Instituto Agronômico do Norte e das Plantações Ford, bem como as pertencentes a tôdas as organizações particulares, são obrigadas a fugir para os abrigos, quando o temporal as fustiga, a fim de evitar naufrágio.

Com a reconstrução do "Mar Amazônico", novas cidades deverão ser construídas e terão seus portos com Seção Marítima e Fluvial, sendo esta complementar.

A navegação marítima, partindo diretamente de cada afluente do Amazonas para os mercados consumidores, é o que interessa às atividades agro pastoris da Amazônia brasileira.

2.2 *Águas da Amazônia*

A mistura das águas cristalinas, amarelas e negras na formação do "mar amazônico" e a indústria da pesca

A Bacia Amazônica é formada de rios de águas cristalinas (Xingu, Tapajós, Javari, etc.), amarelas (Madeira, Purus, Juruá, Solimões e Japurá) e negras, cujo exemplo típico é o Rio Negro.

Os rios de águas cristalinas são rios velhos e maduros. Nascem e percorrem as regiões pré-cambrianas. Suas águas são pobres em elementos minerais, mas, sendo translúcidas, permitem a formação de planctos.

Os rios de águas amarelas (denominadas brancas por Sioli) nascem na Cordilheira dos Andes, no alto Acre e em áreas do Território da Colômbia, Equador e Peru. São novos e imaturos. São novos porque só tiveram origem após a formação do Terciário e imaturos porque sua calha foi, é e continuará a ser instável. Suas águas são ricas em sedimentos. Possuem de 60 a 250 miligramas de material em suspensão por litro. Devido a êsse tranporte de sedimentos, são muito turvas. A luz do sol penetra ùnicamente em sua superfície. Nas águas amarelas, a transparência não ultrapassa 30 centímetros. Não havendo luz não há fotossíntese e, na ausência dêste fenômeno, os recursos que a água carrega em suspensão e em solução, da ordem de 1,5 milhão de toneladas por dia, são transportados para o mar, sem criar riquezas, queremos dizer, sem propiciar condições para criação de peixes. As águas amarelas, transbordando para os pântanos e para os lagos internos, decantam parte de seus sedimentos e a sua transparência passa de 30 centímetros para 2 metros aproximadamente. Nestes lagos criam-se pirarucus, peixes-boi e outras ricas espécies, que constituem a principal fonte de proteínas da população amazônica.

Os rios de águas negras são novos e maduros. Formaram-se após o levantamento dos Andes no Terciário. Suas águas provêm de solos impermeá-

veis, de terras turfosas, atravessando grandes igapós. Provêm de terras paupérrimas. São as águas mais pobres e mais ácidas de tôda a Bacia Amazônica. Nelas há abundância de *peixes e não se verifica a criação de "carapanãs"*.

Com a formação do "Mar Amazônico", haverá mistura dêsses 3 tipos de água. *Ocorrerá, também, a decantação dos sedimentos das águas amarelas*, o que virá facilitar a penetração da luz e a transformação do potencial de recursos em suspensão, em riquezas para criação de peixes. Êste será um dos grandes efeitos da transformação de recursos em riquezas e se fará sentir imediatamente após iniciar-se o fenômeno da decantação dos sedimentos das águas amarelas.

Segundo o trabalho "Utilização Econômica dos Peixes da Amazônia", Biota Amazônica, Vol. 7, pág. 187, 1967, publicado por Simões de Menezes, a produção de pescado na região Norte do Brasil (Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Rondônia, e Roraima) atingiu 45.366 toneladas métricas, em 1946. No ano de 1966, essa mesma região exportou 284 toneladas de pescado e importou 632 toneladas.

Com a elevação do nível das águas do "Mar Amazônico" a 40 metros sôbre o nível do Oceano e com o desmatamento prévio da vegetação arbórea em uma área de cêrca de 120.000 km^2, pode-se prever a criação de um potencial de pesca da ordem de 12 milhões de toneladas por ano. Tomamos, como base de cálculo, 50% do potencial médio dos lagos africanos, que é de 2 toneladas por hectare-ano.

A reconstrução do "Mar Amazônico", com seu espelho d'água a 40 metros acima do nível do Atlântico, criando um centro de pesca no interior da Amazônia brasileira, para industrialização de 30.000 toneladas de peixe por dia, dará às várzeas do Médio Amazonas ao Baixo Solimões, afogadas pelas águas da grande reprêsa, uma utilização racional e altamente econômica.

Como medida preliminar, urge que se promova a reprodução intensiva, das Tilápias africanas, com o objetivo de proporcionar alimentos às espécies carnívoras e para criar, simultâneamente, o equilíbrio biológico, a fim de se evitar a excessiva propagação de palntas aquáticas no litoral do "Mar" interno.

A reprodução do peixe-boi deve ser, também, intensificada, como se está fazendo na reprêsa "BROKOPONDO", em Suriname, para reduzir a propagação do lírio d'água.

Igualmente, a criação de búfalos aquáticos deve merecer especial atenção.

Próximo à grande barragem de Monte Alegre deverá ser criado um centro de pesquisas hidrobiológicas, na margem esquerda do Maicuru, podendo receber, de início, o plantel de búfalos aquáticos por nós introduzido no Baixo Amazonas, que são de propriedade do Instituto Agronômico do Norte.

3. *Recursos Humanos*

Já é tempo de nos ocuparmos com o padrão de vida do homem do interior da região amazônica.

A "Operação Rondon" veio prestar à Amazônia um serviço extraordinário, revelando às autoridades o estado de abandono em que vivem os habitantes do interior, sem assistência social, dentária, médica, hospitalar ou educacional. Um universitário de odontologia extraiu mais de mil dentes, numa rápida excursão. Seu colega, que cursa medicina, encontrou populações inteiras atacadas de verminose. Quando subir os rios da Amazônia, empenhado na "Operação Rondon", um grupo de estudantes de sociologia, para realizar um levantamento de comunidade rural", completar-se-á o quadro panorâmico, sócio-econômico sôbre essa massa humana abandonada a si própria.

Não é possível pensar em ocupar a Amazônia, seja brasileira, colombiana, equatoriana, peruana ou boliviana, sem se proceder a pesquisas detalhadas, sistemáticas, sôbre comunidades agrícolas e o estado sócio-econômico das populações do interior.

Dentre vários trabalhos de pesquisas médicas, sociais e econômicas, vamos transcrever trechos de duas publicações: uma, de um médico e sociólogo alemão, dedicada à população da Amazônia peruana, e outra, de um norte-americano, conhecido especialista em antropologia e sociologia, que realizou trabalhos no Brasil.

Iniciamos reproduzindo trechos da magnífica obra, "La Vida em La Amazonia Peruana", do Dr. Máximo H. Kuczynski-Godard, prefaciada pelo Professor Catedrático de Higiene do Instituto de Medicina Social de La Universidad de San Marcos, Lima, Dr. Carlos Enrique Paz Soldán, 1944 página 144:

"Entre as mulheres, que vieram à procura de nossa ajuda médico-social, que tinham necessidade de esposos, maridos ou campanheiros permanentes, abandonadas ou pràticamente desassistidas pelos pais de seus filhos(que freqüentemente são diversos, até 3 em média para seis filhos), mais de metade vive de lavar roupa, outras (cêrca de 20%) como costureiras e o resto preparando gulodices. Só uma elite ganha sua vida como vendedoras no mercado, mulheres ativas e trabalhadoras. Com exceção das últimas, quase tôdas não conseguem estabelecer, por sua própria capacidade, condições econômicas para a vida do grupo que criaram e que dirigem ou que deveriam dirigir e proteger.

Mesmo que o homem não abandone sua mulher, esta tem uma vida muito pesada, se são pobres. Passada a lua de mel, a mulher pobre é uma "bestia de carga": trabalha em estado de gravidez; amamenta durante 15 meses, cozinhando, lavando roupa; engravida novamente e, repetindo êste ciclo de vida, esgota ràpidamente sua juventude e suas fôrças, sempre lutando contra a pobreza, e, muitas vêzes, contra os vícios dispendiosos de seus companheiros. Seus filhos adoecem e ela sofre, direta e indiretamente,

por êles. Raras vêzes pode cuidar de si, quase nunca na verdade descansa. Mesmo aparentemente não fazendo nada, ela sofre, padece... Mal nutrida *e sujeita a períodos consecutivos de gravidez, é anêmica. Sua casa não é* casa. Em sua vida não encontra as comodidades mais primitivas.

Sua casa não é casa, sua vida é a de um pobre animal doméstico!

Essa é a vida da população dos subúrbios de Iquitos. É, também, a vida da população pobre da maioria das cidades da Amazônia brasileira.

A segunda obra a que nos referimos, é o livro "Amazon Town" (A Study of Man in The Tropics"), da autoria do sociólogo norte-americano Charles Wagley (1953 — The Macmillan Company).

Charley Wagley procedeu ao estudo da Comunidade de Gurupá, à qual deu o nome de "Ita Community". Êste trabalho foi realizado como pesquisa prévia da UNESCO, para criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. *Levada a efeito em cooperação com o* SESP (*Serviço Especial* de Saúde Pública), Belém, Pará, esta pesquisa de comunidade recebeu estímulo do Senador Catete Pinheiro e dos Drs. Cleo Braga e Dulcídio Jurandir. Trata-se de um estudo básico sôbre uma comunidade típica do Estado do Pará. A obra merece ser lida "in totum". Apresentamos apenas o resumo de um pequeno trecho, o referente à parte da população ligada às atividades extrativistas e rurais, o que nos interessa nesta palestra.

Wagley dividiu a população de Gurupá em 3 grupos: A, B e C, correspondentes à 1ª, 2ª e 3ª classes.

A classe C dispunha de apenas 135 cruzeiros, em média, por mês, para despesas de alimentação de um casal com dois filhos (períodos da pesquisa: *1946-1948*). Uma parte da alimentação era produzida no quintal. Marido e espôsa não usavam sapatos. O filho, com menos de 8 anos, vivia nu e a filha, de 10 anos, possuía dois vestidos rasgados. Casa pràticamente desprovida de móveis. Na cozinha, havia uma pequena mesa e dois caixotes de madeira, que serviam de cadeira, além de uma panela de ferro e duas panelas de barro cozido. Não é necessário prosseguir: o quadro apresentado é bastante elucidativo.

O trabalho de Wagley podia ser melhor, no que diz respeito ao sistema da coleta de amostragem. Mas é sobretudo honesto. Deve ser considerado um ensaio de pesquisa de comunidade rural.

É urgente que o homem do interior da região amazônica, que vive do extrativismo, da caça e da pesca, deixe de ser o escravo de um regime feudal ou do tipo semi-selvagem de aventureiro, de foragido da sociedade, metido na mata, fora da civilização.

A reconstrução do "Mar Amazônico" deve proporcionar à região uma infra-estrutura nova e revolucionária, para quebrar todos os vincos e os vícios da *era do extrativismo*, da *exploração do homem pelo homem*.

Infelizmente, o que nos relata o médico e sociólogo Kuczynski, no estudo da população de Iquitos, é válido para tôda a Amazônia. A miséria é a mesma em tôda a região.

A idéia do Instituto Hudson nasceu do estudo de comunidades pobres das áreas tropicais, úmidas, subdesenvolvidas, da América do Sul, e não do interêsse por possíveis recursos minerais, ainda ignorados, que porventura existam na Amazônica.

O objetivo fundamental consiste em propiciar dias melhores à sofredora população da vasta região amazônica.

Utilizando os recursos naturais — terra e água — aplicando técnicas agrícolas racionais e contando com os conhecimentos que a engenharia moderna pode oferecer, urge, acima de tudo, promover a elevação do padrão de vida moral e cultural do homem da Amazônia, para integrá-la no Brasil e na civilização sul-americana.

Sumário dos estudos realizados pelo Instituto Hudson sôbre o sistema de barragens baixas, como possível estímulo ao desenvolvimento da América do Sul (H.I. — 788 — RR. 10 de janeiro de 1967).

1) A idéia da construção de barragem, para formação de "Grandes Lagos" na América do Sul, foi apresentada por Robert Panero ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 6 de novembro de 1964. (Atas, 16 — 19 de outubro de 1964; HI — 473-P e, mais recentemente, HI — 783/3 — RR, de 27 de março de 1967.

2) Os estudos iniciais dessas idéias foram patrocinados por "doações da indústria". Programa: "Estudos do Futuro", sob a direção de Heman Kahn. Ver: conceitos referentes ao "Novo Foco sôbre o Amazonas", circular III — 758-P, de 1.º de julho de 1965. Populações tipo A. B. e C.

3) Na segunda edição da Circular HI 788/3 — RR, de 27 de março, Robert Panero presta uma homenagem à obra de Prado Lopes, nos seguintes têrmos:

"O Dr. Eudes Prado Lopes, geólogo e geofísico da Petrobrás, trabalhando na Região Amazônica nesse mesmo período de tempo, fêz, independentemente, um trabalho paralelo ao do Instituto, com referência à criação do maior lago ou mar interior ao longo da própria corrente amazônica principal. Assim sendo, merece êle menção especial aqui, pelo seu esfôrço pioneiro".

4) Em abril de 1967, o Instituto Hudson, tomando conhecimento do trabalho pioneiro do Dr. Prado Lopes e de sua especialização em Geologia, convidou-o para fazer parte de seu grupo de engenheiros-geólogos e para participar das principais pesquisas a serem levadas a efeito no estudo do Sistema de "Grandes Lagos" para a América do Sul.

5) Em abril e maio de 1967, procuramos fundir detalhes das idéias do Instituto Hudson com detalhes do Projeto Prado Lopes (Desenvolvimento e Conjuntura, março de 1967), para unificar os estudos e os esforços. Com êsse objetivo, traçamos o desenho teórico do Grande Lago Amazônico, adotando a altura da barragem indicada por Prado Lopes (50 metros sôbre o nível do mar) e localizando a barragem na garganta de Monte Alegre, critério adotado pelo Instituto Hudson, em vez de Santarém ou Óbidos. Êste traçado teórico do Grande Lago foi apresentado em palestra

que pronunciamos na Escola Superior de Guerra e no "Encontro sôbre Ocupação do Território", realizado pelo IBRA, sendo também publicado pela revista "O Cruzeiro", de 30 de dezembro de 1967.

6) Em face da campanha movida contra o Instituto Hudson e o Govêrno dos Estados Unidos, Prado Lopes solicitou seu desligamento do referido Instituto. Ignoramos, todavia, se essa solicitação foi aceita pelo Hudson. Não quisemos ter a menor interferência nesse caso. Tributamos grande admiração a Prado Lopes e lamentamos a situação que se criou. Dentro de nossa ética profissional, procuramos poupar o Projeto Prado Lopes do histerismo antiamericano.

Nestes últimos meses, procuramos concentrar nossos estudos, única e exclusivamente, nas idéias iniciais apresentadas pelo corpo técnico do Instituto Hudson. Não desejamos, todavia, que se combata a idéia fundamental do Projeto Prado Lopes.

Recentemente, tomando conhecimento do magnífico trabalho do Dr. Genival Rabelo, "Ocupação da Amazônia", procuramo-lo, em sua residência, para apresentar-lhe cumprimentos pelas suas palavras de defesa à tese da barragem em Óbidos, de Prado Lopes.

7) Robert Panero considerou o Projeto Prado Lopes paralelo ao seu. Cumpre esclarecer que, em 1966, Robert Panero já havia completado os estudos sôbre 2 barragens no Chocó e estudado detalhes da "idéia" de construção de barragem no Caquetá, no Orenoco, no Negro e no Amazonas. Isto sem fazer referências às primeiras investigações, realizadas no estudo da ligação fluvial Madeira-Paraguai.

No caso especial da barragem no Rio Amazonas, os conceitos de Panero e Prado Lopes, embora completamente diferentes com relação a detalhes, visam o mesmo fim.

8) Pessoalmente, dentro de nosso conceito agronômico-social, consideramos idênticas as idéias de Panero e Prado Lopes. Também se igualam sob o ponto de vista de engenharia. O problema altura e localização da barragem são apenas detalhes complementares de uma mesma idéia. O esclarecimento final e definitivo sôbre êsses pontos exigiria a contribuição de um grupo de profissionais: geólogos, engenheiros especialistas em barragens, agrônomos, hidrologistas, economistas, políticos, etc., para realização de uma série de pesquisas indispensáveis no estudo da viabilidade da obra.

Baseando-nos nas últimas pesquisas realizadas pelo Hudson, podemos esclarecer dois pontos:

8.1 *Situação da barragem*

Uma situação ideal para construção da barragem deveria incluir a bacia do Tapajós no sistema do "Mar Amazônico", e afastá-la, tanto quanto possível, dos limites extremos da jazida de sal-gema, a fim de evitar possíveis acomodações das camadas geológicas no correr dos tempos, no caso de se proceder à exploração intensiva da jazida.

Atendendo a êstes dois objetivos, a barragem deveria partir da base da Serra do Ererê, ao Oeste de Monte Alegre, em direção sul, no sentido de Taperinha, até atingir a bordadura do terraço Terciário que vai de Belterra a Curuá-Una.

8.2 *Altura da barragem*

A altura da barragem deverá ser de aproximadamente 32 metros, de modo a estabilizar o nível do "Mar Amazônico" a 40 metros sôbre o nível do Atlântico e a 10 metros abaixo da calçada que contorna o Teatro Amazonas, Manaus.

8.3 A barragem de Monte Alegre deverá servir de tronco rodoviário para as futuras interligações de Brasília com tôda a região norte do Brasil e da América do Sul.

9) Desejamos informar que o precursor brasileiro da idéia da construção de uma barragem no Rio Amazonas, na garganta de Óbidos, foi o ex-Governador do Estado do Amazonas, Dr. Efigênio Ferreira de Sales, que realizou, no período da queda da exportação da borracha, o melhor Govêrno que o Estado do Amazonas teve, com relação à assistência social e educacional. Os auxiliares do ilustre ex-governador ocupam, atualmente, as mais altas funções no Congresso Nacional.

Assim, Dr. Efigênio Ferreira de Sales foi o precursor das idéias estudadas e levadas a público por Prado Lopes e Robert Panero.

BIBLIOGRAFIA:

"UTILIZAÇÃO ECONÔMICA DOS PEIXES AMAZÔNICOS", de Rui Simões de Menezes, em Atas do Simpósio sôbre Biota Amazônica, Volume 7, páginas 187 a 194.

"BOLETIM TÉCNICO DO INSTITUTO AGRONÔMICO DO NORTE", n.º 24, 1951.

"PROBLEMS OF HUMID TROPICAL REGIONS", UNESCO, 1958, Felisberto C. Camargo.

"RECONNAISSANCE INVESTIGATIONS OF THE DISCHARGE AND WATER QUALITY OF THE AMAZON", Roy E. Oltman, em Biota Amazônico, Vol. 3, págs. 162 a 183, 1967.

HIDROLOGIA DO AMAZONAS, de A.O. Pinto, 1930

DOCUMENTOS:

UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA NACIONAL PARA A AMAZÔNIA (*)

ESTUDO ESPECIAL DA EQUIPE DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

1 — *Conceito de segurança nacional*

1.1 — A Constituição Federal, promulgada em 24 de áaneiro de 1967, dedica a Seção V do Capítulo VII, que trata do Poder Executivo, à Segurança Nacional (arts. 89, 90 e 91), determinando que tôda pessoa natural ou jurídica é responsável pela Segurança Nacional, nos limites definidos em lei; que o Conselho de Segurança Nacional destina-se a assessorar o Presidente da República na formulação e na conduta da Segurança Nacional; que a lei especificará as áreas indispensáveis à Segurança Nacional, regulará sua utilização e assegurará, nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros; que compete ao Conselho de Segurança Nacional o estudo dos problemae relativos à Segurança Nacional, com a cooperação dos órgãos de informação e dos incumbidos de preparar a Mobilização Nacional e as operações militares.

1.2 — O Decreto-lei nº 314, de 13-3-1967, que "Define os Crimes Contra a Segurança Nacional, a ordem política e social e dá outras providências", tornou conhecido:

a) — que a Segurança Nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos;

b) — que a Segurança Nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da Segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva;

c) — que a segurança interna, integrada na Segurança Nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do País;

(*) Suplemento da Fôlha de São Paulo de 28 de abril de 1968.

d) — que a guerra psicológica adversa é o emprêgo da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais;

e) — que a guerra revolucionaria é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo contrôle progressivo da Nação;

f) — que o juiz ou Tribunal, na aplicação do Decreto-lei nº 314, deverá inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional definidos em lei.

1.3 — *Conseqüentemente:*

— há um conceito legal de Segurança Nacional;

— é da competência do Conselho de Segurança Nacional o estudo dos problemas relativos à Segurança Nacional;

— é atribuição do Presidente da República formular a Política da Segurança Nacional e dirigir a sua excecução;

— sob o aspecto doutrinário, qualquer pessoa, associação, entidade, órgão público, emprêsa ou estabelecimento de ensino, pode estudar e opinar sôbre a Segurança Nacional.

1.4 — Já é considerada clássica a definição de Segurança Nacional adotada pela Escola Superior de Guerra nos seus vários Cursos:

"Segurança Nacional é o grau relativo de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, o Estado proporciona, em determinada época, à Nação que jurisdiciona, para a conquista ou manutenção dos Objetivos Nacionais, em face dos antagonismos existentes.

1.5 — A parte da Política Nacional que trata, especificamente, das questões de Segurança, constitui a Política de Segurança Nacional, cuja conceituação é:

"a arte de garantir sem guerra, se possível, mas pela guerra se necessária, a conquista ou salvaguarda dos objetivos de uma Nação, em face dos antagonismos que contra êles se manifestem no âmbito ou no campo externo".

1.6 — O Presidente da República assume o compromisso, ao tomar posse em sessão do Congresso Nacional, de promover o bem geral e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil (art. 78 da Constituição).

1.7 — É considerado pacífico o entendimento de que "o bem geral" depende, precìpuamente, do desenvolvimnto econômico e social, e de que a manutenção da união e da integridade do País exigem o fortalecimento constante da integração nacional. É também tranqüilo o conceito de que a Segurança Nacional está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e social.

1.8 — O Presidente Marechal Castelo Branco deu a Aula Inaugural dos Cursos da Escola Superior de Guerra, de 1967, tratando da "Segurança

e Desenvolvimento", conferência que foi publicada em jornais de 14 de março de 1967 e na qual o saudoso estadista afirmou:

"Desenvolvimento e Segurança, por sua vez, são ligados por uma relação de mútua casualidade. De um lado, a verdadeira Segurança pressupõe um processo de desenvolvimento, quer econômico, quer social...

De outro lado, o desenvolvimento econômico e social pressupõe um mínimo de segurança e estabilidade das instituições. E não só de instituições políticas, que condicionam o nível e a eficiência dos investimentos do Estado, mas também das instituições econômicas e jurídicas que, garantindo a estabilidade dos contratos e o direito de propriedade, condicionem, de seu lado, o nível e a eficácia dos investimentos privados...

A *inter-relação entre desenvolvimento e segurança faz que, de um lado,* o nível de segurança seja condicionado pela taxa e potencial de crescimento *econômico, e que, de outro lado, o desenvolvimento econômico não se possa* efetuar sem um mínimo de segurança".

1.9 — O General-de-Exército Aurélio de Lyra Tavares, atual Ministro do Exército, publicou um notável estudo sôbre o assunto, em 1958, intitulado: "Segurança Nacional, *Antagonismos e Vulnerabilidades*", no qual ensina:

"Cumpre não confundir o sistema de segurança com o sistema de defesa. A Segurança implica o desenvolvimento coerente e progressivo das atividades normais do Estado, segundo o rumo e o ritmo ditados pelos objetivos nacionais, mediante o desenvolvimento racional do Poder Nacional, que deve ser mantido constantemente, em condições de afastar ou neutralizar os antagonismos existentes (página 18). Segurança é a sensação de tranqüilidade resultante da convicção de que não há perigo a temer (página 19)...

"A Educação é fator de Segurança Nacional. A História das Nações demonstra que o povo é, sem dúvida, o elemento estimulador de tôdas as atividades do Estado e a essência mesma da sua capacidade de realizar, de progredir e de afirmar-se no meio internacional... É evidente que a segurança da coletividade, em cujo espírito repousa, em última análise, a própria Segurança Nacional, fundamentalmente reside na mentalidade do cidadão, no seu grau de aptidão física, moral e cultural, para contribuir nos destinos da sua Pátria e para preservá-la da influência negativa dos antagonismos de todos os tipos, que podem ameaçar a coesão da comunidade nacional, de que é célula viva, mas também os próprios interêsses fundamentais da sua livre sobrevivência e dos seus destinos soberanos. A compreensão dêsse papel, a capacidade para desempenhá-lo e o discernimento dos seus deveres para com a coletividade, o cidadão só as adquire pela Educação, que cumpre ao Estado difundir e orientar, em concordância com os interêsses e os objetivos nacionais (pág. 71)... O povo é, sem dúvida, o elemento estimulador de tôdas as atividades do Estado e a essência mesma da sua capacidade de realizar, de progredir e de afirmar-se no meio internacional. O aproveitamento das possibilidades do território, a exploração dos

seus recursos, a despeito dos fatôres adversos, assim como o processo da evolução nacional, em todos os sentidos, dependem da energia criadora e das atividades da população, e são condicionados pela sua capacidade de organização e de realização (pag. 203).

O fator econômico intervém como elemento fundamental e decisivo na constituição do Poder Nacional (pág. 192).

1.10 — É evidente que o desenvolvimento econômico e social é fator precípuo para a Segurança Nacional".

2 — *A Amazônia e a segurança nacional*

2.1 — A Lei nº 5.173, de 27-10-1966, dispõe sôbre o Plano da Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA); cria a Superintendência da Amhzônia (SUDAM) e dá outras providências.

A Amazônia abrange, para os efeitos dessa lei, a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos territórios do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do Estado de Mato Grosso ao norte do paralelo de 16º do Estado de Goiás, a norte do paralelo de 13º e do Estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.

2.2 — A Amazônia clássica, também denominada Amazônia dos 6, compreende os Estados do Pará, Amazonas e Acre e os territórios federais do Amapá, Roraima (antigo Rio Branco) e Rondônia (antigo Guaporé).

A Amazônia legal, conforme a definição da Lei 5.173, de 1966, absorveu a Amazônia clássica, sendo aumentada com extensas áreas do Maranhão, de Goiás e de Mato Grosso.

2.3 — São as seguintes as áreas e a população estimada, em 1967, dos integrantes da Amazônia legal:

RONDÔNIA	243.044 km2	110 mil hab.
ACRE	152.589 km2	193 mil hab.
AMAZONAS	1.564.445 km2	890 mil hab.
RORAIMA	230.104 km2	41 mil hab.
PARÁ	1.248.042 km2	1.914 mil hab.
AMAPÁ	140.276 km2	103 mil hab.
MARANHÃO	328.663 km2	3.378 mil hab.
MATO GROSSO	1.231.549 km2	1.322 mil hab.
GOIÁS	642.092 km2	2.684 mil hab.

A extensão da Amazônia legal, envolve cêrca de 60% do território nacional e é ocupada sòmente por cêrca de 10% da população do País.

2.4 — A Amazônia confronta, ao Norte, com a Venezuela numa extensão de 537 km na divisória do Estado do Amazonas e 958 km na do Estado do Acre; com a Guiana (antiga Guiana Inglêsa) numa extensão de 964 km na divisória do Território de Roraima e 642 km na do Estado do

Pará; com o Suriname (antiga Guiana Holandesa) numa extensão de 541 km na divisória do Estado do Pará e 52 km na do território do Amapá; com a Guiana Francesa numa extensão de 655 km na linha divisória do no Estado do Maranhão: a Oeste com a Bolívia numa extensão de 1.342 km nas costas do Estado do Pará, 598 km no território do Amapá e 640 km no Estado do Maranhão; a Oeste com aBolívia numa etxensão de 1.342 km com o Território de Rondônia e 618 km com o Estado do Acre; com o Peru numa extensão de 1.565 km na fronteira com o Acre e 1.430 km na fronteira com o Amazonas; ao Nordeste com a Colômbia numa extensão de 1.644 km na fronteira com o Estado do Amazonas (Fonte Anuário Estatístico do Brasil — IBGE 1965).

2.4.1 — *A extensão da linha divisória total é a seguinte:* Rondônia 1.342 km; Acre 2.183 km; Amazonas 3.611 km; Roraima 1.922 km; Pará 1.745 km; Amapá 1.305 km. *A fronteira de Mato Grosso com a Bolívia* é longa de 1.186 km, mas só uma parte está abrangida pela Amazônia legal.

2.4.2 — A Amazônia confronta, portanto, com sete (7) nações, sendo uma área de reduzida densidade de população; sem transportes e comunicações adequados; de elevado índice de analfabetismo; de estado sanitário ruim; de economia rudimentar e que não produz sequer a alimentação para a própria subsistência.

3 — *Aspectos da segurança nacional na Amazônia*

3.1 — A linha de fronteira internacional da Amazônia passa de onze mil quilômetros.

O primeiro aspecto da segurança nacional na Região é a afirmação da soberania brasileira na linha divisória, nas faixas de fronteiras e na imensa área.

3.2 — A população estimada para a Amazônia em 1967, é de cêrca de 11 milhões de habitantes para uma área de mais de 5 milhões de km2, ou seja, 2 habitantes por quilômetro quadrado.

O segundo aspecto importante da Segurança Nacional na Região é o povoamento, é a integral ocupação territorial, dada a extensão física e a rarefação demográfica.

3.2.1 — O prof. Arthur Reis, que foi governador do Estado do Amazonas, e é profundo conhecedor dos problemas da Amazônia, no seu livro "A AMAZÔNIA E A COBIÇA INTERNACIONAL" (2.ª ed. Editôra Limitada, Rio — 1965) afirma:

"A Amazônia tem sido emprêsa nossa. Disso podemos nos ufanar. Penetramo-la sem desfalecimento. Ocupamo-la politicamente. Revelamo-la no possível. Dela *temos extraído, para o* bem-estar de outros, muito do que ela possui de útil (pág. 10). O povoamento da Amazônia não foi realizado com *a contribuição do estrangeiro* (pág. 206)".

3.2.2 — O espaço geográfico — vazios imensos — e a população, *rarefação absoluta, são dois fatôres de importância assinalável,* quando se

pretende equacionar o problema da segurança e do desenvolvimento da Amazônia.

O Ministro do Interior, general Albuquerque Lima, em conferência lida no Curso de Altos Estudos de Problemas Brasileiros, em 1-8-1967, abordando o tema sôbre "A Conquista e o Desenvolvimento da Amazônia", declarou que "o Govêrno está na obrigação de considerar altamente prioritário o assunto da ocupação efetiva dos espaços vazios da Amazônia", que nenhum plano de ocupação terá validade se não contar com o apoio decisivo das Fôrças Armadas, em conjunto, mas que elas deverão compreender que se trata de uma operação de interêsse econômico e ocial, segundo os conceitos de desenvolvimento.

3.2.3 — O ilustre amazonista prof. Arthur Reis entende que a Amazônia despovoada está na mira da cobiça internacional para os excedentes de população de numerosos países por ser a mais vasta região do mundo a ser ocupada pelo homem e ter condições favoráveis para a elaboração de uma Sociedade ordenada e progressista.

O atual ocupante do Ministério do Interior, na citada conferência, opinou que "O esvaziamento da Amazônia Ocidental, de fato, implica no comprometimento da segurança nacional, pois os seus efeitos afetariam a própria Federação Brasileira, despertando cada vez mais a cobiça internacional para tão vasta área" (pág. 59).

3.3 — O governador do Estado do Amazonas, Dr. Arthur Reis, em conferência intitulada "A Integração da Amazônia na Civilização Brasileira" (Ed. do Govêrno do Estado do Amazonas, 1965), informou à Nação:

"A grande enfermidade que estiola as populações amazonenses não é a malária, nem o mal de Hansen, mas a alimentação deficiente. Quando assumi o Govêrno do Estado, desejo que saibam, encontrei no interior apenas um médico — o médico militar da Guarnição de Tabatinga" (pág. 7).

O terceiro aspecto importante da segurança na Amazônia é constituído pela alimentação e saneamento.

3.3.1 — Édison Carneiro escreveu no seu livro "A Conquista da Amazônia":

"A Amazônia dispõe, bem ou mal, das condições mínimas necessárias para prover à subsistência de sua população atual, com certa margem para o seu eventual aumento vegetativo. Entretanto, o sistema vigente de exploração dos recursos locais está liquidando, paulatinamente, as fontes de tôda riqueza — a terra e o homem. — Que fazer? Se se permitir à Amazônia que continue um mundo marginal, nada poderemos aguardar senão o desastre, desta vez irreparável. Temos de aceitar o repto que esta região vem lançando, há um século, às gerações nacionais, e integrá-lo no ritmo da sociedade brasileira. Precisamos acordar a Bela Adormecida no Bosque" (pág. 12).

3.2.2 — — Sócrates Bonfim, na sua excelente obra "Valorização Econômica da Amazônia" assinala que será impossível desenvolver a Região, em qualquer de seus aspectos, sem um estado de saúde satisfatório de suas

populações, e que, bàsicamente, a saúde dos habitantes depende mais de alimentação adequada, que é um problema agrícola, e de hábitos de higiene que só a Educação pode firmar."

3.4 — O conhecido amazonista Osório Nunes entende, na "Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira" (1950 — Ed. Biblioteca do Exército), "que há uma tarefa prévia de exploração, desbravamento, análise e conhecimento, tão exato quanto possível, dos recursos regionais disponíveis" (pág. 10) e que:

"Com a finalidade de assegurar o território é preciso existir, dentro de suas fronteiras, uma economia que o faça viver de seus próprios recursos e menos dependente do resto do País. Pela criação de uma economia saudável, pelo enriquecimento quantitativo e qualitativo das populações do vale amazônico, estará apoiada a segurança nacional e a manutenção da Região sob a bandeira da República (pág. 93)".

3.4.1 — O ilustre amazonista Cosme Ferreira Filho observa que a Amazônia tem posição desfavorável porque:

"a) não produz o necessário para alimentação de seus habitantes e satisfação de suas necessidades mínimas;

b) não produz e não exporta matérias-primas, artigos acabados e mercadorias industriais que forneçam os recursos para pagar a totalidade do que compra no País e do que importa do exterior;

c) o equilíbrio de sua economia altamente deficitária é obtido com o ingresso de recursos monetários de origem federal".

3.4.2 — O Presidente da República, Marechal Eurico Dutra, já advertia na Mensagem ao Congresso Nacional, em 15 de março de 1947;

"Tanto mais urgente se me afigura a necessidade de uma solução adequada para os imensos problemas da Amazônia, quanto é certo que, dia a dia, se agravam suas difíceis condições de vida. Os esforçados habitantes dessa longínqua Degiião se vêem a braços com dificuldades sem paralelo, oriundas de uma multiplicidade de fatôres negativos como entre outros, vastidão territorial e escassez demográfica: afastamento em relação aos grandes centros de produção e consumo do País; economia primária de puro extrativismo florestl; estrutura econômica e social à mercê das oscilações dos preços das suas matérias-primas essenciais e ineficiência administrativa".

O quarto aspecto importante da segurança da Amazônia é o estágio social da economia predatória, sendo ela, no conjunto, a área menos desenvolvida do País e que está exigindo, sem demora, amplo esfôrço para o desenvolvimento regional.

3.5 — O lema do programa desenvolvimento do atual Govêrno da República é a valorização do Homem brasileiro e é sabido que, na Amazônia, êle é um abandonado.

Êsse é o quinto importante aspecto da Segurança Nacional na Região. E outros ainda poderão ser destacados.

4 — *Objetivos da segurança nacional e a Amazônia*

4.1 — Os principais objetivos da Segurança Nacional, ou sejam, se metas garantidoras dos mais altos interêsses e aspirações do povo brasileiro, terão de ser, naturalmente, situadas no contexto das atividades de âmbito nacional. Pode-se, no entanto, ressaltando-se êsse fato, coniderar os seguintes Objetivos de Segurança Nacional para a Região Amazônica, de especial ressonância e atualidade naquela área: o resguardo da soberania nacional e da integridade territorial; o fortalecimento da integração da área na etrutura sócio-econômica e militar do País, e a gaarntia permanente do Desenvolvimento Regional.

5 — *políticas para a consecução dos objetivos de segurança nacional e a Amazônia*

A fixação de Políticas de Consecução para os Objetivos de Segurança Nacional, relacionadas diretamente com a Região Amazônica, deve ser feita levando-se em conta, como já foi salientado anteriormente:

— a inter-relação e interdependência entre Segurança Nacional e Desenvolvimento;

— a participação dos diversos campos: Político, Econômico, Psicossocial e Militar.

5.1 — O Decreto-Lei n.° 5.812, de 13-9-1943, criou territórios federais com o propósito de estabelecer um sistema que seja mais adequado à segurança das fronteiras e o efetivo povoamento dessas áreas, visando coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas da Nação.

Todos os programas de administração dos governos dos territórios incluíram, entre as suas metas, a criação de núcleos de colonização e o povoamento das fronteiras.

5.2 — O Decreto n.° 45.479 de 26-2-1959, que aprovou o Regulamento das Colônias Militares de Fronteiras na Amazônia, define as finalidades dessas colônias:

a) nacionalizar as fronteiras do País, principalmente aquelas não assinaladas por obstáculos naturais;

b) criar e fixar núcleos de população nacional nos trechos das fronteiras situados defronte de zonas ou localidades prósperas do país vizinho, bem como nos daqueles onde haja vias ou facilidades de comunicações (rios navegáveis, estradas ou campos), que dêem franco acesso ao território nacional;

c) promover o desenvolvimento da população nacional nas localidades de fronteira onde haja exploração de minas, indústria pastoril ou agrícola em mãos dos estrangeiros de Países limítrofes (art. 2.°).

5.2.1 — As Colônias Militares visarão assegurar benefícios *mínimos* às longínquas regiões fronteiriças da Amazônia, entre os quais — a vigilân*cia efetiva das fronteiras; a formação de núcleos de* população nacional selecionada na linha de fronteira ou nas suas proximidades imediatas; a contribuição ao adequado desenvolvimento demográfico, social e econômico das imensas áreas que medeiam entre os centros de maior expressão da região amazônica e a linha de fronteira; a presença da Bandeira brasileira em pontos extremos do nosso espaço amazônico, afirmando de forma inequívoca a posse do solo e a soberania do Brasil naquelas regiões, sob condições de assistência, organização e trabalho que constituam motivo de orgulho nacional.

O trabalho agropecuário nas Colônias cuidará, antes de tudo, da exploração dos produtos de alimentação de origem vegetal e animal para o consumo da população local.

5.2.2 — As Colônias Militares visam, ao lado de *suas finalidades* militares, a fixação do homem local, pela criação de condições que favoreçam a congregação do elemento humana disperso e o aproveitamento do seu trabalho na solução do problema alimentar da comunidade (art. 40).

A campanha educativa deve ser orientada no sentido dos bons costumes sociais; de solidariedade humana; da união dos casais pelo casamento; da sadia formação religiosa; da produção agropecuária em bases técnicas racionais; de proteção da floresta e dos animais úteis; do espírito de equipe; da necessidade de alfabetização e do trabalho útil.

5.2.3 — *O Ministro do Exército, General Aurélio de Lyra Tavares,* na entrevista coletiva dada à imprensa em 20 de outubro de 1967, declarou ignorar corrida armamentista na América do Sul, afirmando:

"O que sei, com certeza, é que as Nações do Continente estão tôdas empenhadas, solidàriamente, numa corrida desenvolvimentista, até mesmo como sábia política de segurança. E êsse é o grande sentido das diretrizes traçadas pelo Govêrno Costa e Silva no caso particular do Brasil" (O Globo, de 21-10-1967, pág. 2).

Está bem clara a aceitação do princípio de que é essencial à política *de segurança nacional o desenvolvimento.*

5.3 — O brilhante amazonista Cosme Ferreira Filho observa que a Amazônia deve ser ponderada em relação ao Mundo, isto é, às necessidades de ordem universal; em relação ao Brasil no que respeita à manutenção de suas dimensões físicas e respectivas implicações de natureza política e econômica; em relação a si mesma, isto é, às necessidades e ambições de progresso de seus habitantes.

Esclarece que a Amazônia é, no plano mundial, sobretudo, tema de política demográfica. É o mais vasto e pacífico dos espaços vazios ainda existentes na terra; é ecològicamente utilizável na produção de alimentos vegetais e animais; sua topografia e morfologia não oferecem obstáculos; possui clima suportável pelo homem de qualquer origem étnica; não im-

põe, para a ocupação de seus territórios, o deslocamento ou submissão de populações nativas ou autoctones, porque a área é desocupada. Para evitar que surja o problema internacional de sua utilização para acomodar os excedentes populacionais do Mundo, impõe-se a adoção de uma política nacional de ocupação planejada e metódica da Região com o objetivo de marcá-la, em tôda a sua extensão, com as características de nossa civilização e integrá-la efetivamente no quadro nacional.

Êsse processo de ocupação, com o predomínio da nossa gente e da nossa mentalidade, tem como principal objetivo o fortalecimento da integração da Amazônia na comunidade brasileira, servindo também para preservar nossas atuais dimensões geográficas, pois é ponto pacífico que as grandes potências atuais se apóiam na imensa área dos seus territórios.

5.3.1 — É entendimento geral que a colonização, o povoamento e a ocupação das áreas amazônicas devem ser feitas predominantemente, com brasileiros e os habitantes da própria zona.

5.4 — A Constituição Federal de 1946 determinava, nas Disposições Gerais, que a União aplicasse, no plano de valorização econômica da Amazônia, durante vinte anos consecutivos, pelo menos, quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária (art. 199).

Para dar aplicação a essa ordenação constitucional, a Lei n.º 1.806, de 6 de janeiro de 1953, criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), sendo regulamentada pelo Decreto n.º 34.132, de 9-10-1953.

5.4.1 — No seu conhecido livro "Valorização Econômica da Amazônia", Sócrates Bonfim esclarece que ela deve ser entendida como obra política, visando a integração territorial, econômica e social da Região Amazônica na unidade nacional, e deve ter como objetivo o progresso das áreas de mais fácil acesso e econômicamente produtivas, bem como a ocupação e desenvolvimento da Amazônia como um todo, especialmente as regiões da fronteira.

5.4.2 — O economista Samuel Benchimol, no seu interessante estudo sôbre "Pólos de Crescimento da Economia Amazônica. Aspectos Espaciais, Temporais e Institucionais", ensina que a política instituída pela lei que criou a SPVEA, a partir de 1953, adotou como filosofia conceituar o entendimento de que a emprêsa valorizadora seja realidade mediante um conjunto global de medidas a serem executadas em tôda a frente social e econômica; que se filiou, doutrinàriamente, à metodologia social da classificação de Viner, em contraposição ao método estritamente econômico.

O princípio norteador dessa política consiste no lema: Você não pode fazer nada, antes de ter feito tudo, motivo por que ela ganhou em superfície o que perdeu em profundidade. A dispersão é a nota técnica de tal sistema deesnvolvimentista, de ação mais lenta, por que pretende dar cobertura global — estratégica — em vez de manobrar por ação tática nos setores de maior repercussão e num campo de ação mais restrita e limitada, tendo em vista a escassez de recursos. No entanto, com essa metodologia

procura-se agir na infra-estrutura social, objetivando um desenvolvimento linear, partindo da valorização do Homem. Com a outra, de ação econômica mais rápida, procura-se criar, em primeiro lugar, condições de emprêgo e renda para atingir o Homem numa fase ulterior.

O pólo de crescimento é conceituado como uma região que apresenta alta concentração de fatôres favoráveis ao desenvolvimento econômico e que se mostrou capaz de atrair recursos humanos e capitais.

A metodologia seguida pela SPVEA foi um dos fatôres do insucesso desta autarquia federal, que tornou necessária a sua extinção.

5.4.3 — O Ministério do Interior é o incumbido do desenvolvimento regional, dos *territórios federais. do saneamento básico, das migrações* internas e da ocupação do território nacional, atribuições do maior interêsse para *a Amazônia e a segurança nacional.*

5.4.4 — O nôvo sistema de ação do Govêrno federal na Amazônia *apóia-se:*

a) na *Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966,* que *dispõe sôbre o* Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA); cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências);

b) na Lei 5.174, de 27 de outubro de 1966, que dispõe sôbre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica e dá outras providências;

c) na Lei 5.122, de 28 de setembro de 1966, que dispõe sôbre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S.A.;

d) Decreto 80.079, de 16 de janeiro de 1967, que aprova o Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

5.4.5 — A Universidade Federal do Pará iniciou a publicação da COLEÇÃO AMAZONICA — série Augusto Montenegro, constituída de estudos econômicos da Região e que visa estabelecer um panorama objetivo de uma área do Brasil que necessita de compreensão e boa vontade dos podêres governamentais e empresariais para equacionamento e resolução urgente de seus problemas.

Já publicou dois volumes: "DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMAZÔNIA" e "DA SPVEA À SUDAM". O primeiro é constituído pelo relatório que a Sociedade Brasileira de Serviços Técnicos e Econômicos Limitada (BRASTEC) preparou para o Banco da Amazônia. Foi subsídio para investigação técnico-científica da realidade amazônica, realizada pelo Grupo de Trabalho incumbido de reformular a política econômica nacional da borracha. O segundo é um documentário de 703 páginas, dividido em transportes, sendo a 1.ª dedicada à SPVEA; a 2.ª à Rodovia Belém—Brasília, e a 3.ª à SUDAM, informando sôbre os antecedentes e criação, instalação, implantação, estrutura atual e futuro dessa au-

tarquia federal, que tem atribuição de planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia.

5.4.6 — Também merece citação especial o Relatório apresentado pelo Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, ao Senhor Presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, intitulado OPERAÇÃO AMAZÔNIA.

Êsse relatório resume informações úteis examinadas pelo MECOR para identificar as bases para uma reformulação da política de desenvolvimento e segurança para a Amazônia. Propõe como soluções a considerar:

I — a instituição da Operação Amazônia para atualizar e dar novas prioridades a programas de desenvolvimento e de ocupação do território amazônico;

II — a criação de ZONAS FRANCAS na Região Amazônica;

III — regulamentação para a concessão de favores fiscais e outros estímulos federais a investimentos prioritários ao deesnvolvimento da Amazônia.

5.4.7 — A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM: vinculada ao Ministério do Interior, tem como atribuição principal elaborar o Plano de Valorização Econômica e coordenar ou promover a sua execução, diretamente ou mediante convênio com órgãos ou entidades públicas, inclusive sociedades de economia mista, ou através de contratos com pessoas ou entidades privadas.

O Plano terá como objetivo promover o desenvolvimento auto-sustentado da economia e o bem-estar social da região amazônica, de forma harmônica e integrada na economia nacional. Será desenvolvido com apoio na seguinte orientação básica:

a) realização de programas de pesquisa e levantamento do potencial econômico da região, como base para a ação planejada a longo prazo;

b) definição dos espaços econômicos suscetíveis de desenvolvimento planejado, com a fixação de pólos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;

c) concentração de recursos em áreas selecionadas em função de seu potencial e populações existentes;

d) adoção de política imigratória para a região com aproveitamento de excedentes populacionais internos e contingentes selecionados externos;

e) fixação de populações regionais, especialmente no que concerne às zonas de fronteiras;

f) formação de grupos populacionais estáveis, tendentes a um processo de auto-sustentação;

g) ordenamento das diversas espécies e essências nobres nativas da região;

h) *incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura,* como base de sustentação das populações regionais;

i) *ampliação das oportunidades de formação e treinamento da mão-de-obra* e pessoal especializado necessários às exigências de desenvolvimento da região;

j) aplicação conjunta de recursos federais constantes de programas de administração centralizada e descentralizada, ao lado de contribuições do setor privado e de fontes externas;

l) adoção de política intensiva de estímulos fiscais;

m) concentração da ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisa de recursos naturais, implantação e expansão da infra-estrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privada as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis.

O Plano de Valorização Econômica da Amazônia terá duração pluria-nual, será aprovado por decreto do Presidente da República e revisto anualmente. Compete ao Conselho de Desenvolvimento da Amazônia opinar sôbre o Plano e as suas revisões anuais, antes de sua aprovação pela autoridade competente, e acompanhar a sua execução.

5.4.8 — A Amazônia é um desafio constante à política governamental de fortalecimento de sua integração no quadro nacional.

São obstáculos ao desenvolvimento da região: a extensão física e a rarefação demográfica; a deficiência de transporte e comunicações, o elevado nível de analfabetismo; a insalubridade; o desconhecimento do potencial efetivo de recursos naturais; a escassez de recursos humanos para a ocupação das fronteiras econômicas e geográficas; a debilidade do abastecimento; *a ausência de mentalidade agrícola*; a economia extrativista; a predominância da indústria de artesanato; a falta de coordenação nas atividades dos órgãos públicos locais; *a insuficiência do espírito empresarial*; o nomadismo, a carência de capital; a insuficiência do mercado consumidor regional; a penúria de energia elétrica; o êxodo rural; a ausência de assistência médica; o "aviamento" e diversos outros fatôres.

O nomadismo, decorrente do extrativismo expedicionário e do trabalho solitário, que tanto prejudica as iniciativas agrícolas e provoca o esgotamento progressivo dos recursos florestais, atesta que o homem não soube organizar o espaço geográfico para a sua ocupação efetiva. Êsse fato foi reconhecido por Edward Higbee no seu estudo sôbre "O Homem e a Amazônia", publicado no Boletim Geográfico (n.º 101, agôsto de 1951, pág. 468), quando escreveu que "tanto fatôres físicos, como sociais, variados e quase indetermináveis, têm contribuído para retardar a economia da Amazônia, mas parece que o próprio homem tem criado os obstáculos mais formidáveis ao progresso, *pela maneira deficiente pela qual êle organizou o* epaço e utilizou o terreno e os recursos humanos".

5.4.9 — *As disponibilidades de recursos para o desenvolvimento são* amplas, mas não tão grandes como se pensa. O sentido fundamental da re-

lação recursos naturais versus desenvolvimento econômico está na possibilidade de aplicação de trabalho, capital e tecnologia para o seu aproveitamento racional. De acôrdo com êsse conceito dinâmico, as reservas florestais da Amazônia constituem o recurso natural de mais fácil e imediata utilização para o desenvolvimento econômico da região. Segundo o relatório da BRASTEC, publicado no livro *Desenvolvimento Econômico da Amazônia*, a floresta amazônica cobre, continuada e descontinuadamente, cêrca de 4 milhões de quilômetros quadrados, o que corresponde a 80% da área da Amazônia. Ela condiciona, pràticamente, tôdas as atividades econômicas primárias na região e é o elemento que, geogràficamente, melhor individualiza êsse imenso espaço vazio (pág. 49). Mas a verdade é que a exuberância da selva é devida, exclusivamente, ao equilíbrio biológico solo-planta-solo e que a floresta vive de seus próprios recursos. Destruída a floresta, destrói-se a fertilidade do solo, que não resiste, por isso, a uma agricultura rotineira, irracional, predatória. Como o solo da Amazônia não resiste aos métodos primitivos de agricultura, o problema mais importante do desenvolvimento dos recursos humanos na região, do qual depende em grande parte o seu desenvolvimento econômico, é converter a mentalidade extrativista em uma mentalidade agrícola.

5.4.10 — É reconhecida a importância das estradas de integração nacional para a segurança da Amazônia, notadamente a Belém—Brasília e a Brasília—Acre, já abertas.

O Superintendente da Comissão Executiva da Rodovia Belém—Brasília (Rodobrás), no relatório de 18-1-1965, apresentado ao MECOR, escreveu:

"Como obra pioneira, a BR-14 foi rasgada em trabalho épico, sem estudos prévios que permitissem a elaboração de um projeto definitivo, dentro das normas técnicas oficiais. Teve-se em mira, ùnicamente, a necessidade imperiosa de imediata integração ao resto do País e de ocupação efetiva das grandes áreas adjacentes. Os motivos são de conhecimento pleno de tôda a Nação". (Da SPVEA à SUDAM, Ed. Universidade do Pará, 1967. Belém, pág. 437). E acrescenta: Nunca será demais ressaltar-se a importância da rodovia Belém—Brasília e o seu papel destacado no desenvolvimento econômico e social dessa imensa área do território nacional (op. cit., pág. 441). Confirma, no seu relatório do exercício de 1966, que essa rodovia "constitui um formidável tentáculo de integração do Vale Amazônico ao Patrimônio Nacional" (op. cit., pág. 461).

Essa estrada é extensa de 2.143 quilômetros e traçada em regiões de condições geológicas e climáticas muito diferentes, exigindo processos diversos na sua implantação e pavimentação. O tempo demonstrou que o lançamento pioneiro pouco se afastou do traçado de reconstrução elaborado pela rodovia no primeiro Govêrno da Revolução de março de 1964.

5.4.11 — É preciso consolidar a BR-14 e promover a sua pavimentatação. O mesmo deve ser feito com as rodovias Brasília—Acre e Cuiabá—Pôrto Velho. Essa deve prosseguir até Rio Branco, capital do Acre, Cru-

zeiro do Sul e fronteira do Brasil e Peru. As estradas projetos Brasília—Dianurum — Cachimbo—Manaus, Cuiabá—Santarém, Pôrto Velho—Manaus—Território de Roraima, devem ser construídas.

5.4.12 — A Segurança Nacional na Amazônia é um problema militar, mas é, também, político, econômico e social. Identifica-se com o desenvolvimento, fundamentalmente.

* * *

AQUISIÇÃO DE TERRAS POR ESTRANGEIROS (*)

Um cinturão em tôrno da região amazônica, formado por propriedades rurais de americanos, "atingindo principalmente as áreas de importância econômica, inclusive com jazidas minerais desconhecidas das autoridades brasileiras, no que poderia ser um plano de colonização orientado por uma potência estrangeira", é a conclusão da Câmara que apurou a venda ilegal de terras a estangeiros após vários meses de trabalho. Publicamos, em seguida, o relatório final da CPI elaborado pelo Deputado Haroldo Veloso.

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou a venda ilegal de terras a pessoas físicas ou jurídicas de nacionalidade estrangeira, foi dividido em cinco itens: o primeiro, os motivos que determinaram a instalação da CPI; o segundo, os trabalhos executados pela CPI; o terceiro, os fatos apurados; o quarto, as conclusões, e o quinto, as sugestões da CPI.

Na primeira parte, o relator da CPI, Brigadeiro Haroldo Veloso, é quem afirma: "É da história brasileira o interêsse de grupos e mesmo de nações estrangeiras em partes do Território Nacional". Como exemplo dêste interêsse cita as instalações da Cia. Ford no Vale de Tapajós no período pré-Segunda Guerra Mundial.

Segundo o relatório da CPI, o interêsse de pessoas ou grupos estrangeiros na compra de grandes áreas no interior brasileiro aumentou na década de 50, intensificando-se a partir de 1966. Com os fatos publicados pela imprensa, mostrando o vulto dessas compras, a maioria cheia de irregularidades, e através de requerimento do deputado Márcio Moreira Alves, foi formada a CPI.

Inicialmente foram ouvidas as autoridades responsáveis e pessoas, nacionais ou estrangeiras, relacionadas com o assunto. Foram também solicitados aos órgãos de informações do Govêrno federal esclarecimentos sôbre o assunto. Em seguida os membros da CPI fizeram uma viagem de observação, colhendo depoimentos, fotografando documentos e livros de car-

---

(*) Correio da Manhã de 31 de agôsto de 1968.

tório, a Piacá, Ponte Alta do Norte, Pôrto Nacional e Carmo, em Goiás, e Carolina, no Maranhão.

Ao constatarem a grandeza do problema, com ramificações em diversos Estados (todos na região amazônica), a CPI decidiu trabalhar em conjunto com a Comissão de Terras do Ministério da Justiça, presidida pelo delegado Newton Quirino, que já há algum tempo vinha investigando casos de *grilagem* de terras em Goiás, Bahia e Maranhão. Os membros desta comissão de investigação do Ministério da Justiça foram nomeados assessôres da CPI de Venda de Terras.

A partir daí, depois de ouvirem mais de 500 pessoas, a CPI e a Comissão de Terras do Ministério da Justiça puderam selecionar os nomes de pessoas envolvidas. O maior *grileiro* da região é João Inácio, que também usa os nomes de Demétrio Bueno de Almeida, White Martins Ferreira Bueno, Manuel Untiga. Êle atua em Goiás, Mato Grosso, Bahia, Maranhão, Pará e Amazonas e nos territórios do Amapá e de Roraima.

Dominando totalmente o município de Ponte Alta do Norte e grande parte do Norte de Goiás estão Stanley Amos Sellig, Peter Brown, Jack Nunnaly e James Murph, e as firmas The Investiment American Co., Worldwide Investiment Inc., The United American Co.

Outro é Henry Silas Fuller Jr., que possui terras em Piacá, Goiás, onde usou de violência (incêndios e agressões) para expulsar os posseiros da gleba conhecida como Tauá, que comprou ilegalmente. Existem outros americanos — pessoas ou firmas — envolvidos e também um grupo belga, liderado por Theodore van der Beck, outro grupo de chineses da Imobiliária e Colonizadora Agrícola de Brasília Ltda., e vários grupos brasileiros, como Arruda Pinto & Cia., Michel de Mello e Silva, a Cia. Agropastoril Água Azul, a Texas Ranch Territorial e Agrícola S. A.

O relatório da CPI ressalta que, com a investigações que ainda são feitas pela Comissão de Terras do Ministério da Justiça, a relação tende a aumentar, "o que permite antever resultados que hão de nos surpreender".

1 — *Motivos determinantes da criação da CPI*

É da história brasileira o interêsse de grupos e mesmo de nações estrangeiras em partes do território nacional.

Êste interêsse, manifetado sob diversas modalidades, permaneceu nas diferentes épocas, e dêles temos exemplo no período pré-Segunda Guerra Mundial nas instalações da Cia. Ford, no Vale do Tapajós.

É fora de dúvida que na década de 50 recrudesceu o interêsse de pessoas ou grupos estrangeiros na compra de grandes áreas no interior brasileiro, tendo sido inclusive o fato objeto de sindicâncias e divulgado pela imprensa, conforme consignado no depoimento do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, perante esta CPI.

Conforme consta do Aviso n.º 2B/68, do Conselho de Segurança Nacional, em resposta ao Ofício n.º 7/67, da presidência desta Comissão, intensificou-se, a partir de 1966, o interêsse de etrangeiros, notadamente norte-americanos, na compra de áreas de terras no interior da Bahia, norte de Goiás e região amazônica em geral.

O vulto destas compras, irregularidades transpiradas em muitas delas, foi objeto de divulgação na imprensa e de pronunciamentos no Plenário da Câmara dos Deputados, tendo o deputado Márcio Moreira Alves requerido a constituição da presente Comissão de Inquérito, baseado nestes fatos.

2 — *Trabalhos executados pela CPI*

Preocupamo-nos em relacionar os diferentes tipos de atividades destinadas a coletar os dados e informações necessários para que pudesse ser cumprida a atividade básica da CPI. Assim podem er enumeradas as seguintes atividades principais exercidas:

2.1 — *Tomada de depoimentos*

Foram ouvidas as autoridades responsáveis, que pudessem dispor de elementos esclarecedores, bem como pessoas, nacionais ou estrangeiras, que tivessem qualquer vinculação com o assunto em apreciação. Dentre essas autoridades, pela importância dos esclarecimentos prestados, devem ser mencionados os senhores Ministro da Justiça, Ministro do Interior, Presidente do INDA, Presidente do IBRA e Superintendente da SULAM.

Êsses depoimentos integrantes do processo foram elemento de valia no estudo e apreciagão dos fatos e permitiram junto com as demais informações colhidas formar um quadro geral do problema, que será posteriormente apreciado.

2.2 — *Pedidos de informações*

Por ofício da presidência da Comissão, foram requeridas aos diversos órgãos de informações (Serviço Nacional de Informações, órgãos de informações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e do Departamento de Polícia Federal), bem como ao Conselho de Segurança Nacional, as informações existentes sôbre o assunto.

Êsses documentos, também anexados ao processo da Comissão, foram de grande importância, dada a riqueza de detalhes, tendo sido inclusive apresentadas análises concisas do problema, procurando levantar hipóteses e chegar a conclusões (Informações Confidencial n.º 632 da D/2 Gab. Min. Exército).

2.3 — *Viagem de observação*

Foi realizada pela Comissão uma viagem de observação à região norte de Goiás e Pará.

Durante essa viagem, pôde ser observado choque já existente entre estrangeiros e nacionais (município de Piacá, Goiás) bem como foram tomados depoimentos importantes de pessoas diretamente envolvidas no problema (Ponte Alta do Norte, Pôrto Nacional e Carmo, em Goiás e Carolina, no Maranhão), também foram examinados e fotografados livros do Cartório de Pôrto Nacional e colhida importante documentação, que foi anexada ao processo.

Foi feita, também, viagem à cidade de Tomé-Açu, Pará, para verificação *in loco* da colonização japonêsa existente e averiguações quanto a denúncias feitas pela imprensa quanto à nova leva de imigrantes (nipo-americanos, filhos de soldados das tropas de ocupação do Japão).

Quanto a êste último fato foi verificada a sua irrelevância, dada a existência no local de apenas 3 ou 4 imigrantes dessa origem.

Na cidade de Belém, a par de contatos com autoridades locais, foram tomados importantes depoimentos.

Buscou també ma CPoI, durante seus trabalhos, entrar em contato com a Comissão de Investifação criada anteriormente no Ministério da Justiça e referente ao mesmo assunto.

O entrosamento daí nascido foi altamente proveitoso, dada a volumosa documentação dela obtida e tendo sido a viagem acima mencionada feita em conjunto e com real proveito para ambas as Comissões, pois os membros da Comissão criada no Ministério da Justiça acompanharam a CPI, na qualidade de assessôres.

3 — *Fatos apurados*

Dada a magnitude do problema, a vastidão da área onde êle ocorre seria impossível a uma CPI, principalmente face à exigüidade de meios e insuficiência de tempo, levantar todos os fatos relativos ao assunto.

A própria Comissão de Investigação, criada anteriormente no Ministério da Justiça e com essa única finalidade, ainda se julga longe do término dos seus trabalhos, sendo que os relatórios e informações que apresenta, por ela mesma, são classificados de parciais.

Apesar disto, os dados obtidos pela CPI — Venda de Terras e os dados parciais enviados pelos diversos órgãos oficiais que acompanham o assunto — permitiram formar um quadro, que, apesar de incompleto, já indica a gravidade do problema e a seriedade com que o mesmo deve ser tratado.

Com os dados obtidos até o presente, pode ser apresentado:

3.1 — *Pessoas ou grupos ligados à venda de terras a estrangeiros.*

Até o presente foram levantadas as seguintes pessoas, firmas ou grupos ligados à venda de terras a estrangeiros:

a) — João Inácio — brasileiro, atualmente foragido. Criou pessoas fictícias com os nomes de Demétrio Bueno de Almeida, White Martins Ferreira Bueno e Manuel Untiga, e usando êstes nomes, apropriou-se de vastas áreas nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Bahia, Maranhão, Pará e Amazonas e nos Territórios do Amapá e Roraima.

Associados a João Inácio, são conhecidos, no momento, Arpad Szuecs, húngaro naturalizado; Oswaldo Barroso, solicitador, que teve sua carteira cassada; Sebastião Peixoto da Silveira, ex-prefeito de Itapaci; advogado Alfredo Melo Rosa, comissário da Polícia Federal; Salomão Serwinsk, advogado; Maria Teresa Barreira, escrivã de Ponte Alta do Norte e outros.

b) — *Stanley Amos Selig, The Investment American Co., The United American Co., Worldwide Investment Inc., Peter Brown, Jack Nunnaly e James Murph,* que são firmas, grupos ou pessoas físicas norte-americanas que dominam vastas áreas no norte de Goiás, sendo que totalmente o município de Ponte Alta do Norte, onde adquiriram terras por intermédio de João Inácio, por meio de documentação de origem espúria.

Neste grupo, cumpre ressaltar que Stanley Amos Selig, proprietário e chefe da firma norte-americana Stanley Bros Real State Co., desobedecendo disposições legais brasileiras relativas à venda e divisão de loteamentos rurais, lesou mais de 3.000 compatriotas seus, vendendo-lhes ilegalmente terras, sendo que muitas delas inexistentes.

A má fé com que agia Stanley Amos Selig ficou perfeitamente constatada no seu depoimento perante esta CPI, no depoimento do senhor Ministro da Justiça e também no depoimento de diversos cidadãos norte-americanos, por êle lesados entre os quais os dos senhores George J. Pfeizer e Bois Melvin Smith.

c) — *Henry Silas Fuller Junior.*

Cidadão norte-americano atualmente proprietário de vasta área no município de Piacá, Goiás.

A compra dessas terras, de natureza suspeita, foi feita por intermédio de:

1 — Abílio Monteiro da Rocha, conhecido "grileiro" em Goiás.
2 — Onofre Machado de Mendonça.
3 — Otacílio Quesada de Araújo, prefeito municipal de Piacá.
4 — Washington Vargas Laboissière, delegado de polícia da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

No caso dêste grupo, teve a CPI a oportunidade de constatar a maneira violenta como atua na região.

Para se assegurarem da posse das terras de que se dizem donos, usam de todos os processos possíveis para expulsar o posseiros e moradores, muitos dos quais já na terceira geração habitando a região.

A intimidação, espancamentos, destruição de colheitas, incêndio de casas, matança de cabeças de gado, são processos usados por Henry Fuller para ter as terras que julga suas livres de posseiros (depoimentos de Milton Duarte e Manuel Aires Medeiros, tomados em Carolina, Maranhão).

Tendo em vista a constatação do ambiente de tensão existente na região e com a finalidade de coibir os atos de violência que lá estavam sendo praticados, o deputado Wilson Martins, na qualidade de presidente da CPI, dirigiu-se, via radiograma, ao senhor Ministro da Justiça e aos senhores governadores dos Estados de Goiás e Maranhão, comunicando as graves ocorrências e pedindo providências urgentes.

d) — *Theodore Van der Beck*
Louis Adrien Marie Flamant
Julien André Deleu e André Cornelius Loose

Êste grupo caracteriza-se pela nacionalidade belga de seus componentes. Ocupam terras num total de 36.014 ha, nos municípios de São João da Aliança e Alto Paraíso, em Goiás, adquiridas por intermédio do Escritório Farias de Imóveis e Salomão Herculano Serwinsk, êste último advogado com ligações com o grupo João Inácio.

e) — *Lynn Mac Eroy, Burk Wallace Pond, Mabrini Co. (Mc Key) e outros.*

Ocupam treze grandes fazendas, de área total ainda não determinada, sendo a maior a de Lynn Mac Eroy, com 382.500 ha, que abrangem os municípios de Côcos, Correntina, São Desidério, Bom Jesus da Lapa, Barreiras e Formosa do Rio Prêto, no Estado da Bahia. Estas terras foram adquiridas de maneira suspeita de: Saulo Ramos, Carlos Gomes de Barros, Maira dos Prazeres Antunes, Alberto Nicola Vitali, Ary Nacfur, Vito Sampaolo e Elias de Oliveira e Silva, sendo intermediários nas vendas as firmas Interbrás, Escritório Farias e ainda Burk Wallace Pond.

O govêrno do Estado da Bahia publicou edital, por intermédio de seu Departamento de Terras, contestando a posse, pois declara serem as mesmas devolutas e portanto pertencentes ao patrimônio do Estado. Está em curso um inquérito aberto pela Subdelegacia Regional do Departamento de Polícia Federal da Bahia, para apuração de fraudes cometidas em transações de terras naquela região.

f) — *Imobiliária e Colonizadora Agrícola de Brasília Ltda.*

Êste grupo se caracteriza pela nacionalidade chinesa de seus componentes, sendo chefiado por Chan Tun Jan, chinês, chegado ao Brasil em fins de 1967, procedente do Japão. No Brasil, associou-se a Antônio Agun, sino-brasileiro e Ong Kios Ngo, indonésio, fundando em 1960 a Companhia imobiliária que, com documentos de origem duvidosa, comprou área superior a 68.000 ha nos municípios de Araguatins, Filadélfia, Tocantinópolis e Abadiânia, em Goiás.

Estas terras foram loteadas e vendidas nos EUA, Índia, Malásia, Taiti e China Nacionalista.

Segundo as declarações de Chan Tun Jan (Relatório Parcial da Comissão de Terras do Ministério da Justiça), os compradores jamais se dedicaram à agricultura, tendo adquirido em grande parte as terras com a finalidade de provarem, perante as autoridades consulares brasileiras, ser proprietários no Brasil e, com isto, terem facilitado o seu ingresso no território nacional.

No momento, há alguns elementos de origem oriental trabalhando nas referidas terras.

g) — *Louis Albert Salmore, Raymound R. Feasal e George Cowin.*

Êste grupo comprou 5 glebas com área superior a 115.000 ha no município de Uruaçu, Estado de Goiás.

No momento, mais de 200 cidadãos norte-americanos são detentores da referida área.

h) — *Universal Overseas Holding.*

Êste grupo comprou a fazenda Cajueiro, com mais de 504.000 ha, no município de Tocantinópolis, em Goiás.

Até o presente ainda não foram levantados os possuidores destas terras nem as atividades que esta companhia exerce nas mesmas.

i) — *National Bolk Carries Co.*

Êste grupo se localiza no Estado do Pará e Território do Amapá, na região do rio Jari, constituindo a firma "Jari Comércio e Indústria S. A." É, talvez, um dos maiores latifúndios estrangeiros em território nacional.

Em sua primeira declaração ao IBRA, mencionou sua área de terras como sendo de 420.000 ha, apesar de informações obtidas pela Comissão de Investigação do Ministério da Justiça darem esta área como de aproximadamente 1.250.000 ha.

Posteriormente, de acôrdo com depoimento de seu diretor-presidente, general R-1 João José Batista Tubino, verificou-se engano na declaração,

estando sendo providenciada a correção da mesma. Durante êsse depoimento, foi pedida, pela Comissão de Investigação, a entrega de cópias das escrituras das terras compradas, para exame. Pelo exame que está sendo feito dessas escrituras, mais de cem, verifica-se ser a área bem maior que a declarada inicialmente, pois apenas um dos documentos especifica uma área superior a 420.000 ha.

Também pelo exame da documentação entregue, verifica-se que, juntamente com a compra de terras, foi feita a compra de posse de terrenos de marinha, que estão englobados na área total.

Além de possuir um dos maiores latifúndios no Brasil, demonstra êste grupo interêsse em ampliá-lo pois entrou em entendimentos com a firma Arruda Pinto para compra das terras pertencentes à mesma no Alto Tapajós, município de Itaituba.

É, possìvelmente, o grupo com maior inversão de capital na área por êle adquirida.

j) — *Georgia Pacific.*

Estabelecida nos municípios de Portel e Melgaço, Estado do Pará, em área de 400.000 ha, com a firma Companhia Amazonas de Laminados.

Êste grupo adquiriu a referida companhia do cidadão norte-americano Robin Hollie Mac Glown, um dos grandes proprietários de terras no Estado do Pará.

Posteriormente à aquisição, foi verificado pela Georgia Pacific ter a área adquirida 300.000 ha e não 400.000, conforme vendido.

Isto fêz com que o senhor Mac Glown entrasse em negociação com o prefeito de Anajás, senhor Wagner Montezuma Tabosa, visando à compra de mais 90.000 ha naquele município, a fim de entregar à firma, caso positivada a diferença para menos na área comprada.

Segundo o senhor Mac Glown, em seu depoimento prestado em Belém, perante a Comissão de Investigação do Ministério da Justiça, e na presença do Relator desta CPI, esta diferença foi constatada em virtude de ter a Georgia Pacific, em fins de 1966 ou comêço de 1967, obtido, por intermédio do embaixador do Brasil em Washington, cópias do levantamento aerofotogramétrico feito pela Fôrça Aérea Norte-Americana, em cumprimento ao acôrdo entre o Brasil e os Estados Unidos.

k) — *Robin Hollie Mac Glown.*

Cidadão norte-americano, já mencionado anteriormente, presidente da firma Alto Tapajós S. A., desde 1944.

Iniciou suas atividades de compra de terras adquirindo de antigos moradores cêrca de 300.000 ha no município de Itaituba, região do Alto Tapajós, Estado do Pará.

Posteriormente, vendeu estas terras a sócios ou empegados que formaram a firma "Arruda Pinto & Cia", tendo transferido suas atividades para a região do Baixo Amazonas, especìficamente "região das ilhas".

Adquiriu terras nos municípios paraenses de Portel, Curralinho, Anapu, Breves, Bagre e Anajás, que calcula em 600.000 ha tendo, segundo as declarações, vendido cêrca da metade à Georgia Pirific. Conforme consta do depoimento do Senhor Mac Glown, o preço desta venda foi de ...... US$ 2.000.000, o que mostra o lucro fabuloso alcançado pelos intermediários na venda de terras a estrangeiros e que será posteriormente comentado.

1) — *Arruda Pinto & Cia.*

Conforme declaração de seu Gerente, sr. David de Arruda Câmara, a firma possui cêrca de 300.000 ha, na região do Alto Tapajós, que ainda não foram vendidos a estrangeiros, apesar de ser esta a idéia, inclusive já tendo havido negociações, porém sem resultado, com a Bolk Carries, já detentora da vasta área da "Jari Comércio e Indústria S.A."

É mencionado no depoimento do sr. Arruda Câmara viver a firma pràticamente de transporte de combustíveis para a Fôrça Aérea Brasileira e fretes a terceiros.

Êste fato deve ser devidamente examinado, devido às profundas implicações sociais e econômicas que dêle se originam na região.

Comprou a firma, ainda no tempo do sr. Mac Glown, terras no município de Itaituba, inclusive às margens das cachoeiras que separam o Alto do Baixo Tapajós e que são de muito difícil transposição. Na margem direita, a que oferecia melhores condições para tal, a firma abriu uma pequena e precária estrada, com cêrca de 18 km, ligando as vilas de São Luís e Pimental, dentro de suas terras e contornando as cachoeiras.

Graças a êsse processo, domina todo o Alto Tapajós, pois pela referida estrada, única via de acesso àquela vasta região, só deixa passar carga de sua propriedade ou por ela transportada, pois o único veículo que lá pode trafegar é de sua propriedade.

Assim é mantido o contrôle econômico de tôda a zona, onde todos os residentes obrigatòriamente passam a ser seus empregados ou "aviados" pois a firma mantém o contrôle exclusivo do transporte de mercadorias necessárias à subsistência dos que lá vivem, bem como tudo que lá é produzido obrigatòriamente passa por ela. O fato mencionado, de viver em grande parte do transporte de tambores de combustíveis para a Fôrça Aérea Brasileira, demonstra que esta também é vítima dêsse processo, pois para qualquer concorrência que abra para garantir o suprimento de combustíveis aos seus campos de pouso, sempre aparece uma única concorrente, que é a firma que mantém o contrôle das margens da cachoeira e, portanto, a única habilitada a levar cargas para a região do alto rio.

Êste processo de domínio econômico é comum na área amazônica e deve ser objeto de atenção especial do poder público, pois muitas vêzes o

contrôle de uma pequena área é vital, e por meio dêle passa uma firma ou grupo a ter o contrôle real de vastas regiões ficando todos os seus habitantes completamente subjugados.

No Pará não é caso virgem e, como exemplo, pode ser citada a estrada de acesso de Vitória a Altamira por meio da qual era possível dominar econômicamente todo o Alto Xingu e que foi desapropriada e entregue ao uso público, no Govêrno do Gen. Magalhães Barata.

m) — *Michel de Mello e Silva.*

É presidente das "Fazendas Aquiqui S.A." que, segundo seu depoimento, possui cêrca de 200.000 ha no Município de Pôrto de Moz, Estado do Pará.

Informou haver declarado ao IBRA apenas 30.000 ha em virtude dos outros 170.000 serem constituídos de alagados e matas, e portanto sem utilização.

Em seu depoimento confirmou entendimento com o cidadão norte-americano Laurens Jacob, em tôrno da exploração das terras da firma, e sim apenas na participação da produção agrícola que porventura obtivessem. Afirmou, em seu depoimento, ser idéia sua não vender as terras que possui a quem quer que seja, pois deseja mantê-las como patrimônio de família.

n) — *Cia. Agropastoril Água Azul*

Tem como diretor-presidente o gen. R-1 Maurício Pires Castelo Branco, residente em São Paulo, e é seu diretor-superintendente e diretor-financeiro o cidadão norte-americano John A. Davies, sendo ligado ao grupo o cidadão norte-americano Joseph Mac Farland, diretor-superintendente da Cia. Petroquímica Brasileira de São Paulo.

É partir do acervo dessa companhia a Fazenda Água Azul de 52.272 hectares, no município de Paragominas, Estado do Pará, possuindo ainda outras fazendas no município de Tocantinópolis, Goiás, num total de mais de 4.459 ha.

o) — Texas Ranch Desenvolvimento Territorial e Agrícola S.A.

Tem sede na Av. Presidente Vargas, 509, na Guanabara, e opera no Estado de Mato Grosso e parte de Goiás.

Até a presente data ainda não foi possível obter dados seguros sôbre as atividades dêste grupo, inclusive quanto às áreas e municípios que opera.

p) — *Outros.*

Diversos outros grupos de maior ou menor importância já foram verificados, sem contudo haver tido tempo e oportunidade para levantamento total de suas atividades.

Dentre êstes podemos apontar:

1. — *Daniel Segundo A. Jesus* com 427.856 ha, no Estado de Mato Grosso.
2. — *The Lancashire Investment Co. Ltd.* com 396.576 ha, segundo declaração do IBRA; opera no Estado de Mato Grosso.
3. — *James Bryan Choate*, com 232.915 ha, no Território de Roraima.
4. — *Peter Cornelius van Scherpemberg*, com 205.938 ha, em Mato Grosso.
5. — *Germaine Lucie Burchard Sarguzho*, com 197.946 ha, em Mato Grosso.
6. — *Kunihiro Miyamoto*, com 186.420 ha, em Diamantino, Mato Grosso.
7. — *Tetsuno Ohaski*, com 181.500 ha, no mesmo Estado.
8. — *Henrik Zulborman* com 179.640 ha, também em Mato Grosso.
9. — *Robert Richard Morrow*, com 40.658 ha, nos Municípios de Portel e Melgaço, Estado do Pará.
10. — *Companhia Madeireira Probasa*, de Jacob Klauss, área ignorada, no Município de Acará, Estado do Pará.
11. — *Colonização Jamic*, com 25.800 ha, no Município de Tomé-Açu, Estado do Pará.
12. — *Gork Stinson*, com 8.344 ha, no Município de Curralinho, Estado do Pará.
13. — *Ed Kay Properties Inc.*, com 1.656 ha, Município de Curralinho, Estado do Pará.
14. — *Victor Callwell*, com 4.530 ha, no Município de Itacoatiara, Estado do Amazonas.
15. — *Nadyr Helou*, residente em São Paulo, fêz diversos negócios imobiliários, ainda não esclarecidos, com terras no Estado do Pará, principalmente na região do Xingu e estrada PA-70 com a ajuda do ex-prefeito de São Félix do Xingu e a escrivã do Cartório local.

Possìvelmente parte da área onde atuou foi posteriormente grilada por João Inácio.

16. — *Lee Newton*, dirigente de um grupo de atividades ainda desconhecidas e que se oculta sob a caixa postal 956, de Belém, Pará.

Anuncia a venda de terras na região amazônica no *California Minning Jornal*, nos EUA.

Êste é apenas um resumo dos principais grupos e pessoas vinculadas à venda de terras a estrangeiros, até o momento apurado.

Com o prosseguimento dos trabalhos da Comissão de Investigação do Ministério da Justiça e inquéritos, sendo feitos pelo Departamento de Polícia Federal, através suas subdelegacias, em diversos Estados, esta relação tende a se ampliar de muito, tal o vulto das transações neste pouco tempo

apuradas, o que permite antever resultados que talvez a muitos venha surpreender.

3.2 — *Regiões atingidas.*

No momento ainda é muito difícil precisar-se, com exatidão, as áreas mais atingidas pelo problema que está sendo estudado. Todos os dados obtidos até agora devem ser considerados apenas como dados parciais e muito tempo ainda se necessitará de trabalho paciente e meticuloso, para que se possa ter uma idéia precisa da profundidade do problema. O trabalho se torna mais difícil pela evolução constante dos fatos, pois muitas áreas em nome de brasileiros já estão com negociações entabuladas para serem transferidas para propriedade de grupos estrangeiros e, em muitos casos, áreas já compradas por grupos estrangeiros ainda são mantidas em nome de seus antigos proprietários e posseiros, com o evidente propósito de evitar a constatação de seus verdadeiros donos.

Ainda são poucos no momento, os dados obtidos, principalmente os relativos aos Estados de Mato Grosso e Acre e Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá, mas apesar disto, as informações já obtidas formam um quadro geral que preocupa bastante. Assim podemos apresentar, ressaltando uma vez mais, ser apenas um levantamento parcial as seguintes áreas já ocupadas ou em vias de ocupação por grupos estrangeiros:

a) ESTADO DE GOIÁS

1 — São João da Aliança — grupo belga	36.014 ha
2 — Araguaína — não identificado	23.368 ha
3 — Tocantinópolis — Universal Overseas Holding ..	504.700 ha
4 — Tocantinópolis — Cia. Agropastoril Água Azul	4.459 ha
5 — Filadélfia — Chan Tun Jan	48.400 ha
6 — Uruaçu — John Mauger	113.105 ha
7 — Piacá — Henri Fuller	38.720 ha
8 — Piacá — Word Land Co.	72.600 ha
9 — Piacá — não identificado	24.200 ha
10 — Peixe — John Mauger	ignorada
11 — Alto Paraíso — Stanley Amos Selig	3.918 ha
12 — Niquelândia — Stanley Amos Selig	24.648 ha
13 — Paranã — Stanley Amos Selig	12.100 ha
14 — Ponte Alta do Norte — Stanley Amos Selig ...	1.305.000 ha

Neste Estado, no momento, já se pode apresentar 3,5% de seu território em mãos de pessoas ou grupos estrangeiros, devendo-se ressaltar que, no município de Ponte Alta do Norte, tôda a sua área, 1.305.000 ha, está em poder de Stanley Amos Selig, que vendeu nos EUA um total de

1.390.436 ha em lotes nesse município, maior, portanto, que a própria área do mesmo.

b) ESTADO DO MARANHÃO

1 — Monção — João Inácio	534.336 ha
2 — Turiaçu — João Inácio	406.074 ha
3 — Carutapera — João Inácio	696.960 ha
4 — Carutapera — João Inácio	150.000 ha

Neste Estado ainda não foi conseguida nenhuma apreensão de documento que comprovasse a venda destas áreas a estrangeiros, apesar do proprietário, João Inácio, grileiro já anteriormente mencionado, ser um dos principais intermediários em grandes vendas a grupos de outras nações.

c) ESTADO DO AMAZONAS

1 — Barcelas — João Iinácio	418.280 ha
2 — Ilha Grande — João Inácio	77.440 ha
3 — Nhamundá — João Inácio	96.800 ha
4 — Borba — João Inácio	239.040 ha
5 — Manaus — João Inácio	778.800 ha
6 — Nôvo Aripuanã — João Inácio	195.570 ha
7 — Maués — João Inácio	29.040 ha
8 — Itacoatiara — João Inácio	4.530 ha

É conveniente ser ressaltado que pelo menos as terras em poder de João Inácio, nos municípios de Borba e Manaus, foram adquiridas do Estado como terras devolutas, em flagrante choque com a Constituição do Brasil, pois as referidas áreas ultrapassam de 1.000.000 ha.

d) ESTADO DO PARÁ

1 — Altamira — João Inácio	1.015.860 ha
2 — São Félix — João Inácio	3.602.072 ha
3 — Vizeu — João Inácio	392.040 ha
4 — Paragominas — João Inácio	191.164 ha
5 — Paragominas — John Davies	52.272 ha
6 — Conceição do Araguaia — João Inácio	257.004 ha
7 — Almeirim — National Bolk Carries	1.250.000 ha
8 — Tomé-Açu — Jamic	25.800 ha
9 — Portel — Melgaço — Georgia Pacific	400.000 ha
10 — Melgaço — Robert Richard Morrow	40.658 ha
11 — Portel — Curralinho — Breves — Anapu — Anajás — Bagre — Robin Hollie Mac Glow	400.000 ha

12 — Acará — Jacob Klauss	ignorada
13 — Itaituba — Arruda Pinto	300.000 ha
14 — Curralinho — Gork Stinson	8.344 ha
15 — Curralinho — Ed Kay Properties	1.659 ha
16 — Curralinho — Missio Bay	632 ha
17 — Portel — Hartzel Vinhard	576 ha

Deixa de ser incluída a relação de propriedades negociadas pelo grupo Nadyr Helou que no momento são objeto de investigações. Também é conveniente ressaltar que a maioria das terras em poder do grupo João Inácio, que perfazem um total de mais de 5.000.000 ha, muitas delas foram adquiridas por requisição ao Estado, como terras devolutas, o que fere frontalmente o disposto na Constituição do Brasil.

e) ESTADO DA BAHIA

Neste Estado, como já exposto anteriormente, as regiões atingidas são os municípios de Côcos, Correntina, São Desidério, Bom Jesus da Lapa e Formosa do Rio Prêto. Perfazem estas terras um total de 56.000.000 ha, distribuídas em 53 fazendas, sendo, portanto, a área atingida superior a 10% da área do Estado.

f) ESTADO DE MATO GROSSO

Apesar das poucas informações obtidas até agora, devem ser grandes as áreas em poder de grupos estrangeiros, já que possìvelmente nesse Estado, na década de 50, iniciou-se o processo de vendas de vulto a grupos externos.

As poucas informações relacionadas neste relatório já dão um total superior a 2.000.000 ha, sabendo-se que muitos outros não estão ainda relacionados, inclusive o já citado Stanley Amos Selig, que também possui terra no município mato-grossense de Barra do Garças.

g) TERRITÓRIO DE RORAIMA

1 — James Bryan Choate	232.915 ha
2 — James Wilmer Crews — Rio Tacutu	ignorada
3 — João Inácio — Pico da Neblina	ignorada

h) OUTROS DADOS

É grande o volume de informações existentes nos diversos depoimentos prestados, bem como obtidas por esta CPI e pela Comissão de Investigação do Ministério da Justiça, necessitando ainda serem devidamente apuradas para posterior confirmação.

Pode-se acrescentar a êstes dados a existência da venda de grandes áreas de terras no município de Aveiro, Estado do Pará, Território de Rondônia, na região de exploração de cassiterita e Território do Amapá, principalmente na região da Bôca do Amazonas.

No momento, já existe apurada a venda de cêrca de 20.000.000 ha a pessoas ou grupos estrangeiros, distribuídos pelos diversos Estados e municípios mencionados e que, como fàcilmente se poderá constatar, excetuando-se as terras alienadas no Estado da Bahia, as demais, em quase sua totalidade, se encontram dentro da região amazônica.

3.3 — *Métodos e processos de aquisição das terras*

É uma constante, na venda de terras a estrangeiros, a presença do elemento nacional como intermediário.

Talvez umas das poucas exceções seja o Senhor Robin Hollie Mac Glown, cidadão americano, que intensamente se dedica, no Pará, à atividade de compra de vastas áreas para posteriormente vendê-las a compatriotas seus, com grande margem de lucro.

Pelas observações feitas podemos agrupar os processos de aquisição de terras em três tipos diferentes:

a) Compra a antigos proprietários ou posseiros

Neste processo, um intermediário entra em contato com o proprietário ou posseiro de determinado lugar, de interêsse de um grupo, e propõe a compra da mesma.

De um modo geral, o proprietário ou posseiro, sem recursos para explorar suas terras, com dificuldades em obter financiamentos, e premido pelos impostos, principalmente os do IBRA, aceita com prazer a proposta, sempre feita com dinheiro à vista.

Êste processo é repetido com todos os elementos da zona visada, que assim passa a ser propriedade de um grupo estrangeiro, apesar de muitas vêzes, enquanto interessar, as terras ainda serem mantidas em nome dos antigos proprietários, o que dificulta em muito o levantamento de áreas do território nacional em mão de estrangeiros.

b) Requisição de terras devolutas aos governos estaduais

Neste processo, o elemento nacional intermediário, geralmente com a conivência de funcionários do Departamento de Terras estaduais, requer em nome de pessoas, verdadeiras ou fictícias, individualmente, um grande número de lotes, cada um dentro das limitações constitucionais de modo a cobrir tôda a zona cobiçada.

Após a obtenção dos títulos definitivos, de acôrdo com o interêsse, ou não, do comprador, os títulos individuais passam, por meio de compra si-

mulada, para o nome da pessoa ou grupo, nacional ou estrangeiro, interessado na compra daquela região.

Com isto é que se explica como vastas regiões de terras devolutas estaduais, apesar das limitações constitucionais, passam de um momento para outro a se constituir em enormes latifúndios em mãos de pessoas ou grupos nacionais ou estrangeiros.

Êste processo foi uado em larga escala no Estado de Mato Grosso, na década de 50, e foi usado, conforme demonstrado em informações colhidas por esta CPI, nos Estados do Pará e Amazonas, o que explica grandes extensões dêsses Estados em poder do grileiro João Inácio, requeridas como terras devolutas.

c) "Grilagem"

Por intermédio dêste processo, todos os tipos de fraude são aplicados, desde escrituras falsificadas, aparentanro documentos antigos, at; títulos definitivos de compra de terras devolutas, também falsos.

Por intermédio dêsse processo, o cidadão norte-americano Stanley Amos Selig conseguiu a posse de todo o município de Ponte Alta no Norte, em Goiás, e por intermédio dêsse mesmo processo, o seu intermediário, João Inácio, já tinha sob seu contrôle vastas extensões, em tôda a Amazônia, prontas para serem transferidas para grupos, nacionais ou estrangeiros.

Dentro da "grilagem", verifica-se que, com o aproveitamento do que dispõe o Código Civil Brasileiro, que permite em seu artigo 134, parágrafo 2.°, o uso da escritura particular para transações até NCr$ 10,00, sistemàticamente dão êsse valor simbólico a tôdas as transações feitas, fugindo assim da escritura pública, e assim, de um modo geral, começando os "grilos", isto é, através de um instrumento particular de compra e venda.

É uma constante nas operações dêsse tipo a venda de terras, sempre pelo total de NCr$ 10,00, e sempre por intermédio de um instrumento particular, que posteriormente é registrado em um Cartório, já mancomunado para isto.

Nesse processo de "grilagem", conforme verificado por esta CPI em *sua viagem a Pôrto Nacional, até o roubo de documentos antigos* de velhas igrejas foi feito, sendo o papel em branco de livros de regìstros paroquiais roubado para ser utilizado na confecção de escrituras, em tudo semelhante às feitas no século passado.

A técnica usada na fraude e no crime, por maus brasileiros, pode ser considerada quase perfeita e valendo-se dela é que muitos grupos estrangeiros estão hoje de posse de vastas extensões do território brasileiro.

2.4 — *Principais infrações à legislação existente*

Durante os trabalhos desta CPI foi grande o número de delitos criminais já apurados, que vão desde a falsa identidade até o estelionato e

sonegação fiscal, todos êles de conhecimento da Comissão de Investigação do Ministério da Justiça, estando alguns ainda na fase de sindicância e alguns na fase de propositura de ação penal.

De um modo geral, e fora êstes delitos, podem ser apresentadas as seguintes principais infrações à legislação vigente:

a) Constituição do Brasil, artigo 4.º, parágrafo n.º 1 e 4, e art. 164, parágrafo único.

Como verificado pelos dados obtidos por esta CPI, são alienadas, legal ou ilegalmente, terras sem a menor preocupação de nelas viverem silvícolas, bem como passam a constituir enormes latifúndios terras devolutas, com áreas superiores às previstas na Constituição do Brasil, sem a menor audiência do Senado, como manda a Lei Maior;

b) Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 19666, que prevê sanção criminal para a invasão de terras devolutas da União e utilização indevida de documentos do IBRA, (Art. 19 e 20);

c) Decreto n.º 59.428, de 27 de outubro de 1966, que regulamenta o Estatuto da Terra e que, por sua vez, é interpretado pela Instrução IBRA n.º 12 e INDA n.º 10, referentes a loteamentos rurais e sua venda no exterior;

d) Código de Minas — É conveniente observar-se a série enorme de informações que dão conta de prospecções mineralógicas clandestinas.

Algumas vêzes, nas informações, sente-se a confusão do leigo entre "exame químico" do solo, para efeito de estudos pedológicos para aplicação agrícola, com "exames mineralógicos".

Porém é muito grande o número de informações onde se verifica estarem sendo feitas prospecções mineralógicas sem a observância do que prescreve o Código de Minas em vigor.

Isto ocorre em muitas terras adquiridas na região do Planalto Central e estão fora desta dúvida as terras adquiridas na região das ilhas, zona da foz do Amazonas, com exceção das terras adquiridas pela National Bolk Carries, Jari Comércio e Indústria S.A., onde na sua parte norte há informações relativas a prospecções clandestinas feitas por seus atuais proprietários.

e) Sonegação de Tributos Federais, entre os quais o de lucro imobiliário e o de sêlo, devidos pelos fatos geradores anteriores a 31 de dezembro de 1966.

Sonegação do Impôsto Territorial Rural e sonegação do Impôsto Sôbre Transmissão da Propriedade Imobiliária, que pertence aos Estados;

f) Lei n.º 2.597, de 12 de setembro de 1955 (Lei de Faixa de Fronteiras), que dispõe sôbre as zonas de fronteiras indispensáveis à defesa do País;

g) Quebra de acôrdo internacional, caso verdadeira a acusação feita pelo sr. Robin Hollie Mac Glown, contra o Embaixador do Brasil em Washington de que por seu intermédio, ou por influência sua, a Companhia Georgia Pacific obteve fotos de levantamento aerofotogramétrico, feitas

pela Fôrça Aérea Norte-Americana, conforme acôrdo entre os governos do Brasil e Estados Unidos. Segundo informações colhidas em Belém, os técnicos da Georgia Pacific ao sobrevoarem as áreas compradas usavam fotografias aéreas das mesmas. De acôrdo com informações colhidas junto ao Serviço Geográfico do Exército, que controla êse tipo de atividades no território nacional, a região foi levantada pelo Serviço Aerofotogramétrico da Cruzeiro do Sul, por contrato com o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, tendo a Companhia de Madeiras e Laminados (Georgia Pacific) comprado uma coleção, num total de 532 fotos.

Por causa da acusação feita pelo sr. Robin Hollie Mac Glown, em seu depoimento, fica lançada a dúvida se a companhia possuía para seus estudos apenas as fotos compradas à Cruzeiro do Sul, ou se também possuía as fotos feitas pela USAF o que, no caso, seria de suma gravidade, pois implicaria em quebra de acôrdo internacional pelo embaixador de nosso País, com a finalidade de atender a firma estrangeira.

3.5 — *Atividades desenvolvidas nas terras adquiridas*

Fora a evidente e desenfreada especulação imobiliária existente, podemos classificar as seguintes atividades desenvolvidas ou que aparentemente pretendem desenvolver os diferentes grupos ou pessoas, nas terras adquiridas.

a) *Atividades Agropecuárias*

Parece er o interêsse maior, principalmente dos pequenos compradores estrangeiros. Em muitos casos, êsses compradores já estão localizados em suas fazendas, como imigrantes, tentando desenvolvê-las. Outros casos há de elementos de origem norte-americana, que compraram terras por intermédio de grupos desonestos, que se deslocam para cá como imigrantes e aqui constatam o lôgro em que caíram, perdendo assim muitas vêzes, nosso País, um elemento altamente qualificado, e de grande interêsse para iniciar uma colonização.

b) *Indústria Madeireira*

É a atividade preferida pelos grupos mais poderosos e também pelos que se localizam no Estado do Pará, na região das ilhas, próxima à foz do Rio Amazonas, onde estão também localizados os maiores grupos (National Bolk Carries e Georgia Pacific).

O alto preço do mogno faz com que também se dediquem a essa atividade os elementos localizados na região do Araguaia e Tocantins, nos Estados do Pará e Goiás.

Desconhece-se qualquer espécie de contrôle dessas atividades e a não ser no caso da Jari, que pratica o reflorestamento em suas terras, não há

a menor notícia de que estejam sendo fiscalizadas e cumpridas as prescrições legais quanto ao reflorestamento pelos elementos ou grupos que se dedicam à indústria madeireira.

c) *Mineração*

No processo desta CPI é grande o número de informações relativas ao interêsse demonstrado pela mineração por elementos estrangeiros.

Às vêzes, como já foi dito anteriormente, é confundida a análise do solo para estudos pedológicos com a coleta de material para estudos mineralógicos, mas apesar disto, é grande o número pde informações que configuram as prospecções mineralógicas clandestinas.

Não se tem notícias de que essas prospecções sejam autorizadas e dada a clandestinidade com que as mesmas são feitas, são confirmadas as infrações ao Código de Minas, havendo, também, informações que indicam já estarem em curso minerações clandestinas.

d) *Especulação Imobiliária*

Além da desenfreada especulação a que se entregam os intermediários, muitos dos compradores também demonstram êste interêsse.

Na maioria das vêzes, são cidadãos, sem terem qualquer vinculação profissional com a agropecuária que, fascinados pela propaganda feita em seu país, compram áreas de terras no Brasil e aqui as deixam na esperança de sua valorização para então revendê-las.

4 — *Conclusões*

Do anteriormente exposto, podemos concluir que, possivelmente desde a década de 50, vastas áreas do território nacional têm sido vendidas a pessoas ou grupos estrangeiros, sem a menor fiscalização.

Que a partir dessa época o fato foi divulgado pela imprensa e foram algumas sindicâncias feitas, sem porém ter sido tomada nenhuma providência concreta pelos podêres competentes.

O interêsse de compras de terras no Brasil tem passado por fases de maior ou menor intensidade, tendo recrudescido a partir do ano de 1966 o que motivou um acompanhamento mais cuidadoso dos órgãos de informações do Govêrno — tendo sido então tomadas as primeiras providências concretas, que culminaram com a criação da Comissão de Investigação no Ministério da Justiça.

Grande tem sido o número de fraudes já descobertas, o que denota a gravidade do problema do ponto de vista criminal.

A CPI teve oportunidade de verificar, em seu deslocamento, a possibilidade de conflitos sociais(no caso do Município de Piacá já existentes), quando são legal ou ilegalmente vendidas áreas habitadas por antigos pos-

seiros. Por sua vez pôde ser também observada, como no caso do município de Ponte Alta do Norte, onde não há habitantes na área vendida, uma corrente de opinião pública favorável à venda na esperança de que as terras inaproveitadas se tornem produtivas, concorrendo para o bem-estar geral.

O governador do Estado do Pará, em ofício ao presidente da CPI, procurou ressaltar o interêsse de seu Estado nos investimentos feitos pela Jari e Georgia Pacific, emprestando-lhes grande significado econômico.

Diante do quadro geral que já é possível ser formado, nota-se a complexidade do problema, devendo ser examinado com cuidado tanto nas suas causas, como nas implicações dêle decorrentes.

Tratando assim, podemo apresentar:

4.1 — *Causas*

De um modo geral podemos concluir serem diversas as causas que poderão ser apontadas como causadoras do interêsse demontrado por estrangeiros em adquirir terras no Brasil.

Dentre estas cabe mencionar:

a) *Especulação imobiliária*

Além do interêsse especulativo, demonstrado por pequenos compradores, fascinados pela propaganda que lhes é apresentada, podemos classificar de impressionante a especulação imobiliária dos intermediários nacionais ou estrangeiros, que conseguem lucros fabulosos nas transações feitas, legal ou ilegalmente.

Chega-se a esta conclusão pela comparação entre os preços de compra no Brasil e venda das terras, nos EUA, declarados pelo sr. Stanley Amos Selig em seu depoimento.

Também o sr. Robin Hollie Mac Glown, em seu depoimento, informou comprar as terras no Pará a NCr$ 2,00 o ha e ter vendido à Georgia Pacific 400.000 ha por US$ 2.000.000, ou seja, a NCr$ 16,00 o ha e portanto com um lucro de 700% na operação. A especulação imobiliária é prejudicial ao País, inclusive a de parte dos pequenos compradores, pois grandes áreas permanecem por muito tempo inaproveitadas, aguardando valorização para serem transacionadas.

b) *Colonização espontânea*

É outra causa que pode ser apontada como motivadora do interêsse de estrangeiros.

O baixo custo da terra, comparativamente ao seu país de origem, ao lado das indiscutíveis possibilidades econômicas do Brasil, fazem com que

muitos agricultores e pecuaristas americanos voltem para cá seus olhos. Ao lado disto, muitos, preocupados com a tensão provocada pela guerra do Vietnã e possibilidades de conflitos internacionais em que seu país se envolva, procuram no Brasil um ambiente menos tenso onde vejam menos probabilidades de um envolvimento em uma luta mais próxima. As possibilidades econômicas de um país nôvo, em início de desenvolvimento, onde um trabalho racional, com técnica e orientação, rende mais que em seu país de origem é outro motivo que deve pesar bastante neste fluxo de imigração que origina o que pode ser tomado como uma colonização espontânea.

c) Rentabilidade e segurança para investimentos externos

Talvez, no momento, o Brasil seja um dos países que proporcione melhores condições de rentabilidade e segurança para capitais externos.

Êste nos parece, também, um dos motivos que provocam a compra de grandes áreas por grupos estrangeiros.

Principalmente os que se dedicam à indústria madeireira parecem ser movidos por essa causa.

Grandes compras de terras para investimentos agropecuários de vulto também poderão ter esta mesma explicação.

d) Interêsse em garantir regiões com possibilidades de minerais valiosos

Dado o grande volume de informações a respeito de prospecções clandestinas nas áreas adquiridas, pode ser esta outra hipótese a ser feita como explicativa do interêsse pela compra de terras na região.

Neste caso, elementos ou grupos estrangeiros estariam interessados na compra de terras em zonas de grandes possibilidades mineralógicas, procurando garantir sua propriedade, para no futuro, quando verificado o valor comercial das jazidas, explorá-las com grandes margens de lucro.

e) Plano de ocupação, por potência estrangeira, de área fracamente povoada do Brasil

É outra hipótese que não deve ser desprezada, face ao grande interêsse despertado em todo o mundo pela Região Amazônica e também dada a sua perigosa rarefação demográfica.

Neste caso, a colonização, anteriormente dada como espontânea, seria dirigida, e também seriam orientados os investimentos feitos para os pontos mais importantes, do ponto de vista de domínio territorial.

Esta hipótese é difícil de ser comprovada, pois seria necessário que se conhecessem as reais intenções dos compradores de terras e êstes, caso tivessem tal objetivo, procurariam dissimulá-lo ao máximo. Deve contudo

ser acompanhada com cuidado, por causa de suas implicações quanto à segurança nacional, como será tratado adiante.

4 2 — *Implicações*

Antes de qualquer sugestão ser feita que permita encaminhar a solução do problema criado pelo interêsse estrangeiro na compra de terras no Brasil, devem ser examinadas as implicações nos diferentes setores que êle atinge: o social, o econômico e o de segurança nacional, e assim teremos:

a) *Implicações no setor social*

Foi observado pela CPI, como já relatado anteriormente, implicações sociais negativas já existentes no momento.

Uma colonização, principalmente de estrangeiros, sempre é recebida com desconfiança pelo elemento local.

Quando esta colonização se faz com prejuízo da população local, como no caso da expulsão de posseiros, o choque é inevitável e fica criado o conflito social, sempre de sérias conseqüências.

O problema criado no município de Piacá, que se não forem tomadas providências imediatas, tende a se agravar, deve se repetir em todos os demais locais em que fôr adotado o desumano processo da expulsão de posseiros, há longos anos radicados.

Por outro lado, elminados êstes defeitos, pode a colonização estrangeira bem orientada trazer reflexos sociais positivos, pela elevação que sempre traz ao nível de vida da região colonizada.

b) *Implicações no setor econômico*

Eliminada a especulação imobiliária ora existente, não resta a menor dúvida de que, do ponto de vista econômico, é benéfica a venda controlada de terras a estrangeiros.

Além de capitais externos serem aplicados na região, terras até então inaproveitadas podem tornar-se altamente produtivas, com a introdução de técnicas modernas e eficientes que o colono nacional, de um modo geral, desconhece.

c) *Implicações quanto à segurança nacional*

Quanto à segurança nacional, é de molde a preocupar o quadro que já se pode montar face aos dados até agora obtidos.

Pode-se notar que a concentração maior de terras vendidas a estrangeiros está no Estado do Pará e Território do Amapá, contornando a bôca do Rio Amazonas, a tradicional e ainda principal via de acesso a tôda a região.

Em seguida, observa-se claramente uma linha que acompanha o Rio Gurupi, abrangendo os municípios maranhenses de Turiaçu e Carutapera e o paraense de Vizeu. Prosseguindo, esta linha entra pelo município paraense de Paragominas, na entrada da Rodovia Belém—Brasília, no Estado do Pará, outra importante via de acesso à região.

A linha continua em seguida pelos municípios goianos de Araguatins, Tocantinópolis e Ponte Alta do Norte, para depois penetrar no Estado da Bahia, correndo pelos municípios de Formosa do Rio Prêto, Barreiras, São Desidério, Correntina e Côcos.

Em seguida ela penetra nos Estados de Goiás e Mato Grosso, nìtidamente acompanhando o paralelo de 15°.

A impressão tida, ao examinar em um mapa, é a da formação de um cordão isolando a Amazônia do resto do Brasil.

Com isto apenas, não se pode asseverar o desejo de uma potência estrangeira em dominar a região, isto porque, ao longo desta linha, estão também, os pontos de maior interêsse econômico. Porém, sempre há coincidência entre pontos de interêsse econômico e estratégicos, sendo difícil garantir ser um ou outro ou mesmo ambos os motivos de serem êstes os locais de maior concentração de compra de terras por estrangeiros.

O fato, porém, apresenta-se como de suma gravidade e deve ser acompanhado com a máxima atenção, criando-se inclusive legislação especial para resolver o problema.

5) — *Sugestões*

Já diversas medidas concretas foram tomadas pelo Poder Executivo para enfrentar o grave problema, durante o curso da CPI.

Foi divulgado, inclusive pela imprensa, Projeto de Lei sendo enviado ao Congresso pelo Poder Executivo, que restringe a estrangeiros residentes no País a compra de propriedades rurais, além de dar outras providências inclusive na parte referente às implicações quanto à segurança nacional.

Outras providências são porém julgadas necessárias face ao apuro, que apresentamos aos senhores deputados para que, caso mereçam aprovação, sejam adotadas de maneira mais convincente.

Assim podemos enumerar:

a) Desapropriação das terras pertencentes à firma Arruda Pinto, no Município de Itaituba, no trecho compreendido entre as localidades de São Luis e Pimental, a fim de liberar a região do Alto Tapajós.

b) Nova redação ao Código Civil Brasileiro, referente ao artigo 134, parágrafo 2.°, de modo a tornar obrigatória a escritura pública nos contratos constitutivos ou translativos de direitos reais sôbre imóveis rurais, seja qual fôr o seu valor.

c) Consolidação de tôda a legislação existente sôbre terras no Brasil, de modo a reunir em um conjunto harmônico de princípios e dispositivos

legais tudo o que concerne ao problema de terras, evitando dêste modo mandamentos conflitantes e anacrônicos.

d) Nova redação à Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sôbre o Estatuto da Terra, de modo a tornar mais efetiva e coordenada a ação do IBRA e INDA no que tange à política agrária.

e) Projeto de lei pelo qual se obrigue a cada município a ter sua planta cadastral.

f) Apuração da veracidade da denúncia feita pelo senhor Robin Hollie Mac Glown, quanto à quebra de acôrdo internacional pelo embaixador brasileiro em Washington, embaixador Vasco Leitão da Cunha, para favorecer a firma Georgia Pacific e, caso a mesma não seja comprovada, apuração dos motivos que levaram o referido cidadão a fazer denúncia de tal gravidade. Brasília, 3 de junho de 1968 — *Deputado Haroldo Veloso* — Relator.

* *
*

A VERDADE SÔBRE O INSTITUTO HUDSON

Em sua edição de 14 de julho de 1968, o Correio da Manhã divulgou na íntegra o relatório secreto redigido por três diplomatas brasileiros que estiveram, a serviço do Ministério das Relações Exteriores, estudando as características do Hudson Institute e as suas finalidades com o planejamento do sistema de grandes lagos para a América do Sul. Não houve confirmação nem desmentido oficial a respeito da exatidão do documento divulgado.

I — *Considerações preliminares de natureza geral*

O Hudson Institute é uma entidade de pesquisa e planejamento de política internacional e dos problemas de segurança dos Estados Unidos. Embora caracterizando como entidade privada sem fins lucrativos, trabalha com estreita vinculação com o govêrno daquele país, conforme se depreende do fato de que mais de 85% de seu orçamento provém de contratos com agências oficiais norte-americanas, especialmente com o Departamento de Defesa.

Dentro da área específica de problemas a cujo estudo se dedica, decidiu o Instituto realizar um programa especial em relação à América Latina, fundado na concepção de que os países da região possuem vastas áreas ainda não civilizadas, nas quais se tornaria indispensável e seria institucionalmente mais fácil realizar um esfôrço de desenvolvimento econômico conjugado.

Não é clara a vinculação exata que a finalidade precípua do Instituto — segurança dos Estados Unidos — possa ter com a criação de um sistema de "grandes lagos", na América do Sul. No entanto, é lícita a suposição

de que êsse plano específico sôbre a Amazônia de alguma forma também se entrose na sistemática dos estudos que o Hudson Institute faz, com vistas à segurança norte-americana.

Que teria levado o Instituto a orientar suas preocupações, no sentido de uma política de ocupação efetiva da região amazônica? Várias hipóteses nos ocorrem desde logo:

1) o autor do projeto, sr. Robert Panero — que é americano e ocupa posição de relêvo dentro da organização — tem com a América Latina, ou mais exatamente com a Colômbia, vínculos de família, capazes por si sós, de trair sua atenção para os problemas da área;

2) o Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP), por iniciativa do Sr. Carlos Sans de Santamaria, solomitou há tempos que o Instituto estudasse os problemas da América Latina;

3) o diretor do Instituto, sr. Herman Kahn, caracteriza-se por uma visão ampla e futurista dos problemas mundiais, suscetível de motivar-se com a grandiosidade do plano; e

4) a preocupação estratégico-militar norte-americana com um sistema regional integrado de vias de acesso ao Panamá e à costa ocidental da América do Sul, revelada inicialmente pela construção da estrada Pan-Americana e, mais recentemente, pela "Carretera Marginal de la Selva", poderia completar-se com a criação de hidrovias, que conduzissem ao Amazonas, e dêste à Venezuela, através do Negro e do Orenoco.

Do ponto de vista técnico, o plano se fundamenta em duas considerações básicas: por um lado, o exemplo da América do Norte, onde a existência de um grande sistema de lagos naturais foi extremamente benéfica para o desenvolvimento da região; por outro, o fato de que, entre todos os grandes rios internacionais, o Amazonas é o único que estreita no curso inferior, de maneira a permitir o represamento desejado.

A inundação de consideráveis áreas — estimadas com a inclusão de outros lagos menores em tributários do Amazonas em 600.000 km2, ou seja, superfície equivalente ao dôbro de grandes lagos norte-americanos — é justificada de diferentes maneiras:

1) trata-se de área que hoje já é parcial e sazonalmente inundada e, portanto, de limitado aproveitamento econômico; 95% das atividades de população ribeirinha se consumiriam na "luta contra o rio";

2) a inundação das terras baixas propiciaria acesso direto às terras altas, de grande riqueza mineral e melhor aproveitamento agropastoril;

3) o aproveitamento hidrelétrico das barragens a serem construídas supriria tôda a região com energia abundante e, mesmo com aproveitamento inicialmente reduzido, bastaria para autofinanciar a obra.

Subsistem, no entanto, inconvenientes e grandes incógnitas em todo o plano de inundação da Amazônia: vários núcleos populacionais hoje existentes, *Óbidos, Santarém etc.*, teriam de ser *transladados* para as *terras altas*; as modificações climáticas previsíveis são significativas, mas desconhecidas em seus efeitos; o fluxo de sedimentos que o Amazonas carreia para

o Atlântico seria interrompido, ou alterado, de forma tal que o Instituto prevê a necessidade de uma ubstancial revisão da oceanografia do Atlântico. E basta mencionar ainda que, entre as incógnitas suscitadas, embora com muitas reservas, os planejadores do Instituto mencionaram até a de que o centro de gravidade da Terra poderia ser deslocado, dado o pêso da água a ser represada na altura do Equador (sic).

Os aspectos técnicos do problema serão objeto de capítulo seguinte dêste relatório, com a crítica minuciosa dos planos dos "grandes lagos" sul-americanos. Seria tálvez conveniente que engenheiros e hidrólogos brasileiros pudessem, informalmente, visitar, em breve, o Instituto Hudson, a fim de aprofundar a avaliação técnica dos estudos que lá são feitos.

Cabe, no entanto, sôbre os aspectos políticos, tecer algumas considerações:

A concepção do sistema dos "grandes lagos" tem agora apenas aspectos geográficos multinacionais, mas, se fôr levado adiante sob a direção exclusiva dos Estados Unidos ou de organismos internacionais, tenderá a assumir adiante características supranacionais.

O caráter internacionalizante da concepção do Hudson Institute se revela, por exemplo, no fato de que o Amazonas é exclusivamente vinculado a seus tributários colombianos e peruanos, mas não é prevista a ligação que seria mais lógica e mais conveniente aos interêsses brasileiros e latino-americanos, qual seja a do Paraguai com o Guaporé, e dêste com o Madeira, para alcançar o Amazonas. Essa última linha sul-norte de hidrovias, que ligaria o Prata ao Amazonas e interessaria de perto aos países mediterrâneos, não foi ainda estudada pelo Instituto. É apenas prevista a criação de um lgo entre o Guaporé e o alto Paraguai, com o objetivo de regularizar o fluxo do Rio da Prata. Nem cogitou sequer — e isto é sintomático — das dificuldades de navegação no Guaporé, entre Guajará-Mirim e Pôrto Velho.

O Itamarati e o govêrno brasileiro estão confrontados, pois, com a situação seguinte:

1) O Hudson Institute, subsidiado pelo govêrno norte-americano, parece gozar de prestígio junto à Comissão Interamericana da Aliança para o Progresso, e aos governos da Colômbia e do Peru. Na Colômbia já está sob consideração legislativa um projeto inspirado pelo referido Instituto, relativo à criação de um canal-lago interoceânico, na região do Chocó;

2) No Brasil, o único contato oficial do Hudson Institute foi com o então Ministro do Planejamento, sr. Roberto Campos; tem, no entanto, dois consultores privados para a implementação dos estudos em andamento (Eudo Prado Lopes e Felisberto Camargo); a recente tradução para o português da monografia de apresentação do plano dos "grandes lagos amazônicos" parace indicar ademais a intenção do Instituto de promover no Brasil uma divulgação mais ampla, embora seletiva, daquela sugestão;

3) O Hudson Institute está procurando também estabelecer contatos com o INTAL, instituição criada pelo Banco Interamericano de Desenvol-

vimento (*BID*) com a finalidade precípua de tratar dos problemas referentes à integração da América Latina.

Diante dessa situação, parece urgentemente aconselhável que o Itamarati alerte as autoridades brasileiras sôbre a necessidade de definição de um plano hidroviário nacional, que inclua a Macia Amazônica e focalize as soluções técinicas, inclusive as do tipo proposto pelo Hudson Institute, sob o ângulo do interêsse nacional.

Omitir-se o Itamarati, nessa fase em que os estudos do Hudson Institute ainda tem um caráter preliminar e tentativo, seria permitir que governos outros, como o da Colômbia e o do Peru, ou interêsses mais gerais, referentes à segurança global norte-americana, viessem a orientar com exclusividade os estudos que estão sendo feitos.

Não temos por que nos comprometer com os esquemas do Hudson Institute — mas não devemos ignorá-los, nem podemos impugnán-los *in limine*, sob pena de perdermos contato com uma realidade internacional que vai escapando ao nosso contrôle. De qualquer maneira, consideramos que a ênfase dada pelo *Hudson Institute* à navegação fluvial-lacustre terá, pelo *menos, o efeito benéfico de despertar a América Latina para a potencialidade* da região amazônica e para a utilidade de um sistema integrado de transporte hidroviário.

Os planos do *Hudson Institute* de integração rodoviária da Amércia do Sul coincidem com o objetivo de criação de bases físicas para a integração econômica da América Latina e com a idéia-fôrça de desenvolvimento que prevalece em tôda a região.

Assim, embora sem nos comprometermos de forma alguma, devemos procurar influenciar o plano do *Hudson Institute* ainda no nascedouro, e, ao mesmo tempo, preparar no âmbito nacional alternativas válidas que atendam aos interêsses permanentes do País.

Pelas razões acima expendidas, sugerem-se as seguintes medidas:

1) investigação em profundidade, pela embaixada em Washington e pelos serviços de informação do Govêrno brasileiro, a respeito das vinculações do *Hudson Institute* com o govêrno dos Estados Unidos da América (Departamento de Estado e de Defesa);

2) levantamento pelas embaixadas em Bogotá, Lima, Quito e La Paz dos contatos feitos pelo *Hudson Institute* com os governos locais;

3) designação de técnicos em hidrovias para estabelecer contatos informais, porém mais aprofundados, com os trabalhos do *Hudson Institute*.

II — *Considerações preliminares de natureza técnica*

a) *O conceito dos "grandes lagos" e sua aplicação à América do Sul*

O conceito de utilização integral dos rios por meio de grandes represamentos de efeito múltiplos já se acha perfeitamente identificado em numerosos empreendimentos realizados no Brasil. Furnas, o conjunto de Uru-

bupungá e os projetos de Paranaiara e Umuarama, na bacia do Panamá, e Boa Esperança, no Parnaíba, são alguns exemplos eloqüentes, nos quais os cursos de rios que drenam áreas elevadas são barrados em pontos naturais de estrangulamento, alongando-se nas albufeiras pelas calhas formadas a montante. Em geral atendem todos à vantagem de se reservarem as maiores quantidades de água na menor superfície inundada.

Tal proporção se vê invertida nos represamentos que se podem construir em áreas acentuadamente planas, quando barragens baixas e de características próprias, como a de Assuã, no Egito, provocam a inundação de grandes áreas. É esta última alternativa que vemos claramente definida nos planos que vêm sendo veiculados pelo *Hudson Institute*, em seu projeto dos "grandes lagos" para a América do Sul. As obras monumentais e de alta técnica se substituem então por barragens baixas de grande extensão e largas bases, constituídas preponderantemente por várias formas de atêrro.

Dos sete "grandes lagos" propostos por aquêle Instituto, três se encontram na Colômbia (dois dêles, ligados por um canal intermediário, constituem o projeto do Chocó, para ligação interoceânica); um, formado pelo represamento do Ucaiali na altura de Orellana, se acha no Peru; um, o do Pimichin, resultante dos alagamentos decorrentes do represamento dos Rios Atabapo e Guainia, se localiza na fronteira colombo-venezuelana; um, constituído pela junção dos reservatórios formados por barragens projetadas para os Rios Paraguai e Guaporé, se situa na fronteira brasileiro-boliviana; e um, finalmente, se encontra inteiramente em território nacional, no Rio Amazonas. Esquematizados na série de mapas que podem ser vistos em anexo, estão todos descritos sumàriamente no documento HI-788/3-RR, publicado pelo *Hudson Institute* em março do corrente ano (1967).

Pelas informações transcritas no documento supracitado, a Colômbia, o Peru e a Bolívia teriam constituído "comitês nacionais" para apreciar o mérito dos projetos situados em todo ou em parte em seus respectivos territórios. Na sede do *Hudson Institute*, além de contatos isolados, já se realizou um seminário, com a participação de técnicos de diversas nacionalidades, inclusive brasileiros, com a finalidade aparente de promover a divulgação do projeto dos "grandes lagos". A mencionada publicação acrescenta que os planos em aprêço, apresentados em Washington, em 8 de fevereiro de 1967, ao então Ministro do Planejamento do Brasil, doutor Roberto de Oliveira Campos, foram submetidos formalmente ao Govêrno brasileiro em reunião realizada no Rio de Janeiro, em 8 de março último, sob a presidência do chefe de Gabinete daquele ministro.

Dos diversos governos eventualmente interessados no projeto dos "grandes lagos", é aparentemente o da Colômbia que tem dedicado ao assunto maior atenção. Essa circunstância é facilmente compreensível, pois dos vários represamentos propostos são aquêles que se situam inteiramente na Colômbia, bem como o localizado no Peru, os que oferecem à primeira vista

maiores atrativos e menores inconvenientes. No desejo de deslocar para uma via situada em seu território parte do tráfego marítimo interoceânico, que ora é conduzido exclusivamente pelo Canal de Panamá, vem assim o govêrno colombiano dando grande incentivo aos estudos e levantamentos preliminares que estão sendo executados na região do Chocó, formada por um vale no qual se acha localizado, em uma altitude de apenas 100 metros, o mais baixo continental. A construção de barragens eclusadas nos cursos inferiores dos Rios Atrato e São João, que drenam tal vale, e a escavação de um canal intermediário entre os represamentos assim formados, possibilitariam uma nova ligação interoceânica que, segundo o sr. Robert Panero, autor dos projetos em aprêço, poderia ser utilizada por embarcações de até 20.000 toneladas.

Certo interêsse, tendo em vista o desenvolvimento dos países em que se situam, apresentam também os projetos de represamento (a) do Caquetá, na altura da cidade colombiana de La Araracuara, e (b) do Ucaiali, *nas proximidades da localidade peruana de Orellana. A albufeira da primeira* daquelas reprêsas se estenderia até as primeiras elevações dos Andes, e a da segunda se prolongaria até a foz do Rio Urubamba. No primeiro caso se abriria uma fácil via de penetração através da Amazônia colombiana, e no segundo formar-se-ia um centro de irradiação de novas atividades econômicas, que se desenvolveriam pràticamente na direção geral da chamada Estrada Marginal da Selva que, planejada pelo govêrno peruano, foi já endossada pelos Congressos Pan-Americanos de Estradas de Rodagem. Se traçarmos, aliás, uma linha unindo o "grande lago" do Ucaiali aos represamentos complementares sugeridos para os rios Napo, Urubamba e Madre de Dios verificaremos que se esboçará um esquema bastante similar ao daquela estrada.

O "grande lago" que se formaria na região do Primichin, na fronteira *colombo-venezuelana, pelo represamento dos Rios Atabapo e Guainia, cons*tituiria uma alternativa à comunicação natural já existente entre as bacias do Amazonas e do Orenoco, representada pelo Canal de Casiquiare. Em relação a tal empreendimento, o govêrno do país mais diretamente afetado, a Venezuela, não parece, porém, ter demonstrado ainda maior interêsse, possìvelmente por equivaler o mesmo a uma alternativa a uma via de comunicação já em funcionamento, e que poderia ser fàcilmente melhorada pela aplicação de uma das quatro soluções propostas pelo Corpo de Engenheiros do Exército dos Estados Unidos, em seus levantamens feitos em 1943.

Do ponto de vista dos interêsses brasileiros é interessante observar, entretanto, que, quer no caso do "grande lago" do Pimichin quer no esquema dos represamentos com que se pretenderia afogar os divisores das *bacias do Guaporé e do Paraguai*, omitiram-se nos planos do Hudson Institute quaisquer referências aos rápidos e cachoeiras que interrompem a navegação tanto no Rio Negro, na região de São Miguel (ao sul da Ilha Pedro II), como no Madeira-Mamoré, no trecho compreendido entre Pôrto

Velho e Guajará-Mirim. Tais omissões parecem revelar um sentido "dispersor" nos planos daquele Instituto, pois em vez de preverem uma rêde de caráter integracionista, oferecem os mesmos um esquema em que se acentuariam as fôrças de atração periférica no Continente sul-americano. Nos casos específicos que ora abordamos teríamos assim como resultado, respectivamente, a vinculação à economia venezuelana da região brasileira no alto Rio Negro, e a ampliação da área de influência de Buenos Aires.

Mais grave é, porém, por seus aspectos negativos consideràvelmente maiores, a proposta de constituição de um "grande lago", que cobriria a parte das "terras baixas" da Amazônia Brasileira, numa extensão de cêrca de 400.000 km2, através da construção de uma barragem, localizada nas cercanias de Monte Alegre, no curso inferior do Amazonas. Tal proposta representa uma variante de projeto similar, embora ligeiramente menos ambicioso, apresentado pelo engenheiro Eudes Prado Lopes e descrito na revista *Desenvolvimento & Conjuntura*, em seu número de março do corrente ano (1967). Neste último projeto a barragem em questão ficaria localizada nas proximidades de Óbidos, e a área inundada seria um pouco menos extensa. Após as considerações preliminares já feitas, em maior detalhe, os projetos do *Hudson Institute* são relativos ao Guaporé-Paraguai e ao Amazonas.

b) *O "grande lago" de interligação das bacias do Guaporé e do Paraguai*

A interligação das bacias do Guaporé e do Paraguai só adquire verdadeiro sentido se complementada com as obras de navegação que se fazem necessária no trecho compreendido entre Pôrto Velho e Guajará-Mirim. Que se omitam os projetos daquele Instituto à realização de tais obras não é, entretanto, de estranhar, pois o plano, segundo seus autores, visa primordialmente à interligação daquelas bacias e à regularização das descargas do rio Paraguai, de maneira a permitir que se processe naquele rio uma nivelação desimpedida no decorrer de todo o ano. Não é de crer, porém, que no caso em aprêço, se justifiquem considerações mais aprofundadas sôbre a significação do projeto, pois um exame preliminar do mesmo parece indicar sua inviabilidade técnica.

Com uma barragem de apenas 20 ou 30 metros de altura, e de 1 ou 2 km de extensão, construída no rio Paraguai "um pouco ao norte de Corumbá", pretende o autor do projeto formar um represamento que se uniria ao remanso formado pelas águas acumuladas por obra similar, levantada no Guaporé-Mirim", afogando-se assim o divisor entre as duas bacias. Não explica, entretanto, o sr. Panero como uma reprêsa de 20 ou 30 metros de altura, em uma cota não superior a 100 metros, poderia provocar um alargamento que ultrapasse um divisor que, no território brasileiro, apresenta uma altitude mínima de cêrca de 315 metros, e que no território boliviano se eleva a menos de 200 metros. É oportuno salientar,

outrossim, que, "um pouco ao norte de Corumbá", não oferece o rio Paraguai ombreiras que pemitam a construção de uma barragem de apenas 1 ou 2 km de extensão, e que, de qualquer maneira, além de não atingir o divisor das bacias, provocaria a reprêsa projetada o alagamento do Pantanal mato-grossense, para cuja recuperação ora vêm sendo realizados os estudos hidrológicos da UNESCO. Tal alagamento, porém, não causa, aparentemente, aos autores do plano maiores preocupações.

Cabe assinalar ainda que todo o plano está superdimensionado, de vez que pretende o mesmo assegurar um tráfego para embarcações de até 20.000 toneladas, quando, dadas as condições econômicas atuais e as perspectivas futuras, o transporte por comboios e barcaças, utilizados nos grandes rios norte-americanos e já empregados no próprio Paraguai, é inteiramente satisfatório, fazendo-se necessário apenas melhorar condições da navegabilidade daquele rio, e do Madeira, e interligar de maneira compatível com tal sistema de transporte as bacias do Paraguai e do Amazonas.

Os planos do Hudson Institute não indicam, finalmente, a área precisa ou mesmo aproximada que deveria ser inundada pelo *grande lago* do Guaporé-Paraguai. A par das observações já formuladas em relação ao Pantanal mato-grossense, é de se perguntar até que ponto poderia convir à Bolívia, que já se sente territorialmente prejudicada tanto em sua fronteira com o Brasil como em seus limites com o Chile, a inundação de uma superfície apreciável, em benefício de uma navegação que, para as dimensões de sua economia, poderia ser-lhe perfeitamente assegurada pelos sistemas de comboios de barcaças ou embarcações menores, sem a necessidade do emprêgo de grandes navios.

A *viabilidade técnica do projeto de grande lago do Guaporé-Paraguai*, examinada de forma preliminar nos parágrafos anteriores, é destarte duvidosa. Assim, também, o referido projeto não se fixa em cifras e dados concretos, e os estudos geográficos e topográficos são feitos com base em cartas publicadas pela OACI, destinadas exclusivamente à navegação aérea e traçadas sem maior precisão topográfica, de vez que para aquêle fim apenas as grandes elevações se revestem de importância, fazendo-se desnecessários detalhes de altimetria. Ora, estão disponíveis para o estudo da região mapas mais precisos como a Carta do Brasil ao Milionésimo e a Carta Geográfica de Mato Grosso do general Jaguaribe Gomes de Matos, além dos levantamentos aerofotogramétricos feitos na região pela Fôrça Aérea dos Estados Unidos.

c) *O* grande lago *do Amazonas*

Bem mais duvidoso que o projeto examinado no item precedente é, entretanto, o aludido plano de represamento do rio Amazonas. Para a sua apreciação, devemos primeiramente analisar as premissas em que o mesmo se baseia, as quais se acham claramente enunciadas no citado documento

III—788/3RR, do Hudson Institute. A primeira e mais importante delas é a de que as *terras baixas* da Amazônia são inaproveitáveis. A segunda, e não menos considerável para a compreensão do esquema apresentado pelo sr. Panero, é a de que os rios da região inclusive o Amazonas e os cursos inferiores de seus afluentes — não são na realidade navegáveis.

É possível que, no caso da projetada barragem do Amazonas, as próprias condições geológicas e a excepcional descarga líquida nos levem a concluir pela inexeqüibilidade da barragem. Como simples forma de argumentação consideremos, entretanto, afastadas tais dificuldades, e examinemos os próprios méritos do projeto, a partir de suas premissas. Sujeitas a um processo contínuo de colmatagem, constituem as *terras baixas*, as melhores áreas da Amazônia para a produção agrícola. Seu aproveitamento, no âmbito de um plano de características verdadeiramente nacionais, poderia ser assegurado através de barragens eclusadas, construídas nos pontos em que os afluentes do Amazonas, ao atingirem as bordas dos planaltos central brasileiro e guianense, têm atualmente interrompida a navegação. Erigidas tais barragens de foma sucessiva, e à medida de nossas conveniências e necessidades, garantir-se-iam simultâneamente (a) livre navegação peló ditos afluentes, (b) a regularização das descargas e o conseqüente aproveitamento das *terras baixas*, e (c) a produção de energia em pontos diversificados da região de modo a se constituírem múltiflos poros de desenvolvimento.

Os recursos minerais das *terras altas* que o sr. Panero pretende carrear em navios de 20.000 toneladas ou mais, poderiam assim, quando não aproveitados localmente nos centros urbanos que progressivamente se desenvolveriam na região, ser exportados, transferindo-se as cargas dos comboios de barcaças para navios de longo curso em portos fluviais preestabelecidos. A própria navegabilidade do Amazonas, que é curiosamente negada pelo sr. Panero (alega que a navegação naquele rio só é possível durante o dia, e mesmo assim com consideráveis dificuldades...), seria sensivelmente facilitada pela regularização das descargas dos afluentes.

Não apenas as premissas em que se baseia o projeto do "grande lago" do Amazonas são aparentemente insustentáveis, como também os efeitos almejados não parecem corresponder ao previsível. Sendo bastante suaves, em quase todos os pontos, as declividades entre as "terras altas" e as "terras baixas", os canais verdadeiramente navegáveis, após a inundação seriam pouco mais largos que os atuais leitos dos rios. Lateralmente se constituiriam extensas áreas alagadas, porém de reduzida profundidade, quando não prejudicada pela vegetação parcialmente submersa, que sòmente um oneroso trabalho de desmatamento poderia eliminar. Pretenderia o *Hudson Institute remover* a floresta da área a ser inundada pelo emprêgo do fogo. Além disso, nas zonas marginais do represamento, a fim de assegurar a fertilização necessária ao aproveitamento agrícola, ter-se-iam que reproduzir artificialmente as mesmas condições de recuos periódicos das águas,

que ora observamos nas "terras baixas", e que são apontadas entre as razões determinantes da construção da barragem.

Em suma: nem a melhoria da navegabilidade seria de tal maneira acentuada, nem o fenômeno da faixa de alagamento periódico poderia (ou conviria) ser eliminado. Produzir-se-ia ademais um potencial hidrelétrico desproporcional em um único ponto (cêrca de 100 milhões de KW), com as conseqüentes perdas nas necessàriamente extensas e dispendiosas linhas de transmissão, e, em numerosos casos (senão em todos êles) permaneceriam pelo menos em parte os empecilhos à navegação nos afluentes, representados pelas corredeiras e cachoeiras situadas na faixa de transição entre a planície amazônica e os planaltos guianenses e central brasileiro. Digno de menção seria também o fenômeno de sedição acelerada que se observaria na bacia lacustre, reduzindo a vida útil do reservatório, impedindo ou limitando a um mínimo o processo de fertilização do vale amazônico situado a jusante da barragem e povocando, ademais, prejuízos imprevisíveis na flora e fauna das costas marítimas adjacentes.

Finalmente, se outros argumentos não bastassem, deve-se salientar que não apenas a navegação não seria consideràvelmente melhorada como também seria substancialmente prejudicada: (a) pelo simples fato de, no maior rio navegável do mundo, antepor-se uma obra de arte que, mesmo provida eventualmente de esclusa ou outro sistema de transposição, representaria um ponto de estrangulamento em um sistema de transporte fluvial que tende a se tornar progressivamente mais importante; e (b) por ficarem as rêdes fluviais dos afluentes isoladas entre si, de vez que as embarcações que nas mesmas se utilizam não poderiam ser empregadas no próprio lago, em virtude das condições de mar que nêle se formariam. Sob o ângulo da segurança nacional será ocioso assinalar os riscos representados, na hipótese de um conflito mundial, por uma obra tão vulnerável a ataques por balísticos e outras armas de longo alcance. O eventual rompimento da barragem causaria tal calamidade que dificilmente se poderia organizar, naquela região, ao menos, qualquer forma de resistência efetiva ao invasor.

Aos argumentos já apontados, pelos quais se procurou caracterizar a inconveniência do projeto do "grande lago" do Amazonas, há que acrescentar os seguintes efeitos negativos: (a) inundação da quase totalidade das terras amazônicas de reconhecido valor agrícola; (b) perda de várias das poucas indústrias, como a da juta e a da borracha, que ainda podem oferecer algum sustento à débil economia da Amazônia; e (c) alagamento de boa parte dos centros urbanos ora existentes, eliminando-se em conseqüência cidades e povoações que, até agora, malgrado as condições adversas, persistem em sobreviver e mesmo em prosperar, e representam os baluartes da nacionalidade em face dos novos e crescentes esforços dos interêsses estrangeiros sôbre a área.

No fundo, aliás, de todo o esquema do "grande lago" do Amazonas, paira mal disfarçada a idéia de uma internacionalização da Amazônia.

Na verdade, temos dois esquemas perfeitamente distintos de aproveitamento do vale amazônico: um nacional, representado pela correção sucessiva dos afluentes nos pontos em que seus cursos são interrompidos por cachoeiras ou rápidos, do qual deverá resultar progressivamente o aproveitamento integral da região, na medida em que se desenvolvam as nossas possibilidades de utilização efetiva; e outro, internacional, o do "grande lago" do Amazonas, indubitàvelmente mais espetacular e mais imediatista, mas orientado tão-sòmente para o aproveitamento de um único setor da área, em uma forma preponderantemente extrativa e predatória, e com escassas possibilidades de sustentação de comunidades mais numerosas.

* *
*

O GRANDE LAGO AMAZÔNICO E O HUDSON INSTITUTE

Discurso do Deputado Federal, Bernardo Cabral, proferido no Grande Expediente, na qualidade de líder do MDB, na Sessão Ordinária do dia 12 de fevereiro de 1968 da Câmara dos Deputados em Brasília.

O SR. BERNARDO CABRAL: — (Como Líder, Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Amazônia nestes últimos meses, vem sofrendo investidas de tôda ordem, que lhe tem valido a presença no noticiário da nossa imprensa inclusive na imprensa internacional.

Tivemos nada menos de cinco investidas: primeira, a campanha de esterilização de mulheres na área amazônica; segunda, denúncia quanto a terras compradas por cidadãos norte-americanos; terceira, comércio de exportação de cabeças de cadáveres humanos com implicação de um professor universitário; quarta, aumento do surto de contrabando de minérios por estrangeiros; quinta e última, projeto do Hudson Institute" acêrca da construção do chamado lago amazônico.

É exatamente sôbre êste assunto que, na tarde de hoje, venho à tribuna para, em nome do MDB, esclarecer que, se antes aqui não comparecemos para tratar do tema, foi para não fazê-lo de modo emocional, voltado para uma possível e eventual circunstância publicitária, fugindo inclusive de tratar desta matéria em têrmos demagógicos. Mas, se hoje comparecermos, trazendo a responsabilidade de pedir, ao final desta tarde a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar as reais implicações que circundam o chamado projeto do *Hudson Institute* para a construção do Lago Amazônico é porque sentimos que não mais podemos ou devemos deixar de abordar o assunto em tôdas as circunstâncias.

É preciso que, desde logo, se esclareça que no dia 6 de setembro de 1967, ano passado, portanto, o "Correio Braziliense" estampava, na sua primeira página, a seguinte notícia:

"Lago para mudar feição da Amazônia.

Washington, 5. United Press International. — Foi posta em mãos dos governos do Brasil, Bolívia, Colômbia e Peru uma proposta de construção de uma barragem no Rio Amazonas e criar sete enormes lagos no meio da América do Sul. O projeto conta com apoio do Instituto Hudson, organismo particular de pesquisa científica, que tem sede em Crotonon Hudson, no Estado de Nova Iorque. Os lagos seriam tão amplos que mudariam o aspecto do continente."

Êste o texto integral da notícia que aquêle matutino publicou. E, logo no dia seguinte, 7 de setembro do ano passado, o "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, dava notícia, com o seguinte título: "Americanos Pretendem Fazer do Amazonas uma Série de Lagos".

A verdade, Sr. Presidente, é que essas duas citações — com muito tempo de antecedência, antes de entrar na ordem do dia da imprensa brasileira e internacional — demonstravam uma preparação do espírito público nacional para a construção dêsses lagos.

Mas quem o defende, além de um cidadão chamado Robert Panero, americano, casado com uma colombiana e representante dêsse Instituto na Colômbia e no Brasil, um porta-voz chamado Felisberto Camargo. E, para que se tenha mais uma comprovação de que isto não é de agora, de que esta matéria foge à sistemática atual, é preciso que se diga que, em 1943, o Instituto Agronômico do Norte, chefiado, na época, pelo Sr. Felisberto Camargo, examinou o problema da ocupação amazônica pesquisando e coletando amostras de perfis do solo, em áreas de florestas recém-derrubadas. E em setembro de 1948, cinco anos depois tais amostras foram levadas pelo Sr. Felisberto Camargo para serem examinadas e debatidas cuidadosamente na Conferência Interamericana de Conservação de Recursos Naturais em Denver, Colorado, Estados Unidos.

Mas em 1949 — e o retrospecto se impõe no desenvolvimento do raciocínio — durante os trabalhos de uma sessão plenária, realizada nos Estados Unidos, na sede da "United Nations Scientific Conference", no dia 17 de agôsto, as principais culturas do solo, feitas pelo Sr. Felisberto Camargo, foram apresentadas a debate, sob o título "Reclamation of the Amazonien eord Land Near Belem".

Daí para cá, após o chamado combate feito por Arthur Bernardes, pela não internacionalização da Amazônia, a questão sofreu como que um estágio e, hoje, deságua na imprensa, em forma de construção de lagos.

O Ministério das Relações Exteriores, porém, não estava desavisado. E tanto assim é que incumbiu um grupo de três funcionários para visitar o Hudson Institute, em setembro do ano passado a fim de recolher informações que permitissem avaliar de maneira precisa a forma e o alcance dos estudos para construção dêsse lago. E dêsse contato informal realizado exatamente em 15 de setembro do ano passado, resultou minucioso relatório

que o Itamarati, três dias depois, isto é, no dia 18 fêz chegar ao Presidente da República com "sugestões acautelatórias da soberania nacional".

Sr. Presidente, como vê V. Ex.ª e a Casa, a coisa se foi a desenrolar e a desenrolar, num preparativo de imprensa até que vários homens públicos resolveram dar um grito na História. O MDB manteve-se afastado de qualquer promoção publicitária até munir-se de todos os elementos e poder trazer ao conhecimeinto desta Casa, como hoje faz, vários ângulos como êsses relativos a fatos surgidos a partir de 943 e 948, possìvelmente desconhecidos de muitos dos presentes, a fim de que, instalada a comissão parlamentar de inquérito, cuja constituição já está requerida com o número além do suficiente de assinaturas, se possa chegar a uma conclusão.

Mas êsse Hudson Institute, Sr. Presidente, merece um perfil histórico, a fim de que se faça uma análise perfeita do que êle quer fazer à Amazônia. Fica em Crotonon Hudson a 50 quilômetros de Nova Iorque. Foi fundado por Herman Kahn. Herman Kahn, matemático aos vinte anos, físico aos vinte e cinco, aos vinte e seis anos já conseguia entrar para a conhecida Rand Corporation, que é uma das fábricas de gênios daquele país. Em 1948, já fazendo parte da equipe da Rand Corporation, começou a se salientar entre os demais componentes dessa entidade. E, doze anos depois, transformava-se no pensador número um do átomo. E foi assim que em 1961, entendendo que a Rand Corporation estava aquém de seu intelecto, que, segundo a imprensa, está 50 pontos acima do gênio, o Sr. Herman Kahn fundou o Hudson Institute, cujo prédio principal, um chalé suíço, construído em 34 por um médico, o Dr. Land, foi primeiro um asilo de loucos, depois, transformava-se no convento das irmãs Mary Knoll e, em 61, no Hudson Institute.

É preciso registrar, ainda, porque isso tem de ser feito, que nos dois primeiros anos, seus principais conselheiros entre os quais o famoso pai da bomba de hidrogênio, o Dr. Edward Teller, renunciaram aos seus honorários, e ficou, desde logo, estabelecido que o Hudson Institute daria, como continua dando, prioridade a problemas militares e de política externa, geralmente tendo em vista solicitação do Pentágono. Assim sendo, temos que chegar à conclusão de que há alguma coisa por trás dêsse noticiário do projeto do Hudson Institute. Assim é que justificam o Sr. Herman Kahn e seus companheiros de trabalhos os seguintes objetivos para a realização dessa obra. Note-se que são os objetivos confessados, porque por trás dêles ninguém sabe o que realmente existe. E alinham os seguintes: 1.º) acabar com as dificuldades de domínio do chamado "Inferno Verde", pois o lago poderia reduzir a superfície do vale; 2.º) criar vias de acesso, através de novos cursos de água, às terras altas, ricas em minério de ferro, estanho, manganês e ouro; e 3.º) possibilitar, no futuro, a ligação de rios continentais, como o Orenoco e o Rio da Prata com o Amazonas.

Um de seus pontas de lança, o Sr. Robert Panero, declarou que a barragem teria um comprimento de 45 a 55 quilômetros e uma altura de 28 metros acima do nível do rio e custaria entre 50 a 200 milhões de dó-

lares, no que foi contestado por outra notícia que dá o preço de 1 bilhão e meio de dólares, muito mais do que o Orçamento da nossa Nação.

Disse o Sr. Robert Panero que êsse investimento seria recuperado, em poucos anos, à proporção de 20 para 1. Essa declaração é que precisa ser devidamente analisada, para saber-se de que maneira os grupos investiriam *ali tão fabulosa quantia de 1 bilhão e meio de dólares e, em poucos anos,* poderiam ressarcir-se dêste empreendimento na base de 20 para 1. Quem faria? Quem daria o dinheiro? Seriam grupos econômicos? Seriam os Estados Unidos? Quem fará chegar à mente de cada um que não haveria, além do que se pode supor, um têrmo de dependência para que se fizesse isso.

Mas, quando não fôsse essa a justificativa do Sr. Panero, êle declara que "esta barragem permitia, pelos estudos feitos, que Manaus se transformasse num pôrto marítimo e onde se estabelecesse um foco de atração para industrialização e desenvolvimento". São palavras textuais de S. S.ª.

É preciso que se diga, de imediato, que não é uma deslavada inverdade. Manaus já é pôrto marítimo, de há muito, com capacidade para navios de alto porte, acima de 40 toneladas.

Veja a Casa como se pretende embair a opinião pública nacional e internacional, uma vez que, sendo aquela área distante, vai ser exposto à exame o quadro de autoria do Hudson Institute exatamente para comprovar, que, em verdade, desta área subdesenvolvida, onde há uma zona inexplorada, se pode fazer êsse tipo de alvorada. O Sr. Felisberto Camargo, cuja inteligência e cultura, embora indiscutível, é empregada em forma diversa daquela por que deveria ser, e que seria em função do seu país, fêz uma declaração à imprensa dizendo que, em abril de 1967, os geólogos e hidrologistas Jean Martin, John Trantine e Raimond Varmiringer participaram por alguns dias na Amazônia de todos os estudos necessários e ali obtiveram os elementos precisos às plantas iniciais para construção dessa barragem. Essa é a declaração do Sr. Felisberto Camargo, declaração que êle reforça no dia 21 de janeiro dêste ano, em entrevista concedida ao "Jornal do Brasil", dizendo:

"Segundo as pesquisas de hidrologistas, feitas por um grupo de técnicos da Marinha, Universidade do Brasil e United States Geological Survey, pode se computar a vazão do Rio Amazonas na garganta de Monte Alegre, em cêrca de 10 mil metros cúbicos de água por segundo".

É preciso que se faça uma consideração à imagem dessa entrevista do Sr. Felisberto Camargo; é preciso saber como êle obteve o resultado dessas pesquisas, porque o que a imprensa noticiou e eu, como natural daquele Estado, di, foi que existia ali um navio de alta condição hidrográfica para pesquisas dessa natureza, chamado Alfa Héli, que estava em convênio com o Ministério da Marinha, pesquisando tôda aquela área amazônica. Se S. S.ª revela um fato que foi motivo de acôrdo celebrado entre dois órgãos, e não poderia fazê-lo, alguém extrapolou as normas dêsse contrato, dêsse

acôrdo, permitindo se fizesse uma traição ao nosso País. Talvez por isso mesmo tenha o Sr. Felisberto Camargo declarado, alto e bom som, quanto a uma das metas do Ministério do Interior — e aqui se faça justiça em registrar a atuação patriótica do atual titular daquele Ministério, que tem dado à área todo um manancial para que seja ocupada — que era apenas "burrice" do Sr. Ministro Albuquerque Lima, pretender ocupar aquela região com fôrças militares, e tenha ido além o Sr. Felisberto Camargo, afirmando que o que satisfazia a êle e ao Sr. Robert Panero, que estava vindo dos Estados Unidos nervosíssimo com o noticiário lido de que não mais seria feito o lago amazônico, era quefelizmente havia homens na Marinha com muito mais credencial, mais linhagem e mais categoria intelectual do que o Exército, o que permitia, então, fazer-se o lago Amazônico. Eis aí uma pregação subversiva, um intuito de colocar as suas armas em cheque para interêsses pessoais. Se um homem da Oposição tivesse feito esta declaração em praça pública e não estivesse forrado de mandato legislativo, seria incontinenti levado a um IPM e processado por tentar contra a Lei de Segurança Nacional. No entanto — e isto é que é mais grave — o Sr. Felisberto Camargo fêz uma conferência recentemente na Confederação Nacional de Agricultura, e o que êle conseguiu obter foi a presença do representante do Ministério da Marinha e de um representante da Escola Superior de Guerra para assistir à sua conferência.

Vejam bem V. Exas. que a coisa se encaminha para um aspecto muito sério. Se o Sr. Felisberto Camargo fêz essa revelação e se o Hudson Institute, que pretende fazer êsse grande lago amazônico, teve aceso ao que já se declarou, ou seja, aos filmes relativos ao levantamento aerofotogramétrico que foi feito em acôrdo celebrado entre o Govêrno brasileiro e a Fôrça Aérea dos Estados Unidos, registre-se que foi conspurcada a cláusula número 7, item 2, dêsse acôrdo, que proíbe aos governos de ambos os países mostrarem a nacionais qualquer cópia do acôrdo.

No entanto, se o Hudson Institute teve êsse acesso é porque o Govêrno de Washington quebrou o contrato assumido, quebrou o acôrdo. E tanto isto é verdade que, ainda há poucos dias na Comissão Parlamentar de Inquérito que examina a exploração de terras compradas por estrangeiros, o norte-americano Stanley Selig, declarou que vendia as suas terras aos americanos, que, quando as compravam, já tinham passado pelo "Geographical and Geodesical Survey" e aí obtido dados sôbre as áreas objeto das transações.

O Sr. Hermano Alves — Nobre Deputado Bernardo Cabral, nesta questão do Hudson Institute tivemos, nós dois, uma iniciativa muito antes do que qualquer outro a tivesse. Eu, como jornalista no "Correio da Manhã", analisando, com dois anos e meio de antecedência, todo êsse problema e V. Exa., como Líder de Oposição na Assembléia do Amazonas, fazendo a transcrição dos artigos e procurando abrir uma comissão Parlamentar de Inquérito à qual deveria comparecer o então Governador do Amazonas, Sr. Arthur Cezar Ferreira Reis, para prestar depoimentos sôbre o assunto.

O SR. BERNARDO CABRAL — Exatamente.

O Sr. Hermano Alves — Não é nova essa idéia de construção do lago, não é nova a tentativa de internacionalização ou de instalação de organismos internacionais e de mentalidades internacionalistas na área amazônica. Já há muito documento a êste respeito por aí. Mas V. Exa. chama a atenção é para a divergência que existe entre dois setores da presente situação no País. Apesar das declarações reiteradas de vários Ministros do atual Govêrno, de que não prosseguiam quaisquer tentativas na área do Hudson Institute, veja V. Exa. que o Engenheiro Eudes Prado Lopes, um dos autores do projeto do lago — mas do projeto brasileiro...

O SR. BERNARDO CABRAL — E diferente na sua extensão.

O Sr. Hermano Alves — Exato.

... foi convidado, segundo depoimento dêle, para ser assessor ou consultor do Hudson Institute pelo Diretor da Escola Superior de Guerra — cujo nome não saiu publicado nos jornais mas que pela data bem poderia ser o atual Ministro do Exército, General Lyra Tavares, salvo engano nosso. E isto está a exigir um esclarecimento.

O SR. BERNARDO CABRAL — E foi convidado numa hora em que o Sr. Felisberto Camargo fazia uma conferência na Escola Superior de Guerra. Em lá chegando, teria declarado que, tendo tomado conhecimento do estudo do Engenheiro Pedro Lopes, de imediato ficava êle contratado. Tendo êle, na qualidade de engenheiro da Petrobrás, levado 10 anos para fazer êsse levantamento, êsse estudo, ficou estarrecido quando soube do outro, porque não seria possível que alguém fizesse um trabalho igual ou semelhante ao seu, como o do Hudson Institute, sem que tivesse passado pelo memo estágio por que êle passou. Veja V. Exa. que Eudes Prado Lopes, quando seu trabalho foi entregue às autoridades competentes para exame, foi considerado louco. Mas há poucos anos, já reformulado o estudo por interêsses de grupos estrangeiros, voltou para ser vendido ao Brasil, desnacionalizado por completo. V. Exa. está no raciocínio correto e relatando nas suas minúcias episódio ocorrido.

O Sr. Hermano Alves — Neste caso, é necessário que o Govêrno esclareça qual o papel da direção da Escola Superior de Guerra na questão do Hudson Institute e no projeto de lago. Mas o que é mais grave, como sabe V. Exa. muito bem, não é a idéia de se fazer o lago. A idéia de se fazer um lago foi que chamou a atenção da opinião pública, foi que provocou maior reação. O mais grave é que a idéia original do Grupo Campanero, que, por sua vez, é a reprodução da idéia original do Instituto Nacional da Hiléia Amazônica, era a constituição de um organismo supranacional do qual participariam as autoridades da região amazônica, não

do Estado Amazônico que o Brasil tenha ou do Estado Amazônico que a Colômbia tenha, mas da região encarada como um todo em têrmos supranacionais; e dêste organismo supranacional participariam, também, representantes norte-americanos. Veja V. Exa.: o que há de extremamente grave, hoje, é que, por conta de pesquisas, por conta de estudos, por conta de levantamentos que devem ser feitos e que, em determinadas circunstâncias, devem e podem ser feitos com entidades internacionais, também, mas sob o contrôle da Nação brasileira, por conta de todo êsse tipo de atividades, faz-se o que bem se entende no Território Nacional. V. Exa. mencionou a simpatia de alguns setores da Marinha, ou, pelo menos, de alguns indivíduos da Marinha, por um plano desta ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL — Quem a situa é o próprio Professor Prado Lopes.

O Sr. Hermano Alves — Lembro a V. Exa. que, na questão de experiência de contrôle de natalidade, ou o que se trata de experiência de aplicação de programa possível de contrôle da natalidade com vistas à implantação de uma política de contrôle da natalidade em tôdas as áreas subdesenvolvidas do mundo não só existia a participação de alguns oficiais da Marinha, do seu corpo médico como ainda recentemente, a sociedade dita privada que neste País faz êste tipo de trabalho conseguiu — Deus sabe como! — estabelecer um convênio com o Ministério da Marinha e com o corpo médico da Armada. De maneira que é preciso que se explique quem é quem e onde acaba a jurisdição disto ou daquilo. No caso da aerofotogrametria, onde fomos também pioneiros, dissemos inúmeras vêzes que os resultados dêstes levantamentos poderiam cair em mãos de grupos particulares privados estrangeiros. Durante três anos falei inúmeras vêzes sôbre êste assunto, pelo jornal "Correio da Manhã". Várias vêzes fui ridicularizado, como todos os que levantaram esta tese, inclusive o Senador Ermírio de Morais. Mas o resultado é que agora se verifica que em Campinas se descobriram réplicas dos levantamentos aerofotogramétricos com a sigla, inclusive, da Fôrça Aérea norte-americana, que em Goiás já há coisa semelhante na mão de determinado grupo, e que agora o Hudson Institute tem como já deveria ter — não fôsse o Hudson Institute órgão assessor do Departamento de Defesa dos Estados Unidos acesso às informações. Veja V. Exa. o que está ocorrendo, enquanto o Govêrno, as autoridades responsáveis, no Brasil, ficam travando, ainda, a guerra do alecrim e da manjerona.

O SR. BERNARDO CABRAL — Agora veja V. Exa., Deputado Hermano Alves a diferença que há entre uma e outra atuação. Regressava, antes do final da sessão legislativa passada, o nobre Deputado Adolpho de Oliveira de uma viagem ao exterior e conversava comigo exatamente sôbre êsse problema do grande lago amazônico. Dizia êle que, numa via-

gem marítima com um cidadão estrangeiro, recebera, para consultar, êsse material, mas de logo fôra advertido de que havia páginas numeradas em código sôbre êsse trabalho feito pelo Hudson Institute, porque, se fôsse publicado em *fac-simile,* já se saberia quem tinha sido o autor da entrega à publicação. E o Deputado Adolpho Oliveira conseguiu copiar todo o trabalho, de maneira um tanto pitoresca, que não posso revelar, uma vez que S. Exa. o fêz a mim em caráter confidencial. Mas o fato é que copiou todo o material e comigo trocou idéias sôbre qual a melhor maneira de se atuar neste assunto.

Ambos chegamos à conclusão de que não era o momento oportuno para virmos ocupar o tempo de V. Exas. com essa matéria, a fim de que não se dissesse que estava apenas ocorrendo uma exploração em têrmos demagógicos, ou, então, a ânsia, o afã, o desejo de suscitar, de uma hora para outra uma campanha publicitária em favor da Oposição. O fato é que se deixou que o assunto amadurecesse e conscientizasse a Nação e se pudesse ver o que hoje já se vê, como as declarações do Sr. Felisberto de Camargo, publicadas no Diário de São Paulo a 19 de dezembro:

"O Sr. Felisberto de Camargo informou que o Hudson Institute, elaborou projeto com financiamento do Departamento de Estado Norte-Americano, destinado à construção de um grande lago amazônico, para facilitar e explorar o transporte de minérios pesados, cuja existência em solo brasileiro foi constatada pelos levantamentos aerofotogramétricos efetuados pela Fôrça Aérea Norte-Americana em todo o território nacional".

E continua a declaração:

"Explicou também que o Hudson Institute é uma organização cujo orçamento é formado pela contribuição de grandes grupos econômicos norte-americanos, mas que trabalha para o Govêrno, inclusive para o Pentágono e o Departamento de Estado quando solicitada sua assistência".

S. Sa. vai declarar isso na comissão parlamentar de inquérito que se irá instaurar a fim de se saber se realmente foi comprovado todo êsse manancial de minérios pelo levantamento aerofotogramétrico, e se é uma organização com grupos econômicos norte-americanos, uma vez que o "Correio da Manhã", na sua edição de ontem, diz diz que o Hudson Institute, no seu relatório, relativo ao ano fiscal de 66, declara que a sua organização... Item 2 — 5 bilhões 130 milhões de dólares, que gastou de 62 a 66, não provieram de fontes do Govêrno dos Estados Unidos.

Vamos ver qual foi, realmente, a contribuição dada pelo Departamento de Estado Norte-Americano para esta construção, ou se a notícia publicada no "New Report of Members of the Hudson Institute" é realmente a verdadeira.

O Sr. Gastone Righi — Em verdade, não pode padecer qualquer incerteza o vínculo entre os interêsses do Govêrno norte-americano e os pla-

nos do Hudson Institute. Uma palestra — ou a palestra — que Hermann Kahn realiza em diversas universidades dos Estados Unidos — palestra de caráter secreto e cujas anotações foram trazidas a esta Casa pelo Deputado Adolpho Oliveira — deixa antever que é um plano cujo ordenamento está sendo seguido fielmente em todo o território nacional. V. Exa. enuncia alguns dos pontos fundamentais dêsse Plano. Mas...

O SR. BERNARDO CABRAL — E vou enunciar, agora, as suas inconveniências.

O Sr. Gastone Righi — Exato. Mas gostaria de chamar a atenção para o volume de despesas necessárias para a fixação do Plano do Hudson Institute. Alguns milhões de dólares, por certo, foram gastos. O Sr. Felisberto Camargo e demais membros sobrevoaram tôda Manaus e regiões limítrofes em helicópteros. Essa gente tôda, cientistas do mais alto gabarito, está sendo paga, mas não pelo Tesouro Nacional. O Plano, um vislumbre imediato, cobrindo tôda a região fértil do Amazonas e as riquezas minerais que lá se depositam é claro que não foi feito para utilização por nossa civilização. Aquilo tudo atende a um ordenamento maior, um ordenamento fixado pelo Pentágono norte-americano. Por certo, V. Exa. conduz-se com muita propriedade ao analisar tema que é do seu conhecimento...

O SR. BERNARDO CABRAL — Bondade de V. Exa.

O Sr. Gastone Righi — ... como morador da região. E queria solidarizar-me com V. Exa. por isso, e aqui deixar o meu veemente protesto contra tudo em que o Govêrno brasileiro tem colaborado junto ao Pentágono no sentido de se internacionalizar, de se entregar isto que compreende mais de um têrço do território nacional.

O SR. BERNARDO CABRAL — Nobre Deputado Gastone Righi, quero agradecer a V. Exa. a solidariedade apresentada, mormente porque V. Exa. não a apresenta apenas *en passant*, já que recentemente percorreu aquela área e pode corroborar aquilo tudo que antes já era dito na Casa, de corpo presente.

Mas gostaria ainda ficasse inserta nos anais da Casa declaração do Sr. Felisberto Camargo ao "Estado de São Paulo", de dois de janeiro, em que se diz:

"Por tratar-se de assunto geopolítico e de extrema importância para a integridade nacional e a segurança do nôvo mundo, tôda documentação apresentada pelo Sr. Felisberto Camargo, se acha depositada na Escola Superior de Guerra, para estudos".

A Comissão Parlamentar de Inquérito se encarregará de convidar o Diretor desta Escola a fim de se poder cotejar a informação prestada pelo Sr. Felisberto Camargo, e se puder, então, comprovar a honestidade dessas declarações.

Eu dizia, no comêço da minha presença na tribuna, que o Hudson Institute havia oferecido vários argumentos para a construção dêsse lago, que os seus objetivos, anteriormente alinhados, se enquadravam dentro daquele esquema já por mim referido.

Quero, agora, mostrar vários argumentos contrários, que podem ser sintetizados nos seguintes tópicos. O primeiro argumento contrário é que a área seria transformada num grande vazio demográfico. Ela seria inundada — isto me parece paradoxal porque aquela região possui a maior bacia hidrográfica do mundo — e a inundação abrangeria várias cidades, como Itacoatiara, Parintins, Barreirinhas, Maués, Manacapuru, Tefés e 2/3 de Manaus — isto no Estado do Amazonas — e apanharia mais Faro. Oriximiná, Óbidos, Alenquer e Santarém, no Estado do Pará.

Vejam V. Exas. como bastaria êsse argumento contrário: a dificuldade de transporte de tôda essa gente dessas áreas, transporte cujo custo iria a muito mais do que o custo da obra que ali se iria realizar.

O Sr. Gastoni Righi — Apenas desejo dizer a V. Exa., a título de colaboração, que a região inundada corresponde a mais da metade da região povoada da Amazônia Ocidental.

O Sr. BERNARDO CABRAL — Exato. E ainda há mais.

O Sr. Castoni Righi — E, mais ainda, que, na planificação do Hudson Institute, não atentaram para os interêsses indígenas, porque não levaram em conta no Orçamento a indenização pela desocupação ou pela nova localização destas povoações. Mais ainda — a construção de casas. E de resto êsse lago — deixou aqui a pergunta — em que melhoraria as condições se as estradas, as rodovias continuariam a ser da mesma forma necessárias para podermos chegar ao grande lago, como são agora para chegarmos às cidades, situadas às margens do grande rio? E depois, como se faria o transporte de navios do lago para o Oceano pròpriamente dito? Através do sistema de comportas caríssimas?

O SR. BERNARDO CABRAL — Deputado Gastone Righi, isso ainda não é tudo. O principal é que se abriria uma brecha, distanciando aquela área do sul do País. O crescimento da área passaria a ser para o exterior — para o norte da América Latina e para a América do Norte, pròpriamente dita, distanciando-se, portanto, do sul do País. E aquela área não pode crescer econômicamente sem se voltar para o sul do País, porque senão vai se submeter a processo político e econômico todo êle voltado para o exterior. Conseqüentemente, chegar-se-ia a essa internacionalização, que é um velho sonho, velho e acalentado sonho de grupos alienígenas que agora querem então, dar a tôda prova essa desculpa do lago para isso.

Mais ainda há mais. Seria inundada uma área cujo potencial em minérios ainda é desconhecido e com a qual se liquidaria — e chamo a aten-

ção dos representantes do Pará — uma criação de milhares de búfalos e criação de gado vacum, que existem nos municípios, ainda há pouco citados, e até acima de um milhão de cabeças, além de inundar jazidas de ouro, estanho e outras riquezas minerais que existem naquela área.

Há um dado, por exemplo, que não se pode desprezar: A inundação liquidaria a maior jazida mundial de sal-gema, com 750 quilômetros de comprimento por 200 quilômetros de largura. As reservas dessa jazida, segundo cálculos e prospecções já efetuadas, são da ordem de 10 trilhões de toneladas de sal e derivados, suficientes para abastecer com sobras tôda a indústria nacional de álcalis. Vejam Vossas Excelências as implicações que isso traz, porque se acaba, inclusive, com a indústria nacional de álcalis, tôda ela comandada por nosso sistema estatal.

Diz-se mais que a salvação daquela região se dará pelo potencial energético que essa barragem geraria acima de 70 milhões de kw. É de se indagar: Resolveria o problema da área? Não se promove de uma hora para outra uma ocupação, uma concentração populacional, agrícola e industrial capaz de absorver tamanha quantidade de kw. O argumento principal cai por terra, uma vez que isso seria, em têrmos econômicos, inviável, para uma região que não pode assim, como se entende, ou como êles entendem melhor dizendo, obter sua independência econômica.

O Sr. Gastone Righi — Sôbre êsse ponto, respeitando o pedido de aparte do Deputado Hermano Alves, só para não escapar ao raciocínio, desejaria dizer a V. Exa. que, na verdade, é mentira que não exista potencial energético na Amazônia. Nenhum dos altos rios tem qualquer represa. Ainda poderiam ser utilizados desníveis muito acentuados de rios, as suas correntes vertiginosas...

O SR. BERNARDO CABRAL — Exato.

O Sr. Gastone Righi — ... e, mais ainda, os depósitos de combustível que existem nas regiões e que poderiam fomentar usinas termelétricas. Portanto, é um tabu que se pretende criar. Além disso, é uma ilusão pensar que seria praticável a construção de 5.000 km de fios para trazer a energia até São Paulo e Rio de Janeiro.

O SR. BERNARDO CABRAL — Vou apenas dar-lhe um dado, nobre Deputado Gastone Righi. Na conferência que o Professor Camargo fêz, a tal conferência do dia 8 de fevereiro de 1968, presentes os representantes da Escola Superior de Guerra e do Ministério da Marinha, Sua Senhoria foi aparteado por um Professor de São Paulo, Sr. Castro Neves que dizia não entender como se resolveria êsse problema da substituição de inúmeros alagados por um lago maior. A única desculpa do Senhor Camargo, perante a assistência que lá se encontrava, foi a de que resolveria o problema energético. Tão incipiente e tão infantil a alegação — como V. Exa. acabou de ver — que caiu por terra.

O Sr. Hermano Alves — Nobre Deputado o essencial em tôda a argumentação que V. Exa. vem apresentando, no meu entender, por enquanto é essa vinculação clara que V. Exa. está fazendo entre as atividades do Hudson Institute, de um lado, e as atividades da Fôrça Aérea dos Estados Unidos no que concerne ao levantamento aerofotogramétrico do território brasileiro. E essa vinculação das duas atividades que nos dá muito para suspeitar e nos obriga a todos a uma revisão geral de conceitos em face dêste problema. Mas quero chamar a atenção para um pequeno dado, muito pequeno, fragmentário, mas essencial para a compreensão do estado de espírito das atuais autoridades brasileiras.

O SR. BERNARDO CABRAL — Os dados de V. Exa. sempre completam qualquer discurso, nobre Deputado.

O Sr. Hermano Alves — Muito obrigado. O Sr. Presidente da República, Marechal Costa e Silva, em sua exposição de fim de ano à Nação, incluiu como *atividade principal, no âmbito do Estado-Maior das Fôrças* Armadas, a construção, financiada pelo Govêrno brasileiro, de hangares para os aviões da Fôrça Aérea Norte-Americana, do 10.º Grupo de Levantamento Aerofotogramétrico, na Cidade de Brasília.

O SR. BERNARDO CABRAL — Muito obrigado, Deputado Hermano Alves, chamo a atenção de V. Exa. para um fator que talvez haja sido desprezado pela maioria dos brasileiros. Fiz aquêle histórico de 43, em que o Sr. Camargo comparece aos Estados Unidos para mostrar os estudos dos solos brasileiros. É preciso que se ressalte que o Sr. Camargo declarou que entrou para o Hudson Institute por indicação do ex-Ministor do Planejamento, Sr. Roberto Campos. E o Sr. Roberto Campos confirmou num artigo, sôbre os futuristas, em que pretende ridicularizar todo êste país, que, em verdade, quando compareceu aos Estados Unidos, elementos do *Hudson Institute* pediram-lhe que analisasse o projeto de construção do grande lago amazônico, tendo S. Exa. declarado, naquele instante, que estava a findar o Govêrno Castelo Branco e que êle, então, trataria dessa medida com o nôvo Ministro do Planejamento, indicando, desde logo, o Sr. Felisberto Camargo. É por isso que faço a seguinte pergunta: a título de quê o Sr. Felisberto Camargo declara que o Ministro Albuquerque Lima está praticando uma burrice, quando Sua Senhoria sabe que o titular daquele Ministério apenas está impossibilitando os passos do Hudson Institute, tanto assim é que, em declarações que fêz, o Sr. Felisberto Camargo disse que a vinda do Sr. Robert Panero *se deveu aos gritos e aos protestos* de dois homens públicos brasileiros: os Srs. Arthur Reis e Albuquerque Lima, que não podem ser tachados, como muitos dos Srs. Parlamentares que aqui se *encontram*, de *esquerdistas*.

Vejam Vossas Excelências que esta pergunta envolve uma afirmativa, e, por trás dessa afirmativa do Senhor Felisberto Camargo, é preciso saber

o que existe realmente. Quem lhe deu essa fôrça para tachar de burrice a atitude de um Ministro de Estado? E ainda mais: por que afirma que a existência de minerais na área — e daí a resultante do lago — foi verificada em função do levantamento aerofotogramétrico realizado pela Fôrça Aérea norte-americana?

São estas indagações, nobre Deputado, que se somam às perguntas e afirmações que V. Exa. faz e se casam num entrosamento que mostra ser o necessário perfeito, como perfeita é a repulsa que tôda a Casa sente nesta hora. É também de justiça salientar que o Govêrno Costa e Silva, pelos seus Ministros declarou que não tinha encomendado nenhum projeto ao Hudson Institute e, conseqüentemente, estaria êle sendo feito à sua revelia. É isto que a Comissão Parlamentar de Inquérito vai realmente saber: quem fêz, quem mandou fazer, por que fêz, quem contribuiu, o que custou e até que ponto se pode afrontar um Estado independente como o nosso. Estas são as indagações que, por enquanto, ficam no discurso.

Ouço novamente V. Exa., Deputado Hermano Alves, com muito prazer, e tantas vêzes quantas V. Exa. queira honrar-me.

O Sr. *Hermano Alves* — Veja V. Exa.: o Hudson Institute é uma espécie de floração à Rand Corporation. Veja V. Exa. outro aspecto. O Ministro do Planejamento à época do Govêrno do Sr. Castelo Branco, o Professor Roberto Campos, contratou com a Universidade da Califórnia o levantamento constante dos dados sôbre o processamento da economia brasileira para a correção do Plano de Ação Econômica do Govêrno Castelo Branco — PAEG. A Universidade da Califórnia, considerando que não possuía os requisitos necessários para êsse trabalho continuado, para o qual o Govêrno brasileiro forneceria, com prioridade, todos os dados ao seu dispor, sublocou, subcontratou o serviço com a Rand Corporation. E a Rand Corporation estabeleceu depois por determinação, por solicitação do Professor Lincoln Gordon, êste, Subsecretário dos Estados Unidos e Assistente para Assuntos Latino-Americanos, a programação de correção do próprio Plano de Ação Econômica do Govêrno Brasileiro. Disse muito bem V. Exa. que há tôda uma trama, todo um mecanismo, todo um sistema de vasos comunicantes ou, pelo menos, de espíritos comunicantes que nos levam à transferência sistemática e gradativa dos centros de decisões sôbre a vida do País para mãos forâneas, mãos alheias ao interêsse nacional. Muito obrigado a V. Exa.

O SR. BERNARDO CABRAL — Veja V. Exa., nobre Deputado Hermano Alves, que isso está conforme a notícia dada pelo "Jornal do Comércio", de Recife, no Estado de Pernambuco, do dia 22 de dezembro, quando diz:

"Exércitos apuram quem deixou Hudson Institute planejar Lago Amanico.

"Com apoio dos seus comandos militares o 1.° e o 3.° Exércitos estão buscando informações completas. Supõe-se que o projeto foi inteiramente calcado em levantamento aerofotogramétrico, feito por equipes norte-americanas em convênio com o Govêrno brasileiro. Segundo informação dada por fontes diretamente ligadas às investigações secretas, há três aviões com equipamento altamente sensível e de rara precisão de operações, empregados no levantamento de regiões onde se acredita haver grandes jazidas de materiais radioativos, isso através do Acôrdo Brasil-Estados Unidos, com a chancela do ex-Ministro Roberto Campos.

Isso é uma prova de que o Sr. Roberto Campos está por trás de tudo isso, não quer permitir que essa região e desenvolva. É o que se vê em artigo que publicou, altamente ofensivo a todos os brasileiros, e no Decreto-lei 55 de sua autoria, para o qual chamo a atenção da Casa, que tornou os incentivos fiscais dirigidos ao Norte e ao Nordeste extensivos à indústria hoteleira do Sul do País.

Aparentemente isso em nada pode resultar de prejudicial àquela região. Mas acontece que quem pode aplicar metade do seu impôsto de renda em incentivos fiscais na região Norte e Nordeste, deixa de fazê-lo no mesmo instante em que possa fazê-lo em indústria hoteleira do Sul do País.

Foi mais uma forma do Sr. Roberto Campos, para esvaziar a grande área amazônica e, com isso, impedir a ocupação efetiva da Amazônia.

O Sr. Gastone Righi — Apesar das gravíssimas acusações e denúncias que vêm sendo feitas, novamente, em março, uma equipe de cento e tantos homens de levantamento aerofotogramétrico da Fôrça Aérea Norte-Americana estará em Brasília e aqui ficará, de março até setembro, para levantar, ponto por ponto, centímetro por centímetro, tôda a região do Oeste do País ainda não levantada. Veja V. Exa. que êste Govêrno, que tanto se ufana de patriotismo, que se jacta tanto de nacionalismo, em verdade não põe paradeiro a êsse assalto contra a soberania nacional.

O SR. BERNARDO CABRAL — Ainda que o Govêrno se cale, ainda que permita êsse absurdo, há de encontrar nesta Casa a mais veemente repulsa contra atentados desta natureza.

O Sr. Paulo Campos — Nobre Deputado Bernardo Cabral, V. Exa., como homem do Amazonas, aborda êsse problema em profundidade. Vemos, assim, como a questão assume profunda gravidade no contexto, na projeção da vida nacional. É de alta importância levantar-se a questão, como V. Exa. o faz exatamente para que o povo brasileiro ouça a voz daqueles que acompanham os reais interêsses do País, e saiba que já estamos sendo integrados no planejamento, em escala crescente, do imperialismo norte-americano. Êste problema assume maior gravidade, não apenas pelos dados, pelos prejuízos que pudesse representar à economia da Amazônia, com a inundação das inúmeras cidades referidas, pela impossibilidade da economia agrícola e pecuária da região, mas, e principalmente

— êste o aspecto que temos de realçar, como faz V. Exa. neste instante — por esta atitude verdadeiramente cínica, ousada, de disponibilidade de segurança de um país, que, embora ainda tenha classificação de subdesenvolvido, possui uma área de homens responsáveis e em condições de contribuir para a conscientização do povo. Chamo, pois, a atenção do povo para o fato de estar o Brasil sendo pôsto pelos Estados Unidos na área de disponibilidade do seu planejamento de imperialismo, no que encontrarão, evidentemente, a reação vigorosa de todos os brasileiros. Nesse sentido, interessam ao conhecimento da população as condições em que estão sendo colocados pelos norte-americanos, não sòmente o Brasil, mas todo o mundo subdesenvolvido. Na verdade, o Hudson Institute revela a mentalidade já não digo do povo norte-americano, mas do complexo industrial americano que, além de infelicitar seu próprio povo, está contribuindo decisivamente para a desgraça da humanidade. Esta a realidade.

O SR. BERNARDO CABRAL — Agradeço a V. Exa. por lembrar muito bem a interferência que se faz na América Latina.

O Hudson Institute nos fundamentos do seu projeto, observa que, segundo os especialistas em assuntos latino-americanos, as questões políticas, a fim de que se possam tornar críticas na avaliação do futuro da América Latina obedecem, ou parecem obedecer à seguinte ordem: desigualdade e disparidade na evolução do processo de desenvolvimento.

Pretendem ainda os técnicos do Hudson Institute, na análise dessas questões críticas, avaliar o futuro da América Latina: até que ponto o desenvolvimento econômico será impedido pelo rápido crescimento da população e pelo aumento de disparidades internas pela desigualdade de desenvolvimento econômico; até que ponto o desenvolvimento será acompanhado de guerra civil, revoluções, violências etc.: que benefícios e em que escala, poderá trazer a ajuda externa.

Formulando êsse quadro, pelo Hudson Institute, em que analisa — e aí é que chamo a atenção dos Senhores Deputados — as áreas, consideradas algumas características comuns ao subdesenvolvimento, êle divide essas áreas da seguinte forma: área *a)* urbana; área *b)* rural; área *c)* inexplorada. Isto dentro do nosso País.

Que raciocínio faz, então, o Hudson Institute?

É que na área *a*, a urbana, existe a civilização do Século XX, com alto índice de investimentos e técnicos *versus* políticos. Trocado isso em miúdos, dentro do Brasil temos, na área urbana, São Paulo, Rio e, para fora do Brasil, Buenos Aires. Êste alto índice de investimentos mais técnicos *versus* políticos representa a opinião pública existente nesta área, a imprensa e as Fôrças Armadas. Então para o Hudson Institute esta área *a* — porque os seus estudos são feitos em forma de áreas —, é desprezível. E parte êle, então, para a chamada área, *b*, que é a rural, civilização modernizada do Século XVII mais camponeses marginalizados, baixo índice de investimentos e proprietários *versus* camponeses.

Isto, Srs. Deputados, é o Nordeste brasileiro, onde existem ainda os chamados coronéis, os proprietários de grandes glebas, que são excluídos do objetivo do Hudson Institute. Segue-se então a área inexplorada ou seja as regiões virgens, como a Amazônia, com pouco investimento privado e onde os militares — eis a grande interrogação — são em número pequeno para a abordagem do tipo desejado pelo Hudson Institute. Então é exatamente aí que o *Hudson Institute* entende podem ser feitas as modificações e introduzidas mais fàcilmente. Daí nasceu o célebre estudo, para o Lago da Amazônia a cuja dissecação V. Exas. e a Casa assistiram ainda há pouco.

O Sr. Hermano Alves — A dupla de professôres Panero e Kahn sustentam que a área inexplorada, ou seja na área c, a autoridade deverá repousar bàsicamente nos quadros militares. O Professor Panero, segundo estudos publicados pela revista "Visão" em edição especial. Progresso 65-66...

O SR. BERNARDO CABRAL — De cuja Diretoria faz parte o Sr. Roberto Campos.

O Sr. Hermano Alves — ... ao lado do ex-Presidente Lleras Camargo sustenta que nessa região inexplorada os militares poderiam desenvolver a administração. Veja V. Exa. como o Professor Roberto Campos é ainda mais pessimista do que o Prof. Panero. Ainda recentemente, num artigo publicado nos jornais "O Globo" e "Estado de São Paulo", êle sustentou que os militres são a única classe neste País em condições de governar o País inteiro. Esta tese êle a tinha defendido pouco antes, declarando-se porta-voz civil da Escola Superior de Guerra, num almôço com jornalistas no Rio de Janeiro e foi publicada por vários jornais do Rio e de São Paulo. Por outro lado, a participação do poder militar é considerada essencial, nessa escala de pensamento do Deputado Paulo Campos; por outro lado, vemos a tese do neomathusianismo afirmada pelo Hudson Institute, claramente confirmada pelo Sr. Eugene Rostow, Subsecretário dos Estados Unidos e assistente pessoal do Presidente Lyndon Johnson na Conferência de Comércio e Desenvolvimento em Nova Déli no âmbito das Nações Unidas.

E, finalmente, aquela parte, quanto à possibilidade de levante de trabalhadores, ou de camponeses, ou de guerrilhas etc., se inclui dentro de tôda aquela previsão de levante de massa, perigoso para a estabilidade do Plano Camelot que, por sua vez, era sustentado e financiado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Nobre Deputado, é coom aquela história em que vamos puxando um fio que nos trás uma rêde, a qual por sua vez, pode trazer até o universo.

O SR. BERNARDO CABRAL — Vou mostrar a V. Exa. até que ponto chega essa rêde. Isso é estarrecedor.

A revista "Fatos & Fotos" do dia 25 de janeiro, número 364, publica uma excelente entrevista com o Senhor Herman Kahn, sob o titulo "A Mansão do Dr. Fantástico". A certa altura, dá esta declaração estarrecedora, feita por um civil, considerado pelos generais militares norte-americanos como um dos maiores estrategistas americanos, o Sr. Donald Breenenan. Eis o texto:

"Percorrendo o edifício principal sou convidado a conhecer Donal Breenan, um dos maiores estrategistas norte-americanos. Encontro Breenan preocupado com a posição do Brasil em matéria de energia nuclear".

Aí, Deputado Hermano Alves, quero puxar mais essa linha do novêlo que V. Exa. anuncia. É êste o texto da declaração de Donald Breenan:

"Vários dos meus colegas estão alarmados diante da possibilidade de novos países obterem, no futuro, explosivos nucleares. Os peritos do Instituto entendem que o interêsse do Brasil — explosivos nucleares para fins pacíficos — poderia ser melhor servido, se seu Govêrno utilizasse dispositivos fabricados por países que já têm armas nucleares. Para nós é ilusória a diferença".

Vejam bem V. Exas. a gravidade da afirmativa:

"Para nós é ilusória a diferença, que o Govêrno brasileiro enfatiza, entre explosivos para fins pacíficos e explosivos para fins militares. Não há qualquer problema técnico em converter um artefato pacífico num artefato militar, transportável em aviões ou na ogiva de foguete. Para os Estados Unidos seria problema gravíssimo os países latino-americanos decidirem resolver suas diferenças por armas atômicas".

Vejam V. Exas. que essa gravidade afasta de logo a grande luta que o Brasil vem mantendo, para poder se lançar dentro do campo da pesquisa nuclear, dentro do campo dos artefatos e explosivos nucleares para fins pacíficos. Mais adiante, o instituto declara que a êle não interessa saber se um País concede ou não autorização para que se façam estudos lá dentro. E dá um exemplo. Se um dêles, pesquisador do Hudson Institute decidir que Nova Iorque constitui obstáculo a determinado projeto, riscará a cidade do mapa, sem um momento de vacilação. Nesse mundo do futuro, tôdas as hipóteses são válidas. Dá a entender que, para os seus pesqâuisadores, a imaginação não tem limites e o mundo não tem fronteiras. Vejam V. Exas. que passa a América Latina tôda a ser um quintal dos Estados Unidos e, mais particularmente, uma área privada do Hudson Institute, que, no instante em que desejar, passará a invadir território alheio. Aí, com o carimbo da dependência, com o sinete da emasculação, obrigará todos nós, brasileiros, a nos submetermos a orientação que não queremos, porque desejamos, afinal, soluções nacionais para os problemas nacionais, porque repelimos tôda a ajuda que nos é dada se não pedida, no instante em que queremos mostrar que o Brasil também tem condições — mercê de Deus — de levar avante seus propósitos, a fim de que não se diga que há um povo dependente no seu território, tanto na base de idéias, como de recursos.

Quero ainda aduzir uma consideração em derredor do problema do Hudson Institute, que a Liderança do meu partido resolveu que eu debatesse com esta credenciação, encaminhasse o assunto em nome partidário.

Já se ressaltou que o MDB se recusou a abordar o tema distanciado do problema demagógico. A única fuga do MDB seria com relação a qualquer promoção publicitária. O exemplo já foi dado.

Dentro do esquema de chamar a atenção da Casa, para os problemas nacionais, o MDB, com a colaboração de tantos e tantos Deputados da ARENA, faz, hoje, o pedido de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar todos os fatos resultantes das denúncias feitas em tôrno do Hudson Institute.

Quero deixar claro que a história dos grandes lagos, de que resultou o Lago Amazônico, defendido por tantos maus brasileiros desejosos de servir a interêsses pessoais, é contrariada exatamente — e é esta a incoerência para a qual quero chamar a atenção do Deputado Hermano Alves por um dos seus idealizadores, o Sr. Robert Panero.

O Sr. Robert Panero que tem uma obra intitulada "O Sistema Sul-Americano dos grandes lagos", na página 28, declara textualmente:

"Se a reprêsa é indesejável, então o valor da eletricidade, por si só, não justifica a construção".

Vejam V. Exas. como tôda a argumentação do Sr. Felisberto Camargo, a serviço do Hudson Institute, no sentido de que o valor da eletricidade tornaria a reprêsa desejável e daria condições econômicas para liberação da área, esbarra exatamente no argumento do seu chefe. Já está mais que comprovado que a reprêsa, além de formar-se ali um grande lago, é por todos os aspectos indesejável. Sr. Presidente, já não se discute mais hoje a possibilidade e os meios de abdicar do nosso desejo de ocupar aquela área, ainda porque há uma conscientização nacional em tôrno disso e, além do mais, por têrmos a certeza de que êste será um objetivo permanentemente esculpido no nosso breviário de motivações cívicas. Sr. Presidente, apelos, dirigidos do Congresso Nacional, como fêz recentemente a Câmara Municipal de Óbidos, no Pará, publicado no "Correio da Manhã" de 21 de dezembro de 1967, sob o fundamento de que o baixo Amazonas está inteiramente abandonado e à mercê dos estrangeiros, no sentido de criar na região o Território Federal de Óbidos, hão de merecer de todos nós um *basta*. Isso não pode continuar. Temos declarado, e o faremos sempre, que o nacionalismo dos homens do MDB não é xenófobo, e nem podia ser, como não é *chauvinista;* é um nacionalismo responsável, um nacionalismo mais do que responsável, porque assegura aos brasileiros oriundos daquelas áreas, que sentem na pele tantos sofrimentos, eco para suas aspirações em suas agruras no Congresso, que há de ser sempre esta caixa de ressonância em favor das soluções dos problemas nacionais. E nunca é demais repetir, Sr. Presidente: queremos soluções nacionais para problemas nacionais. *(Muito bem); muito bem. Palmas. (O orador é cumprimentado.)*

NOSSOS VIZINHOS AMAZÔNICOS

Em janeiro de 1967, a "Reunião de Manaus", promovida pelo Itamarati, estudou a problemática Amazônia, sob um prisma internacional, procurando apreender tôda a realidade dos países da Bacia e as suas implicaçõe. Dessa reunião participaram os embaixadores do Brasil nos países da Bacia Amazônica, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e representantes de vários órgãos da administração federal. Divulgamos, em seguida, resumos informativos que foram preparados para aquela reunião.

UM GRANDE PROBLEMA E UMA ESTRADA NA SELVA

O problema da Amazônia é um problema continental. As águas do grande rio, que empresta seu nome a tôda essa região, descem dos píncaros dos Andes, procedem das zonas montanhosas do Norte ou da extensa planície central e confluem para a formação de sua imensa bacia hidrográfica, onde coabitam os interêsses brasileiros com os das várias nações vizinhas.

Destacou-se, na Reunião dos Embaixadores do Brasil nos Países Amazônicos, realizada em Manaus, em janeiro de 1967, e mais conhecida como "Reunião de Manaus", que para o planejamento regional atingir o máximo de rendimento e ser cumprido em tôda a plenitude faz-se mister, entre os países da Bacia, o conhecimento dos respectivos esquemas de trabalho, dos resultados da experiência colhida em cada um dêles, e a articulação e entrosamento dos pontos de interêsses comuns, notadamente no trato das questões referentes às imensas regiões fronteiriças.

Essas circunstâncias são, ainda, mais patentes em tudo que diz respeito à comunicação entre os dois oceanos, através dos rios da área, estudos que se acham confiados a um subcomitê e tarefa a que o Itamarati, há vários anos, vem emprestando todo o seu esfôrço, através do planejamento da via San Lorenzo—Manaus.

Abertura ao tráfego

No dia 7 de dezembro de 1966 completou-se o primeiro centenário do decreto pelo qual o rio Amazonas de Tabatinga até sua foz, foi aberto ao tráfego mercante de tôdas as bandeiras.

Joaquim Nabuco relata a evolução, nos Conselhos do Império, do problema da navegação do grande rio, que a diplomacia daquela época manteve fechado ao tráfego até cumprir-se a obra de consolidação da unidade brasileira, então ameaçada pela cobiça estrangeira. Afastados, no momento, êsses perigos, a abertura do Amazonas se processou, na sua primeira fase, apenas em relação às nações lindeiras. Daí os acordos de 1851 e 1858, com o Peru, e de 1859, com a Venezuela, já anunciados pelo Visconde de Abaeté, Ministro dos Negócios Estrangeiros, como medida imprescindí-

vel para desenvolver os recursos da nova província criada sôbre aquêle rio e *assegurar quais os progressos daquelas regiões, mediante a coopera*ção dos governos vizinhos.

Em nossos dias, quando o problema amazônico já não se restringe ao âmbito do Itamarati, pois adquiriu proporções de crise da consciência nacional, a chancelaria brasileira busca meios, em concêrto com as nações vizinhas, para melhorar a navegabilidade dos rios, para substituir a Madeira—Mamoré por estrada de rodagem de primeira classe, e para concluir os estudos e dar início às obras necessárias ao caminho interoceânico San Lorenzo—Manaus.

Integração econômica

É convicção da chancelaria brasileira que o ideal de integração econômica do hemisfério está a reclamar, antes de tudo, uma política firme e decidida de valorização das faixas de fronteira. Dadas as dimensões continentais do Brasil, êsse problema se inscreve entre os maiores e mais prementes da atualidade nacional e no que respeita à Amazônia, se apresenta da maior ressonância pela rarefação geográfica e a falta de comunicações por terra. As vias fluviais não parecem bastar. Adquiriu sabor clássico a passagem de Euclides da Cunha, segundo a qual a Amazônia, depois de percorrida pelos mais ilustres sábios dos últimos séculos, continua a mais desconhecida de tôdas as regiões do Globo. É que os cientistas quase não tiveram contato com a terra firme: a floresta os deteve na calha dos grandes rios.

O conhecimento pleno das possibilidades do solo e do subsolo da Amazônia, das riquezas de sua flora e de sua fauna está a requerer um trabalho profundo de pesquisa, só de todo possível, quando a planície estiver cortada por estradas de rodagem. Essas vias de penetração vão contribuir para o conhecimento da região, para sua colonização e povoamento e para a sua integração de fato na vida brasileira.

Carretera Marginal de la Selva

A idéia e a iniciativa da construção da *Carretera Marginal de la Selva* (Rodovia Bolivariana) vêm sendo lideradas pelo govêrno peruano.

Premido entre o Litoral estéril e a Cordilheira, de difíceis condições de vida, o Peru busca, na selva, na vertente oriental dos Andes, as terras aráveis capazes de proporcionar-lhe os produtos agropastoris, de que tem urgente necessidade.

A conquista de terras cultiváveis apresenta-se como um imperativo de desenvolvimento do País e uma exigência de crescimento de sua população. Situam-se, porém, estas terras, do lado oriental da Cordilheira, e a sua colonização fica na dependência da construção de rodovias que permitam o acesso a elas e garantam, posteriormente, o fluxo de trocas.

Estendendo-se a *Carretera Marginal de la Selva* por 5.590 quilômetros, através de quatro países, servirá de desbravamento entre os Andes Orientais e a Planície Amazônica, unindo as bases de três grandes sistemas fluviais sul-americanos — o Amazonas, o Orenoco e o Paraná-Rio da Prata. Partindo da fronteira entre a Venezuela e Colômbia, a rodovia atravessará a Colômbia, o Equador, o Peru e a Bolívia, atingindo Santa Cruz de la Sierra, conforme o traçado primitivo, modificado em 1967, para levar a Carretera até Buenos Aires.

Antecedentes históricos

Há cêrca de 12 anos (1956), o arquiteto peruano e ex-presidente de seu país, Fernando Belaunde Terry, no livro "La Conquista del Peru por los Peruanos" definiu a Rodovia Bolivariana como uma via de colonização, um meio de estimular a emigração do excesso de população da serra peruana para a selva oriental do país. Posteriormente, quando à frente da nação apresentou aquela via como importante para a transformação geoeconômica do continente, com uma finalidade colonizadora, criando um nôvo *habitat*, pois cortaria as melhores terras, nos climas mais agradáveis da América e em regiões com possibilidades petrolíferas, agrícolas e pecuárias.

Trata-se desta forma, de um "movimento para Leste" de países que têm a maior parte de seus territórios situada na vertente oriental dos Andes e que, por imposições geográficas, pouco puderam usufruir de tais porções territoriais.

Desenvolvimento do projeto

Eleito presidente do Peru, em julho de 1963, iniciou o engenheiro Belaunde Terry os esforços para concretização de sua idéia e promessa eleitoral. Solicitou a cooperação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e conseguiu dêste o compromisso de assistência técnica e auxílio financeiro de 200 mil dólares, do Fundo de Crédito de Progresso Social, cedidos aos quatro países diretamente interessados, isto é, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia.

Em 1964, foi assinado contrato para os estudos preliminares da Marginal da Selva, com uma firma de engenheiros — arquitetos — Tippetts — Abbett — McCarthy — Stratton — dos Estados Unidos, que espera estar a rodovia terminada dentro de duas décadas.

A projetada rodovia deverá ter a extensão de 5.590 quilômetros, assim distribuídos:

Na Colômbia — 1.320 quilômetros, dos quais 920 em rodovias a construir e 400 em rodovias já existentes.

No Equador — 860 quilômetros, dos quais 670 em rodovias a construir, 70 em rodovias a melhorar e 120 em rodovias já existentes.

No Peru — 2.462 quilômetros, dos quais 1565 em rodovias a construir, 503 em rodovias a melhorar e 394 em rodovias já existentes.

Na Bolívia — 950 quilômetros, dos quais 655 em rodovias a construir, 170 em rodovias a melhorar e 125 em rodovias já existentes.

Em suma, do total de 3.590 quilômetros 3.810 são de rodovias a cons truir, 743 de rodovias a melhorar e 1.039 de rodovias já existentes. Por êstes dados, observa-se, de pronto, que o principal beneficiário do projeto, regionalmente falando, é o Peru, que terá 1.565 quilômetros de estrada nova, construída em região da selva amazônica de seu território.

Traçado da Bolivariana

A Rodovia Bolivariana deverá, em princípio, no sentido N-S, passar pelas seguintes localidades:

Na Colômbia: Cucuta — Pamplona — Tame — Agua Azul — Villa Vicencio — Florencia — Belém — Villa Garzon — Puerto Asis.

No Equador: Puerto Colon — Loreto — Puerto Napo — Puyo — General Proaño — Macas — Mendez — General Plaza — Gualaquiza — Zumba.

No Peru: Jaen — Moyobamba — Tarapoto — Juanjui — Tocache Nuevo — San Alejandro — Villa Rica — Satipo — Atalaya — Fitzcarrald — Manu.

Na Bolívia: Ixiamas — Rurrembaque — Puerto Patiño — Villa Tunari — Puerto Grether — Santa Cruz de la Sierra.

O ponto terminal Norte da rodovia está, provisòriamente, no rio Cobaria, no término do caminho de penetração de Pamplona a Cucuta. No caso da Venezuela se incorporar à Comissão Conjunta para a Marginal da Selva, dever-se-á considerar a possibilidade de uma conexão mais direta com êsse país, do que a que existe, via Cucuta.

Uma possível estrada ao longo do rio Meta, desde Puerto Carreño (idéia inicial), foi abandonada em favor da estrada que passará por Tame-Água Azul, devido ao melhor terreno, melhores possibilidades de desenvolvimento e existência de planejamento de vários caminhos de penetração, que proporcionarão um acesso mais curto aos mercados de consumo, bem como às áreas populacionais e industriais da Venezuela. A rota ao longo de Meta, não proporcionaria acesso a novas terras, já que elas são acessíveis atualmente por via fluvial, pois o rio é navegável através de tôda a sua extensão, desde Puerto Lopez.

Integração do Brasil

A integração do Brasil ao sistema rodoviário sul-americano, através da *Carretera Marginal de la Selva*, foi o principal projeto apresentado pelos

brasileiros na reunião de engenheiros de tôda a América do Sul, realizada em 1966, no Rio de Janeiro. Por êsse projeto, o Brasil fará conexão com a Rodovia Bolivariana em três pontos: em Corumbá (estrada de ferro Corumbá—Santa Cruz de la Sierra); pela Brasília—Acre, que deverá ligar-se na fronteira, com uma estrada peruana que leve à *Marginal de la Selva;* e ao Sul (Buenos Aires), conforme o nôvo traçado proposto.

Aspecto econômico

Sob o ponto de vista econômico, enormes perspectivas se abrem para êsses quatro países sul-americanos, que têm suas vidas política, econômica e social adstritas a uma estreita faixa de terra que é a vertente ocidental dos Andes, onde suas economias estão em vias de estrangulamento causado pelo desgaste das terras.

A *Carretera Marginal de la Selva* vai permitir a incorporação de novas áreas de produção agrícola à economia nacional de cada país; localização e modo de vida aceitável para a nova população; o desenvolvimento dos recursos naturais do Oriente: a expansão dos programas de desenvolvimento e colocação da Selva Amazônica em melhor posição; o desenvolvimento da Selva Baixa, que atualmente está abandonada e considerada sem maior potencial agrícola; a integração econômica continental, que é um passo importante para o comércio do continente sul-americano. Assim, a rodovia será um fator importante na implantação e no estímulo dos objetivos da Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

A faixa a ser percorrida pela Rodovia Bolivariana apresenta notáveis perspectivas em recursos extrativos minerais e vegetais, em terras agricultáveis de primeira ordem, em recursos hidráulicos para aproveitamento em explorações hidrelétricas, em espaço para expansão da criação de gado, na fixação de portos e desenvolvimento da vasta rêde fluvial e multiplicidade de acesso ao Atlântico.

O melhoramento das facilidades de transporte foi uma das principais causas do êxito do mercado comum da América Central (ODECA). A efetivação da *Marginal de la Selva* será, também, um estímulo para o desenvolvimento da ALALC.

Vantagem é de todos

A construção da Rodovia Bolivariana, que unirá as bacias dos rios Orenoco, Amazonas e Prata, envolvendo a fronteira Oeste do Brasil e passando pelas faldas orientais da Cordilheira dos Andes é um empreendimento pioneiro e de interêsse imediato para os países sul-americanos andinos (exceto o Chile), particularmente para o Peru — o mais interessado no projeto — pois é o país que terá maior extensão da rodovia.

A iniciativa do ex-presidente Belaunde Terry concretiza o anseio de expansão para o Leste, com integração política, social e econômica de terras relegadas a um completo abandono, em decorrência da fisiografia dos Andes.

AMAZONIA VENEZUELANA

A Venezuela não possui uma política amazônica, mas sim uma política de fomento da Guiana, que engloba tôda a região fronteiriça da Venezuela com o Brasil e a Bacia Sul do Orenoco. Essa política se baseia na criação de pólos de desenvolvimento, centros industriais para aproveitamento de recursos naturais de regiões onde existem matérias-primas e energia, mas onde a mão-de-obra é escassa e ainda não se formou um mercado.

Resolveu-se criar um foco central de atração econômica, uma grande cidade industrial, na confluência dos rios Orenoco e Caroni. A Amazônia Venezuelana será a última parte do país a receber as ondas de difusão dêsse foco, e as mais débeis. O crescimento econômico do Norte do Estado Bolívar, em tôrno a Santo Tomé de Guayana, poderá, contudo, ter enorme influência sôbre uma parte da Amazônia brasileira — o Território de Roraima e a região do Amazonas entre o Rio Negro e o Nhamundá.

Na realidade, a parte amazônica da Venezuela, constituída pelo Peneplano do Cassiquiare, encontra-se quase abandonada. Essa região, entre a fronteira com a Colômbia e o Maciço Guianense, ocupa metade do Território do Amazonas, entidade federal que tem 175.750 km2 de superfície e apenas 12.371 habitantes (estimativa para 1966), se não se contam uns 30.000 índios não assimilados, que vivem sobretudo nas terras altas do Maciço Guianense e nomadiza entre o Brasil e a Venezuela.

A densidade da população do Território é, portanto, de 0,07 hab./m2, cifra que dá, sòzinha, o retrato de uma grande região vazia. Os meios de comunicação são precaríssimos. O Território do Amazonas só possui os 64 km de rodovias que unem Puerto Ayacucho a Samariapo, além dos sofríveis caminhos representados pelas vias fluviais. A maioria dos rios apresenta várias corredeiras e quedas de água em seus percursos, dificultando a navegação.

A Leste da cachoeira de Hua, a linha fronteiriça entre o Brasil e a Venezuela corta, até o seu final, o Maciço Guianense, passando pelas chamadas serras da Neblina, Imeri, Tapirapecó, Parima, Pacaraima e Roraima, com seus altos picos, suas mesetas formidáveis mas, também, declives suaves, planuras e savanas.

O Maciço Guianense, vasta região que ocupa pouco menos da metade do Território do Amazonas e cêrca da metade do Estado Bolivar com uma superfície de perto dos 200.000 km2, apresenta áreas inteiramente despovoadas e outras de escassa população.

Ao longo dos rios que formam a bacia do Caroni há numerosos acampamentos de garimpeiros de diamantes, em grande parte brasileiros. De fato, a cata de diamantes constitui a principal atividade econômica do Maciço Guianense venezuelano. E tem sido, juntamente com a exploração aurífera, um dos motores de penetração humana nesses vastos territórios vazios.

A descoberta de diamantes nessa área data de 1930. Atraídos pelos trabalhos de garimpo que os brasileiros efetuavam no outro lado da fronteira, alguns pioneiros venezuelanos dedicaram-se, também, à garimpagem, na Gran Sabana. Em 1927, fundou-se Santa Elena de Uairem e, em 1930, o seu fundador recolheu diamantes nas proximidades de Peraitepui.

Êsse fato atraiu um grande número de brasileiros a Gran Sabana, onde chegaram a constituir pouco menos de 1/3 de sua escassa população. Introduziram os instrumentos necessários para a cata e a lavra, bem como outros elementos de seu complexo cultural. Na Gran Sabana, por exemplo, come-se farinha de mandioca, enquanto que, no restante da Venezuela, só se conhece o cassabe ou beiju.

O Norte do Estado Bolivar é imensamente rico. Ali se encontram ferro, ouro, diamantes, manganês, bauxita, quartzo, caulim, dolomita, asbestos, tungstênio, enxôfre e muitos outros minerais, que só agora começam a ser verdadeiramente explorados.

Num polígono — cujas pontas apenas ultrapassariam Ciudad Bolivar, Santo Tomé de Guayana, Ciudad Pilar, El Dorado, Tumeremo e El Palmar — está situada a área mais desenvolvida da região. Foi escolhida para ser o pólo de desenvolvimento da Guayana e ali, ao redor da nova cidade de Santo Tomé de Guayana, se está criando um grande centro industrial para aproveitamento dos recursos naturais da região. Dêsse foco espera-se que se expandam ondas de estímulo econômico para todo o Estado Bolivar, o Território Delta Amacuro e também os Estados ao Norte do Orenoco, tais como Monagas e Anzoategui.

Para elaborar e executar essa política foi criada, em dezembro de 1960, a Corporacion Venezolana de la Guayana — CVG — autarquia com enormes recursos financeiros, cuja área de ação preferencial se estende dentro de um meio círculo que tem por centro a confluência do Orenoco e do Caroni, e um dos seus pontos na cidade de San Pedro de las Bocas, sôbre êsse último rio.

Os investimentos planejados na área, conforme o Plano da Nação — 1963-1966 —, atingiram montante, para aquêle período de quatro anos de US$ 800.895.000,00, dos quais US$ 266.800.000,00 financiados pela CVG. Do montante global, 39,17% destinavam-se ao fomento da indústria manufatureira; 17,41% à energia elétrica; 15,15% ao desenvolvimento do extrativismo mineral; 11,56% à expansão dos meios de transportes; 10,07% à construção de vivendas; 2,37% à saúde pública; 1,69% à educação; 1,46% à agricultura; e o restante 1,12% à aplicação do comércio, das comunicações e do turismo.

Apesar de representar quase 46% do território venezuelano, a Guayana, com apenas 3% do total da população do país, só agora começa a ser integrada ao resto da Venezuela. É bem verdade que uma pequena par-

cela da Guayana, a que fica às margens do rio Orenoco e sobretudo nas *vizinhanças de Ciudad Bolivar, sempre estêve vinculada ao resto do país.* Mas, com a emergência do petróleo, como elemento dinâmico da economia venezuelana, e a conseqüente modificação da estrutura do país, essa área, com exceção da zona do ferro, tornou-se arcaica, dentro de uma nova Venezuela, altamente urbanizada, macrocéfala, dependente dos mercados externos.

Na medida em que o Estado consumidor tornou-se o impulsionador da economia, diminuíram os estímulos à penetração no Interior. E com a industrialização do país, sobretudo nos últimos dez anos, acentuou-se, ainda mais, o movimento migratório para as cidades e para o Norte do país.

O fenômeno do êxodo rural, característico do mundo moderno, teve *aspectos especiais* na Venezuela onde, durante muito tempo, uma economia de importação estrangulou a agricultura local, primitiva, de altos custos, sem modernos meios de armazenagem e distribuição. Os produtos agrícolas importados deslocaram os locais só recentemente, com uma nova política de comércio exterior, de reforma agrária e de fomento agrícola, pode a agropecuária venezuelana recuperar o mercado interno.

O fato é que, dos 9.030.330 habitantes da Venezuela, estimados em 1966, 72,43% vivem em cidades, e 4.003.926 habitantes — ou 44,34% —*em dezoito centros urbanos principais: Caracas* (com 1.764.274 habitantes), Maracaibo, Barquisimeto, Valencia, Maracay, San Cristóbal, Cabimas, Santo Tomé de Guayana, Maiaquetia, Cumaná, Puerto la Cruz, Ciudad Bolivar, Maturin, Ciudad Ojeda, Puerto Cabello, Valera, Merida e Coro. Dêstes só dois pertencem à Guayana.

A *construção de Santo Tomé de Guayana e da represa do Guri*, com todo o complexo industrial que se está instalando no polígono Ciudad Bolivar-Santo Tomé de Guayana-Ciudad Pilar-El Dorado-Tumeremo-El Palmar transformará o Nordeste da Guayana numa das zonas de maior desenvolvimento econômico da Venezuela. O crescimento dessa zona repercutirá, fortemente, sôbre todo o Leste do Estado Bolivar, notadamente ao longo da estrada que se constrói até Santa Elena e a fronteira com o Brasil e constituirá um pólo de atração para todo o Território de Roraima.

Atualmente, o Sul do Estado Bolivar já saiu da órbita brasileira e o Norte do Território de Roraima começa a se incluir na área de influência venezuelana. Na realidade, se a Venezuela não estivesse fechada à imigração e *não fôsse rigorosa a fiscalização dos estrangeiros, para evitar entradas* clandestinas no país, o Norte daquela unidade da federação brasileira já estaria despovoado, pois as condições de vida e as possibilidades de ganhar dinheiro são imensamente maiores do lado venezuelano.

Com a construção da estrada que ligará a fronteira a Ciudad Bolivar e ao grande centro industrial de Santo Tomé de Guayana, o Território de Roraima passará a ser atraído intensamente pela Venezuela. Essa tendência poderá ser obstaculizada, na medida em que se estabeleçam meios de

comunicação efetivos, permanentes e rápidos, de Belém e Manaus para a Boa Vista e à região fronteiriça. Atualmente, as comunicações do lado brasileiro são precaríssimas e de alto custo, o que está retirando qualquer possibilidade de concorrência aos produtos do Brasil na zona limítrofe. Com a melhoria dos transportes no lado do Brasil, a rodovia Santa Elena—El Dorado poderá ser o caminho de penetração comercial brasileiro no nôvo mercado de alto poder aquisitivo que se está formando em tôrno a Santo Tomé de Guayana. O fomento da agricultura e da pecuária, no Território de Roraima, poderá, por sua vez, fazer dessa área o fornecedor principal de produtos agrícolas para o Estado Bolivar, cujos solos são pobres.

A prioridade que a Venezuela está dando à parte Leste da Guayana impõe ao Brasil a necessidade de um esfôrço para dar densidade econômica ao Território de Roraima e ligá-lo efetivamente aos centros de distribuição comercial do Norte do Brasil.

AMAZÔNIA COLOMBIANA

A denominação "Amazônia Colombiana" aplica-se à região Sul da Colômbia que corresponde à grande bacia do rio Amazonas, pertencente, em sua extensão total, ao Brasil, à Bolívia, ao Peru, ao Equador, à Venezuela e à Colômbia.

Essa área geográfica, que tem extensão aproximada de 406.000 km2, está dividida em cinco unidades administrativas: Guainia, Vaupes, Putumao, Amazonas e Caquetá. Em conjunto, a região representa, aproximadamente, um têrço da superfície da Colômbia. A densidade média da população é de 0,2 habitante por km2, uma das mais baixas do país. O número de núcleos urbanos é mínimo pois só as Capitais das referidas unidades administrativas têm, em suas proximidades, alguns centros povoados.

Confina a Amazônia Colombiana com a Venezuela, com o Brasil e com o Peru. Em tôda a região predomina a planície coberta de floresta tropical. Potencialmente, a Amazônia Colombiana é a região mais rica em produtos florestais de todo o país, com grandes reservas de madeiras preciosas, como o cedro e o acaju, plantas medicinais — ipecacuanha, incenso, caranha — e industriais, entre as quais se destacam a borracha, a balata e o chicle.

Nessa região, especialmente na Comissaria de Putumaio, que se estende da Intendência de Caquetá até as fronteiras com o Equador, encontra-se uma das mais importantes jazidas de petróleo da América Latina, dentro da área de 1. 200.00 hectres, concedida pelo Govêrno colombiano à *Texas Petroleum Co.*, pelo prazo de 30 anos, prorrogáveis por mais 10.

A escassa rêde de comunicações da Amazônia colombiana, particularmente no setor rodoviário, constitui o principal fator do atraso da região. Não sòmente são insuficientes as rodovias e os caminhos existentes para o escoamento da produção (em certas áreas inexistentes), como as condições climáticas impõem, sazonalmente, obstáculos à sua utilização, quando não a impedem totalmente.

O comércio interno da Amazônia colombiana é feito, principalmente com os Departamentos de Nariño e Huila, utilizando-se as rodovias existentes; o internacional com o Brasil (sobretudo através de Leticia) e com o Peru (por meio de Iquitos), em ambos os casos utilizando-se os rios da região. Precisamente por sua localização, dominando um importante setor do Amazonas, deriva a significação de Leticia.

Aspecto importante, sob os ângulos social e econômico, dos Territórios nacionais, é o da situação do elemento indígena naquelas regiões. Embora não haja um censo exato da população nativa, no conjunto das Intendências e Comissarias (amazônicas ou não), calcula-se que o número de habitantes indígenas seja da ordem dos 300 mil, total que representa a maior porcentagem de população indígena em todo o território colombiano.

Política amazônica colombiana

Constata-se, na Colômbia, relativa ausência do que se poderia chamar "mentalidade amazônica". O desenvolvimento dos referidos territórios esbarra com um círculo vicioso: não se concedem os recursos orçamentários de que necessitam, à falta de planos de investimento e melhor avaliação dos recursos naturais e das necessidade prioritárias de tais zonas; não se elaboram aquêles planos nem se avaliam tais recursos e necessidades à falta das dotações fiscais.

As condições naturais das regiões consideradas, a escassez de recursos estatais, o desenvolvimento das regiões andinas e a necessidade de dar prosseguimento aos planos de investimentos nessas últimas, explicam a inércia governamental em relação às primeiras.

Essas dificuldades foram abordadas por vários participantes do I Congresso Nacional de Territórios, onde foi proposta a destinação de 2% das rendas tributárias nacionais para o desenvolvimento dos territórios (amazônicos ou não).

Entre os projetos apresentados destaca-se o do delegado do Instituto Geográfico Agustin Colazzi, com sede em Bogotá — monsenhor Enrique Perez Arbelaez, especialista em assuntos amazônicos — que solicita a atenção dos Governos dos países amazônicos para as soluções que propõe, concernentes ao estabelecimento de uma ligação rodoviária entre um pôrto do Pacífico e um pôrto da rêde fluvial do alto Amazonas, pôrto êsse que seria convertido na "capital" da parte superior do rio.

Colaboração Brasil-Colômbia

A colaboração entre o Brasil e a Colômbia, para a solução de problemas decorrentes de sua condição de países amazônicos, pode e deve plasmar-se em vários campos. Inegàvelmente, o setor por excelência prioritário, no contexto da questão, é o das vias de comunicação, fatôres germinativos elementares de desenvolvimento. Êsse campo tem sido bastante estudado, através dos Congressos Pan-Americanos de Estradas de Rodagem.

Ao Brasil interessa a ligação da Amazônia colombiana com dois pontos da Amazônia Brasileira, um ao Norte, outro ao Sul, pois assim ficaria a Amazônia colombiana em conexão com o centro da Amazônia brasileira e com o Centro do Brasil. Pelo Norte seria constituída uma ligação Manaus-Mitu e, pelo Sul, um sistema de comunicações Brasília-Bogotá, pela Brasília—Acre e seu prolongamento além fronteiras, através do Peru e da Colômbia.

A rodovia Manaus—Querari—Mitu serviria à ligação do centro da Amazônia brasileira com o centro político-econômico da Colômbia e com a área mais próspera da Amazônia colombiana (Caquetá e Putumaio). Ambas as ligações, pelo Norte e pelo Sul, iriam encontrar a *Carretera Marginal de la Selva.*

O início dos trabalhos de construção do oleoduto da *Texas* abre perspectivas novas à região do Putumaio, as quais serão, normalmente, dilatadas com a entrada em exploração dos campos petrolíferos em causa.

Afora os benefícios certos que trará ao comércio da zona, ligados por sua vez à atração de novos povoadores, o investimento da companhia norte-americana terá conseqüências no plano da viação, já que se espera que a emprêsa inicie, em breve, a construção da estrada que deverá unir a zona de Orito, onde se encontram os poços petrolíferos que explorará inicialmente, com a de Campo Santana, onde se acham instalados seus escritórios, numa extensão aproximada de 50 km.

Até o presente, tôdas as comunicações nessa área se fazem por via aérea, utilizando-se helicópteros para o transporte de tôda a maquinaria e demais implementos, inclusive casas pré-fabricadas que levou para a região.

Puerto Asis, pelas jazidas de petróleo que se acham às margens colombianas e equatorianas do Putumaio, está destinado a converter-se no principal pôrto daquela porção amazônica. É desta área que a *Texas Petroleum* escoará o óleo bruto para o pôrto de Tumaco, no Pacífico, por oleoduto.

A entrada em produção dos poços da *Texas*, prevista para dentro de dois anos, multiplicando o mercado local, poderia ter influxo importante nas relações econômicas brasileiro-colombianas, se efetivada a comunicação Benjamin Constant—Puerto Asis. Pelo sistema combinado proposto de conexão flúvio-rodoviário, o Brasil poderia colocar, na Colômbia, produtos manufaturados e receber petróleo da região Oeste da Amazônia colombiana que servisse ao abastecimento do Norte e até do Nordeste brasileiros.

AMAZÔNIA EQUATORIANA

O que se denomina região do Oriente, no Equador, compreende a faixa subandina, cujas altitudes variam entre 500 a 1.500 metros, e a região amazônica, pròpriamente dita, de terras baixas.

A densidade populacional no Oriente é, em média, de apenas 0,5 habitante por km2, o que contrasta com a densidade da Costa e da Serra, que registram, respectivamente, 24 e 33 hab./km2.

O Oriente não tem significação econômica no país, a não ser em termos potenciais. Cultiva-se cana-de-açúcar, sobretudo na região de Puyo (menos de mil hectares), para fabricação de aguardente e álcool industrial, e o chá, em caráter experimental.

A estagnação da região deve-se, entre outras razões, à falta de comunicações, ainda hoje extremamente escassas. Em 136 anos de vida independente, só foram construídos 286 km de vias de penetração ao Oriente. A única via de acesso efetivo do Altiplano ao Oriente é a que desce de Ambato a Puyo, pelo vale do rio Pastaza.

Visando a remediar tal situação, foram previstas quatro principais ligações rodoviárias do Altiplano com as Províncias amazônicas, com base no conceito de unir os portos marítimos aos fluviais. Merece destaque a chamada Via Interoceânica, vinculação rodo-ferroviária-fluvial entre Manaus-Putumaio-Baeza-Quito-San Lorenzo, pôrto na Província de Esmeraldas, acessível por canal de 25 km ao Pacífico. A profundidade é de 3 metros e com maré enchente de 5 metros. As instalações portuárias são, no momento, deficientes.

San Lorenzo está ligada a Quito por ferrovia de 373 km, com traçado de raios mínimos de 60 metros e rampas máximas de 3,5%. Necessitaria de melhoramentos para atender à intensificação do tráfego.

Via Interoceânica

Em 1957, o Brasil concedeu aos países amazônicas a faculdade de utilizar o pôrto de Manaus, como zona franca, tendo em vista facilitar o acesso da Colômbia, Equador, Peru e Bolívia ao Atlântico. O Govêrno equatoriano, em 1958, resolveu oferecer zona franca no pôrto de San Lorenzo, para instalações que propiciassem o comércio do Brasil com o Pacífico. No mesmo ano foi subscrito, em Quito, o "Convento sôbre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica", que previa estudos para o desenvolvimento dos meios de comunicação marítima, terrestre e aérea entre o Brasil e o Equador. Em 1960, criou-se a Subcomissão Técnica de Transportes da Comissão Mista Brasil-Equador, com a incumbência de proceder aos estudos de ligação ferro-rodo-fluvial de San Lorenzo a Manaus.

A rodovia Baeza-Putumaio, que tornará efetiva a Via Interoceânica permitirá a ocupação, pelo Equador, de extensas áreas de boas terras, em seu território amazônico setentrional; vinculará as regiões equatorianas da Costa e da Serra ao pôrto de Putumaio, no rio do mesmo nome (que, no Brasil, recebe o nome de Içá), estabelecendo, por meio dêle e da navegação águas abaixo, a ligação com o Atlântico. Dará, assim, oportunidade a um fluxo de mercadorias com destino ao mercado amazônico brasileiro e ao ultramar, e permitirá que a produção da Amazônia brasileira, em geral,

chegue aos centros consumidores do Equador e da Colômbia, via Puerto Asís, Pasto, Popayán e Cali.

A Via Interoceânica surge como uma das peças fundamentais para a obra de integração amazônica de quatro países: Brasil, Colômbia, Equador e Peru. E admitindo-se como natural a utilização máxima das vias fluviais pelos componentes do sistema hidrográfico do rio Amazonas, entrará na lista a Bolívia, que poderá expandir o intercâmbio comercial com aquêles países.

A construção de rodovias no Oriente suscitará redobrado interesse pelas terras virgens. A comprovação da existência de riquezas petrolíferas, na fronteira com a Colômbia, carrearia substanciais investimentos para as Províncias de Napo e Pastaza e, em conseqüência, aumento dos núcleos de população e aparecimento da indústria de artesanato, bem como cultivo intensivo de produtos tropicais.

AMAZÔNIA PERUANA

A Amazônia Peruana ou a Selva, como é chamada, abrange, aproximadamente, 614.000 km2, a metade do território do país. Inclui os Departamentos de Loreto, Madre de Dios, San Martin e Amazonas. A densidade demográfica da Amazônia peruana é muito baixa — aproximadamente 1 habitante por km2 — com forte proporção de população urbana.

As condições sanitárias da região são más. Rêdes de água e esgôto, sòmente as cidades principais possuem, e, mesmo assim, de forma incompleta. Em julho de 1965 foi assinado em Lima, um Acôrdo Sanitário Brasil-Peru, baseado no fato de que são comuns os problemas de saúde nos Estados do Amazonas e Acre e nos Departamentos de Loreto e Madre de Dios. O referido instrumento dá prioridade aos problemas de erradicação da varíola, malária, febre amarela silvestre e outras moléstias transmitidas por artrópodos, tuberculose, enfermidades venéreas e outras.

O acôrdo reconhece que a ação harmônica conjunta, entre os dois países tem caráter imperioso, em função dos planos de desenvolvimento econômico-social. Ambos os países se comprometeram a ampliar, aperfeiçoar e incrementar seus serviços de saúde, em particular nas zonas rurais, e a autorizar a permuta, com os órgãos locais de saúde, de normas técnicas, processos de trabalho e informações estatísticas e epidemiológicas. Dispõe-se, ainda, a promover o intercâmbio de pessoal, propiciar o melhoramento das condições ambientais e de nutrição e executar atividades de educação sanitária.

Cada país deve constituir um Grupo Regional de Trabalho, propiciando a formação de um Comitê de Coordenação que será assessorado pela Repartição Sanitária Pan-Americana.

Um dos principais fatôres do atraso da agricultura da Amazônia peruana — como de resto de tôdas as áreas da região — é a baixa densidade

demográfica. Essa escassez populacional reflete-se, òbviamente, numa ausência de mercado consumidor local, circunstância agravada pelo afastamento de mercados potenciais no Exterior e no país, e pela dificuldade de comunicação com êsses mercados.

Os mesmos fatôres econômicos, sociais e ecológicos, que dificultam o desenvolvimento da agricultura na Amazônia peruana influem, com maior intensidade, na indústria da região, que apresenta atraso relativo ainda mais acentuado do que a atividade agrícola.

Os principais produtos da região são madeiras, resinas e óleos de pau-rosa. Com exceção das refinarias de petróleo, as atividades industriais resumem-se em algumas olarias, pequena fábrica de cartucho de caça e alguns fabricantes de sapatos e de utensílios de alumínio.

As concessões na região amazônica cobrem 2.854.284 ha (total para o Peru: 6.219.021 ha), sendo os beneficiários, além da *Emprêsa Petroleira Fiscal* (estatal) as companhias *International Petroleum Company* — IPC — concessionária das famosas jazidas de La Brea e Pariñas, *Peruvian Gulf, Belco Corp, Texas Petroleum e British Petroleum.*

As jazidas produtoras localizam-se, atualmente, na região da Pucallpa e são as de Aguas Calientes, ao Sul de Pucallpa, exploradas pela *Companhia de Petroleo Ganso Azul,* controlada pelo Sinclair Oil Corp. Sua produção média é de 2.000 barris por dia, baixando para 1.000 b/d em período de sêcas, em razão das dificuldades de transportes (agôsto e setembro); e Maquia, ao Norte de Pucallpa, explorada pela Companhia Peruana de Petróleo El Oriente, associada com os grupos alemães *Deutsche Erdoel A. G., Gewekshaft Elwerath e Wintershall A. G.* Sua produção média é de 1.500 b/d.

Existem duas pequenas refinarias em Iquitos (capacidade: 1.500 b/d) e em Pucallpa, cuja produção se destina ao consumo local. Os excedentes brutos acumulam-se, tendo-se verificado exportação para o Brasil, com refinação em Manaus. A Petrobrás adquiriu, em 1965, petróleo cru da *Ganso Azul* (99.000 dólares FOB) e de *El Oriente* (139.200 dólares FOB).

Em razão das dificuldades de comunicação, o petróleo da Amazônia peruana, pelo menos no estado atual da produção, não pode, econômicamente, ser consumido no resto do Peru. Daí a estagnação da produção. Só o desenvolvimento das comunicações na região poderá fornecer novos mercados. Já se pretende triplicar a capacidade da refinaria de Iquitos e aumentar, sensìvelmente, a de Pucallpa.

Transportes

A utilização dos transportes na Amazônia peruana apresenta três características principais: a) preponderância do transporte aéreo, para ligação da região da Selva com o restante do País; b) utilização dos rios como transporte local e para exportação, embora já se observe a crescente utilização do avião pelos habitantes da zona, para percursos médios; e c) ine-

xistência quase total de transportes terrestres, sòmente sendo utilizada, no presente, uma grande rodovia, que é a Lima—Pucallpa.

A estrada Olmos—Yurimaguas, transversal de penetração que liga a Costa à Selva peruana, no seu ponto inicial fica, mais ou menos, a meio caminho entre Piura e Chiclayo, na rodovia Pan-Americana, articulando-se, assim, com todo o sistema rodoviários do país. Será, no futuro, mais uma estrada transcontinental, pela possibilidade de prolongar-se até Orellana e Contamana e ligar-se às estradas que demandem a fronteira brasileira, em direção a Cruzeiro do Sul.

A estrada Lima—Pucallpa é a principal transversal do país. Articula o pôrto de Callao com a bacia amazônica, pois até o pôrto de Pucallpa, no rio Ucaiali, chegam, em qualquer época do ano, embarcações com 4 pés de calado e, nas cheias, com até 8 pés. Presentemente, estuda-se o seu prolongamento até a fronteira com o Brasil, para ligar-se a Cruzeiro do Sul e, assim, completar-se a ligação transcontinental Lima—Brasília—Rio de Janeiro.

O VIII Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem (Bogotá-1966) aprovou uma resolução que recomenda aos governos do Brasil, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela a construção de rodovias que permitam estabelecer comunicações rodoviárias de interêsse pan-americano entre êsses países, permitindo especialmente unir:

* Cruzeiro do Sul com Pucallpa e Cruzeiro do Sul com Yurimaguas e Corral Quemado;
* Corral Quemado com Loja e Cuenca;
* Cruzeiro do Sul com Iquitos, Puyo e Ambato;
* Iquitos com Leticia e Florencia;
* Puerto Ayacucho — San Fernando de Atabapo — Cucui com o sistema Manaus-Caracarai—Mitu-Colombia.

Atualmente, os projetos internacionais do sistema rodoviário pan-americano são a Rodovia Boliviana (Carretera Marginal de la Selva), a Rodovia Pan-Americana e a Rodovia Lima—Brasília.

AMAZÔNIA BOLIVIANA

Pela sua posição mediterrânea e pela gravidade dos problemas estruturais e conjunturais que enfrenta, a Bolívia se alinha entre os povos da América Meridional que mais dependem do êxito de uma política de integrção continental. Com uma população extremamente rarefeita, uma política econômica puramente extrativa, dependendo dos rios como meio de transporte, completamente isolada do resto do país, até o aparecimento do avião, ainda hoje com um sistema de transportes extremamente precário, a área tropical boliviana, que constitui três quartas partes do território nacional, apresenta tôdas as características do subdesenvolvimento.

O Brasil é o principal comprador da borracho boliviana. Segundo recente relatório do Banco da Amazônia, "a produção da borracha na Boli-

via *está na sua maior parte desorganizada por falta de comprador a preço* certo, o que existe, ainda, é fruto do trabalho de caboclos que ali se mantêm em nível de vida quase sub-humano, a explorar seringais devolutos, por falta de outra atividade que lhes absorva a fôrça de trabalho. O Govêrno brasileiro vem pondo em execução o Convênio de Comércio Internacional, firmado entre os dois países em março de 1958, garantindo comprador a preço certo para o produto.

O segundo produto da região é a castanha, com limitada exportação para a Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. A cotação internacional flutua, consideràvelmente, de ano para ano, dando um sentido de instabilidade a essa atividade extrativista. Geralmente, o transporte se realiza pelos rios Beni, Madre de Dios e Mamoré, até Villa Bella, onde se transfere a mercadoria para a ferrovia Madeira-Mamoré. Surgem, aí, dificul*dades, seja devido a obstáculos alfandegários bolivianos, seja pelas precá*rias condições daquela estrada de ferro. Como se sabe, essa ferrovia, de acôrdo com protocolo recentemente firmado entre os governos brasileiro e boliviano, deverá ser substituída por uma rodovia, que se estenderá até Riberalta.

Com relação à pecuária extensiva, o Govêrno boliviano vem-se esforçando para aumentar o seu rebanho e melhorar sua qualidade, tendo mesmo se interessado em importar gado de cria, do Brasil, com êsse fim. A queda da limitada pecuária boliviana tem sido agravada pelo constante e incontrolado contrabando que se realiza, tanto a pé como por via aérea, para o Brasil.

Na região amazônica boliviana "o rio comanda a vida", com o agravante de que as cachoeiras erguem obstáculos até hoje insuperáveis às possibilidades de um tráfego fluvial internacional. Entre os acordos Brasil-Bolívia, firmados em março de 1958, acha-se o protocolo preliminar sôbre a navegabilidade dos rios brasileiros e bolivianos da Bacia Amazônica, protocolo êste que previa a criação de uma Comissão Mista encarregada de estudar soluções para tornar navegáveis os mencionados rios. Sem a solução dêsse problema, a Bolívia não poderá romper, pelo Norte, o seu enclausuramento geográfico, conquistando um respiradouro econômico para o Atlântico.

Extremamente deficiente e o sistema rodoviário boliviano, circunscrito, em sua maioria, a estradas de rodagem, não pavimentadas nem asfaltadas, que ligam as populações do Altiplano e dos Vales. A rodovia que liga Cochabamba a Santa Cruz de la Sierra era, até recentemente, a única estrada asfaltada do país.

A *Carretera Marginal de la Selva* será, indiscutìvelmente, de grande benefício para o país, mas será necessário que se construam, simultâneamente, rodovias transversais que liguem os centros produtores e de consumo àquela rodovia continental, para que ela possa desempenhar a sua função de integração nacional e internacional.

São os Departamentos de Pando e Beni as áreas mais desamparadas no que respeita a estradas de rodagem. Entre Riberalta e Guayaramerin existe o antigo caminho da Casa Suarez e se está construindo uma rodovia de 70 km de extensão, para cujo término o Govêrno brasileiro se comprometeu a contribuir pelo Protocolo Adicional ao Tratado de Petrópolis, firmado no Rio de Janeiro, em outubro de 1966, inclusive respondendo pela construção de uma ponte sôbre o rio Mamoré. De sua parte, o Peru está construindo uma rodovia que unirá a Costa e o Centro peruanos com a localidade de Puerto Maldonado sobre o rio Madre de Dios. Como êste rio é navegável todo o ano, mesmo para embarcações de calado médio, pode-se avaliar a importância econômica do empreendimento.

Existe, também, o projeto de construção de uma rodovia que una Cobija (diante da cidade acreana de Brasiléia, no rio Acre), Porvenir, Rio Manuripi e Conquista. Na zona de Santa Cruz, o Govêrno paraguaio se interessa pela construção da estrada de rodagem chamada Transchaco, que uniria Santa Cruz à rêde rodoviária paraguaia.

No que concerne ao transporte ferroviário, na Amazônia Boliviana, a única estrada de ferro existente, e está já condenada econômicamente, é a Madeira-Mamoré, que deverá ser substituída por uma rodovia.

O tráfego aéreo é limitado a uma única companhia, de caráter semi-oficial, o Lóide Aéreo Boliviano, que serve ao eixo central La Paz-Cochabamba-Santa Cruz e áreas secundárias dessa rota. As populações fronteiriças do Brasil recebem vôos periódicos, tanto de passageiros como de carga, não superiores a um por semana. Existem, além disso, outras companhias aéreas que se limitam à posse de um ou dois aviões pequenos, que servem para o transporte de carne verde, sendo freqüentemente utilizados para fins de contrabando.

GUIANAS

Situadas a NE da América do Sul, limitadas a Leste e Sul com o Brasil, e a Oeste com a Venezuela, apresentam as Guianas uma população de aproximadamente 885.000 habitantes, numa área total de 448.792 km2, não tendo quase nenhuma importância no contexto amazônico.

Colocadas em segundo plano pelos países colonizadores, em virtude de sua pequena perspectiva econômica, o desenvolvimento dessa região tem sido modesto e irregular. Os centros de maior importância são aquêles criados pelos desbravadores durante a época de conquista, séculos atrás.

República da Guiana

Compreende uma área de 214.970 km2, com 500.000 habitantes, o que dá uma densidade de 3 habitantes por km2 sendo a mais povoada das Guianas e aquela que apresenta melhores condições de exploração econômica.

A Capital e Georgetown (120.000 hab.) próxima à foz do Essequibo. A população é composta de: europeus, 2,4%; indianos, 47.1%; negros, 34,5%; chineses, 0,7%; merindios, 4% e mestiços, 11,3%.

Seu principal produto é a cana-de-açúcar que ocupa quase 30.000 hab. e 50% da mão-de-obra local, e produz 334.400 toneladas de açúcar, o equivalente a 50% do valor das exportações.

Predomina, na indústria extrativa, a bauxita, que representa 25% das *exportações, e é a principal atividade, produzindo 220.000 t/ano.* Dispõe o país de 500 km de estradas de rodagem e 250 km de estradas de ferro.

Politicamente, a Guiana Inglêsa faz parte da Comunidade Britânica, datando sua Constituição de 1961.

Suriname

Está contido numa área de 142.822 km2, com uma população de 293.000 habitantes o que dá 2 habitantes por km2, sendo o domínio holandês, na região, oriundo de uma compensação pela perda de Nova Amsterdã (atual Nova Iorque) para os inglêses, tendo sido firmada a sua posse pelo Tratado de Breda, em 1667.

A Capital, Paramaribo, com 44% da população, é o principal centro do país. A população do Suriname é composta de: europeus, 1,3%; indianos, 31,4%; indonésios, 17,8%; chineses, 1,2%; aborígines, 1,5%; negros e mestiços, 46,8%. Sua principal atividade econômica é a bauxita, representando 70% do valor das exportações, seguida pela madeira, arroz, laranja e côcos.

No campo do transporte, possui 120 km de estradas de ferro e 600 km de rodovias.

Guiana Francesa

Possuindo a menor área e menor população, respectivamente com 91.000 km e 31.000 habitantes, apresenta densidade de 0.3 hab/km2. Sofreu forte impacto com a libertação dos escravos, mão-de-obra que garantia, até então, a sua vida econômica. É, das Guianas, a que apresenta, hoje, o mais baixo índice de desenvolvimento.

Sua capital, Caiena, contém a maior parte da população da Guiana, que é composta de franceses, antilhanos, chineses e amerindios. Seus produtos de exportação são o ouro, a madeira, a bauxita e o rum. De resto, possui culturas de subsistência de mandioca, milho, cacau, banana e fumo. Dispõe de aproximadamente 274 km de estradas de rodagem.

Após o último conflito mundial, a França procurou modificar sua política de colônias, transformando a sua Guiana em Território de Ultramar com direito a um representante (senador), na Assembléia Nacional Francesa. Brevemente a colônia poderá receber um impacto desenvolvimentista, com a instalação, ali, de uma grande base francesa, para lançamento de foguetes e satélites artificiais, que será, para a França, o que Cabo Kennedy é para os Estados Unidos.

LIGAÇÃO DAS BACIAS AMAZONAS-PRATA

Eng. Maurício Joppert da Silva

O problema da ligação das bacias fluviais do Amazonas e do Prata, através dos seus afluentes Madeira e Paraguai, respectivamente, está em pauta na navegação interior brasileira, desde a época colonial, por assim dizer.

Com efeito, em 1773, pensou realizá-la o Governador de Mato Grosso, Luís de Albuquerque, construindo um canal, ou varadouro, entre os rios Alegre e Aguapeí, oriundos ambos de vertentes opostas de um contraforte da Serra de Aguapeí, no Centro-Oeste daquele Estado. Acontece que o rio Aguapeí corre para o Guaporé onde conflui, e o Guaporé, por sua vez, aflui no Mamoré, que se reunindo ao Beni, seu companheiro dos Andes bolivianos, formam o gigantesco Madeira, o maior afluente da margem direita do Amazonas.

O Aguapeí, descendo da vertente oriental do citado contraforte vai desaguar no rio Jauru, próximo a Pôrto Espiridião. O próprio nome dessa cidade mostra que o Jauru já é navegável e deflui no Alto Paraguai. Êste perde o nome ao receber o Paraná pela margem esquerda, e o Paraná, juntando-se ao Uruguai, forma o Rio da Prata, estuário dessa enorme bacia sul-americana.

Assim, Luís de Albuquerque, em 1773, tentando ligar por um canal, ou um varadouro, o Alegre com o Aguapeí, formava, do Amazonas ao Prata, uma linha de navegação, isolando o Brasil e o Uruguai numa grande ilha da América do Sul. Alguns bandeirantes fizeram essa bravata, arrastando os barcos pelo varadouro na falta de um canal de junção.

Em 1867, o 1.° tenente do Corpo de Engenheiros do Exército Brasileiro, Eduardo José de Morais, apresentou ao Govêrno imperial um documentado estudo dessa ligação por meio de canal. Mais tarde, em 1890, já na fase republicana, associados o major do Corpo de Engenheiros, Gregório Taumaturgo de Azevedo e o então coronel graduado Eduardo oJsé de Morais, requereram ao Govêrno Provisório a concessão para construir e explorar um canal de *ponto-de-partilha* entre o Alegre e o Aguapeí, com o objetivo de ligar por navegação as bacias do Amazonas e do Prata.

As perturbações políticas dos primeiros anos da República interromperam o andamento da questão e o requerimento não teve solução.

Do atual Plano de Viação Nacional, faz parte um Plano de Navegação Fluvial, da autoria do eminente brasileiro, general Francisco Jaguaribe de Mattos, onde são estudadas tôdas as ligações de bacias fluviais possíveis no Brasil. Para o caso em aprêço, é apresentada uma solução, e, outra próxima, para problema diferente. A primeira é para a questão enunciada, isto é, junção do Amazonas ao Prata, através da Serra de Aguapeí, feita, porém, diretamente do Guaporé ao Jauru, por um canal de *ponto-de-partilha* que alcança êste último rio a montante do Pôrto Espiridião. O segundo é um problema diferente: é a ligação do Guaporé — bacia do Madeira — ao rio Juruena, oriundo da Serra dos Parecis e formador do Tapajós através do rio São Manuel, onde deflui. A ligação é, pois, de dois afluentes do próprio Amazonas.

9 solução definitiva da ligação Amazonas-Prata acaba de ser apresentada em uma publicação da Comissão interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, de autoria do Prof. Paulo Mendes da Rocha, seu diretor-técnico. A junção se fará subindo do lado do Guaporé pelos rios Barbado e Alegre, em três ou quatro degraus, por meio de eclusas, transpondo o divisor com um *estirão-de-partilha* com o nível da cota 245 m na primeira alternativa, ou 270 m, na segunda, e descendo o lado do Paraguai, ainda pelo Guaporé, com cinco ou quatro degraus eclusados. O *estirão-de-partilha* será maior na segunda alternativa, exigindo um corte bem mais importante, pois o divisor formado por um dique de granito atinge a cota de 315 m.

O sr. Robert Panero, do Hudson Institute, propõe a ligação Guaporé-Paraguai por meio de um lago com o nível na cota de 130 m. Ora, êsse lago não poderia ligar os dois rios citados porque o divisor que os separa atinge a cota de 315 m, como se pode ver no projeto do professor Mendes da Rocha.

Portanto, o sr. Panero não resolveu problema algum porque êle desconhecia a topografia da região e seu lago iria esgotar-se no Pantanal do Mato Grosso.

LIVROS

LIVROS PUBLICADOS NO BRASIL

OTTONI, Aureo, 1911 et alli — Bibliografia Brasileira 1966. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro, 1967. VI, 199 p.

BLACKHAM, H. J. — A religião numa sociedade moderna. Trad. de Rodolfo Konder. (Rio de Janeiro) Paz e Terra. (1967) VIII, 246 p.

PAPAS 1958-1963, 1963 — (João XXIII, Paulo VI) — A marcha social da Igreja; textos das encíclicas; Populorum Progressio, Pacem in Terris, Mater et Magistra. Introd. de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, Encontro, 1967. 243 p.

LASKI, Harold Joseph, 1893-1950 — O manifesto comunista de 1948. Trad. de Regina Lúcia F. de Moraes. Rio de Janeiro, Zahar Ed. (1967) 148 p.

MONTORO, Franco — Ideologias em luta; resposta ao desafio do subdesenvolvimento. Pref. de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro, Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1966. 142 p.

SILVA, Golbery do Couto e, 1911 — Geopolítica do Brasil. 2.ª ed. Rio de Janeiro José Olympio, 1967. XVI, 266 p.

ASSOCIAÇÃO dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro — Cruzada Amazônica. Rio de Janeiro, Imp. do Exército, 1967. 75 p.

BRASIL — Congresso. Câmara dos Deputados. Biblioteca — Reforma Monetária Internacional; bibliografia. Brasília, 1967. 59 p.

CHAMBRE, Henri — A economia planificada. Trad. de Pedro de Alcântara Figueira. São Paulo, Difusão Européia do Livro (1967) 124 p.

GAGHOT, R et alli — Desenvolvimento florestal no vale do Amazonas; relatório do govêrno do Brasil. Trad. por Miranda Bastos. Rio de Janeiro, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, 1966. 87 p.

PEREIRA, Osny Duarte, 1912 — Ferro e independência; um desafio à dignidade nacional. (Rio de aJneiro) Civilização Brasileira, (1967) 591 p.

RIBEIRO, Osny Duarte, 1912 — Ferro e independência; um desafio à dignidade nacional. (Rio de Janeiro) Civilização Brasileira, (1967) 591 p.

RIBEIRO, Benedito e GUIMARÃES, Mário Mazzei — *História dos bancos e do desenvolvimento financeiro do Brasil*. Rio de Janeiro. Pró-Service, 1967. 439 p.

SARTRE, Jean Paul, 1905 — O fantasma de Stalin. Trad. de Roland Corbisier (Rio de Janeiro) Paz e Terra (1967) 118 p.

SÁ, Hernani Tavares, 1911 — Nos bastidores da ONU. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, José Olympio, 1967. 223 p.

MONTENEGRO, Abelardo F. — *Pontos de economia internacional*. Fortaleza. Imp. Universitária do Ceará, 1967. 351 p.

FRIEDRICH, Georg — Caráter da Descoberta e coqnuista da América pelos europeus. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1967 p.

NASCIMENTO, Faustino, 1901 — A terra de Israel. Rio de Janeiro, Gráf. Record. 1967. 170 p.

BEIGELMAN, Paula — Formação política do Brasil. (São Paulo) Pioneira (1967) 228 p.

A Missão Bellegarde ao Paraguai (1849-1852) vol. 1 — Exposição, antecedentes e notas por José Antonio Soares de Souza. (Rio de Janeiro) Divisão de Documentação, -966. 368 p.

BURCHETT, Wilfred G. 1911 — Vietnam — a guerrilha vista por dentro. Trad. de Daniel Campos. Rio de Janeiro, Gráf. Record, 1967. 413 cm.

DAYAN, David — A guerra dos seis dias. Trad. de Jakob Horowicz (Rio de aJneiro) Cia. Gráf. Lux. (1967) 354 p.

DULLES, Allen — Rendição Secreta. Trad. de Leonidas Gontijo de Carvalho. São Paulo, Ibrasa (1967) 232 p.

DURDIN, Hillman — O drama do Sudeste Asiático. Trad. de Miécio Araújo Jorge Honkins. Rio de Janeiro, Distr. Record (1967) 107 p.

FREITAS, Caio de — A revolução russa. (Rio de Janeiro) Bloch (1967) 298 p.

POMBO, Francisco da Rocha, 1857-1933 — História do Brasil. 14 ec. rev. e atual por Hélio Vianna (São Paulo) Melhoramentos (1967) 454 p.

ROZANOV, G. — Alemanha, 45 a agonia do II Reich. Trad. de Victor Cavagnari Filho. Rio de Janeiro, Aaga, 1967, 211 p.

STEVENSON, William — Israel rumo a Suez! Trad. de Orlando Neves. Rio de Janeiro, Record (1967) 193 p.

TROTSKY, Leon, 1879-1940 — A história da revolução russa. Trad. de E. Huggins. Guanabara, Saga, 1967. 3 v.

BORDEAUX, Michael — A religião cristã na URSS. Trad. de Jayme *Leite de Godoy Camargo*. Petrópolis, Vozes, 1967, 287 p.

LIMA, Nestor dos Santos — A terceira América, ensaio sôbre a individualidade continental do Brasil. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1967. 195 p.

WEBER, Max, 1864-1920 — *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, (1967) 530 p.

BEZYMENSKY, L. — Na pista de Martin Bormann. Trad. de Eduardo de Aumeida. (Rio de Janeiro) Civilização Brasileira (1967) 206 p.
BOXER, Charles Ralph — Relações Raciais no império colonial português. 1415-1825. Trad. de Elice Munerato. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967. 163 p.
FERNANDES, Raul, 1877 — Conferências e trabalhos esparços. (Introd. de José Magalhães Pinto. Pref. de Francisco Campos) Rio de Janeiro. Ministério das Relações Exteriores, 1967. 267 p.
ALTHUSSER, Louis — Análise crítica da teoria marxista. Trad. de Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro, Zahar, (1967) 220 p.
CORRÊA, Luiz de Miranda — A borracha da Amazônia e a II Guerra Mundial. Pref. de Arthur Cézar Ferreira Reis. Manaus, E. Govêrno do Estado do Amazonas. (1967) 126 p.
FERREIRA Filho, Cosme — Fronteiras do desenvolvimento. Pref. de Arthur Cézar Ferreira Reis. Manaus, Ed. Govêrno do Estado do Amazonas. (1967) 178 p.
JASPERS, John Carl et alli — "As esquerdas revolucionárias nos Estados Unidos". (São Paulo) Sinal Ed e Distr. (1967) 71 p.
CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar, Pres. do Brasil, 1900-1967 et alli — Operação Amazônica e a integração nacional. Manaus. Ed. do Govêrno do Estado do Amazonas, 1967. 24 p.
COOK, Fred. — O poder oculto; o sindicato do crime na vida norte-americana. (Rio de Janeiro) Civilização Brasileira (1967) 466 p.
HARRIS, Marvin — Padrões raciais nas Américas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. 175 p.
SCHEIR, P. — Brasília vive. São Paulo, Kosmos, (s.d.) 72 p.
A economia brasileira e suas perspectivas. Rio de Janeiro, APEC Ed., 1967. 253 p.
UETTO, Antonio Delfim — Planejamento para o desenvolvimento econômico. São Paulo, Pioneira, 1966. 127 p.
BRASIL — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Diretrizes de govêrno. Programa estratégico do desenvolvimento. Brasil, 1967. 165 p.
GUIMARÃES, Ary — Um sistema para o desenvolvimento. Salvador, 1966. 184 p.
BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Seção de Publicações — A política exterior de revolução brasileira. Rio de Janeiro, M.R.E., 1967. 42 p.
BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Seção de Publicações — A nova política de fronteiras. Rio de Janeiro, M.R.E., 1967. 46 p.
FURTADO, Celso — Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. (Rio de Janeiro) Civilização Brasileira. (1966) 127 p.
GOMES, Luiz Souza — América Latina, seus aspectos, sua história, seus problemas. 2.ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966. 305 p.

LEITE, Antonio Dias — Caminhos do desenvolvimento; contribuição para um projeto brasileiro. Rio de Janeiro, Zahar ed. (1966) 228 p.

SILVA, Hélio — Os tenentes núo poder. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. 470 p.

BRASIL. Banco Moreira Salles — 25 years of the Brazilian economy. São Paulo, 1967. 392 p.

TRIGUEIROS, F. dos Santos — Dinheiro no Brasil. Rio de aJneiro, Reper Ed., 1966. 243 p.

BRASIL. Inquérito Policial-Militar 709 — O comunismo no Brasil. Rio de Janeiro, Bib. do Exército Ed., 1966. 298 p.

LIVROS PUBLICADOS NO ESTRANGEIRO
Assuntos políticos e jurídicos

THE SUMMIT CONFERENCES. 1919-1960 — EUBANK, Keith. Norman, University of Oklahoma Press, 1966. 225 p.
O autor estuda stte conferências diplomáticas de cúpula e conclui que *tais conferências deveriam servir para uma assinatura de acordos e não* para negociações apenas.

APPROACHES TO COMPARATIVE AND INTERNATIONAL POLITICS. Ed. por FARREL, Barry. Evanston, Northwestern University Press, 1966. 369 p.
Coleção de tópicos variados — teorias sôbre relações internacionais, política dos países em desenvolvimento, sociedades políticas e áreas de pesquisas.

NATO AND THE RANGE OF AMERICAN CHOICE — FOX, William T.R. e FOX, Annette B. New York, Columbia University Press, 1967. 352 p.
Estudo substancial sôbre a participação dos Estados Unidos na OTAN com ênfase no processo político.

BETWEEN TWO WORLDS: POLICY, AND PUBLIC OPINION IN ASIAN-AMERICAN RELATIONS — HOHENBERG, John. New York, Praeger (for the Council on Foreign Relations) 1967. 507 p.
Participação dos jornalistas na política internacional. O Autor explora o impacto das notícias sôbre política exterior nas relações América-Ásia. O Vietnan recebe tratamento especial.

FOREIGN POLICY IN CHRISTIAN PERSPECTIVE — BENNETT, John Coleman. New York, Scribner, 1966. 160 p.
O autor fala da ética cristã na política exterior e conclama todos os cristãos a tomar parte nas decisões dos chefes políticos.

FACING THE BRINK: AN INTIMATE STUDY OF CRISIS DIPLOMACY — WEINTAL, Edward e BARTLETT. New York, Scribner. 1967, 240 p.
Cinco crises internacionais desde a Segunda Guerra Mundial e sua manipulação em Washington, estudadas por dois jornalistas.

THE EVOLUTION ON INTERNATIONAL ORGANIZATIONS — Ed. por LUARD, Evan. New York, Scribner, 1967. 342 p.
Inclui um ensaio sôbre o Conselho de Segurança por Inis L. Claude, Jr.

FOREIGN POLICY AND DEMOCRATIC POLITICS: THE AMERICAN AND BRITISH EXPERIENCE — WALTZ, Kenneth N. Boston, Little Brown, 1967. 331 p.
Baseado numa análise comparativa o autor conclui que a política exterior (assim como a interior) do Sistema Presidencial Americano é superior a do Govêrno Parlamentar Britânico.

POLITICAL PARTIES AND POLICIAL DEVELOPMENT — Ed. por La PALOMBARA, Joseph e WEINER, Myron. Princeton, Princeton University Press. 1966. 487 p.

Partidos políticos, seu desenvolvimento e funcionamento nas várias sociedades do mundo.

POLITICAL HANDBOOK AND ATLAS OF THE WORLD: PARLIAMENTS, PARTIES AND POLITICAL DEVELOPMENT — Ed. por La PALOMBARA, Joseph e WEINER, Myron. Princeton, Princeton University Press, 1966. 487 p.
Partidos políticos, seu desenvolvimento e funcionamento nas várias sociedades do mundo.

POLITICAL HANDBOOK AND ATLAS OF THE WORLD: PARLIAMENTS, PARTIES AND PRESS AS OF JANUARY 1, 1967. — Ed. por MALLORY, Walter H. New York, Harper and Row (for the Council on Foreign Relations) 1967. 366 p.
A obra traz: a composição dos governos, sumários de programas partidários e seus líderes, listas de jornais, suas filiações políticas e editôres e fatos das Nações Unidas e agências internacionais associadas. Inclui um suplemento especial de 32 páginas de mapas políticos.

THE UN SECRETARY-GENERAL AND THE MAINTENANCE OF GORDENKER, Leon. New York, Columbia University Press, 1967. 380p. p.

Estudo hábil e profundo de três Secretários-gerais e a maneira como encaram suas funções políticas.

PROGRESS AND REVOLUTION: A STUDY OF THE ISSUES OF OUR AGE — WAELDER, Robert, New York, International Universities Press, 1967. 372 p.
Um psicanalista faz um brilhante apanhado geral das principais fôrças políticas internacionais.

FROM ATLANTIC TO PACIFIC: A NEW INTEROCEAN CANAL — KLETTE, Immanuel J. New York, Harper and Row, 1967. 143 p.
Cuidadosa análise das mais importantes alternativas enfrentadas pelos Estados Unidos no planejamento de um nôvo canal marítimo. O autor

dá preferência ao Sacardi-Moorti no Panamá que satisfaria em sua opinião, ambos os países itneressados.

WORLDS IN CONFLICT — BROGAN, D. W. New York, Harper and Row, 1967. 133 p.

Os pontos altos das conferências pronunciadas por Jacobs Blaustein sôbre Relações Internacionais na Universidade de Sehigh.

THE INTERMEDIARIES: THIRD PARTIES IN INTERNATIONAL CRISIS — YOUNG, Oran R. Princeton, Princeton University Press, 1967. 427 p.

Estudos ultra sofisticados sôbre as possibilidades de intervenção do terceiro partido em diferentes tipos de crises internacionais. Bastante baseado em *Thomas Schelling*.

A HISTORY OF WAR AND PEACE — 1939-1965 — KNAPP, Wilfrid. New York, Oxford University Press, 1967. 639 p.

Interessante narrativa sôbre a política mundial desde 1939 feita por um estudante inglês, que cobre terreno familiar de uma maneira bastante franca.

DOMESTIC SOURCES OF FOREIGN POLICY — Ed. por ROSENAU, Jamse H. New York, Free Press, 1967. 340 p.

Dez estudantes e o editor tentam demonstrar a primazia da política interior no processo de decisões da política externa. Útil embora desigual.

THE ATLANTIC ALLIANCE — Ed. por JACKSON, Senator Henry M. New York Praeger, 1967. 340 p.

Depoimento sôbre a OTAN antes do Subcomitê Jackson, por Richard E. *Neuestadt, Dean Acheson, Christian A. Herter, Lauris Norstad, Thomas* C. Schelling, Malcolm W. Hoag, John J. Mc Cloy, Dean Rusk e Robert S. McNamara.

AFTER VICTORY: CHRUCHILL, ROOSEVELT, STALIN, AND THE MAKING OF PEACE — NEWMAN, William L. New York, Harper and Row, 1967. 212 p.

Cobre o mesmo campo de "Churchill, Roosevelt, Stalin" (1957) de Herbert Feio, porém mais descuidadamente.

PEACEFUL COÊXISTENCE: INTERNATIONAL LAW IN THE BUILDING OF COMMUNISM — RAMUNDO, Bernard A. Baltimore, John Hopkins Press, 1967. 262 p.

Tentativa em demonstrar que os juristas soviéticos se empenham na promoção da "coexistência pacífica" como princípio básico do Direito Internacional Contemporâneo.

THE HUMAN DIMENSION: EXPERIENCES IN POLICY RESERCH — CANTRIL, Hadley. New Brunswick, Rutgers University Press, 1967. 202 p.

O autor se bate pelo uso de todos os "fatôres psicológicos" necessários à formulação da política exterior a fim de evitar desastres como o da "Baía dos Porcos".

THE POLITICS OF THE THIRD WORLD — MILLER, J.D.B. New York, Oxford University Press, 1967. 126 p.
Estudo equilibrado de um estudante australiano sôbre o disparate da política nos países Afro-Asiáticos. Qualquer que seja a unidade de proporção existente nesses países, ela não está na política mas no seu desejo comum de desenvolvimento econômico, diz o autor.

Assuntos Técnicos Militares e Científicos

SCIENCE, TECHNOLOGY, AND AMERICAN FOREIGN POLICY — SKOLNIKOFF, Eugene B. Cambridge, M.I.T. Press, 1967, 330 p.
Papel significativo da ciência nos negócios exteriores. O autor trabalhou por cinco anos na Casa Branca, no Comitê Presidencial de Assessoria Científica.

THE BREAKING WAVE: THE SECOND WORLD WAR IN THE SUMMER OF 1940 — TAYLOR, Telford. New York, Simon and Shuster, 1967. 379 p.
Estudo do conflito Germano-Britânico no verão crítico de 1940 com ênfase especial ao ponto de vista germânico da "Beattle of Britain" e da "Operation Sea Lion".

THE MILITARY ATTACHÉ — VAGTS, Alfred. Princeton, Princeton University Press, 1967. 408 p.
Histórico do serviço de Adido e discussão de suas funções e campos de atividade.

SINO-SOVIET RELATIONS AND ARMS CONTROL — Ed. por HALPERIN, Morotn H. Cambridge, M.I.T. Pres, 1967. 342 p.
Seção de documentos destinada a elucidar o impacto da disputa Sino-Soviética pelo contrôle de armas e desarmamento.

THE SEA IN MODERN STRATEGY — MARTIN, L.W. New York, Praeger, 1967. 190 p.
Bom estudo sôbre domínio marítimo na era atômica por um estudante inglês. Partícularmente interssente no que se refere a bloqueios e recursos uncleares do mar.

EISENHOWER AND BERLIN, 1945: THE DECISION TO HALT AT THE ELBE — AMBROSE, Stephen E. New York, Norton, 1967. 119 p.
Defesa da decisão de Eisenhower de ão atacnar Berlim apesar do conselho de Patton e Montgomery. Os russos se aproveitaram mas cederam aos americanos e inglêses a metade da cidade. Tivessem os Estados Unidos tomado Berlim teriam que dividi-la com a Rússia 2 meses depois argumenta o autor.

CONTRACTING FOR ATOMS — ORLANS, Harold. Washington, Brookings Institution, 1967. 242 p.
Excelente análise dos problemas e contratos políticos da Comissão de Energia Atômica. O autor sugere um exame bem apurado do assunto.

THE MEANING OF LIMITED WAR — McCLINTOCK, Robert. Boston, Houghton, 1967. 239 p.
Interessante série de 8 estudos de casos de guerra limitada na era nuclear e a conseqüente conclusão de com evitar e limitar as guerras no futuro.

COUNTER-INSURGENCY OPERATIONS: TECHNIQUES OF GUERRILLA WARFARE — PAGET, Julian. New York, Walker, 1967. 189 p.
O ponto de vista britânico, baseado nas experiências com as insurreições na Malásia, Kênia e Chipre.

THE BROKEN SEAL: THE STORY OF "OPERATION MAGIC" AND THE PEARL HARBOR DISASTER — FARAGO, Ladislas. New York, Random House, 1967. 439 p. História fascinante e bem documentada sôbre a competição americano-japonêsa pela decifração de códigos entre 1923 e 7 de dezembro de 1941.

SET EUROPE ABLAZE — COOKRIDGE, E. H. New York, Crowell, 1967. 410 p.
Os sucessos e fracassos da "Operação Executiva Especial ignlêsa, o setor de espionagem que operou na Europa ocupada pelos nazistas durante a II Guerra Mundial.

THE COMING OF THE ITALIAN-ETHIOPIAN WAR — BAER, George W. Cambridge, Harvard University Press, 1967 p.
História política e diplomática, bem documentada e acompanhada de boa bibliografia escrita por um professor de História da Universidade da Califórnia, Santa Cruz.

Assuntos Econômicos e Sociais

TRADE LIBERALIZATION AMONG INDUSTRIAL COUNTRIES, OBJECTIVES AND ALTERNATIVES — BALASSA, Bela. New York, McGraw Hill (for the Council on Foreign Relations) 1967. 251 p.
Extensa investigação estatística das conseqüências do livre comércio de manufaturas entre países industrializados.

THE ALLIANCE OF NECESSITY: BRITAINS CRISIS, THE NEW EUROPE AND AMERICAN INTERESTS — GELBER, Lionel. New York, Stein and Day, 1966. 192 p.
O autor canadense teme que a participação da Grã-Bretanha no Mercado Comum signifique sua "Europeização" e um golpe para sua voz independente no mundo.

THE CAMMON MARKET AND COMMON LAW — LANG, John Temple. Chicago, University of Chicago Press, 1966. 573 p.
Estudo dos aspectos legais e econômicos da participação Britânica e Irlandesa no Mercado Comum.

EWG UND DIE FOLGEN — Ed. por BUTSCHEK, Felix. Vienna, Molden, 1966. 413 p.
Análise do provável impacto na economia Austríaca como membro do

Mercado Comum leva à conclusão de que surgirão problemas de ajustamento mas nenhuma necessidade de reorganização radicais.

INTERNACIONAL AID: A SUMMARY SPECIAL REFERENCE TO THE PROGRAMMES OF THE UNITED NATIONS — KEENLEYSIDE, Hugh L. New York, James H. Heineman, 1966. 343 p.
Um sumário a respeito do que é a ajuda internacional e como ela é dada, feita pelo Diretor-Geral da Assistência Técnica nas Nações Unidas.

INTERNATIONAL UNIONISM: A STUDY IN CANADIAN-AMERICAN RELATIONS CRISPO, John. Toronto, McGraw Hill Company of Canada, 1967. 327 p.
Estudo sôbre o impacto econômico dos Estados Unidos no Canadá. Quase nada diz sôbre o fato de 70% dos trabalhadores organizados pertencerem a sindicatos internacionais nos quais os americanos têm maioria.

TRADE AND TRADE POLICY FOR DEVELOPMENT — LINDER, Staffan Burenstam. New York, Praeger, 1967. 413 p.
Economista sueco constrói teoria própria sôbre as diferenças entre os problemas de comércio dos países subdesenvolvidos e dos industrializados.
Suas conclusões políticas são bastante diversas das clássicas.

LEGAL ASPECTS OF INTERNATIONAL LENDING AND ECONOMIC DEVELOPMENT FINANCING — DELAUME, Georges R. Dobbs Ferry (N. Y.) Oceania Publications, 1967. 371 p.
Sumário claro, compreensível para leigos.

INTERNATIONAL TRADE, INVESTMENT, AND ORGANIZATION — Ed. por LaFAVE, Wayne R. e HAY, Peter. Urbana, University of Illinois Press, 1967. 506 p.
Longa série de publicações amplamente consideradas do ponto de vista econômico.

Estados Unidos

THE ARROGANCE OF POWER — FULBRIGHT, J. William. New York, Randon House, 1967. 264 p.
Acusação apaixonada da intervenção Americana sobretudo na Ásia e na América Latina.

THE MAKING OF UNITED STATES FOREIGN POLICY — SAPIN, Burton M. Washington, Brookings Institution, 1966. 415 p.
Ensaio sofisticado e equilibrado sôbre a maquinária de Política Exterior dos Estados Unidos.

DAS AMERIKANISCHE SICHERHEITSSYSTEM 1945-1949: STUDIE SUR AUSSEN — POLITIK DER BURGERLICHEN GESELISCHAFT — CZEMPIEL, Ernest-Otto. Berlin, Deg Gruyter, 1966. 442 p.
O papel dos Estados Unidos nas questões internacionais, da Segunda Guerra Mundial ao nascimento da OTAN.

UNITED STATES POLICY AND THE THIRD WORLD: PROBLEMS AND ANALYSIS — WOLF Jr., Charles. Boston, Little Brown, 1967. 204 p.
O autor procura avaliar o que o "Terceiro Mundo" representa para os Estados Unidos.

FOREIGN AID INTERNATIONAL POLITICS — MONTGOMY, John D. Englewood Cliffs, Prentice Hall, 1967, 118 p.
Ensaio dedicado aos programas americanos de ajuda e referências aos *esforços multilaterais europeus e comunistas.*

AMERICAN AMBASSADOR — HEINRICHS Jr., Waldo H. D| Boston, Brown. 1967. 460 p.
A carreira de 40 anos de oJseph O. Grew no Serviço Diplomático Americano. Grew teve papel importante no estabelecimento da diplomacia americana.

TO MOVE A NATION — HILSMAN, Roger. Garden City, Doubleday, 1967. 602 p.
Acréscimos e esclarecimentos a assuntos tais como: as crises no Laos, Cuba, Congo e Vietnam. A participação do CIA.

THE NATION IS BURDENED — MASTERS, Roger D. New York, Knopf, 1967. 319 p.
Apêlo eloqüente para que a política exterior dos Estados Unidos se baseie na defesa do interêsse nacioanl, um nmundo que ainda é governado pelo blanço do poder.

ABUSE OF POWER — DRAFER, Theodore. New York, Viking, 1967. 244 p.
Polêmica em tôrno da "prioridade do instrumental militar ao político" na política de relações exteriores dos Estados Unidos, especialmente no Vietanm. Aqui o autor analisa sete diferentes aspectos através de 4 administrações americanas.

THE OAS AND UNITED STATES FOREIGN POLICY — SLATER, Jerome. Columbus, Ohio State Uiversity Press, 1967. 315 p.
O autor acha que a política americana em relação a OAS vacilou em três objetivos: a segurança interna coletiva do hemisfério no anticomunismo e atinditadura. Os Estados Unidos foram mais atentos ao primeiro item mas quase rompem a aliança ao tentar os outros dois.

THE CHALLENGE OF FOREIGN AID: POLICIES, PROBLEM, AND POSSIBILITIES — KAPLAN, Jacob J. New York, Praeger, 1967. 405 p.
Livro de primeira classe, trata mais realisticamente que qualquer outro o problema econômico e o das relações externas. Kaplan é duro para com os erros mas firme e rascável sôbre o futuro do povo se seguir suas recomendações.

THE UNITED STATES AND THE UNITED NATIONS — WEILER, Lawrence D. e SIMONS, Anne Patricia. New York, Manhattan Publishing Co., 1967. 589 p.
Estudo compreensível da política pacifista e de segurança dos Estados Unidos nas Nações Unidas durante os primeiros 10 anos de sua organização.

THE DIPLOMACY OF A NEW AGE: MAJOR ISSUES IN U.S. POLICY SINCE 1945 — PERKINS, Dexter. Bloomington, Indiana University Press, 1967. 190 p.
Série de ensaios esparsos baseados nas conferências de Fatton pronunciadas na Universidade de Indiana em 1966.

THE UNITED STATES IN WORLD AFFAIRS, 1966 — STEBBINS, Richard P. New York, Harper and Row, 1967. 487 p.
Último volume de uma série indispensável, apresenta um exame conciso da experiência internacional dos Estados Unidos num ano crítico. O ponto central é o conflito com o Vietnam e suas repercussões mas se focaliza também outros assuntos de interêsse tais como: a saída da França da OTAN, a Revolução Cultural Chinesa, a negociação de um nôvo tratado de Espaço Exterior e os atos das Nações Unidas em relação ao Sudoeste da África e a Rodésia do Sul.

DOCUMENTS ON AMERICAN FOREIGN RELATIONS, 1966 — Ed. por STEBBINS, Richard P. e colab. de ADAM, Elaine P.
Contiuação da série iniciada em 1939, êste livro apresenta textos anotados sôbre as mais importantes mensagens presidenciais, comunicações das N.U. e outros documentos importantes sôbre política externa durante o ano. Entre os documentos se destacam os discursos presidenciais a favor da paz entre Leste — Oeste e inúmeras proposições sôbre a não proliferação nuclear, paz no Vietnam e desmilitarização do Espaço Exterior.

Hemisfério Ocidental

POLITICS AND ECONOMIC CHANGE IN LATIN AMERICA — Ed. por ANDERSON, Charles W. Princeton, Van Nostrand, 1967, 388 p.
Estudo do papel do govêrno como instrumento nas mudanças econômicas da América Latina. O autor defende as reformas prudentes e pragmáticas contra as revoluções violentas, para que haja maior desenvolvimento econômico e social.
COMUNITY — SPINELLI, Altiero. Baltimore, John Hopkins Pres, por WILGUS, A. Curtis. Gainesville, University of Florida Press, 1966. 243 p.
Documentos variados da "University of Florida's Sixteenth Annual Conference on the Caribbean". Dezembro de 1965.

THE DOMINICAN REPUBLIC CRISIS 1965 — THOMAS Jr., A. F. e THOMAS, Ann Van Wynen. Dobbs Ferry, Oceana Publications (for the Association of the Bar of the City of New York) 1967. 164 p.

Exame das implicações internacionais da crise Dominicana. Dois professôres de direito da Universidade de Columbia, atacam e defendem a intervenção dos Estados Unidos.

GROWTH AND INTEGRATION IN CENTRAL AMERICA — CASTILLO, Carlos M. New York, Praeger, 1966. 188 p.

Monografia feita pelo atual Secretário Executivo da Convenção Geral de Integração Econômica na América Central.

POUVOIR ET SOCIÉTÉ DANS LE PÉROU CONTEMPORAIN — BOURRICAUD, François. Paris, Collin, 1967. 317 p.

Estudo detalhado da sociedade peruana; conclui que sua tradicional oligarquia já não pode mais conter as elevadas aspirações e atitudes revolucionárias das massas.

EL FEUDALISMO EM AMERICA Y LA REFORMA AGRARIA BOLIVIANA — URQUIDI, Arturo, Cochabamba, Los Amigos del Libro, 1966. 478 p.

História da base feudal de que emergiu a reforma agrária na Bolívia pós-revolucionária.

THE ARGENTINE ECONOMY — FERRER, Aldo. Berkeley, University of California Press, 1967. 239 p.

Exame em perspectivas históricas da estagnação premente do país. No entender do autor a dificuldade econômica impede soluções adequadas para os problemas de uma sociedade agrícola em transição para uma industrial.

FOREIGN OWNERSHIP OF CANAIAN INDUSTRY — SAFARIAN, A. E. Toronto, McGraw-Hill Company of Canada, 1967. 346 p.

Englobando anos de cuidadoso estudo, êste livro traz mais luz sôbre o comportamento das companhias externas no Canadá. As grandes companhias parecem se adaptar melhor às Canadenses do que as pequenas. O autor diz que o progresso depende mais da política exterior da reorganização industrial do que de medidas para regular os investimentos.

BLICKPUNKT SUDAMERIKA: DIE REVOLUTION DER STEIGENDEN ERWARTUNGEN — MAURER, *Gerhard. Cologne, Kiepenheuer*, 1967. 149 p.

Estudo breve mas conciso sôbre os complicados problemas políticos, econômicos e sociais da América Latina. O autor faz uma exposição clara sôbre as metas, táticas e a finalidades dos dois ramos do comunismo: Mascou e Pequim. Advoga ainda a reforma agrária e escreve favoràvelmente sôbre o empresariado das tantas vêzes atacadas oligarquia.

PARASITISM AND SUBVERSION: THE CASE OF LATIN AMERICA — ANDRESKI, Stanislav. New York, Pantheon Books, 1967. 303 p.

Análise de conclusões pessimistas feita por um sociólogo britânico. Tem valor particular devido a comparação feita entre os fenômenos latino-americanos e os de outras partes do mundo.

CAPITALISM AND UNDERDEVELOPMENT IN LATIN AMERICA: HISTORICAL STUDIES OF CHILE AND BRAZIL — FRANK, Andre Gunder. New York, Monthly Review Press, 1967. 298 p.
Quatro ensaios em têrmos marxistas examinando o problema indígena na América Latina e vários aspectos do desenvolvimento econômico no Brasil e no Chile. O autor prega a destruição do sistema capitalista como base para resolver as questões econômicas da América Latina.

REVOLUTION IN THE REVOLUTION? ARMED STRUGGLE AND POLITICAL STRUGGLE IN LATIN AMERICA. DEBRAY, Regis. New York, Monthly Review Press, 1967. 126 p.
Tratado com teorias revolucionárias baseado nos princípios do Marxismo, Leibnismo e nos pensamentos de Fidel Castro e Che Guevara. O autor sustenta que a revolução da América Latina só será levada a cabo com o auxílio de guerrilhas.

EXPANDING ECUADOR'S EXPORTS: A COMMODITY-BY-COMMODITY STUDY WITH PROJECTIONS TO 1973. — WATKINS, Ralph J. New York, Praeger, 1967. 430 p.
Estudo contendo preciosas informações sôbre a economia e o comércio exterior do Equador.

POLITICS IN BRAZIL, 1930-1964: AN EXPERIMENT IN DEMOCRACY — SKIDMORE, Thomas E. New York, Oxford University Press, 1967. 446 p.
Tentando explicar a queda de João Goulart em 1964 um professor da Universidade de Wisconsin escreveu uma interpretação detalhada do que êle considerou os fatôres mais importantes que determinaram as tendências da Política Brasileira desde a Revolução de 1930. Interessante bibliografia.

VARGAS OF BRAZIL — DULLES, John W. F. Austin, University of Texas Press, 1967. 395 p.
Biografia de Getúlio Vargas, o ditador e revolucionário homem de estado e político que dominou e centralizou a política brasileira de 1930 a 1954.

Europa Ocidental

THE EUROCRATS: CONFLICT AND CRISIS IN THE EUROPEAN
THE CARIBBEAN: CURRENT UNITED STATES RELATIONS — Ed. 1967. 229 p.
Descrição dos centros de ação unida Européia, como se intercomunicam e como chegaram a isso. O autor militou por longo tempo no Movimento Federalista Europeu.

FRANCE, GERMANY AND THE WESTERN ALLIANCE: A STUDY OF ELITE ATITUDES ON EUROPEAN INTEGRATION AND WORLD POLITICS — DEUTSCH, Karl W. e outros. New York, Scribner, 1967. 324 p.
Relatório das atitudes das "elites" de França e Alemanha Ocidental em

relação a uma maior integração européia e ao contrôle de armas. Estudo individual e comparado.

BRITAIN AND THE OLD DOMINIONS — MILLER, J.D.B. Baltimore, John Hopkin Pres, 1967. 286 p.
Estudo das recentes relações da Grã-Bretanha com o Canadá, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul.

LA FRANCE DEVANT L'EUROPE, LA POLITIQUE EUTOPÉENNE DE LA IVe RÉPUBLIQUE — BJOL, Erling. Copenhagen, Munskgaard, 1966. 456 p.
Estudo da cooperação européia principalmente entre 1950 e 1957, feito por um estudante dinamarquês de política francesa.

CONTEMPORARY FRENCH POLITICAL THOUGHT — PIERCE, Roy. New York, Oxford University Press, 1966. 276 p.
Exposição crítica do pensamento político de Emmanuel Moinier, Simone Weil. Albert Camus, Jean-Paul Sartre, Bertrand de Jouvenel, e Saymond Aron.

THE GERMAN ARMY AND THE NASI PARTY, 1933-1939. — O'NEILL, Robert J. London, Cassel, 1966. 286 p.
Como Hitler, uma vez no poder conseguiu manejar os líderes do Exército Alemão.

FOREIGN LABOR IN MAXI GERMANY — HOMZE, Edward L. Princeton, Princeton University Press, 1967. 350 p.
Estudo baseado em documentos e relatórios alemães capturados, sôbre a organização e administração do programa de trabalho exterior nazista e *seu relacionamento com a guerra econômica.*

POLITICS AND THE MILITARY IN MODERN SPAIN — PAYNE, Stanley G. Stanford, Stanford University Press, 1967. 574 p.
O papel do militarismo como influência política na Espanha do início do Século XIX até o presente.

UNE HISTOIRE POLITIQUE DE L'ARMÉE I: DE PÉTAIN, 1919-1942. NOBÉCOURT, Jacques. Paris, Editions du Seuil, 1967. 332 p.
Um correspondente do "Le Monde" faz um breve relato do papel político do Exército Francês e seus líderes aos resultados da vitória até os antagonismos da derrota.

UNE HISTOIRE POLITIQUE DE L'ARMÉ II: DE DE GAULLE À DE GAULLE, 1947-1967. — PLANCHAIS, Jean. Paris, Editions du Seiul, 1967. 382 p.
Relatos dos envolvimentos políticos do Exército Francês desde a declaração da "França Livre" por De Gaulle a seu conflito com os chefes militares a respeito da Argélia.

THE FRENCH COMMUNIST PARTY AND THE CRISIS OF INTERNATIONAL COMMUNISM — FEJTO, François. Cambridge, M.I.T. Press, 1967. 225 p.

Breve mas desigual relatório sôbre o Partido Comunista Francês da morte de Stalin a queda de Kruschev. Ênfase nas relações entre o Partido Comunista Francês e o Italiano.

ERINNERUNGEN: 1953 — 1955 — ADENAUER, Konrad. Stuttgart, Deutsche Verlags-Anstalt, 1966. 556 p.

Adenauer cobre nesse volume seu comportamento na política exterior de 1950 à sua viagem a Moscou em 1955. Aqui se encontra tôda a inexorável busca da igualdade alemã frente a seus aliados Ocidentais. Extraordinário senso da responsabilidade Germânica se revela no capítulo sôbre as negociações com judeus e o Estado de Israel.

BERLIN: THE WALL IS NOT FOREVER — DULLES, Eleanor Lansing. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1967. 245 p.

Berlim pós-guerra. A lealdade da autora para com a cidade em luta afetou algumas vêzes seu julgamento sôbre as tendências modernas.

WEST GERMANY FOREIGN POLICY, 1949-1963 — HANRIEDER, Wolfram F. Stanford, Stanford University Press, 1967. 275 p.

Um cientista político usa uma nova forma de análise para trazer mais luz a estória da Política Externa da Alemanha Ocidental de pós-guerra.

THE SWASTIKA AND THE EAGLE: HITLER, THE UNITED STATES, AND THE ORIGINS OF THE WORLD II — COMPTON, James V. Boston, Houghton, 1967. 297 p.

Estudo das atitudes políticas de Hitler para com os Estados Unidos nos anos que antecederam Pearl Harbor.

FRANKREICH IN HITLER'S EUROPA: DIE DEUTSCHE FRANKREICH-POLITIK IM ZWEITEN WELT&RIEG — JACKEL, Eberhard. Stuttgart, Deutsche Verlags-Anstalt, 1966. 396 p.

A política Germano-Francesa vista por um jovem estudante alemão.

BEAHTENTUM IM DRITTEN REICH — MOMMSEN, Hans. Stuttgart, Deutsche Verlags-Anstalt, 1966. 246 p.

Análise incisiva das relações entre o regime Nazista e a Burocracia Alemã seguida de 100 páginas de documentos selecionados.

Europa Oriental e União Soviética

RUSSIA 1917: THE FEBRUARY REVOLUTION — KATROV, George. New York, Harper and Row, 1967. 489 p.

Estudo das causas imediatas e do curso da Revolução de fevereiro de 1917 na Rússia. Boa bibliografia comentada.

RÚSSIA, BOLCHEVISM, AND THE VERSAILLES PEACE — THOMPSON, John M. Princeton, Princeton University Press, 1967. 429 p.

A participação da Rússia na Conferência de Paz de Paris em 1919.

SOVIET POLICY-MAKING: STUDIES OF COMMUNISM IN TRANSITION — Ed. por JUVILER, Peter H. e MORTON, Henry W. New York, Praeger, 1967. 274 p.

O processo político soviético. Não é um trabalho sistemático mas contém alguns bons capítulos.

KHRUSHCHEV AND THE SOCIET LEADERSHIP: 1957-1964 — LINDEN, Carl A. Baltimore, Johns Hopkins Press, 1966. 270 p.
Análise da capacidade de liderança de Khrushchev, sua vitória em 1957 e e sua queda abrupta em 1964.

THE KREMLIN AND THE EMBASSY — HAYTER, Sir William. New York. MacMillan, 1967. 160 p.
Memórias diplomáticas de um embaixador britânico em Moscou, 1953-57.

SOVIET MONGOLIA: A STUDY OF THE OLDEST POLITICAL SATELITE — MURPHY, George G.S. Berkeley, University of California Press, 1966, 244 p.
Análise das relações etnre a Mongólia e a União Soviética entre 1921 e *1960*.

SINO-SOVIET RELATIONS, 1964-1965 — Analijsando e documentado por GRIFFITH, William E. Cambridge, M.I.T. Pres, 1967. 504 p.
História documentada. Continuação de "The Sino-Soviet Rift" (1964).

ECONOMIC INTEGRATION IN THE SOVIET BLOC: WITH AN EAST GERMAN CASE STUDY — KOHLER, Heinz. New York, Praeger, 1966. 402 p.
Usando como exemplo a Rlemanha Oriental o autor descreve como a integração econômica no bloco comunista cresceu com o apêlo soviético de reparações e estabelecimento do Conselho Econômico de Ajuda Mútua.

SOVIET AND EAST EUROPEAN AGRICULTURE — Ed. por KARCZ, Jerzy F. Bekerley, University of California Press, 1967. 445 p.
Contribuições apresentadas na Conferência Soviética de Agricultura em 1965. Ênfase na URSS com capítulos para a Inglaterra, Polônia, e Checoslováquia.

THE GOVERNMENTS OF COMUNIST EAST EUROPE — SKILLING, H. Gordon. New York, Crowell, 1966. 276 p.
Estudos conciso. Cada país estudado separadamente.

COMMUNISM IN FINLAND: A HISTORY AND INTERPRETATION — HODGSON, John H. Princeton, Princeton University Press, 1967. 261 p.
Histórico meio introvertido do Partido Comuinsta Finladnês.

TITOS' SEPARATE ROAD: AMERICA AND YUGOSLAVIA IN WORLD POLITICS — CAMPBELL, John C. New York. Harper and Row, 1967. 180 p.
Considerações equilibradas da política americana em relação a Inglaterra no pós-guerra, Sucessos e fracassos são examinados.

LOOK EAST. LOOK WEST: THE SOCIELIST ADVENTURE IN YUGOSLAVIA — TORNQUIST, Davd. New York, MacMillan 1966. 310 p.
Relatório pessoal mas informativo sôbre a Inglaterra, baseado na permanência do autor no país como tradutor.

CYPRUS: A PLACE OF ARMS: POWER POLITICS AND ETHNIC CONFLIT IN THE EASTERN MEDITERRANEAN — STEPHENS, Robert. New York, Praeger, 1966. 232 p.

Apresentação extremamente hábil da crise de Chipre.

SOVIET FOREIGN AID — GOLDMAN, Marshall I. New York, Praeger, 1967.

Dois capítulos sôbre a ajuda nas relações econômicas da União Soviética com outros países comunistas seguidos de exames detalhados sôbre a ajuda da URSS à UAR, Índia, Afganistão e Indonésia e pequenas notas sôbre as atividades Russas e Chinesas em outros países subdesenvolvidos.

THE UNFINISHER REVOLUTION — RUSSIA 1917-1967 — DEUTSCHER, Isac. New York, Oxford University Press, 1967. 115 p.

A União Soviética desde a Revolução. Interpretação provocante do ponto de vista marxista mas já bastante diversa dos primeiros escritos do autor pós-Stalin.

SOVIET LEADERS — Ed. por SIMMONDS, George W. New York, CROWELL, 1967. 405 p.

Biografias rápidas de 42 figuras proeminentes soviéticas no campo político, militar, das Relações Exteriores, Ciência, Filosofia e Artes.

WILLIAM C. BULLITT AND THE SOVIET UNION — FARNSWORTH, Beatrice. Bloomington, Indiana University Press, 1967. 244 p.

Monografia concisa sôbre as atitudes e relações do último embaixador com a Rússia Revolucionária, desde sua malfadada missão em 1919 até sua amarga desilusão como embaixador em 1930.

AMERICANS AND SOVIET EXPERIMENT, 1917-1933 — FILENE, Peter G. Cambridge, Harvard University Press, 1967. 389 p.

História informativa da evolução das atitudes em vários grupos da sociedade americana em relação à URSS durante os anos de não-reconhecimento e de mudanças marcantes tanto no cenário soviético como no americano.

ISLAM IN THE SOVIET UNION — BENIGSEN, Alexandre e LEMERCIER-QUELQUEJAY, Chantal. New York, Praeger, 1967. 272 p.

Histórico das vicissitudes dos povos muçulmanos da União Soviética durante e desde a Revolução Russa.

THE SOVIET BLOC: UNITY AND CONFLICT — BREZEZINSKI, Zbigniew K. Cambrídge, Harvard University Press, 1967. 599 p.

Edição consideràvelmente acrescida e revista de importante estudo publicado pela primiera vez em 1960.

SOVIET AND CHINESE COMMUNISM: SIMILARITIES AND DIFFERENCES — Ed. por TREADGOLD, Donald W. Seattle, University of Washington Press, 1967. 452 p.

Comparação entre o Comunismo Chinês e Russo em sua história, mudanças, estruturação, política econômica e comportamento internacional.

THE NEW RUMANIA: FROM PEOPLE'S DEMOCRACY TO SOCIALIST REPUBLIC — FISCHER-GALATI, Stephen. Cambridge, M.I.T. Press, 1967. 126 p.
Uma análise concisa mas bastante informativa da evolução do comunismo na Romênia com ênfase particular no papel desempenhado por Gheorghin-Dej, figura pouco conhecida e subestimada.

Oriente Médio

FINANCING ECONOMIC DEVELOPMENT IN IRAQ: THE ROLE OF OIL IN A MIDDLE EASTERN ECONOMY — ALNASRAWI, Abbas. New York, Praeger, 1967. 188 p.
Monografia que busca explicar a virtual falência da política e programas desenvolvimentistas no Iraque antes e depois da mudança de regime em 1958. Põe em relêvo os problemas trazidos por se basear em desenvolvimento de um país num único produto — petróleo.

BEN GOURION: LE PROPHÈTE ARMÉ — BAR-ZOHAR. Paris, Fayard, 1966. 412 p.

ISRAEL: MIRACLE IN THE DESERT — PRITTIE, Terence. New York, Praeger, 1967. 246 p.
Um livro "cheio de simpatia" sôbre Israel principalmente sôbre sua política externa e interna.

SUEZ — THOMAS, Hugh. New York, Harper and Row, 1967. 261 p.
O fiasco de 1955 em Suez visto pelo lado inglês. Muitos dos fatos cruciais do livro vêm das conversações mantidas pelo autor com oficiais de gabinetes e conselheiros, e outras pessoas de quem não se revela os nomes.

THE ISRAEL-SYRIAN ARMISTICE: PROBLEMS OF IMPLEMENTATION, 1949-1966 — BAR-YAACOV, N. Jerusalem, Magnes Press, Hebrew University, 1967. 377 p.
Enquanto em suas conclusões essa obra sustenta e apóia as posições israelenses, individualmente os capítulos tratam detalhadamente dos itens da disputa: drenagem do lago Hula, uso da água do Jordão, zonas desmilitarizadas, infiltração e repressão, etc. Valiosa cobertura do conflito árabe-israelense.

MODERN YEMEN: 1918-1966 — WENNER, Manfred W. Baltimore, Baltimore, John Hopkins Press, 1967. 257 p.
A política nacional e internacional do Iémen especialmente nos reinados de Iman Yahya e Ahmad; baseado em fontes árabes e ocidentais capítulo dedicado à Guerra Civil de 1960 em que o autor considera o estabelecimento ed um "caráter constitucional ao Regime dos Imans" como a solução adequada.

AFGHANISTAN — GRIFFITHS, John C. New York, Praeger, 1967. 179 p.
Problemas políticos e sociais, em especial os que dizem respeito a desunião versus coesão e ao tradicionalismo versus modernização. A influência

soviética e a habilidade do Afganistão em manter sua neutralidade e independência.

AFGHANISTAN: A STUDY OF POLITICAL DEVELOPMENTS IN CENTRAL AND SOUTHERN ASIA. FRASER-TYTLER, W. K. New York, Oxford University Press, 1967. 362 p. 3.ª edição de um volume clássico da história; importância diplomática e estratégica do reino da Ásia Central por um Ministro Britânico em Kasul.

Ásia do Sul e Sudeste

NEHRU: A CONTEMPORARY'S ESTIMATE — CROCKER, Walter. New York, Oxford University Press, 1966. 186 p.
Um embaixador australiano dá suas impressões sôbre Nehru.

CEYLON: AN EXPORT ECONOMY IN TRANSITION — SNODGRASS, Donald R. Homewood (Ill.) Irwin, 1966. 416 p.
Análise sôbre o crescimento e a estrutura da economia de exportação do Ceilão de 1840 até o presente. Estudo mais deatlhado nos anos 40 e ênfase no período pós independência em 1948.

DEFEATING COMMUNIST INSURGENCY: THE LESSONS OF MAàAYA AND VIETNAM. THOMPSON, Sir Robert. New York, Praeger, 1966. 171 p.
Estudos de todos os aspectos das sublevações e revoltas (baseado em experiências na Malásia (1948 — 60) e Vietnam do Sul (1961-65) que variam de acôrdo com o terreno e as condições privilegiadas de cada país.

VIETNAM: A DRAGON EMBATTLED — BUTTINGER, Joseph. New York, Praeger, 1967. 2 v.
História política de 1900 (época das reformas drásticas da França na Indochina) até a queda de Ngo Dinh Diem; baseada em entrevistas pessoais com líderes Vietnamitas.

VICTOR CHARLIE: THE FACE OF WAR IN VIET-NAM — KNOEBL, Kuno. New York, Praeger, 1967. 304 p.
Joranlista austríaco após 5 meses no Vietnam fala das intenções políticas e militares dos Vietcongs; Vietnamitas do Sul e Americanos não aceitaram seus desafios conforme o próprio autor faz notar através de etnrevistas com os líderes.

HERE IS YOUR ENEMY — CAMERON, James. New York, Holt, Rinehart and. Winston, 19966. 144 p.
Correspondente Britânico no Vietnã do norte conta o que viu, ouviu e aprendeu nas entrevistas com líderes. Classifica a guerra entre Americanos e Vietnamitas como "imbecil e brutal".

WASHINGTON AND VIETNAM: AN EXAMINATION OF THE MORAL AND POLITICAL ISSUES — BROMLEY, Dorothy Dunbar, Dobbs Ferry, Oceana Publications, 1966. 120 p.
Exame crítico das fôrças americanas no Vietnan; das engociações dos US e de alguns elementos que na opinião da autora estão tentando interferir e evitar conversações de paz.

THE FALL OF SUKARNO — VITTACHI, Tarzie. New York, Praeger, 1967. 191 p.
O autor testemunha os fatos anteriores a queda de Sukarno na Indonésia *e o acusa de egoísmo e narcisismo dizendo-o incapaz de voltar sua aten*ção para as realidades da nação nascente.

THE UNITED STATES IN VIETNAM — KAHIN, George McTurnan e LEWIS, John W. New York, Dial Press, 1967. 465 p.
Entrevistas com vietnamitas e ocidentais feitas pelos dois autores e análise de importante documentação. Procura dos fatos essenciais para um melhor entendimento dos acontecimentos atuais no Vietnam.

THE QUICKSAND WAR: PRELUDE TO VIETNAM — BODARD, Lucien. Boston, Atlantic (Little Brown) 1967. 465 p.
A humilhação da crise vietnamita desde o término da II Guerra Mundial até 1950. O autor critica severamente a intromissão dos EUA e da França nessa área.

BEHIND THE LINES — HANOI: DECEMBER 23, 1966 — JANUARY 7, 1967. — SALISBURY, Harrison E. New York, Harper and Row, 1967. 243 p.
Informações e análise profunda das situações observadas por um correspondente do New York Times em sua breve mas frutífera viagem ao Vietnam do Norte.

THE CHINESE IN CAMBODIA — WILLMOTT, William E. Vancouver, Publications Center, University of British Columbia, 1967. 132 p.
Exame da posição da Comunidade Chinesa e sua relação com a sociedade do Cambodja. Baseado em entrevistas feitas em 1962-63 com os 250 anciãos proeminentes nascidos na China.

Ásia Oriental e Oceano Pacífico

CONTEMPORARY CHINA — Ed. por ADAMS, Ruth. New York, Pantheon Books, 1966. 336 p.
Ensaio sôbre ploítica internacional, economia, apicultura, população, ciências, educação e cultura na China Comunista. Documentos resultantes da "Chicago China Conference" em 1966.

ORBIT OF CHINA — SALISBURY, Harrison E. New York, Harper and Row, 1967. 204 p.
Correspondente do New York Times percorre tôda a periferia da China para medir seu impacto na Ásia e no resto do mundo. Os tópicos são a guerra e a paz com a América, luta das lideranças asiáticas, o conflito sino-soviético e o desenrolar da guerra no Sudeste Asiático.

CHINA: THE OTHER COMMUNISM — KAROL, K. S. New York, Hill and Wang, 1967. 474 p.
Comparação entre o comunismo chinês e o soviético baseadas em entrevistas feitas com figuras importantes de ambas as facções em 1965.

CHINA: THE PEOPLE'S MIDDLE KINGDOM AND THE USA — FAIRBANK, John K. Cambridge, Harvard University Press, 1967. 145 p.
11 ensaios históricos são reeditados após sua publicação original em vários jornais (a maioria em 1966).

THE CHINESE PEOPLE'S LIBERATION ARMY — GRIFFITH, Samuel B. New York, McGraw Hill, 1967. 398 p.
História militar e estrutura do PLA e seu envolvimento com o Partido Comunista Chinês, justamente com uma avaliação de sua capacidade. Importante volume para o estudo do Conselho da China.

FINANCING THE CHINESE GOVERNMENT BUDGET: MAINLAND CHINA, 1950 — 1959. ECKLUND, George N. Chicago, Aldine Publishing Co., 1966. 133 p.
Descrição e avaliação dos métodos usados para aumentar as rendas para a rápida industrialização da China Comunista. Foram utilizadas fontes estatísticas chinesas e de outros países comunistas.

MARKET CONTROL AND PLANNING IN COMMUNIST CHINA — PERKINS, Dwight H. Cambridge, Harvard University Press, 1966. 291 p.
Análise de mercados e contrôle centralizado em apicultura antes do incremento das cooperativas chinesas e comparação dêstes com os estabelecidos no período de 1956 — 1963.

LI-TA-CHAO AND THE ORIGINS OF CHINESE MARXISM — MEISNER, Maurice. Cambridge, Harvard University Press,1 967. 326 p.
Estudo da evolução intelectual do marxismo primitivo na China, sua recepção e primeiras transformações sofridas. O autor é agora tido como um mártir e foi executado em 1927.

SOCIALIST PARTIES IN POSTWAR JAPAN — COLE, Allan B. e outros. New Haven, Yale University Press, 1966. 490 p.
Três especialistas em socialismo japonês estudam a história, teoria, tatica e política, organização e liderança e a plataforma eleitoral e sua organização dos partidos de esquerda não comunista no Japão de 1945 — 1961.

THE JAPANESE COMMUNIST MOVEMENT, 1920 — 1966. SCALAPINO, Robert A. Berteley, University of California Press, 1967. 412 p.
História detalhada do Partido Comunista Japonês, sua evolução ideológica, relações com outras fôrças políticas, participação no movimento comunista mundial e as razões pelas quaisnão congregou a massa popular. Ênfase no período após 1945.

JAPAN'S DECISION FOR WAR: RECORDS OF THE 1941 POLICY CONFERENCES — Trad. Ed. e Introd. por IKE, Nobutaka. Stanford, Stanford University Press, 1967. 306 p.
Tradução das notas detalhadas tomadas nas 57 conferências cruciais em que tomaram parte representantes do gabinete japonês, Chefes da Marinha e do Exército e Vice chefes do Estado Maior, e em 5 conferências

em presença do Imperador. Importante para o estudo das relações América-Japão.

CHINA AFTER MAO — BARNET, A. Doak. Princeton, Princeton University Press, 1967. 287 p.
Um dos homens considerados como um dos mais bem informados observadores da China examina seus problemas, o govêrno de Mao e sua sucessão. Documentos chave traduzidos do chinês.

APROACHES TO MODERN CHINESE HISTORY — E. por FRUERWERKER, Albert e outros. Berkeley, University of California Press, 1967. 364 p.
20 ensaios sôbre relações exteriores, economia tradicional e semi-moderna, vida intetectual, história institucional e política interna da China. Selecionados pelo editor.

U. S. AID TO TAIWAN: A STUDY OF FOREIGN AID, SELF-HELP AND DEVELOPMENT — JACOBY, Neil H. New York, Praeger, 1967. 364 p.
Uma avaliação independente subvencionada pela AID, analisando os reresultados da assistência americana de 1,4 bilhões de dólares ao Taiwan de 1951 a 1965, que ajudou o país a alcançar um crescimento econômico alto-sustentado.

JAPAN'S DEPENDENCE ON THE WORLD ECONOMY: THE APPROACH TOWARD ECONOMIC LIBERALIZATION — HOLLERMAN, Leon. Princeton, Princeton University Press, 1967. 291 p.
Identificação das dificuldades estruturais da economia japonêsa durante o processo de liberalização de seu comércio e pagamentos, juntamente com a avaliação da política a que se associou tal liberalização.

THE EVOLUTION OF AUSTRALIAN FOREIGN POLICY 1938-1965. — WATT, Alan. New York, Cambridge University Press, 1967. 387 p.
A consciência australiana das mudanças drásticas sofridas pelo mundo é aqui analisada assim como sua habilidade de adaptação a tais mudanças e seus contattos diplomáticos com outros países.

MASK OF ASIA: THE PHILIPPINES TODAY — FARWELL, George. New York, Praeger, 1967. 277 p.
História das Filipinas incluindo um capítulo sôbre o papel dos muçulmanos; a união política com a Malásia e a Indonésia e os empecilhos ao desenvolvimento político e agrícola.

PHILIPPINE COLLABORATION IN WORLD WAR II — STEINBERG, David Joel. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1967. 235 p.
Estudo simpatizante da crise de lealdade sofrida por um país (à beira de sua independência) quando a escolha estava entre a colaboração com os japonêses conquistadores ou o apoio americano.

África

PATTERNS OF AFRICAN DEVELOPMENT: FIVE COMPARISONS — Ed. por SPIRO, Herbert J. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1967. 144 p.

Cientistas políticos escreveram 5 ensaios sôbre problemas gerais das mudanças sociais e desenvolvimento político na África.

Nota de Claude Welch comparando a modernização do Japão e da África.

AFRICA: THE POLITIC OF UNITY: AN ANALYSIS OF A CONTEMPORARY SOCIAL MOVEMENT — WALLERSTEIN, Immanuel. New York, Random House, 1967. 274 p.

Estudo detalhado do desenvolvimento de conflitos e da política de várias organizações supranacionais até 1965 na África.

THE EGYPTIAN AGRARIAN REFOM, 1952-1962 — SAAB, Gabriel S. New York, Oxford University Press, 1967. 236 p.

Análise competente e cuidadosa da agricultura egípcia desde a primeira reforma do regime revolucionário em 1952 à segunda em 1961. O autor critica a tendência do govêrno para "o espetacular".

TUNISIA: FROM PROTECTORATE TO REPUBLIC — LING, Dwight L. Bloomington, Indiana University Pres, 1967. 273 p.

História Política da ocupação fracnesa em 1881 até os presentes problemas de nacionalidade, baseada em considerável pesquisa e experiência nessa área. Inclui boa bibliografia.

EL MEHDI BEN BARKA, MON FRÈRE — BEN BARK, Abdelkader. Paris, Laffont, 1966. 251 p.

Biografia bem pessoal e brilhante que cobre inclusive a participação de Ben Barka no movimento nacionalista e na política de pós-idnependência de Marrocos.

ATTWOOD, William. New York, Harper and Row, 1967. 341 p.

THE REDS AND THE BLACKS: A PERSONAL ADVENTURE —

O autor narra suas experiências como embaixador americano na Guiné, no Kenia. Importante para estudantes da Política africana e política externa americaan.

AFRICA SINCE 1800 — OLIVER, Roland e ATMORE, Anthony. New York, Cambridge University Press, 1967. 304 p.

História bem escrita e ilustrada com mapas analisando o desenvolvimento no Sul-Sahara durante o período de golpes militares em 1965-66.

THE ECONOMICS OF AFRICAN DEVELOPMENT — KAMARCK, Andrew M. New York, Praeger, 1967. 294 p.

História econômica e problemas contemporâneos do Sul-Sahara Africano.

POLITICAL CHANGE IN A WEST AFRICAN STATE: A STUDY OF THE MODERNIZATION PROCESS IN SIERRA LEONE — KILSON, Martin. Cambridge, Harvard University Press, 1966. 301 p.

Estudo do processo político em Serra Leoa durante 1964. Grande ênfase na significação dos grupos e suas ligações. Ótimas comparações com outros sistemas políticos africanos.

THE ANATOMY OF UHURU: DYNAMICS AND PROBLEMS OF AFRICAN INDEPENDENCE IN AN AGE OF CONFLICT — JONES, N. S. Carey. New York, Praeger, 1967. 231 p.

Ensaio sôbre os problemas do govêrno independente do Kênia. O autor

se mostra pessimista quanto a viabilidade da economia e sistema político do Kênia, mas seria mais convincente se sua análise fôsse mais detalhada e factual.

ZAMBIA, INDEPENDENCE AND BEYOND: THE SPEECHES OF KENETH KAUNDA — Ed. por LEGUM, Colin. London, Nelson, 1966. 265 p.

Coleção dos discursos do presidente Kaunda pronunciados no período de 1962-66. Retrato de um dos mais pacientes e modestos líderes africanos.

TOMORROW'S SUN: A SMUGGLED JOURNAL FROM SOUTH AFRICA — JOSEPH, Helen. London, Hutchison, 1966. 302 p.

Relatório das misérias infligidas a líderes rurais africanos exilados em lugares remotos enquanto se tentava retribalizar e oprimir seus povos.

SUDWESTAFRIKA: LAND ZWISCHEN DEN EXTREMEN — JENNY, Hans. Stuttgart, Kohlhammer, 1967. 301 p.

O autor clama por uma chance para a África do Sul tentar sua política de desenvolvimento próprio no Sudoeste Africano. Tal política êle a vê como um pponto de equilíbrio entre os extremos da ditadura colonialista dos brancos e a ditadura comunista dos negros.

NATIONAL DEVELOPMENT AND LOCAL REFORM: POLITICAL PARTICIPATION IN MOROCCO, TUNISIA AND PAKISTAN — ASHFORD, Douglas E. Princeton University Press, 1967. 439 p.

Estudo comparativo dos problemas que mais atrapalham um desenvolvimento constante nas nações novas. O foco são os baixos níveis da política e da ação onde os padrões institucionais e as atitudes públicas podem ter apenas uma pequena relevância para as políticas nacionais, contudo são cruciais para que elas sejam bem sucedidas.

AFRICA AND UNITED STATES POLICY — EMERSON, Rupert. Englewood Gliffs, Prentice-Hall, 1967. 117 p.

Auotr de uma História cultura da Nigéria escreve agora uma crítica severa a vida política de seu país durante os primeiros meses de 1966.

THOUGHTS ON NIGERIAN CONSTITUTION — AWOLOWO, Obafemi. New York, Oxford University Press, 1967. 196p .

Proposta de uma federação fragmentada em 11 estados organizados lingüisticamente. Escrito pelo ex-primeiro Ministro das Regiões Ocidentais antes de sua libertação da cadeia, esta proposta de uma nova constituição foi levada avante no período dos 2 golpes de 1966 e a sucessão de Biafra.

MANPOWER STRATEGY FOR DEVELOPING COUNTRIES: LESSONS FROM ETHIOPIA — GINZBERG, ELI e SMITH, Herbert A. New York, Columbia University Press, 1967. 222 p.

Excelente balanço do material estatístico e analítico da economia da Etiópia na medida em que dados disponíveis o permitiram.

PORTUGUESE AFRICA — CHILCOTE, Ronald H. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1967. 149 p.

Apanhado compacto da teoria colonial portuguêsa e sua aplicação em suas chamadas "Provincias Ultramarinas" na África.

DE MUNIQUE À LA GUERRE — BONNET, Georges. Paris, Plon, 1967. 588 p.
Ministro das Relações Exteriores de 1938-39 o autor nos apresenta com grande lealdade a política externa da França nesse período crítica. Dá uma contribuição valiosa à História no que diz respeito às origens do II Conflito mundial. Apóia-se não apenas em sua experiência pessoal mas em documentação que conseguiu salvaguardar da destruição dos arquivos oficiais.

LA REPUBLIQUE FEDERALE ALLEMANDE — MANNON, Andre e MARCOV, Léa. Paris, Fayard 1967. 352 p.
As incertezas alemãs e os paradoxos da sua situação atual. Os autores se esforçam por ser críticos e objetivos. Há que registrar certa negligência na ortografia de nomes próprios e algumas afirmações imprudêntes.

LA REPUBLIQUE FEDERALE D'ALLEMAGNE — GROSSER, Alfred. Paris, Presses Universitaires de France, 1967. — Que sais-je?. 128 p.
Ainda a República Federal Alemã. Grosser passa em revista os principais aspectos da vida política, econômica e cultural da Alemanha até 1967. Editado pela primeira vez em 1963 êste livro continua a ser o melhor manual em língua francesa sôbre a República Federal.

STRATÉGIE CONTRE LA GUERRE — HAMON, Léo. Bernard Grasset, 1966. 318 p. Os problemas de nossa época estudados cientìficamente apesar da recusa de alguns historiadores em aceitarem a análise dos fatos que nos estão próximos.

AVOIR LA PAIX — BOUTHOUL, Gaston. Paris, Bernard Grasset, 1967. 252 p.
Reflexões originais sôbre a sociologia da guerra. O autor se desvia dos caminhos ordinàriamente seguidos pelos profissionais da política e da estratégia.

LE PARTI TRAVAILLISTE ET LA DÉCOLONISATION DE L'INDE — FISCHER, Georges. Paris. François Maspero. Bibliothèque Socialiste. 330 p.
A atitude dos trabalhistas britânicos em face do problema indiano.

UNION SOVIETIQUE ET DÉVELOPMENT ÉCONOMIQUE — CHAMBRE, Henri. Pref. por François Berroux. Aubier-Montaigne, 430 p.
Engenheiro, historiador, economista e conhecedor profundo da realidade soviética, Chambre nos oferece aqui uma "análise global" dos fatos econômicos soviéticos.

LES RIVALITÉS ATOMIQUES 1939-1966 — GOLDSCHMIDT, Bertrand. Paris, Fayard, 1967. 340 p.
Por suas atividades presentes e passadas o autor está particularmente qualificado para escrever sôbre as rivalidades atômicas.

LES PROBLÈMES MONÉTAIRES INTERNATIONAUX — MOSSE, Robert. Paris, Payot Études et Documents. 318 p.
Os argumentos, a problemática e as soluções dos debates sôbre a reforma monetária analisados por um dos participantes da conferência de Bretton-Woods.

PARADOXES DE LA PAIX — GALLOIS, Pierre M. Paris. Presses du tempe présent, 1967. 370 p.
Com grande riqueza de idéias e argumentos, clareza de expressão e algumas vêzes certa rudeza, o autor expõe aqui a complexidade de problemas políticos criados pela existência de armas nucleares.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

EDITADA SOB OS AUSPÍCIOS DO

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS

ASSINATURA ANUAL .... NCr$ 3,00

PREÇO DE CADA NÚMERO .... NCr$ 1,50

PUBLICA-SE SEMESTRALMENTE

REDAÇÃO

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS — BELO HORIZONTE — MINAS GERAIS — BRASIL

Revista Brasileira de Política Internacional

Assinatura anual: NCr$ 12,00. Número avulso: NCr$ 3,00
Número duplo: NCr$ 6,00. — Para o exterior: US$ 6,00

Distribuição da

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 — Caixa Postal 4081 — ZC 05
Telefone: 246-4010 — Ramal 15
Rio de Janeiro — GB



ATENDE-SE PELO REEMBÔLSO POSTAL

POSTOS DE VENDA
Livraria — Praia de Botafogo, 186
Livraria — Ed. Darke de Matos
Av. 13 de Maio, 23 - 12.º - S/1204
LIVRARIA EM BRASILIA (D.F.)
SQ. 104 - Bloco A - Lote 11
Tel.: 2-4689

AGENTES:

SÃO PAULO — Capital
Fornecedora de Publicações Técnicas
(M. M. de Oliveira Marques)
Rua Quirino de Andrade, 193
7.º andar
Tels.: 36-1187 e 36-6629
CAMPINAS — S.P.
Renato Vaz Pupo
Rua Campos Sales, 890
Conjunto 1102
BELO HORIZONTE — MG.
Sociedade Importadora Ltda.
(Socimp)
Rua Espírito Santo, 341 - Sala 305
Tel.: 4-5083
JUIZ DE FORA — MG.
Luiz de Souza
Ed. Santa Helena — Sala 6
PÔRTO ALEGRE — RS.
Organização Sulina de Representações
Ltda. — (Livraria Sulina)
Av. Borges de Medeiros, 1030/36
Tel.: 9-1087
SALVADOR — BA.
Livraria Continental
Praça Barão de R. Branco, 51
2.º andar
RECIFE — PE.
Almir Viggiano Antunes
Ed. Seguradora - S/202 - (2.º and.)

Composto e impresso nas oficinas da
GRAFICA EDITORA ITAMBE S. A.
Rua Leandro Martins, 72 — Rio-GB